

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

VANDERLEI ALBERTO SCHACH

**CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE:
O TRABALHO DE HENRIQUE E FRIEDA LIEBICH COMO REFERÊNCIA
INSPIRADORA PARA O CUIDADO SOCIAL**

São Leopoldo

2014

VANDERLEI ALBERTO SCHACH

CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE:
O TRABALHO DE HENRIQUE E FRIEDA LIEBICH COMO REFERÊNCIA
INSPIRADORA PARA O CUIDADO SOCIAL

Tese de Doutorado para
obtenção do grau de Doutor
em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Área de concentração:
Teologia Prática

Orientador: Rodolfo Gaede Neto

São Leopoldo

2014

RESUMO

Esta pesquisa descreve a história do Lar da Criança Henrique Liebich desde sua fundação, em 11 de fevereiro de 1961, até a atualidade, e suas implicações com a legislação vigente. Tem como protagonistas principais seu fundador, Henrique Liebich, sua esposa Frieda Liebich e filhos, bem como órfãos e crianças acolhidos na época. A partir da descrição, abre-se o leque da pesquisa para uma análise breve da situação dos órfãos, da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade no Brasil. A partir de estatísticas disponíveis são analisadas as principais causas desta, que vão desde desigualdade social até desestruturação familiar. Como a pesquisa se dá em campo religioso, devido à inserção do pesquisador na Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, conta também com uma fundamentação teológica para a infância a partir da Bíblia, que aponta para a família como um lugar de proteção para a infância. Já em termos conclusivos, busca-se retomar os dados históricos levantados durante a pesquisa e aplicá-los à realidade da infância, apresentando assim alternativas para a problemática da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade.

Palavras-chave: Henrique Liebich. Órfão. Criança. Adolescente. Família. Adoção. Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

This research describes the story of the Henrique Liebich Children's Home since the foundation, in February 11th, 1961, until the present day. Also its implications with the actual legislation. The main role is lived by Henrique Liebich, the founder, his wife Frieda Liebich and children, as well as the orphan children recovered at the time. Starting from the description a bracket opened for the research and brief analysis of the orphans situation, the children and teenagers in vulnerable situations in Brazil. From the available statistics evaluated, the main reasons that goes from social inequality to the deconstruction of the family. The research involves the religion field due to the insertion of the researcher on the Pioneer Baptist Convention of the South of Brazil. He counts with the theological fundamentation for the childhood from the Bible, that points to the family as a place for protection of the childhood. In conclusion the researcher used historical data recovered to apply to the childhood reality, presenting alternatives to the problem of the children and teenagers in vulnerable situations.

Key words: Henrique Liebich. Orphan. Children. Teenager. Family. Adoption. Social vulnerability.

LISTA DE ABREVIATURAS

CBPSB – Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil

CEJA - Comissão Estadual Judiciária de Adoção

CEJAI – Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

DDN – Disque Denúncia Nacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MASA – Missionarische Aktionen in Südamerika (Ações Missionárias para América do Sul)

NVI – Nova Versão Internacional

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

AGRADECIMENTOS

Após a trajetória desta pesquisa, quero reconhecer e agradecer a todos que, de uma ou outra maneira, contribuíram para a concretização desse estudo.

Primeiramente a Deus, pela doação da vida, pela salvação e, mesmo não merecendo, considerar-me digno de adotar-me como Seu filho.

A meus pais, Valentim (*in memoriam*) e Vali Schach, que me protegeram durante a infância e adolescência e educaram-me nos caminhos de Deus.

À minha incansável e amável esposa Aline e a nossos filhos Daniel e Samuel, que mantiveram minhas mãos erguidas para vencer. Lembro-me das suas intermináveis perguntas: “Papai, quantas páginas ainda faltam?”.

Ao Lar da Criança Henrique Liebich, por ter disponibilizado o espaço para a realização da pesquisa.

Às igrejas da Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil, que durante meu período de enfermidade oraram por minha recuperação e a conclusão desta tese.

À Faculdade Batista Pioneira por proporcionar, desde a graduação, oportunidades de desenvolvimento pessoal e intelectual.

À Escola Superior de Teologia, pela oportunidade de pesquisar e ter aguçado o meu senso crítico.

Ao meu orientador, Dr. Rodolfo Gaede Neto, que sempre esteve disponível para atender minhas ligações e responder meus e-mails.

À ministra religiosa Ingelid Gund, que soube entender e estar próxima da minha família nos momentos delicados.

À Igreja Batista de Nova Ramada, pelo tempo concedido para as viagens e os estudos em São Leopoldo.

Enfim, obrigado aos parentes, amigos, pastores e professores que contribuíram de alguma forma.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	5
AGRADECIMENTOS	6
INTRODUÇÃO	12
1. LAR DA CRIANÇA HENRIQUE LIEBICH: ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE.....	16
1.1 Questões introdutórias.....	16
1.2 Lar da Criança Henrique Liebich: fase inicial.....	18
1.2.1 Os primórdios	18
1.2.2 Contexto geográfico.....	20
1.2.3 Contexto cultural	22
1.2.4 Mães abandonadas	27
1.2.5 A realidade de um sonho	30
1.2.6 O legado de Henrique Liebich.....	35
1.3 Lar da Criança Henrique Liebich: nova fase	38
1.3.1 Importância do trabalho voluntário	38
1.3.2 Início da construção.....	41
1.3.3 Início da instituição.....	42
1.4 A vida no novo Lar da Criança Henrique Liebich	45
1.4.1 O significado das doações	45
1.4.2 Adaptação no Lar.....	47
1.4.3 Manutenção do Lar	51
1.4.4 Dificuldades financeiras e colaborações.....	54
1.5 Um dia no Lar	58
1.6 A mãe social	62
1.6.1 Formação de uma mãe social.....	62
1.6.2 Responsabilidades de uma mãe social.....	68
1.6.3 Direitos de uma mãe social.....	69
1.6.4 Condições para admissão de uma mãe social.....	70
1.7 CONCLUSÃO	71
2. UM BREVE OLHAR SOBRE INFÂNCIA, ABANDONO, ADOÇÃO E LEGISLAÇÃO	79
2.1 Questões introdutórias.....	79
2.2 Órfãos.....	80
2.2.1 Órfãos na Roda europeia	80
2.2.2 Órfãos na Roda brasileira	82
2.2.3 A Roda dos Expostos em debate	88
2.2.4 Causas da orfandade	90
2.2.4.1 Mães mortas	90
2.2.4.1.1 Morte materna.....	90
2.2.4.1.2 Mortes no trânsito.....	95

2.2.4.1.3 Femicídio	96
2.2.4.2 Pais e mães mortos	98
2.2.4.2.1 Acidentes de trabalho	98
2.2.4.2.2 Mortes por violência	99
2.2.4.3 Concubinato	100
2.2.4.4 Destituição judicial.....	101
2.3 Adoção.....	101
2.3.1 Adoção nacional	101
2.3.2 Adoção internacional	107
2.3.3 Breve panorama da adoção internacional	108
2.3.3.1 Adoção na Ásia	109
2.3.3.2 Adoção no islamismo	110
2.3.3.3 Adoção no espiritismo.....	110
2.3.3.4 Adoção no catolicismo.....	110
2.3.3.5 Adoção no protestantismo.....	110
2.3.4 Função da adoção	111
2.4 Crianças	114
2.4.1 A criança na história brasileira	114
2.4.2 A criança vulnerável na atualidade brasileira.....	115
2.4.2.1 A mortalidade infantil	115
2.4.2.2 Exploração sexual	119
2.4.2.2.1 Abuso sexual infantil	123
2.4.2.2.2 Prostituição infantil.....	124
2.4.2.2.3 Pornografia infantil.....	125
2.4.2.2.4 Turismo sexual infantil.....	127
2.4.2.2.5 Tráfico infantil	130
2.4.2.2.6 Causas da exploração sexual	131
2.4.2.2.7 Identificando sinais de exploração sexual	134
2.4.2.2.8 Enfrentando a exploração sexual por meio da prevenção..	135
2.4.2.2.9 Erotização da sociedade.....	140
2.4.2.3 Trabalho infantil.....	143
2.4.2.4 O virtual e o infantil	145
2.4.2.4.1 Internet.....	145
2.4.2.4.2 TV	146
2.4.2.4.3 Videogames	147
2.5 A Lei Federal nº 12.010/2009.....	149
2.5.1 As instituições de acolhimento antes da Lei nº 12.010.....	149
2.5.2 O teor da Lei nº 12.010.....	150
2.5.3 As instituições de acolhimento após a Lei nº 12.010	151
2.6 Política Nacional de Assistência Social - PNAS.....	155
2.6.1 Serviço de Proteção Básica de Assistência Social.....	155
2.6.2 Serviço de Média Complexidade de Assistência Social.....	156
2.6.3 Serviço de Alta Complexidade de Assistência Social	157
2.7 Terceiro Setor	157
2.7.1 Definição de Terceiro Setor	160
2.7.2 A importância do Terceiro Setor para a filantropia	161
2.7.3 Investimento social tem retorno?.....	163
2.7.3.1 Especificidade do Terceiro Setor	165

2.7.3.2 Recursos financeiros para o Terceiro Setor	165
2.8 Conclusão	166
3. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA PARA A INFÂNCIA.....	170
3.1 Questões introdutórias.....	170
3.2 Órfãos no Antigo Testamento	170
3.2.1 Órfãos na Lei Sinaítica e na formação da legislação do Deuteronômio	170
3.2.2 Órfãos nos livros proféticos.....	176
3.2.2.1 Profetas pré-exílicos	176
3.2.2.1.1 Amós	176
3.2.2.1.2 Oseias.....	177
3.2.2.1.3 Isaías	178
3.2.2.1.4 Jeremias	180
3.2.3.1 Profetas exílicos	184
3.2.3.1.1 Ezequiel	184
3.2.3.1.2 Daniel.....	185
3.2.4.1 Profetas pós-exílicos	186
3.2.4.1.1 Zacarias.....	186
3.2.4.1.2 Malaquias.....	186
3.3 Crianças no AT.....	191
3.3.1 Ismael (Gn 16.1-15).....	192
3.3.2 Isaque (Gn 21.1-7)	195
3.3.3 Moisés (Êx 1 – 2.1-10)	200
3.3.4 Menina Anônima (2 Rs 5.1-19)	203
3.3.5 Samuel (1 Sm 1.1- 2.11)	205
3.3.6 Considerações gerais sobre infância no AT.....	211
3.3.6.1 A criança abençoada	211
3.3.6.2 A criança maltratada	213
3.3.6.3 A temática da infância no AT	214
3.4 A infância no Novo Testamento	216
3.4.1 Órfãos	216
3.4.2 Crianças no NT	220
3.4.2.1 Termos gregos para descrever as crianças	220
3.4.2.2 A filha da mulher siro-fenícia (Mc 7.24-30; Mt 15.21-28).....	222
3.4.2.3 A ressurreição da filha de Jairo (Mc 5.21-24, 35-43; Mt 9.18-26; Lc 8.40-56)	223
3.4.2.4 A ressurreição do filho da viúva de Naim (Lc 7.11-17).....	225
3.4.2.5 Menino Anônimo (Jo 6.5-14; Mt 14.13-21; Mc 6.30-34; Lc 9.10-17)	226
3.4.2.6 A cura de um menino endemoninhado (Mt 17.14-23; Mc 9.14-32; Lc 9.37-45)	230
3.4.3 Considerações gerais sobre a infância no NT	232
3.4.3.1 A criança abençoada	232
3.4.3.2 A criança maltratada	233
3.4.3.3 A temática da infância no NT	233
3.5 Conclusão	238

4. O CUIDADO DA CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: DESAFIO PARA A ATUALIDADE	241
4.1 Questões introdutórias.....	241
4.2 Os princípios de cuidado da criança de acordo com o modelo Liebich e sua aplicabilidade.....	241
4.2.1 Família na Constituição Federal	241
4.2.2 Família na Bíblia.....	243
4.2.3 O modelo familiar adotado por Henrique Liebich.....	245
4.2.3.1 Consequências do modelo familiar para Henrique Liebich	246
4.2.3.2 O que fazia Henrique Liebich ser diferente?.....	246
4.2.4 A família atual	248
4.2.4.1 Novas configurações familiares	249
4.2.4.2 Conflitos a partir das novas configurações familiares	250
4.2.4.3 Por que a Bíblia não informa melhor?	252
4.2.5 Conceito de vulnerabilidade	253
4.2.6 Importância da família para a criança.....	255
4.2.7 A família como princípio pedagógico para a criança	257
4.2.8 A igreja como princípio pedagógico para a criança	261
4.2.9 Atitude voluntária a partir de Henrique Liebich.....	262
4.3 Aplicabilidade da Teologia para a infância atual	264
4.3.1 A transversalidade a partir de algumas crianças do AT	264
4.3.1.1 A transversalidade de Ismael	264
4.3.1.2 A transversalidade de Isaque.....	265
4.3.1.3 A transversalidade de Moisés.....	267
4.3.1.4 A transversalidade de menina Anônima	269
4.3.1.5 A transversalidade de Samuel	270
4.3.2 Aplicabilidade a partir de algumas crianças do NT.....	273
4.3.2.1 A transversalidade da filha da mulher siro-fenícia	273
4.3.2.2 A transversalidade da filha de Jairo	274
4.3.2.3 A transversalidade do filho da viúva de Naim	277
4.3.2.4 A transversalidade do menino Anônimo.....	278
4.3.2.5 A transversalidade do menino endemoninhado	278
4.4 A aplicabilidade da legislação para a infância atual.....	280
4.4.1 Aplicabilidade da Lei nº 12.010/2009	280
4.4.2 Aplicabilidade da Resolução nº 190/2014.....	285
4.5 Conclusão	287
CONCLUSÃO.....	290
REFERÊNCIAS	296
Atas.....	296
Congressos	296
Documentos.....	297
Internet.....	297
Jornais.....	301
Livros.....	302

Manuais.....	309
Monografias.....	309
Revistas.....	310
ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 190, DE 1º DE ABRIL DE 2014.....	312
ANEXO B – TESTEMUNHO DOS FILHOS DE HENRIQUE E FRIEDA.....	314
ANEXO C – MUNICÍPIOS QUE OFERTARAM SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE.....	317
APÊNDICE – FOTOGRAFIAS.....	318
APÊNDICE A. Casa da Família Liebich em Monte Alvão, onde foram recebidas as primeiras crianças.....	318
APÊNDICE B. Henrique e Frieda com seus 9 filhos.....	319
APÊNDICE D. Cemitério do Combate da Ramada.....	320
APÊNDICE F. Sepultamento de Henrique Liebich no dia 05/05/73.....	321
APÊNDICE G. Início da construção do novo Lar.....	321

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa originou-se a partir da Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009, que preconiza a permanência de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, acolhidos nas instituições de acolhimento por no máximo 24 meses. Neste espaço de tempo devem ser reinseridos em sua família biológica ou encaminhados para adoção. Ao observar a instituição Lar da Criança Henrique Liebich de Ijuí – RS, constatou-se que havia acolhidos que não eram contemplados pela referida Lei. A constatação surgiu devido à inserção pastoral do pesquisador em uma comunidade confessional, ou seja, uma Igreja Batista, que atende à espiritualidade dos acolhidos.

O termo “criança em situação de vulnerabilidade social” é complexo e atravessa toda a pesquisa. Por esse motivo apresento aqui uma predefinição do termo. Entende-se por criança em situação de vulnerabilidade social, juntamente com sua família, aquela que está exposta a fatores de risco, que podem ser de natureza pessoal, social ou ambiental, oferecendo probabilidade de que a criança ou a família venham a sofrer algum tipo de perturbação psicológica. Portanto, nem sempre o termo está ligado à pobreza como normalmente se pensa. Crianças que pertencem a um nível social financeiro privilegiado também podem sofrer com questões de falta de afeto familiar ou questões de abuso sexual. Uma definição mais acurada do termo será dada no capítulo 4, item 4.2.4.1.

Meu envolvimento pessoal¹ com o Lar da Criança Henrique Liebich iniciou-se ainda na infância, quando minha mãe, dona Vali Schach, foi funcionária² da instituição no período de 01/10/80 a 31/12/92, época em que por inúmeras vezes a acompanhei com meu irmão Gerson em sua profissão de costureira. Observava o dia a dia da instituição, o comportamento das crianças e igualmente as atividades dos funcionários. Pude acompanhar o crescimento até a fase adulta de algumas crianças acolhidas, por intermédio de amigas desenvolvidas na época e que ainda permanecem.

Meu envolvimento pessoal desde a infância mais a inserção pastoral forneceram-me amplos subsídios para a pesquisa. Contudo, a motivação maior foi a permanência de acolhidos na instituição, excedendo o prazo previsto em Lei para adoção. Como a referida igreja

¹ Devido ao método da observação participante usado nesta pesquisa, doravante será usada a primeira pessoa do singular referindo-se ao pesquisador.

² Conforme registro de admissão na ata Lar da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 46*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo 1976/1983 e Carteira de Trabalho.

pertence à Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil (CBPSB)³, que tem como lema para o ano de 2013: “Valorizando as novas gerações” e já previsto para 2014: “Família: valor inestimável”⁴, senti-me compelido a pesquisar o motivo de alguns acolhidos não serem adotados por famílias.

A CBPSB, com base na teologia da Missão Integral, tem por tradição o desenvolvimento de projetos sociais, que compreendem: 1) Lar da Criança Henrique Liebich, Ijuí – RS; 2) Lar Criança Feliz, Cotia – SP; 3) Lar de Idosos, Panambi – RS; 4) Lar Irmãos Dentzer, Toledo – PR; 5) Núcleo Social de Diadema, Diadema – SP; 6) Centro de Atendimento Integral ao Surdo, Ijuí – RS; 7) Espaço Feliz – Centro Social Pioneiro, Santa Rosa – RS e 8) SOS Vida, Santo Ângelo – RS. Esses projetos sociais relevantes para a sociedade igualmente me motivaram para a pesquisa nesta área.

Às motivações supradescritas ainda pode ser acrescentado meu trabalho pastoral entre os anos de 2008 e 2011 na Igreja Batista de Nova Ramada. Foi exatamente nesse município, mais precisamente na localidade rural de Monte Alvão, que nasceu o Lar da Criança Henrique Liebich, o então Orfanato Henrique Liebich. Nesses quatro anos pude coletar muitas informações com moradores próximos da localidade, alguns deles testemunhas oculares de todo o processo. Essa igreja desmembrou-se da Igreja Batista de Monte Alvão, da qual os acolhidos da época participavam.

Assim sendo, inicialmente o Lar da Criança Henrique Liebich será pesquisado como estudo de um caso etnográfico⁵, porém sob uma perspectiva histórico-documental até sua situação atual, contando ainda com o método da observação participante.⁶ Nesse capítulo também procurarei responder à questão levantada por Roberto da Silva, segundo o qual muitos estudos tem sido realizados sobre a criança institucionalizada, como “pedagogia específica”, “técnicas para trabalhar com meninos de rua”, “subjetividade do menor etc.”, porém pouco ou nenhum estudo tem sido realizado sobre a “historicidade do abandono e o atrelamento das políticas de amparo à criança a uma visão política do Estado e do homem.”⁷ É

³ Na sequência da pesquisa, Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil será substituída pela sigla CBPSB.

⁴ Veja mais informações em: INSTITUCIONAL. Disponível em: <<http://www.pioneira.org.br/>>. Acesso em 20 ago. 2014.

⁵ O estudo de caso seguirá a metodologia oferecida por Marli Afonso de André e Umberto Eco.

⁶ CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. et al. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 51-66.

⁷ SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo*. São Paulo: Ática, 1997. p. 48.

importante ressaltar que Roberto da Silva é um ex-acolhido e usa sua história de vida como método de pesquisa social.⁸ Nesta pesquisa, identifico-me com o método deste.

No segundo capítulo farei uma breve descrição histórica da infância no Brasil até a contemporaneidade, ainda tendo como pano de fundo a questão de Roberto da Silva. Abordarei questões sobre a orfandade e suas causas; mortalidade infantil; destituição do poder familiar; adoção nacional e internacional, pretendendo aprofundar os conhecimentos na área de criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social, visto que não é um fenômeno emergente, mas presente na história da Humanidade. Também farei uma análise da situação da criança e o meio ambiente em que está inserida, e que facilita a vitimização pela vulnerabilidade. O meio ambiente em que ela está inserida tem forte conotação erótica, o que nesse capítulo será descrito como “erotização da sociedade”. Para essa descrição serão utilizados índices e dados estatísticos oferecidos por órgãos oficiais nacionais e internacionais como IBGE, CNJ, CNA, IPEA, OMS, UNICEF, ONU entre outros. Serão contemplados ainda nesse capítulo a Lei nº 12.010 e sua complexidade em relação aos processos de adoção nacional e internacional, bem como o perfil do adotante brasileiro e o do internacional.

Na sequência da pesquisa, a partir da Bíblia procuro elaborar uma fundamentação teológica para a proteção da criança e suas relações com a situação de vulnerabilidade e exploração em seus diversos sentidos, destacando a orfandade no Antigo Testamento e a infância no Novo Testamento com suas respectivas temáticas. Nessa perspectiva, é de fundamental importância desvendar as particularidades dessa maneira de violação de direitos para oferecer maiores contribuições e informação a quem deseja proteger a criança e o adolescente em situação de vulnerabilidade, nos moldes de Henrique e Frieda Liebich.

O referencial teórico para esta pesquisa e principalmente para o capítulo 3, constitui-se na Teologia da Criança. Trata-se de um movimento teológico que oferece uma nova hermenêutica bíblica com ênfase no cuidado das crianças. Assim, descreverei dez crianças da Bíblia, cinco do Antigo Testamento e cinco do Novo Testamento. O objetivo dessa descrição é fortalecer a Teologia da Criança na CBPSB e aprender com elas, porque são as que mais sabem sobre o Reino dos Céus, enquanto se cuida delas. A Teologia da Criança orienta a pesquisa teológica apresentando novos capítulos sobre a criança, tomando-a assunto teológico, e desenvolve a teologia como um todo sob a perspectiva desta.

⁸ CHALOUB, Suraya Benjamin. *Processo pedagógico gerador de consciência crítica: uma história de vida*. São Paulo: Loyola, 1989. p. 7-15.

Por último, resgaterei os princípios de cuidado e proteção à criança a partir do modelo da família de Henrique Liebich e sua aplicabilidade para a infância na contemporaneidade. O mesmo padrão será seguido para os princípios oferecidos pela teologia e para a legislação vigente no país. Destacarei nesse capítulo a importância da família bem ajustada para o desenvolvimento da criança. O modelo para descrever uma família bem ajustada será embasado a partir da Bíblia. Para análise dos textos bíblicos, será utilizado o método histórico-gramatical que, segundo Ênio Müller⁹, consiste em três estágios: “Observação, interpretação e aplicação”, ou seja: “O que diz o texto?”; “o que quer dizer o texto?” e “o que o texto quer dizer a nós?” O uso desse método é justificado pela maneira simples e prática de estudar a Bíblia e pela existência abundante de material como comentários, dicionários, manuais bíblicos na CBPSB. Essa praticidade também é justificada pela iniciativa das famílias de estudar a Bíblia e principalmente contar histórias dela para crianças na linguagem delas.

Ao longo desta pesquisa, as expressões “infância”, “crianças” e “crianças e adolescentes” denotam todos os seres humanos em desenvolvimento com menos de dezoito anos de idade, conforme definição do Estatuto da Criança e do Adolescente no Artigo 2º: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

O objetivo da pesquisa visa a destacar algumas fragilidades da criança e do adolescente que lhes causam vitimização. A partir do modelo de cuidado com a criança em situação de vulnerabilidade social deixado pelo casal Liebich, apontar para a família bem ajustada como um lugar de proteção e segurança para a criança. Essa família bem ajustada não precisa necessariamente ser composta por filhos biológicos, mas também por adotivos. Assim, a pesquisa procurará desmitificar o tabu existente em torno do adotante brasileiro, tentando assim facilitar a adoção de crianças para que estas possam ter uma família. Esse é o grande desejo das crianças acolhidas. Ter uma família para elas e não como se pensa erroneamente ter uma criança para a família. A adoção precisa ser realizada com amor, isto é, adotar é se doar. Esse é o legado deixado por Henrique e Frieda Liebich e que precisa urgentemente ser colocado em prática para esvaziar as instituições de acolhimento.

⁹ FEE, D. Gordon; STUART, Douglas. *Entendes o que lêes?* Um guia para entender a Bíblia com o auxílio da exegese e da hermenêutica. Tradução Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2. ed. 1997, p. 281-282. Veja também: ZUCK, Roy B. *A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. Tradução de Cesar de F. A. Bueno Viera. São Paulo: Vida Nova, 1994. p. 113ss.

1. LAR DA CRIANÇA HENRIQUE LIEBICH: ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

“Tomem a criança ou eu pulo com ela no rio”.¹⁰

1.1 Questões introdutórias

O estudo de caso, que é a base desta pesquisa, dar-se-á a partir de uma investigação do Lar da Criança Henrique Liebich¹¹ e suas relações com sociedade e Estado. O Lar está situado à Rua José Bonifácio, 1623, Bairro Storch, Ijuí – RS.

O município de Ijuí foi fundado em 19 de outubro de 1890 e está situado a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de 395 km da capital gaúcha. Localiza-se a uma latitude 28°23'16" sul e a uma longitude 53°54'53" oeste, e a uma altitude de 328 metros acima do nível do mar.

Com uma população de 78.916 habitantes, de acordo com censo de 2010, é o terceiro município mais populoso da região Noroeste/Missões, que abrange 216 municípios, atrás apenas de Passo Fundo e Erechim. Ocupa a 25ª colocação entre 496 municípios que formam o Estado do Rio Grande do Sul e está entre os dez melhores municípios em qualidade de vida do estado. Noventa e um por cento da população está concentrada em zona urbana. Quanto a domicílios, Ijuí comporta 26.781 ocupados, 31 domicílios improvisados, 1.673 vagos e 728 de uso ocasional.¹² “Por ser uma cidade universitária e com amplos recursos hospitalares, possuindo um dos melhores hospitais do interior do Rio Grande do Sul, Ijuí tem um fluxo de aproximadamente 100.000 pessoas, sendo o maior e mais importante centro populacional da região”.¹³

Ijuí também é conhecida como “Terra das culturas diversificadas”, por reunir descendentes das mais diferentes etnias: alemães, italianos, poloneses, austríacos, suecos, letos, portugueses, espanhóis, russos, árabes, gaúchos, entre outros. “Este título foi atribuído à cidade porque, em 19 de outubro de 1890, a então Colônia de Ijuhy¹⁴ foi colonizada por pioneiros de 19 etnias que nesta terra se estabeleceram e iniciaram uma vida de trabalho

¹⁰ TÍTULO do texto. *O Batista Pioneiro*, Ijuí, dia out. 1995, p. 10.

¹¹ Doravante, nesta pesquisa a nomenclatura “Lar da Criança Henrique Liebich” será abreviada para “Lar”.

¹² APRESENTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.ijui.rs.gov.br/noticia/index/16329>>. Acesso em: 25 dez. 2012.

¹³ IJUÍ. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iju%C3%AD>>. Acesso em: 25 dez. 2012.

¹⁴ Ijuhy na língua guarani significa “Rio das Águas Claras” ou “Rio das Águas Divinas”.

árido, prosperidade e desenvolvimento”.¹⁵ Cada etnia cultivava a terra com a sua própria cultura agrícola, adequando-se às novas tecnologias sem, no entanto, perder a sua essência e o ímpeto empreendedor. Para manter viva a chama desse legado empreendedor e a tradição de cada etnia através das gerações, foi criada a FENADI (Festa Nacional das Culturas Diversificadas). É uma festa brasileira que consegue reunir as mais diferentes etnias num parque de exposições, cada qual em sua casa típica, conforme sua tradição. Na festa o “respeito às diferenças se consolida através da harmoniosa convivência entre as diversas culturas que dividem um mesmo ambiente para mostrarem suas peculiaridades, sua gastronomia, trajes típicos, tradições e toda riqueza que cada povo trouxe para esta região”.¹⁶

Esta diversidade e este acolhimento e respeito entre as etnias podem ser motivos facilitadores para que o município de Ijuí abrigue quatro instituições de acolhimento. Porém, ao fazer uma análise mais acurada percebe-se que o Lar tornou Ijuí referência para crianças em situação de vulnerabilidade. Essa referência causou uma procura em Ijuí por abrigo de crianças do Estado do Rio Grande do Sul e de toda a região sul do país, fazendo com que se criassem mais três instituições de abrigo. Além dessas quatro instituições ainda existiu, até meados da década de 1990, o Instituto de Menores de Ijuí, ainda nos moldes que Lidia Weber descreve como “casa da bruxa”¹⁷, pelo fato de as instituições até então serem consideradas apenas como depósitos de crianças.

Em relação ao Lar, a partir de pesquisa bibliográfica investigarei questões como: a história da fase inicial, os motivos para o seu surgimento, a trajetória de formação de mães sociais e a contribuição deixada por Henrique para as crianças em situação de vulnerabilidade social. Para uma tentativa de explicação dos motivos do surgimento farei uma breve abordagem geográfica e cultural. Além da pesquisa bibliográfica, este estudo contará com a observação participante e a descrição da observação a partir do método diário de campo e entrevista semidirigida.¹⁸ A observação se torna facilmente viável devido à minha inserção pastoral na instituição.

¹⁵ FENADI. Disponível em: <<http://www.expoijuifenadi.com.br/publicacao-293-fenadi.fire>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

¹⁶ FENADI, 2013.

¹⁷ WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyi. *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2000. p. 34.

¹⁸ Referenciais para esta metodologia podem ser: ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso. *Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional*. Brasília: Líber Livro, 2005. 70 p. (Série Pesquisa, 13); DESLANDES, Suely Ferreira; CRUZ NETO, Otávio; GOMES, Romeu. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p. (Temas sociais).

Também descreverei a fase de transição do trabalho voluntário para o institucional. A construção do novo Lar marca a fase de transição e suas consequências para as crianças em processo de acolhimento. Abordarei questões como: as doações e seu significado; a adaptação das crianças no Lar; a manutenção da instituição e as dificuldades financeiras enfrentadas por ela. O item específico sobre “um dia no Lar” será breve. Apenas apontarei questões rotineiras dos acolhidos.¹⁹

Uma das maiores dificuldades do Lar sempre foi e ainda é encontrar mães sociais. Por isso farei um levantamento mais amplo nesse aspecto. Esse levantamento contemplará a formação, as responsabilidades e os direitos de uma mãe social, bem como as condições para admissão delas segundo a legislação.

1.2 Lar da Criança Henrique Liebich: fase inicial

1.2.1 Os primórdios

Henrique Liebich, proveniente da Linha 18, era agricultor e morava com sua família na localidade de Monte Alvão²⁰, na época pertencente ao município de Ajuricaba. Sua esposa, Frieda, era parteira muito solicitada na região devido à escassez de médicos e hospitais. O casal Henrique e Frieda Liebich tinha nove filhos.²¹

Na história desta família, o dia 24 de outubro de 1954 foi muito especial. Nesse dia Frieda foi chamada por uma moça grávida, solteira e que havia chegado até a fazenda dos Liebich para trabalhar. Na verdade o trabalho era apenas pretexto, pois ela queria doar a criança após o nascimento e voltar para seus familiares como se nada tivesse acontecido. Um casal de idosos, agregados da fazenda, iria adotar a criança, mas foram acometidos por doenças e conseqüentemente desistiram da adoção. Frieda, além de fazer o parto, cuidou do casal enfermo, da criança e da mãe solteira. Quando o bebê completou oito dias foi abandonado pela mãe na casa do casal de idosos, que não tinha condições de cuidar do bebê. Foi então que Frieda o levou consigo para amamentar, pois já amamentava seu próprio filho, Roberto, de quatro meses. Pôs o nome de Astrogildo no pequeno abandonado. Henrique notificou o Juizado de Ijuí e recebeu a guarda provisória da criança.²²

¹⁹ De acordo com a legislação, não se pode expor os acolhidos nem a instituição.

²⁰ Veja Apêndice A.

²¹ Veja Apêndice B.

²² MOREIRA, Zidrone Liebich. *Liebich: uma história de fé, esperança e amor*. [S.l.:s.n.], [2011?], [n.p.].

O dia 24 de maio de 1960 deveria ser um dia corriqueiro como os demais, mas para o casal Liebich não foi. Henrique e Frieda Liebich foram à então vila de Ajuricaba para fazerem suas compras. Para surpresa sua, ao chegarem ao estabelecimento comercial de Norberto Oderman – que também resolvia problemas de menores junto à Comarca do município de Ijuí – este lhes apresentou três crianças abandonadas: José Clenio, de quatro anos; Lourdes, de dois anos, e João Enio, de nove meses. Explicou que as crianças haviam sido abandonadas por trabalhadores de uma fazenda e logo efetuou o seu pedido: “Vocês poderiam me ajudar a resolver esse problema? Vocês, que já têm uma criança, poderiam abrigar mais essas três até que eu encontre os pais ou arranje outra solução?”. Henrique Liebich respondeu: “Mas eu já estou aguardando há seis anos vocês encontrarem a mãe do menino que está comigo e até hoje não pôde ser registrado”. Mesmo assim conversou com Frieda e acabaram por acolhê-los, pois o amor deles pelos inocentes abandonados falou mais forte.²³

Na viagem de volta para Monte Alvão o casal teria que percorrer em torno de 20 quilômetros de carroça. Tiveram tempo suficiente para conversar e concluíram que havia a necessidade de uma instituição que acolhesse as crianças abandonadas. Já em casa, naquela noite Henrique Liebich reuniu a família e conversou sobre as crianças que já estavam com eles e tantas outras que ainda necessitavam ser abrigadas. Era de praxe realizar o culto familiar e, naquele dia, oraram a Deus pedindo ajuda sobre a possibilidade de criação de um orfanato na casa da família Liebich.²⁴

Após esta decisão Henrique Liebich foi conversar com Pr.²⁵ Oskar Horn. Este concordou com a ideia do orfanato, porém o advertiu das dificuldades de conciliar orfanato, família e sustento²⁶ e de que não poderiam contar com o apoio das igrejas da Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil. A resposta de Henrique foi: “Tenho convicção de que esta é a vontade de Deus, e só contarei com Ele e com aqueles que Ele mover para sustento desta obra que é Dele”.²⁷ Diante da convicção de Henrique Liebich, o Pr. Oskar Horn escreveu uma carta ao Pr. Ricardo Pytrowski, que era primo do pai de Frieda e havia fundado um Instituto para Cegos no Rio de Janeiro, pedindo informações sobre a documentação legal para organização de uma entidade beneficente. O Pr. Ricardo Pytrowski respondeu enviando

²³ MOREIRA, [2011?], [n.p.].

²⁴ MOREIRA, [2011?], [n.p.].

²⁵ A abreviação “Pr.” significa “Pastor” para o contexto da Igreja Batista.

²⁶ Não havia apoio por parte dos órgãos oficiais do governo, logo o sustento se limitava ao resultado das colheitas. IJUÍ terá “Lar da Criança Henrique Liebich”. *Jornal da Manhã*, Ijuí, 18 out. 1975, Caderno especial.

²⁷ MOREIRA, [2011?], [n.p.].

cópias dos Estatutos de Orfanatos da Convenção Batista Brasileira e orientações para fundar tal entidade.²⁸

Em 11 de fevereiro de 1961 foi fundado²⁹ oficialmente o Orfanato Batista “Henrique Liebich”. O Pr. Oskar Horn, representante credenciado da Primeira Igreja Batista de Ijuí, foi quem dirigiu a reunião. A primeira diretoria ficou assim constituída: presidente: Henrique Liebich; secretária: Zidrone Liebich; tesoureiro: Willy von der Fee e conselheiro: Pr. Oskar Horn. Na ocasião também foi aprovado o estatuto e o orfanato foi registrado como pessoa jurídica. Posteriormente foi elaborado o regimento interno que regulamentaria o seu funcionamento. O orfanato foi instalado na residência da família Liebich e iniciou suas atividades com sete crianças: Astrogildo, que já estava abrigado no lar da família, e mais seis que tinham sido acolhidas no decorrer de 1960.³⁰ Em fevereiro de 1962 foi comemorado o primeiro ano de funcionamento do orfanato, que nessa data já contava com dezoito internos.³¹

Até o ano de 1964 as crianças eram cuidadas por Frieda e a filha Sibila. O número de internos aumentava rapidamente. Em 1962 já eram 24 crianças; em 1963,33; em 1964, 46 e em 1965 já eram cinquenta crianças – número máximo que o orfanato poderia suportar.³²

O que pode ser destacado até este momento da pesquisa é a perseverança e o amor que Henrique Liebich e sua família tinham por crianças abandonadas (definição usada para se referir a crianças em situação de vulnerabilidade, na época). Além disso, Henrique também confiava nas crianças em situação de vulnerabilidade a tal ponto de abraçar um grande projeto, que era a construção de um orfanato; porque via nelas um futuro melhor.

1.2.2 Contexto geográfico

Como já citado anteriormente, a localidade de Monte Alvão na época do surgimento do então Orfanato Batista Henrique Liebich pertencia ao município de Ajuricaba. Portanto, tentarei explicar o rápido aumento do número de acolhidos já naquele ano. Este fenômeno, que pode assim ser chamado, de uma localidade rural conglomerar alto número de crianças em situação de vulnerabilidade, tem como possível explicação a distribuição demográfica. De

²⁸ MOREIRA, [2011?], [n.p.].

²⁹ Os sócios fundadores foram: Henrique Liebich, Frieda Liebich, Arnold Reinke, Frieda Reinke, Willy von der Fee, Naomi von der Fee, Benjamin Liebich, Elzira Cristina Liebich, Arlindo Cardoso, Albertina Cardoso, Dorvalino dos Santos, Iracema dos Santos, Cristiano Liebich, Zidrone Liebich, Sibila Liebich, Alvine Minikel e Alma Endel.

³⁰ MOREIRA, [2011?], [n.p.].

³¹ *JORNAL Correio Serrano*, Ijuí, 14 fev. 1962.

³² MOREIRA, [2011?], [n.p.]. Veja Apêndice C.

acordo com o censo de 2010, o município de Ajuricaba conta com 7.255 habitantes. Destes, 4.108 (56,6%) estão concentrados em zona urbana e 3.147 (43,4%) em zona rural.³³ Esses números demonstram que quase metade da população atual ainda vive na zona rural.

Com a emancipação de Nova Ramada, em 28 de dezembro de 1995, a localidade de Monte Alvão, que pertencia a Ajuricaba, passa a pertencer ao novo município de Nova Ramada. Este é essencialmente agrícola. Apenas 670 (27,5%) moradores estão radicados na zona urbana. Concentram-se 1.767 (72,5%) em áreas rurais. Ao todo o município possui 2.437 habitantes.³⁴ Se comparado com dados do censo do ano de 2000, há 286 habitantes a menos, significando um crescimento negativo de 10,5% nos últimos dez anos. De acordo com o atual prefeito, Hardi Milton Eickoff, um dos fundadores do município e no cargo pelo terceiro mandato, na data da emancipação Nova Ramada possuía 2.534 habitantes, todos moradores da zona rural.

A partir dos dados acima percebemos que na localidade de Monte Alvão havia mais habitantes no passado que atualmente. Esse maior número de habitantes em áreas rurais se dava em face da ainda não mecanização da agricultura em terras férteis e cobertas de mata.³⁵ Esse fato demandava mão de obra, ou seja, havia muitos funcionários agrícolas naquela época. Presume-se que, com a mecanização da agricultura, muito trabalhadores rurais acabaram perdendo seus empregos – o que não justifica o abandono de filhos, embora possa ter contribuído para isso.

Segundo a tradição popular, muitos agregados ou “peões de granja”, como eram denominados pela cultura local, ao perderem seu emprego abandonavam suas companheiras grávidas ou já com filhos. Fato que já poderia ser considerado uma violência contra a mulher. Cito como exemplo: “Numa certa noite do ano de 1959, uma senhora bateu à porta da casa da família Liebich [...]. Fora abandonada por seu marido e não tinha condições de sustentar seus três filhos – uma menina de quatro anos, um menino de dois anos e outro menino, de nove meses”.³⁶ Ela os entregou aos cuidados da família Liebich. Edelmar Fridrich relata que participava dos cultos na casa de Henrique juntamente com familiares e crianças. Segundo

³³ SINOPSE dos resultados do censo de 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=43&cod2=430020&cod3=43&frm=ur_b_rur>. Acesso em: 19 jan. 2013.

³⁴ SINOPSE, 2013.

³⁵ As terras a partir das regiões limítrofes de Monte Alvão eram consideradas campos com vegetação de barba de bode, portanto na época inúteis para a agricultura, embora servissem para a criação de gado.

³⁶ *DER MISSIONSBOTE*, [S.l.:s.n.], Jahrgang 50, Nr. 4, p. 12, April 1976.

ele, não raras vezes as mães biológicas também permaneciam trabalhando no orfanato. Para Maria Luiza Marcílio, “mãe solteira, em muitos casos, foi quem mais contribuiu para aumentar as estatísticas de bebês abandonados, no século XX.”³⁷

Naquela época as famílias eram numerosas. Os filhos eram extremamente úteis no trabalho familiar em propriedades agrícolas, fato que, conforme Maria Motta, evitava o abandono de crianças no meio rural.³⁸ Mesmo assim, o elevado número de filhos pode ser um fator de explicação para o alto número de crianças no orfanato na década de 1960.

Outro fator, além do elevado número de filhos e da mecanização da agricultura, pode ser a pobreza. No ambiente agrícola facilmente acontecem frustrações de safra. Historicamente, nesta região específica uma em cada três ou quatro anos. Tais frustrações podiam acontecer por falta de chuva ou excesso desta. Além da perda dos produtos agrícolas, a abundância ou a escassez dos recursos hídricos também prejudicavam a criação de animais e a produção de leite.

Ainda, segundo informação de populares a expectativa de vida na época girava em torno de 45 anos.³⁹ Por esse motivo, quatro sobrinhos de Henrique Liebich ainda crianças perderam seus pais e tiveram de ser acolhidos no orfanato do tio. A todas essas situações, ainda pode ser somado o desespero. Diante da miséria é fácil entender a frase de uma mãe que entregou o filho para adoção: “Tomem a criança ou eu pulo com ela no rio”, citada no início deste capítulo. Para essa mãe específica poderia ser o mal menor. Ela entregou o filho por amor.

1.2.3 Contexto cultural

Até o início do ano de 1800, a área geográfica pertencente a Nova Ramada e arredores era ocupada por indígenas, os kaingangues e os guaranis. Após esse período, a ocupação aconteceu com portugueses mesclados a africanos e indígenas. Esses ocupantes conseguiam

³⁷ MARCÍLIO, Maria Luiza da. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 193.

³⁸ MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez, 2001. p. 54.

³⁹ SEGUNDO estatísticas do IBGE, em 1950 a expectativa de vida era de 52,82 anos. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP210&sv=36&t=esperanca-vida-nascer>>. Acesso em: 08 fev. 2013. Segundo dados do censo de 2010, a expectativa de vida era de 73 anos. Disponível em: IBGE. <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2032>>. Acesso em: 08 fev. 2013. Esses dados revelam que o aumento da expectativa de vida proporciona aos filhos maior tempo de convivência com os pais e o mesmo pode ser observado em relação aos netos com seus avós.

legalizar vastas áreas de terra.⁴⁰ A legalização poderia culminar com a expulsão dos indígenas e a própria mescla também gerava filhos sem pais. Pensava-se que, por serem indígenas ou negros, não haveria maiores consequências no sentido familiar.

Outro aspecto, segundo a tradição popular (mas que em tese é apenas teoria), era o assassinato de chefes de família por parte de latifundiários, numa tentativa de se apossar da propriedade de uma família que sobrevivia à custa da agricultura de subsistência. Com a falta do pai, os filhos e principalmente as filhas e até as viúvas ficavam abandonados à mercê da sorte e, na melhor das hipóteses, geravam futuros abandonados a partir de novas uniões não legalizadas.

No dia 3 de janeiro de 1925, um fato marcante para a região foi a passagem da Coluna Prestes. Nesse dia aconteceu o confronto da Coluna com Forças Legalistas do governo. O confronto ficou conhecido como Combate da Ramada.⁴¹ Segundo um jornal da época, “o combate, que durou doze horas, foi [...] dos mais renhidos e sangrentos da revolução e terminou com a retirada dos rebeldes”.⁴²

A Coluna Prestes era constituída de jovens militares que saíam armados dos quartéis e tinham como objetivo a revolta contra a República Velha. Era a época do tenentismo.⁴³ Muitos capitães e tenentes tomavam a mesma atitude. O capitão Luis Carlos Prestes, de 26 anos de idade, era um dos líderes da Coluna. Havia abandonado o 1º Batalhão Ferroviário de Santo Ângelo – RS. O grupo liderado por Prestes percorreu cerca de 15 mil quilômetros pelo interior do Brasil, sem nunca se aproximar do governo federal.

Não se sabe ao certo o propósito das viagens pelo interior desprotegido do país. Segundo alguns historiadores, conscientizar a população do seu estado de miséria e pobreza. Porém, conforme revelam documentos encontrados recentemente, “os integrantes da Coluna Prestes estiveram bem longe de ter apoio popular ou mesmo de tentar conquistá-lo. E não só conheceram a miséria do interior do Brasil como a tornaram ainda maior”.⁴⁴ Por onde passava, a Coluna saqueava o comércio e os agricultores, em alguns casos totalmente. A

⁴⁰ NOVA RAMADA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Ramada>. Acesso em: 24 jan. 2013.

⁴¹ NOVA RAMADA, 2013.

⁴² ACONTECIMENTOS revolucionários. *Correio Serrano*, Villa Ijuhy, 14 jan. 1925.

⁴³ O termo deriva-se da palavra tenente mais o sufixo *-ismo*, que indica movimento político militar. *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987, v. 19. p. 10.830ss.

⁴⁴ NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Leya, 2011. p. 295-297.

brutalidade existia até mesmo entre o grupo da Coluna: “Consta que os rebeldes mataram o comerciante Germano Räder na Ramada, apesar de ser correligionário d’eles”.⁴⁵

No ano de 1999, o Centro de Pesquisa e documentação da Fundação Getúlio Vargas abriu cartas e fotos de Juarez Távora, que era um dos líderes da Coluna. Entre a documentação aberta havia cartas escritas e recebidas pelos líderes do grupo. O conteúdo das mesmas revela que o grupo “não era recebido com festas por onde passava – pelo contrário. Saques, estupros, assassinatos e outras atrocidades⁴⁶ deixavam a população aterrorizada. Ao saber da chegada dos arruaceiros, o povo costumava fugir da cidade para evitar que seu rebanho acabasse no prato dos invasores”.⁴⁷ A situação de medo imposta pelo grupo era tal que até os padres intervinham para defender o povo.

O Pe. José Senabre Sanroman registrou nos livros da igreja: recomendação para que se faça um tríduo de preces públicas para obter de Deus a paz e a tranquilidade na Diocese de Goiás, infelizmente agora invadida por hordas de bandidos. Invasão, pois, o município e de posse da cidade, os revolucionários praticaram toda sorte de depredações e violências, roubando, saqueando o comércio e fazendeiros, incendiando casas e fazendas e assassinando vítimas ignorantes, dando em resultado um prejuízo incalculável para o desventurado, pobre e flagelado município de Rio Bonito, ficando grande número de famílias na fome e sem roupa.⁴⁸

A partir da análise dos novos documentos revelou-se que a Coluna Prestes, ou a maioria dos integrantes desse grupo apenas queria se aventurar pelo Brasil, aproveitando-se das cidades indefesas. Eliane Brum, jornalista ijuiense que refez os 15.000 quilômetros percorridos por Prestes, relata que a tropa comia e se vestia nos lugares mais miseráveis. “Se grande parte dos combatentes não sabia nem que presidente tinha de derrubar, era esperar demais que as populações dos rincões mais perdidos do Brasil, onde jornal não chegava, compreendessem, apoiassem e assistissem seus poucos bens irem embora com alegria no coração”.⁴⁹

Ainda segundo a jornalista, referindo-se ao combate da Ramada, após “encharcar a terra de sangue, revoltosos e legalistas debandaram. Não ficaram para assistir ao espetáculo: os cadáveres foram devorados pelos porcos durante oito dias, tempo exato que o intendente

⁴⁵ ACONTECIMENTOS revolucionários. *Correio Serrano*, Villa Ijuhy, 7 jan. 1925, p. 15.

⁴⁶ Lembro-me de que meu avô e meu pai – por serem moradores das imediações interioranas de Santo Ângelo – ao se referir à Coluna Prestes faziam menção a estas atrocidades no mesmo teor que são descritas por Narloch.

⁴⁷ NARLOCH, 2011, p. 297-298.

⁴⁸ ALGODÃO doce, pipoca e Coluna Prestes. In: *Catolicismo: revista de cultura e atualidades*. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=B5343852-CC49-1333-56D8939AE09E8DC4&mes=Agosto1999>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

⁴⁹ BRUM, Eliane Cristina. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994. p. 7.

levou para mandar enterrar os despojos da batalha”. Domingos Lima, sobrevivente do combate e entrevistado pela jornalista, relatou: “Quando as covas foram abertas, só havia ossos desencarnados para enterrar. As árvores tinham ficado pretas por causa das moscas”. Diante das cenas macabras que revivia resultantes do Combate, para a sua própria morte Domingos pediu: “Um lugar na terra, longe de porcos, das moscas e de meu inimigo Luis Carlos Prestes”.⁵⁰

Elias Antonio Batista Prates, nascido em 20 de janeiro de 1916, a 1 quilômetro do combate, conta que após o trágico enfrentamento foram encontrados mais de quatrocentos corpos já em decomposição, dos quais vinte eram de mulheres.⁵¹ Atualmente, conta-se ainda que os homens ou se escondiam nas matas ou eram recrutados à força pela Coluna, alguns para lutar por um ideal indefinido, outros para servir de guia nas picadas sem rumo. Quem resistia para proteger seus bens morria.

No meu tempo de pastorado na Igreja Batista de Nova Ramada, pude fazer as mesmas constatações ao conversar com moradores mais antigos, normalmente filhos de quem viu ou até mesmo participou do combate. À beira da estrada que liga o município de Ajuricaba a Palmeira das Missões, mais precisamente na localidade de Esquina Umbú, jaz um túmulo⁵² em meio a uma lavoura de soja com algumas árvores. Ali foram sepultados seis legalistas.⁵³ É o que restou para Nova Ramada do mais sangrento combate da Coluna Prestes. Mas nas conversas com moradores também percebi que, além do túmulo, ficaram marcas profundas de dor, medo e pavor de familiares mais próximos das vítimas. Na melhor das hipóteses talvez um dia o túmulo seja considerado um ponto turístico, visto que Nova Ramada está situada na Rota do Yucumã, ou até mesmo sirva para futuras escavações arqueológicas.

Por muito tempo a Coluna Prestes foi ensinada e apresentada à população como um movimento de ideais sociais relevantes. Até então só se admitia heróis. Esse fato só pode ser explicado pela “parcialidade gratuita e absurda em favor da ideologia comunista, que infelizmente tomou conta de grande parte de nossas elites intelectuais e midiáticas”.⁵⁴

A partir da análise do contexto geográfico e cultural podemos concluir que o povo daquela época vivia em fases de transição, como colonização, imigração e mescla de raças.

⁵⁰ BRUM, 1994. p. 30.

⁵¹ Entrevista arquivada na Biblioteca de Nova Ramada, realizada por autor anônimo.

⁵² Veja foto em Apêndice D.

⁵³ O termo “legalista” refere-se a pessoas que defendem o governo legal.

⁵⁴ ALGODÃO, 2013.

Essas situações podem ter desencadeado uma espécie de cultura de abandono e que lentamente foi se estendendo até o final da década de 1950 e início da de 1960. A falta de políticas públicas, de apoio e orientação às mães e às mulheres que ainda não tinham filhos e a distante localização de centros urbanos com recursos como médicos e hospitais, facilitava a perpetuação do abandono. No entendimento de Maria Motta, a “criança que não foi objeto de carinho, cuidado e atenção pessoais e prolongados poderá ter dificuldades em relacionamento futuro, desenvolver comportamentos antissociais, doenças psicossomáticas ou ter dificuldade em construir uma família saudável”.⁵⁵

O grande acúmulo de crianças no orfanato é ainda melhor explicado por Maria Motta quando esta defende a tese de que a “falta de elaboração adequada da entrega de um filho pode, a nosso ver, talvez explicar os casos nos quais o ciclo abandono-adoção tende a se repetir. Não raro, após a entrega de um filho decorrem sucessivas gravidezes que parecem, *grosso modo*, objetivar preencher o vazio de um luto não elaborado, talvez até aplacar a culpa decorrente de tal ato”. Segundo ela, no seu diálogo sobre abandono e adoção, “tudo o que essas mulheres conseguem é aprofundar cada vez mais o fosso, contribuindo para a praga social do abandono sucessivo de crianças”.⁵⁶

No século XVII surgiu, na França, um grande articulador de ações solidárias: o sacerdote Vicente de Paula. Certo dia, ao anoitecer, caminhava ao longo do muro de Paris. Repentinamente ouviu gritos estarrecedores de uma criança. Viu como um mendigo a mutilava. Era costume dos mendigos se apoderarem de crianças “ilegítimas” (abandonadas) e mutilá-las. Com seus atos revoltantes os mendigos procuravam chamar a atenção dos transeuntes, sensibilizando-os para receberem generosas doações. Além disso, também era prática da época vender as crianças. O contexto para tamanha brutalidade era a Guerra dos Trinta Anos.⁵⁷

Vicente viu naquela noite não apenas a miséria das crianças, mas também a dos mendigos. Estes se organizavam em associações e viviam em lugares próprios da cidade. O maior destes locais reunia cerca de três mil pessoas. Nenhuma proibição conseguiu acabar com a mendicância. A polícia temia entrar nesses lugares e a igreja não enviava seus

⁵⁵ MOTTA, 2001. p. 34.

⁵⁶ MOTTA, 2001. p. 35.

⁵⁷ VONHOFF, Heinz; HOFMANN, HANS-Joachim. *Samariter der Menschheit: Christliche Barmherzigkeit in Geschichte und Gegenwart*. Tradução Rodolfo Gaede Neto. München: Claudios-Verlag, 1977, p. 80-83.

servidores a esse tipo de ambiente. Porém Vicente foi ao encontro de tal situação e construiu um hospital para recuperação de mendigos.⁵⁸

É necessário destacarmos, na atitude de Vicente, não só o grito da criança mas a causa que gerava o grito nela e em muitas outras. Ele percebeu que as crianças eram mutiladas devido à miséria. Esta, gerada num contexto de guerra, produzia a mendicância. Os mendigos se aproveitavam de crianças indefesas para exigir esmolas das pessoas. Atacando as causas, Vicente evitou muitas consequências graves em pessoas.

1.2.4 Mães abandonadas

Até o presente momento da pesquisa, o objeto foi a criança abandonada. Mas, pelo contexto geográfico e cultural da região em que surgiu o Lar, concluímos que havia também mães abandonadas. Pela ligação particular que possuo com o Lar da Criança Henrique Liebich, preciso necessariamente, nesta altura da pesquisa, também abordar – embora superficialmente – a “mãe abandonada”.

Diante deste tema a pergunta intrigante e que não quer calar é: “O que poderia levar uma mãe a entregar seu filho ou abandoná-lo, na pior das hipóteses?”. Essa questão perturba-me ainda mais diante do texto bíblico considerado áureo em situações de abandono: “Haverá mãe que possa esquecer seu bebê que ainda mama e não ter compaixão do filho que gerou?” (Is 49.15).

A raiz do termo hebraico שָׁכַח (*shākah*) pode ser traduzida por “esquecer”, “desconsiderar”. Aqui, esquecer “não é simplesmente um ato psicológico em que o pensamento sai do estado consciente, por um lapso temporário ou permanente de memória. Isso se vê com a frequente associação do verbo com uma ação”.⁵⁹ Em analogia pode ser citado o exemplo de Dt 8.11: “Tenham o cuidado de não se esquecer do Senhor, o seu Deus”. Na continuação do raciocínio de Hamilton, “esquecer-se de Deus é ignorar os seus mandamentos”.⁶⁰ Ao transferir esse pensamento para a condição maternal, poderíamos concordar com a tradução do Dicionário Hebraico-Português:⁶¹ “lançar no esquecimento”,

⁵⁸ VONHOFF, 1977. p. 80-83.

⁵⁹ HAMILTON, P. Victor. שָׁכַח In: HARRIS, R. L. et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão e Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1557.

⁶⁰ HAMILTON, 1998. p. 1557.

⁶¹ DICIONÁRIO Hebraico-Português & Aramaico-Português. 15. ed. Sinodal: São Leopoldo/Petrópolis:Vozes, 2002.

“destruir a lembrança”. A mãe que abandona seu filho age como se destruísse a lembrança da imagem dele. Talvez esse seja o motivo de muitas mães terem decidido entregar o filho para adoção, não desejarem ver o rosto do bebê na hora do nascimento.

Na minha observação ao longo da existência do Lar pude perceber que mães entregavam seus filhos aos cuidados da instituição por pressão ou motivação externa (situação de extrema necessidade, gerada por miséria e pobreza). Mas depois de um tempo, com o filho já em melhores condições de vida, arrependidas procuravam reassumi-lo novamente. Em muitas situações essa mãe já estava destituída do pátrio poder e a criança, encaminhada para adoção. Tal situação acabava gerando uma disputa pela criança, ocasionando sofrimento para ela, para os pais adotivos e para a mãe biológica.

Para Maria Motta, este tipo de situação “poderia ser evitada se tivéssemos condições de diagnosticar a decisão da mãe e orientá-la”.⁶² Mães que tiveram tal atitude não entregaram seu filho por falta de amor, mas por amor. Para elas, a entrega poderia proporcionar que ele tivesse melhores condições de vida. Porém, como o processo de entrega fora mal elaborado, a mãe acabava tendo outros filhos, talvez até como tentativa de superação da dor da perda ou luto pela entrega. Se o filho entregue ao Lar acabava não sendo adotado, conseqüentemente virava criança institucionalizada, enquanto os filhos gerados posteriormente gozavam de afeto familiar.

No outro extremo havia mães que nunca mais apareciam, nem sequer para visitar o filho. Viam a criança como o motivo da sua desgraça e não conseguiam desenvolver um relacionamento afetivo. Frequentemente partiam de motivações internas para entregar o filho, tais como: pouca idade, desejo de concluir seus estudos, falta de preparo para a maternidade, pressão familiar e falta de amparo psicológico.

Em minha observação também percebi que algumas mães dopavam seus filhos pequenos com pequenas doses de bebida alcoólica. Assim a criança ficava por horas dormindo, enquanto elas frequentavam diversões noturnas, correndo risco iminente de gerar nova criança rejeitada. Quando tais crianças chegavam ao Lar já estavam subnutridas e em precário estado de saúde. Em muitos casos, as situações vividas na infância trouxeram sequelas irreversíveis. Essas sequelas, além de dificultar a vida da criança também dificultam a adoção. Nesse sentido, não se pode acusar pais candidatos à adoção de discriminação,

⁶² MOTTA, 2001. p. 35.

mesmo que a criança em si não tenha culpa do que foi feito com ela. Quem na verdade deve ser responsabilizado é a mãe e o “pai”, que geraram uma criança nesse estado de irresponsabilidade.

Portanto, diferente de abandonar é entregar o filho a alguém com melhores condições para cuidar dele, desde que seja feito de forma que venha a proporcionar à criança laços afetivos de família. Assim, antes de criticar uma mãe por ter entregado seu filho para adoção é necessário analisar o contexto social em que ela e o filho estavam inseridos. Mais prudente do que criticar, julgar e condenar seria apontar caminhos para uma transformação social que resultasse na não existência de crianças em situação de vulnerabilidade social.

Uma narração bíblica exemplifica os dois tipos de mães. Em certa ocasião, duas mulheres que moravam na mesma casa deram à luz cada uma a um filho. Porém o filho de uma delas morreu esmagado pela própria mãe. Esta trocou a criança morta pela viva, que era filha da outra mulher. Após discutirem sobre quem seria a mãe da criança, não chegando a um acordo compareceram diante do rei Salomão, pedindo a ele que julgasse o caso. Mesmo diante do rei não houve acordo. O rei pediu que a criança fosse cortada ao meio e cada uma receberia a metade. Antes de a sentença ser cumprida, a mãe legítima do filho vivo, “movidada pela compaixão materna, clamou: ‘Por favor, meu Senhor, dê a criança viva a ela! Não a mate!’ A outra, porém, disse: ‘Não será nem minha nem sua. Cortem-na ao meio!’” (1Rs 3.26).

A partir da análise da narração bíblica entende-se que a mãe legítima entregou seu filho por amor, movida pelo sentimento materno, para que o filho vivesse. Conforme Hália Pauliv de Souza, alguns motivos para a entrega do filho são: medo do preconceito de ser mãe solteira, imaturidade, motivos econômicos, abandono do pai da criança, falta de apoio familiar e até rejeição da criança, “sendo a gravidez fruto de relacionamentos passageiros.”⁶³ Ainda conforme a autora, a mãe “doadora é uma pessoa que permitiu que o filho nascesse, não abortou. Deseja encontrar uma família para seu bebê e não deverá ser julgada. Não é uma pessoa má, bem como os pais adotivos (automaticamente) não são símbolos de bondade. Julgamentos cruéis existem por desconhecimento de causa.”⁶⁴

Percebe-se que abuso sexual, maus tratos, vulnerabilidade social e drogadição familiar são consequências da desestruturação familiar. Ou seja, as crianças continuam sendo

⁶³ SOUZA, Hália Pauliv de. *Adoção é doação*. Curitiba: Juruá, [s.d.]. p. 61-62.

⁶⁴ SOUZA, [s.d.]. p. 62.

abusadas, oprimidas, exploradas e rejeitadas. O que mudou no processo de discriminação infantil em relação ao passado é apenas a modernização metodológica da exploração infantil. Esse tema será retomado a partir de dados e estatísticas dos órgãos competentes no capítulo 2.

1.2.5 A realidade de um sonho

Diante do elevado número de crianças, a casa da família Liebich precisou passar por remodelações que aumentaram a capacidade de abrigo. Muita ajuda vinha por meio de doações, como uma bomba para poço de água (até então tirar água do poço era tarefa feita manualmente) e sacos em que vinha adubo para a agricultura, que eram alvejados e tingidos para a confecção de camisetas, bermudas, toalhas... Para ir à igreja, era usado um trator com carreta; posteriormente a situação melhorou e a família adquiriu um caminhão, o que facilitou o transporte.⁶⁵

As crianças acolhidas no orfanato participavam da vida social normal. Frequentavam a Igreja Batista de Monte Alvão e os primeiros batizados foram: Eni Fátima de Oliveira; Nilza Rodrigues; Dulce Cadoso; Benedito Vanderlei Rodrigues e Dalila Oliveira da Costa. O batismo aconteceu no dia 22 de outubro de 1972.⁶⁶ Em anos posteriores, outros batismos foram realizados, chegando o número de membros da igreja a 142.⁶⁷ Um número bastante significativo e comprobatório do expressivo número de habitantes para aquela época. Atualmente a igreja possui apenas 10% desse número de membros. As crianças acolhidas também estudavam na Escola Municipal Monte Alvão.

Como o orfanato funcionava na casa da família Liebich, não se fazia nenhum tipo de campanha para arrecadar fundos. As doações eram resultantes da iniciativa dos próprios doadores. Henrique confiava em Deus e em Suas promessas para sustentar o orfanato. Como base para tal esperança, ele citava o Salmo 10.14: “Mas tu enxergas o sofrimento e a dor; observa-os para tomá-los em tuas mãos. A vítima deles entrega-se a ti; tu és o protetor do órfão”. Naturalmente esse salmo suscitava, para Henrique Liebich, uma reflexão teológica importante para sua obra social. Assim sendo, é necessário também aqui fazermos uma breve análise desse salmo. No contexto maior, ou seja, em todo o salmo 10⁶⁸, aparece quatro vezes o termo **רָשָׁע** (*rāshā'*), que significa “perverso” ou “criminoso”. Segundo Livingston, esse

⁶⁵ Veja Apêndice E.

⁶⁶ IGREJA Batista de Monte Alvão. Ajuricaba. *Ata n. 2*. Ata de assembleia. 1972.

⁶⁷ IGREJA Batista de Monte Alvão. Ajuricaba. *Ata n. 6*. Ata de assembleia. 1976.

⁶⁸ Na Septuaginta, os salmos 9 e 10 constituem um único salmo.

“substantivo masculino aparece 266 vezes, principalmente em Jó, Salmos, Provérbios e Ezequiel”. O termo também é usado em “paralelo com quase todas as palavras hebraicas designativas de pecado, mal e iniquidade”. Ainda tem a “função adjetiva para designar em termos concretos as ações e conduta de um determinado tipo de pessoa. Às vezes o contexto aponta para a atitude e a intenção das pessoas. *Rāshā'* é basicamente um fato objetivo ao invés de um fenômeno subjetivo”.⁶⁹

Para Henrique Liebich este salmo deveria exemplificar a realidade diária no cuidado com as crianças. Primeiramente, porque Deus enxergava o sofrimento e a dor. Henrique Liebich convivia com a dor e o sofrimento que esta causa. A dor de ser órfão, de um filho ser entregue pela mãe aos cuidados de outros e também a dor da própria mãe “abandonada”. Talvez ele entendesse que essa situação social era ocasionada pela ação dos ímpios. Conforme Livingston, “pessoas ímpias ou perversas eram culpadas da violação dos direitos sociais dos outros”.⁷⁰

Em segundo lugar, Henrique Liebich via neste texto que Deus observa a dor e toma o necessitado em suas mãos. Numa perspectiva humana, Deus entende por meio do sofrimento de Jesus Cristo quando as pessoas sofrem. Henrique Liebich fazia o que estava ao seu alcance para ajudar os pobres e oprimidos, porque a dor une as pessoas; mas quanto ao consolo e à dor sentida por esses pobres, somente o próprio Deus poderia agir.

Ainda neste texto, Henrique Liebich percebia – e talvez muito mais na prática – que as vítimas dos ímpios se entregavam a Deus, tendo-O como única esperança de justiça. Para as vítimas não era hora de se preocupar com os ímpios, mas se concentrar no que fazer e em como recomeçar tudo novamente a partir do mal que os ímpios causaram ao “necessitado” (Sl 10.9). Nesse sentido, *rāshā'* por oitenta vezes aparece em paralelismo antitético com צדק (*tsedeq*), “justiça”, “e é a partir desse contraste que se tem a mais clara descrição das pessoas do tipo *rāshā'*”.⁷¹ São pessoas violentas, opressoras, exploradoras e que armam armadilhas para apanhar o pobre a fim de atingirem seus objetivos egoístas.

⁶⁹ LIVINGSTON, G. H. רָשָׁע In: HARRIS, R. L. et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão e Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1458.

⁷⁰ LIVINGSTON, 1998. p. 1458.

⁷¹ LIVINGSTON, 1998. p. 1458.

Por último, Henrique Liebich deveria ter uma atenção especial ao salmo pelo fato de ele afirmar que Deus é o protetor do órfão⁷² – assim sendo, deve haver uma maneira especial de lhe fazer justiça. Provavelmente ele tinha conhecimento de outros textos bíblicos sobre o assunto, como por exemplo: “Ele defende a causa do órfão e da viúva e ama o estrangeiro, dando-lhe alimento e roupa” (Dt 10.18), ou ainda: “Pai para os órfãos e defensor das viúvas é Deus em sua santa habitação. Deus dá um lar aos solitários” (Sl 68.5-6). A partir desses textos e de suas reflexões, Henrique Liebich e a sua família seguiam em frente na árdua tarefa de ajudar aos pobres e necessitados. Assim, também se pode medir a qualidade da devoção da família pela maneira como tratavam as crianças ou os órfãos. O texto citado por Henrique Liebich também pode ser considerado uma súplica pela intervenção divina. Por duas vezes o salmista implora a Deus que Se levante e erga a mão em favor dos necessitados (Sl 9.19; 10.12).

Uma visita importante nos primeiros anos do orfanato era a do Padre Afonso, pároco de Ajuricaba. Ele gostava de conversar com Henrique Liebich sobre sua fé e foi o primeiro a fazer campanhas nas missas. Ele dizia: “Vocês querem conhecer a verdadeira religião pura e sem mácula diante de Deus Pai? Vão visitar o Orfanato Henrique Liebich”⁷³, citando Tiago 1.27. A atitude do padre fez com que caravanas com muitos paroquianos visitassem o orfanato, levando alegria, mantimentos e brincando com as crianças. Após 1964 surgiu outra divulgadora fervorosa: Maria Berta, popularmente conhecida como Tia Mimi. Era esposa do Pr. Ditmar Junge e se tornou uma líder exemplar nos trabalhos da igreja e principalmente da União Feminina Missionária. Em seu trabalho de liderança levou a então União Feminina Missionária a sustentar a missionária Eli Hepfner no trabalho do orfanato. O grupo de Mulheres Cristãs em Ação (antes denominado União Feminina Missionária) da Convenção Batista Pioneira adotava uma ou mais crianças para ajudá-las com objetos de uso pessoal, lembrando-se delas especialmente nos aniversários, no Natal e em outras datas especiais.⁷⁴

Os Liebich continuavam sonhando alto. O projeto de ter uma sede própria para o orfanato era quase impossível, mas continuavam pedindo isso a Deus baseados na citação de Jesus: “Tudo é possível ao que crê” (Mc 9.23). Em 1969 o Pr. Horst Borkowski⁷⁵ e sua esposa

⁷² Este termo aparece duas vezes nos salmos 10 e 41. No restante do AT, o assunto será especificamente estudado no terceiro capítulo. Por outro lado, o termo *הֵלְכָה* (*helkâ*), “infeliz” aparece apenas no contexto deste salmo.

⁷³ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁷⁴ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁷⁵ Horst Borkowski foi soldado durante a II Guerra Mundial. Um dia esteve imobilizado e perdido na neve. O soldado inimigo foi socorrido por duas viúvas, mãe e filha, que o acolheram em sua própria casa e com risco

Bertraund vieram da Alemanha ao Brasil para visitar as igrejas de origem alemã. Ela conheceu o orfanato⁷⁶, relatou a situação ao Pr. Horst e ambos ficaram comovidos. O casal voltou à Alemanha e desenvolveu uma campanha para a instalação de energia elétrica no orfanato.⁷⁷ A primeira oferta foi doada por um médico alemão, que havia perdido seu filho num acidente. O valor do seguro pela morte do rapaz foi doado ao Lar. Essa doação fez com que muitas outras surgissem.⁷⁸

No ano de 1972 Henrique Liebich descobriu que estava com câncer no intestino. Além disso, houve a frustração da safra de soja daquele ano. Ele foi internado na Santa Casa de Porto Alegre, juntamente com outros dez pacientes. Zidrone, sua filha, tentou interná-lo num apartamento, mas ele a convenceu dizendo que tudo estava nas mãos de Deus e que ele não era melhor do que seus companheiros de quarto. Ainda pediu a Zidrone que visitasse os doentes daquele hospital. Ela pediu autorização para a direção do mesmo, conseguiu um crachá de voluntária e assim pôde levar palavras de ânimo e consolo para aqueles que não tinham ninguém por eles.

Em janeiro de 1973 Henrique Liebich saiu do hospital e viajou mais de 400 quilômetros de ônibus até Ijuí; em outro ônibus foi até Monte Alvão e dali até sua residência, percorreu 7 quilômetros em pé num trator, pois não podia se sentar devido à cirurgia que ainda estava aberta. Decorrido certo tempo a cirurgia sarou, mas outras complicações acabaram surgindo.⁷⁹

A atitude de Henrique Liebich é um princípio de alteridade. Ele refletia humildade e amor pelas pessoas. Ele não se considerava melhor ou superior aos outros. Soube ter compaixão tanto de crianças como de adultos. Colocou-se no lugar do outro para entender o que este sentia, para então poder ajudar. Mesmo no leito de enfermidade, por meio do sentimento de alteridade ele soube compreender muitas pessoas necessitadas.

Em março de 1973 Henrique Liebich convocou uma assembleia para definir o futuro do orfanato. Durante a reunião fez agradecimentos a todos que de uma ou outra forma tinham

para suas vidas. Cuidaram das suas pernas congeladas até o restabelecimento. Ao voltar para casa e com o fim da guerra, o soldado resolveu dedicar sua vida a Deus ajudando pessoas necessitadas como forma de gratidão ao Senhor. *JORNAL Batista*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1980, p. 4.

⁷⁶ Mais informações em: BORKOWSKI, Horst. *Auch das ist Südamerika: Evangelist unter Kolonisten und Indianern*. Wuppertal: Oncken, 1971. p. 58-59.

⁷⁷ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁷⁸ *JORNAL Batista*, Rio de Janeiro, 13 abr. 1980, p. 4.

⁷⁹ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

colaborado para a organização e manutenção do orfanato. Disse também que confiava em Deus quanto ao futuro, pois a obra era Dele e, portanto, iria continuar com pessoas fiéis a Ele. Nessa ocasião foi decidido encaminhar um pedido à Junta de Serviço Social para que a Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil desse continuidade ao trabalho, assumindo o orfanato. A família Liebich se comprometia a doar um terreno e o dinheiro vindo da Alemanha⁸⁰ para a instalação de energia elétrica e a continuação da manutenção até que a convenção tivesse estrutura para manter todas as crianças.⁸¹ A convenção não possuía condições financeiras na época para manter o orfanato. Novamente o Pr. Borkowski estava no Brasil e houve a promessa por parte dele de sustentar o orfanato, mas com a condição de que as igrejas do Brasil se comprometessem a construir um lar para aquelas crianças. Entre os dias 11 e 15 de abril de 1973 aconteceu a Assembleia da Convenção. Foi decidido que esta iria aceitar o pedido de assumir o orfanato e na mesma ocasião foi escolhida uma comissão que imediatamente iria trabalhar na escolha do local para o planejamento da construção.⁸²

Em abril de 1973 Henrique Liebich precisou ser internado no hospital de Ajuricaba, já com o seu estado de saúde muito debilitado. Mesmo assim conversou com os médicos e chegaram à conclusão de que ele não teria mais muito tempo de vida. Apesar da dor, Henrique Liebich não queria mais permanecer hospitalizado, pois seu desejo era morrer em casa.

Naquele dia, ao chegar a casa pediu a cada filho para conversar com ele, juntamente com Frieda. No dia seguinte continuou conversando com cada um dos internos. Reuniu a família e passou orientações sobre o inventário, as finanças e os negócios. Recomendou a eles que sempre observassem os princípios bíblicos. Naqueles dias ainda recebeu muitas visitas. Ele só tomava medicação contra dor à noite, pois durante o dia queria permanecer lúcido para poder conversar com as pessoas. Pedia à família que lesse a Bíblia para ele e cantasse hinos do Hinário. Um dia antes da sua morte, levantou-se e foi até a janela, olhou para o céu e disse: “Obrigado, Senhor, por tudo que me deste nesta vida. Que segurança, que fidelidade!”. “No dia 8 de maio de 1973, às 6.00 horas, com sessenta e um anos, tombou este herói da fé”.⁸³

⁸⁰ Também foram captados recursos dos Estados Unidos pelo Pr. Lück. *Os pioneiros 1910-2010: 100 anos de história da Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil*. Curitiba, 2010. p. 161.

⁸¹ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁸² MOREIRA, [2011?]. [n.p.]; *Os pioneiros*, 2010. p. 161.

⁸³ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

Henrique Liebich foi sepultado⁸⁴ no dia seguinte em ato presidido pelo Pr. Renato Sales com grande acompanhamento no cemitério de Monte Alvão, no município de Ajuricaba. Nesse dia chovia muito: “A própria natureza chorava pela partida deste homem, que a tantos abençoou”⁸⁵. Henrique e Frieda Liebich tiveram nove filhos⁸⁶ (quatro mulheres e cinco homens), 22 netos e 34 bisnetos. De 1954 a 1975, 98 crianças foram abrigadas em seu lar. Frieda ainda viveu 29 anos como viúva e faleceu aos 89 anos, no dia 14 de outubro de 2002.⁸⁷ Em seu desafio na Alemanha para a captação de recursos financeiros, o Pr. Horst Borkowski dizia que “Henrique não sabia ler e nem escrever, mas sabia ler a angústia e a dor das crianças abandonadas, sem recursos e órfãs”.⁸⁸

1.2.6 O legado de Henrique Liebich

A vida de Henrique Liebich e sua história de fé proporcionaram um paradigma de transformação social na área infantil. Esse paradigma trouxe relevantes contribuições para a práxis social batista. A partir dos bens que possuía, construiu um lar para crianças órfãs no sentido legítimo, mas nele também recebia crianças que a sociedade paria irresponsavelmente, ou seja, que possuíam pais biológicos.

Em seu Evangelho, João relata um milagre de multiplicação de pães e peixes (6.1-15).⁸⁹ É o único milagre dessa natureza registrado pelos quatro Evangelhos (Mt 14.13-21; Mc 6.30-44 e Lc 9.10-17). Foram alimentados cinco mil homens, “mais mulheres e crianças” (Mt 14.21). A alimentação aconteceu a partir da doação do lanche de um rapaz (embora o texto não afirme que foi doação), que equivalia a cinco pães de cevada e dois peixinhos. O pão de cevada era o pão barato dos pobres, assado em formato achatado e com aproximadamente 30 centímetros de diâmetro. Por isso não era cortado, mas partido. Os peixes, provavelmente em conserva, eram um complemento igualmente barato para o pão.

O menino, ou rapaz, apenas repassou para Jesus o que tinha em mãos. Passou da esfera privada para a pública e muitas pessoas foram abençoadas. O termo grego usado por João para descrever rapaz é *παιδάριον* (*paidarion*). Esse termo pode ser traduzido como “criança

⁸⁴ Veja Apêndice F.

⁸⁵ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁸⁶ Desses nove, Arnaldo faleceu prematuramente em 1980. Era casado com Dircei Porazi e tinha duas filhas: Fabiana e Sandra. Dircei casou-se novamente com Elimar Steurer. Atualmente ainda moram na localidade de Monte Alvão e são membros da Igreja Batista de Nova Ramada. O casal contribuiu em larga escala com informações para esta pesquisa.

⁸⁷ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁸⁸ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁸⁹ Esta perícopa será melhor explorada no item 3.3.2.5.

pequena” ou “menino”. No texto específico de João, também pode ser traduzido como “rapaz” ou “jovem”. Henrique Liebich seguiu o exemplo desse rapaz: apenas dispôs para o público o que era privado e muitos pobres foram abençoados. Na sequência da narração joanina, Jesus é apresentado como “O pão da vida” (6.35) para que todos se alimentassem Dele.

Após Sua entrada triunfal em Jerusalém, durante a ceia, Jesus lava os pés dos discípulos (13.2-5). O fato de Jesus mesmo ter distribuído o pão diretamente ao povo (os sinóticos afirmam que Ele distribuiu aos discípulos), apresentando-Se como o pão da vida e lavando os pés dos discípulos mostra o quanto é necessário renunciar ao egocentrismo para pensar em alguém necessitado. Foram esses os passos seguidos pela família Liebich. Segundo informação de testemunhas oculares, a família Liebich e as crianças acolhidas tinham tudo em comum. Comiam na mesma mesa, a mesma comida, moravam na mesma casa e até “repartiam” a mãe Frieda. Astrogildo foi colação de Roberto Liebich.

O exemplo da família Liebich serve de parâmetro para questionar a cultura, tão comum em nosso país, de privilegiar o privado em detrimento do público. Em outras palavras, a história da família Liebich é um gesto profético, de denúncia da cultura de corrupção.

No nível da igreja batista local, Henrique Liebich conseguiu fazer com que esta se envolvesse pela fé e pudesse ajudar na manutenção e no pastoreio, tanto da família Liebich como do orfanato. Outras igrejas batistas foram se envolvendo com o projeto. Igrejas de outras denominações também participavam e se sentiam úteis em ajudar aos necessitados. Era o caso do Pe. Afonso, pároco de Ajuricaba. Com o crescimento do orfanato, a CBPSB também assumiu sua parcela de responsabilidade social no cuidado dos pequenos desprotegidos.

Como contribuição para a América Latina, a obra de Henrique Liebich provocou um despertar missionário prático na Alemanha. Em 1974, Zidrone Liebich, filha de Henrique e Frieda Liebich, foi convidada pelo Pr. Horst Borkowski a participar da Assembleia da Convenção Batista da Alemanha. Nessa ocasião foi criada a Ação Missionária para a América do Sul (MASA), da qual Pr. Horst Borkowski foi eleito presidente. Também foi autorizada a campanha para construção do novo Lar da Criança Henrique Liebich com sede própria.

O Pr. Horst Borkowski viu na construção do Lar a oportunidade da primeira Ação Missionária para a América do Sul. Para tal, transformou sua casa em escritório para a sua equipe de voluntários da Igreja Batista em Düsseldorf, da qual era pastor. Sua esposa, Bertraud, mobilizou a União Feminina das Igrejas Batistas da Alemanha, que se tornou cooperadora da campanha.⁹⁰ Enquanto isso,

na casa dos Borkowski, o telefone não parava de tocar. Eram pessoas querendo aderir à campanha. Um verdadeiro milagre: era Deus levantando um grande exército de pessoas para sustentar, não só a ação de socorro ao Orfanato Liebich, mas outros lares no Brasil, Argentina, Peru e Chile, bem como o sustento de missionários em campos missionários na América do Sul e funcionários nos lares de crianças.⁹¹

Sem sombra de dúvida Henrique Liebich mostrou, por meio da construção do orfanato, que é possível defender a causa da criança órfã ou abandonada. Muitos grupos considerados ou que se autoconsideram discriminados criaram e desenvolveram suas próprias teologias para exigir seus direitos, mesmo sendo minoria. O mesmo não acontece com as crianças. Elas, por serem dependentes, não conseguem elaborar sua própria teologia. Alguém adulto terá de fazer isso por elas, na perspectiva delas. Não basta para as crianças uma teologia que discuta a problemática do pecado original. Pelo que se percebe na Bíblia, as crianças têm o mesmo valor ou até maior do que os adultos. Digo maior porque Jesus se valeu de crianças como exemplo aos adultos para a entrada no Reino de Deus.

Conforme Collier, “durante séculos a criança tem incomodado os teólogos em suas pesquisas, mas ela nunca esteve na posição de dar forma à teologia de maneira consistente”.⁹² Porém, Henrique Liebich conseguiu colocar a criança nessa posição quando praticou um trabalho de cuidado a partir do que hoje conhecemos como Teologia da Missão Integral⁹³, mantendo uma hermenêutica na perspectiva da criança sob os ângulos antropológico,

⁹⁰ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁹¹ MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁹² COLLIER, John. Proposta teológica do Movimento Teologia da Criança. In: FASSONI, Klênia; DIAS, Lissânder; PEREIRA, Welinton (Orgs.). *Uma criança os guiará: por uma teologia da criança*. Viçosa: Ultimato. 2010. p. 258-259.

⁹³ “A proposta da missão integral como agenda ministerial para a igreja é mais do que o mix evangelismo pessoal + assistência social – esta geralmente funcionando como isca ou argumento evangelístico. O referencial da missão integral para a presença do cristão e da comunidade cristã o mundo é mais do que a construção e multiplicação de igrejas locais, para onde os cristãos se retiram do mundo e passam a exercer funções que viabilizam a igreja, a instituição religiosa, como um fim em si mesmo. A convocação da missão integral é para a rendição ao senhorio de Jesus Cristo, para o perdão de pecados e para o recebimento do dom do Espírito Santo. A partir disso, passa-se a integrar um corpo, o corpo de Cristo – ambiente para a experimentação coletiva dos benefícios da cruz, responsável por transbordar tais benefícios ao mundo, como anúncio profético do novo céu e nova terra.” KIVITZ, Ed René. Uma síntese teológica da missão integral. In: *Missão integral: proclamar o reino de Deus, vivendo o evangelho de Cristo*. II Congresso Brasileiro de Evangelização, Belo Horizonte, 27 de outubro a 1 de novembro de 2003. Viçosa, MG: Ultimato; Belo Horizonte: Visão Mundial, 2004. p. 65.

sociológico e pedagógico. Assim conseguiu convencer igrejas, convenções e muitas pessoas a terem um olhar de misericórdia para com as crianças. Henrique Liebich deixou um grande legado à Teologia da Criança.⁹⁴

Tanto a vida de Liebich como as de sua família permanecem como paradigma de transformação social e esperança para muitas crianças necessitadas. Se a sociedade atual pós-moderna tivesse mais pessoas como Henrique e Frieda Liebich, não haveria necessidade de instituições de acolhimento. Este foi o legado deixado pela família Liebich. Quanto à casa em que moravam, esta foi destruída por um incêndio em 25 de março de 1984.⁹⁵

Conlui-se que a vida de Henrique Liebich era dominada pela espiritualidade. Por meio dela ele influenciou os seus filhos⁹⁶, vizinhos, amigos e a sociedade. Deixou um exemplo de vocação a ser seguido. Antes de sua morte chamou seus filhos e, um por um, aconselhou-os a viverem não apegados aos bens materiais, mas que atentassem ao futuro espiritual, demonstrando assim que dedicava tempo e atenção à família através de valores eternos.

1.3 Lar da Criança Henrique Liebich: nova fase

1.3.1 Importância do trabalho voluntário

Antes de direcionar a pesquisa especificamente à construção do novo Lar, é necessária uma visão panorâmica histórica do voluntariado, uma vez que este se fez presente na história da instituição desde seu nascimento.

Para o missiologista David Bosch, com o acesso de muitas pessoas à Bíblia ao final do século XVII nos EUA elas entenderam que poderiam se reunir em torno de uma causa comum. O resultado desse entendimento foi o surgimento de “grande quantidade de novas sociedades”.⁹⁷ Muitas dessas sociedades fomentavam ampla “variedade de atividades voltadas para questões religiosas e sociais: abolição da escravatura, reforma prisional, temperança, observância do dia de descanso, a ‘reforma dos costumes’ e outras causas beneficentes”. Porém, um número cada vez maior dessas sociedades envolveu-se em missões no exterior.

⁹⁴ O “Movimento da Teologia da Criança (Child Theology Movement, CTM) trabalha com uma rede internacional de teólogos e pessoas que lidam com crianças. Ela pretende colocar a criança no “meio”, porém de uma maneira diferente de outros grupos. [...] A Teologia da Criança afirma que os entendimentos teológicos tradicionais sobre a criança são muito limitados. Por exemplo, muitos manuais teológicos tradicionalmente só falam de crianças quando discutem o pecado original. Há mais do que isso na Bíblia. As crianças geralmente são modelos de fé.” COLLIER, 2010, p. 258.

⁹⁵ DELEGACIA de Polícia de Ajuricaba. Livro de Ocorrência nº 74/1984.

⁹⁶ Veja testemunhos dos filhos sobre a vida dos pais no ANEXO B. MOREIRA, [2011?]. [n.p.].

⁹⁷ Bosch refere-se a sociedades missionárias. Hoje o termo “sociedades” talvez fosse substituído por ONGs.

“Fundamentalmente, as sociedades se estruturavam todas com base no princípio do voluntariado e dependiam da contribuição, em termos de tempo, dedicação e dinheiro, de seus membros”.⁹⁸

Em nível de Brasil, a Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, define voluntariado como: “Atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade”. A promulgação dessa Lei, além de apontar o crescimento do voluntariado também o regulariza diante das leis trabalhistas.

Segundo dados do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), aproximadamente 23% dos brasileiros, ou seja, cerca de 44 milhões, são voluntários. Esses números fazem com que o Brasil esteja entre os seis⁹⁹ países que terão seu trabalho voluntário medido e avaliado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). “O objetivo da publicação é estimular os países a criar sistemas estatísticos capazes de oferecer informação específica, e atualizada regularmente, sobre a participação da sociedade na solução de problemas sociais”.¹⁰⁰

Aqui ainda cabe fazermos referência aos Centros de Voluntariado. Assim como a OIT avalia o trabalho voluntário, os Centros avaliam e estimulam o voluntariado. Segundo Sílvia Maria Louzã Naccache, os Centros de Voluntariado surgiram “com o intuito de incentivar e apoiar o trabalho e as necessidades de voluntários e organizações sociais no seu dia a dia. São instrumentos de promoção e fortalecimento da cidadania para a melhoria da qualidade de vida em uma cidade ou região”.¹⁰¹

Cabe também aqui uma breve explicação sobre como engajar colaboradores em uma organização social que funciona a partir de uma empresa. A médica Bettina Grajcer explica que é necessário que se façam alguns questionamentos, tais como: “Qual é a causa em que a

⁹⁸ BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís M. Sander. São Leopoldo: EST, Sinodal, 1998. p. 395-396.

⁹⁹ Os outros cinco países são: Canadá, Polônia, África do Sul, Coreia e França.

¹⁰⁰ O BRASIL adota o manual da OIT para medir o valor do trabalho voluntário. Disponível em: <<http://idis.org.br/acontece/noticias/brasil-adota-manual-da-oit-para-medir-valor-do-trabalho-voluntario>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

¹⁰¹ NACCACHE, Sílvia Maria Louzã. O que é um centro de voluntariado? *Revista Filantropia*. São Paulo, n. 61, p. 22.

empresa deseja atuar?"; "esta causa está relacionada ao nosso negócio?"; "qual é a realidade que queremos transformar?" e por último "qual é o perfil do público que queremos engajar?".

Segundo ela, existem diferentes tipos de perfis de voluntários. Há pessoas que querem realizar atividades as mais distantes possíveis de seu dia a dia. Então, um analista de sistemas pode gostar de contar histórias para crianças em um orfanato, fazendo isso pelo simples prazer de estar lá. Porém, também há aqueles que não dispõem de muito tempo e nem querem estar diretamente em contato com pessoas necessitadas. Mas eles podem aproveitar sua experiência em determinado tema para multiplicá-lo em prol de uma ação social.¹⁰² Em outras palavras, podem treinar funcionários da empresa em determinado tema para que estes possam capacitar outros voluntários que já estão atuando em organizações sociais.

Voltando à instituição em estudo, o levantamento sobre o Lar realizado até aqui revelou absoluta presença do voluntariado no que diz respeito ao desenvolvimento do direito social, ou seja, a proteção e assistência a crianças em situação de vulnerabilidade social. Uma pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) revelou que a "maior parte dos abrigos é dirigida por voluntários e conta com trabalhadores não remunerados no seu quadro de profissionais".¹⁰³

Para uma explicação deste fenômeno, Beghin e Peliano atribuem a presença do voluntariado à "força da religião". Para elas, o voluntariado no Brasil vem desde o início da colonização, "associado predominantemente à filantropia e à caridade, intimamente ligadas à Igreja Católica". Porém, com a proclamação da República em 1889 o Brasil deu início ao desenvolvimento de atribuições sociais. Esse desenvolvimento aconteceu a partir de 1930, mais especificamente no governo do presidente Getúlio Vargas e com o avanço da industrialização. "Para enfrentar os problemas urbanos emergentes, o Estado passou a financiar organizações beneméritas por intermédio de diversos mecanismos – vigentes até os dias de hoje – tais como subsídios, convênios, subvenções, ou concessão de benefícios".¹⁰⁴

Ainda no âmbito religioso, além da Igreja Católica, Beghin e Peliano chamam a atenção para o crescimento e a expansão das igrejas evangélicas, mesmo que na época da

¹⁰² GRAJNER, Bettina. Voluntariado em saúde: como engajar colaboradores? *Revista Filantropia*. São Paulo, n. 62, p. 27-28.

¹⁰³ BEGHIN, Nathalie; PELIANO, Anna Maria Tiburcio Medeiros. O voluntariado nos abrigos: uma profissão de fé. In: SILVA, Enid Rocha Andrade de (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. p. 245.

¹⁰⁴ BEGHIN, 2004. p. 247.

pesquisa estas abrangessem apenas em torno de 15% da população.¹⁰⁵ Seus membros possuíam forte poder de argumentação, dedicavam atenção aos pobres e estimulavam o trabalho não remunerado. Ainda outras crenças, como a dos espíritas (que veem nas obras sociais a evolução espiritual) e as religiões afro-brasileiras (com seus terreiros) servem como oportunidades para o voluntariado.¹⁰⁶

Em resumo, desde os tempos coloniais, fortaleceu-se um conjunto de organizações não governamentais de caridade, a maior parte delas de inspiração religiosa, que consolidou práticas assistencialistas, clientelistas, de apadrinhamento e de tutela. É por isso que, no Brasil, o voluntariado é quase sempre associado à filantropia, entendida como o oposto de cidadania; é associado à manutenção do *status quo*, a um modelo de gestão da pobreza e não de promoção da igualdade e da reciprocidade.¹⁰⁷

Embora o “resumo” de Beghin e Peliano seja coerente e faça sentido, é necessário lembrarmos que a religião realizou o que estava ao seu alcance. Na verdade, o Estado é que deveria ter consolidado medidas de combate à pobreza e de transformação social. Porém, na maioria das vezes, desde os tempos coloniais, este legisla em causa própria por meio de mecanismos políticos.¹⁰⁸ Portanto, bem ou mal a Igreja apontou caminhos ao Estado para o desenvolvimento de políticas públicas e busca atuar em espaços em que o Estado não está presente.

1.3.2 Início da construção

A construção¹⁰⁹ do novo Lar iniciou no ano de 1975, o qual foi concluído e inaugurado em 19 de novembro de 1978 numa área de quatro hectares de terra no bairro Storch em Ijuí – RS.¹¹⁰ Por ser de grande complexidade estrutural, a construção levaria alguns anos. Durante esse processo aconteceram três inaugurações. Em 22 de fevereiro de 1976 foi inaugurado o primeiro bloco residencial. No dia 6 de março de 1977 foram inaugurados o segundo bloco, a casa do diretor e a sede administrativa, por ocasião do encerramento da Assembleia da Convenção realizada em Ijuí.¹¹¹ A inauguração oficial do Lar foi realizada no dia 19 de

¹⁰⁵ Dados do IBGE de 2010 apontam 22,2% de evangélicos.

¹⁰⁶ BEGHIN, 2004, p. 248.

¹⁰⁷ BEGHIN, 2004, p; 248..

¹⁰⁸ A começar pela primeira, Villa mostra o quanto as Constituições estavam distantes da realidade social do Brasil. VILLA, Marco Antonio. *A história das consituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Leya, 2011. 156 p. Para uma relação do sagrado com a política veja ainda: SCHACH, 2012, p. 153-166.

¹⁰⁹ Veja o Apêndice H.

¹¹⁰ *Os pioneiros*, 2010, p. 161-162.

¹¹¹ *JORNAL Correio Serrano*, Ijuí, p. 1, 08 mar. 1977.

novembro de 1978 e, por ser uma obra de alto padrão, foi destaque na cidade de Ijuí.¹¹² A construção compreendia cinco blocos com duas unidades em cada uma, sede administrativa, casa do diretor e casa do horticultor.¹¹³ A construção se deu em forma de aldeia, porém com subdivisões em casas-lares.

Contudo, a construção não era a única necessidade do Lar. Para atender a demanda social foi necessário criar uma estrutura administrativa e contratar mães sociais para as unidades. Cada uma abrigava doze crianças. No ano de 1983 o Lar somava 84 crianças e nove mães sociais.¹¹⁴

1.3.3 Início da instituição

Após o valoroso trabalho da família Liebich como voluntários, inicia-se agora um trabalho de cunho mais institucional. O Orfanato Henrique Liebich continua, mas como instituição. Faz-se necessária a contratação de funcionários especializados e a elaboração de documentações. A primeira dificuldade que surge é a contratação de mães sociais para cuidar dos internos. De acordo com Pr. Alfredo Reinke, então secretário adjunto da CBPSB (Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil), já havia sido feito apelo para as igrejas batistas numa tentativa de contratação de mães sociais, mas não surgiram candidatas. Nessa ocasião, Reinke expressou-se da seguinte forma: “Está conosco a irmã Anita Maske. É oficialmente a nossa primeira ‘mãe’ fora da família Liebich. Temos ainda três moças interessadas. Mas, ao todo, precisaremos de dez. Onde as encontraremos?”¹¹⁵

Na segunda reunião do Conselho Administrativo do Lar, no dia 25 de abril de 1976, o vice-presidente Érico Hammarstrom “comunicou que o requerimento para a obtenção da Utilidade Pública Municipal já [fora] aprovada pela Câmara de Vereadores”. Na mesma reunião também foi discutido como conseguir mães para as crianças.¹¹⁶ Além das mães sociais ainda eram necessários funcionários em outras áreas. Na reunião do dia 27 de junho de 1976 foi decidida a contratação de uma costureira.¹¹⁷ No mês seguinte, no dia 25 de julho,

¹¹² Por meio do decreto nº 684/78 o Lar foi declarado serviço de Utilidade Pública Municipal; por meio do Decreto n. 3705-78, foi declarado serviço de Utilidade Pública Estadual e por meio do Decreto n. processo 28992.000231/95-23 foi declarado serviço de Utilidade Pública Federal.

¹¹³ *Os pioneiros*, 2010. p. 162.

¹¹⁴ *Os pioneiros*, 2010. p. 162.

¹¹⁵ REINKE, A. *Der Missionsbote*, [S.l.:s.n.], Jahrgang 50, n. 11, p. 10, nov. 1976.

¹¹⁶ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 2*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹¹⁷ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 4*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

decidiu-se admitir uma funcionária para a lavanderia.¹¹⁸ Na sequência da organização do novo Lar, fez-se necessária a elaboração de seu Regimento Interno, assunto que foi debatido na reunião do Conselho Administrativo no dia 22 de agosto de 1976.¹¹⁹ À medida que a estrutura física era concluída, móveis eram necessários, por isso “foi aprovada [pelo Conselho] a compra de estantes para os refeitórios de todos os blocos residenciais”.¹²⁰

Com a nova estruturação e a ampliação do espaço físico, aumentaram muito os pedidos de internamento. No dia 24 de outubro de 1976, “diante dos inúmeros pedidos de internamento, o Conselho tomou as seguintes deliberações: (1) que se faça o registro dos candidatos em fichas individuais, tomando nota de todos os dados necessários (...); (2) que, tão logo tenhamos vagas, seja dada prioridade aos seguintes candidatos: [...]”.¹²¹

Na ata do dia 28 de novembro de 1976 consta que “a direção interna recebeu consultas sobre a possibilidade de internamento de três crianças de Camaquã (família separada); de um menino de Panambi e uma menina de Carazinho. Tendo em vista o grande problema de falta de mães, o Conselho decidiu indeferir os pedidos por enquanto”.¹²² Contudo, os pedidos de internamento seguiam: “A direção do Lar Henrique Liebich recebeu novas consultas sobre a possibilidade de internamento, desta feita referente a 4 crianças da Vila Chorão, cujo pai trabalha fora e as mesmas ficam sozinhas. O Conselho decidiu esperar até a inauguração e só então efetivar novas admissões”.¹²³

Diante do grande número de pedidos de internamento, a contratação de funcionários continuava. Em reunião realizada pelo Conselho no dia 20 de fevereiro de 1977 foi decidida a contratação de mais três funcionários, sendo um educador para jovens.¹²⁴ Em abril de 1977 o Lar já contava com oito funcionários, o que já exigia uma considerável folha de pagamento.¹²⁵ Diante do aumento das despesas para a manutenção do Lar, decidiu-se que internos maiores de idade e que já estivessem trabalhando deveriam pagar ao Lar uma taxa por pouso e alimentação.¹²⁶

¹¹⁸ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 5*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹¹⁹ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 6*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²⁰ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 7*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²¹ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 8*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²² LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 9*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²³ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 10*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²⁴ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 11*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²⁵ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 12*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²⁶ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 13*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

Os pedidos de internamento continuavam. Dessa vez, duas crianças cujo pai abandonara a família. Na mesma ata consta também que cada casa recebesse um nome para identificação.¹²⁷ Para ajudar na estrutura financeira o “Pr. Horst Borkowski escreveu informando que já [tinha] uma lista de mais de 100 pessoas que [desejavam] ser padrinhos de crianças”. Na mesma ata ainda estava expressa a dificuldade com a falta de mães.¹²⁸

Para facilitar o trabalho das mães que já trabalhavam e a contratação de futuras mães, o Conselho decidiu que: “Tendo em vista a realização de um retiro da SEPAL em Ijuí e tendo em vista que o Pr. Ari Velloso estará disponível naquele fim de semana, foi deliberado realizar o curso para as ‘mães’ nos dias 21 a 23 de outubro”. Na mesma reunião o Conselho ainda aprovou quanto, à “admissão de novas crianças, que se observasse ao máximo o regimento interno do Lar, principalmente quanto à idade (1 a 6 anos) e quanto à situação de verdadeiro órfão”. Também foram citados nomes de pessoas que poderiam trabalhar no Lar, principalmente como mães.¹²⁹ Na reunião do Conselho Administrativo realizada no dia 15 de janeiro de 1978, a diretora do Lar comunicou que dois internos tinham abandonado a instituição.¹³⁰

Descrevi as atas acima citadas para apontar a nova estrutura que o Lar teve que assumir no processo de transição do voluntariado para a institucionalização. Destaco alguns fatos importantes desse processo de transição:

1. Dificuldade de encontrar mães sociais para cuidar das crianças. Ser mãe no Lar Henrique Liebich significa estar à disposição das crianças 24 horas por dia. É preciso saber lidar com a adaptação e com os medos e traumas que a criança traz consigo ao adentrar o Lar. Aqui posso citar a situação de uma criança que havia dois meses fora acolhida: “Nosso Lar já era a quinta casa na vida de Roberto. Na primeira noite ele chorou muito e estava inconsolável. Depois de alguns dias ele perguntou se era verdade que poderia permanecer aqui para sempre. Mais tarde ele disse: ‘Por que eu chorei tanto, quando aqui é tão lindo?’”¹³¹ Situações como essa talvez poderiam ser um motivo para a escassez de mães.

¹²⁷ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 14*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²⁸ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 15*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹²⁹ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 16*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹³⁰ LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 20*. Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983.

¹³¹ KURZNACHRICHTEN aus der kinderheimat. *Der Missionsbote*, [S.l.;s.n.], Jahrgang 50, n. 2, p. 11, fev. 1976.

2. Grande procura por internações. Enquanto o trabalho era voluntário, o Lar recebia crianças sem qualquer distinção. Mas, com o aumento da procura por vagas para internações, obrigou-se a criar critérios para internação: idade restrita (1 a 6 anos) e por último somente aqueles que verdadeiramente eram órfãos. Atualmente, de acordo com a legislação, o Lar somente poderá acolher uma criança por determinação judicial ou “em caráter excepcional e de urgência”, conforme o Artigo 93 do ECA.

3. Situação financeira. Com a criação da nova estrutura houve a necessidade de contratação de funcionários e a aquisição de móveis, telefone, carros... Essa estrutura elevou significativamente os gastos financeiros e fez com que o Lar tomasse medidas econômicas para se manter.

1.4 A vida no novo Lar da Criança Henrique Liebich

1.4.1 O significado das doações

Desde o início as crianças do Lar tiveram boa qualidade de ensino. Já em 1982 funcionava um Jardim de Infância e uma Pré-Escola próprios, onde as crianças participavam de aulas antes de atingir a idade escolar. Além disso, aos meninos eram oferecidas atividades na horta. Eles aprendiam a cultivar milho, mandioca, feijão etc.. O Lar também contava com uma marcenaria, onde os meninos podiam aprender a profissão de marceneiro. A marcenaria atendia às necessidades internas da instituição e gerava alguma renda em trabalhos externos.¹³² Contudo, a MASA (Missionarische Aktionen in Südamerika) era responsável por 90% do sustento do Lar. Esse fato impressionava os alemães doadores que vinham ao Brasil conhecer o Lar. Eles viam aqui pessoas de bom nível financeiro, mas que não se importavam com a necessidade do próximo. Pensavam “que isso acontecia por acomodação ou pelo fato de os brasileiros estarem acostumados aos ‘lázaros’ às suas portas”.¹³³ Helmuth Rausch, um dos doadores alemães, por carta expressou-se da seguinte forma:

Perdi meus pais na 2ª Guerra Mundial. Já era adolescente e tudo o que acontecia me revoltava. Passada a guerra, perambulava sem rumo, até que uma família de agricultores me acolheu.

Pude trabalhar, estudar e achei um lugar ao sol. Minha esposa teve uma situação idêntica. Durante a vida lutamos com muita enfermidade... Ainda criança havia perdido a mão esquerda pela explosão de uma granada. A fome e o frio debilitavam nossas energias. Mas hoje somos aposentados. Não temos bens materiais. Apenas nossa casinha. Alegremo-nos, naturalmente, com o único filho. Duas meninas

¹³² *Os pioneiros*, 2010, p. 162.

¹³³ *Os pioneiros*, 2010, p. 162.

morreram antes de completarem um ano. Portanto, sabemos por experiência o que significa não ter um lar.

E sabemos que vocês, neste orfanato, cuidam de crianças que possivelmente não perderam seus pais numa guerra de fuzis e canhões, mas os pais perderam as crianças na rua do pecado, o que certamente lhes traz uma carga emocional ainda mais pesada. Que Deus lhes dê muita força e abnegação neste ministério que envolve os pequeninos do Senhor Jesus. Oramos por vocês, e de nossas poucas posses fazemos sempre sobrar alguma coisa para o seu sustento.¹³⁴

A disposição dos alemães em ajudar os brasileiros não era apenas porque tinham muitas posses. Testemunhos como o de Helmuth Rausch demonstram que nem sempre havia superabundância de bens materiais. Mas o que havia era amor ao próximo, até porque eles já haviam passado por situações de extrema necessidade como a guerra e o pós-guerra. Disso se pode concluir que, quando o amor se une à necessidade, então se toma a decisão de ajudar alguém necessitado.

Porém os brasileiros não estavam totalmente alheios à situação de vulnerabilidade como os alemães imaginavam. No ano de 1981 a Igreja Batista Leta doou uma área de 23,4 hectares de terra. Em 1983 alguns amigos ajudaram o Lar a adquirir mais 32 hectares e após um ano o casal Daniel doou mais 49 hectares. O cultivo dessa terra também contribuía para o sustento dos internos.¹³⁵ Ainda no mesmo ano, “um crente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana de Ijuí deixou em testamento seus bens para o Lar da Criança”.¹³⁶ Contribuíam e ainda contribuem com essa obra igrejas e outras entidades sociais.

Diante destes testemunhos práticos de doações, cabe aqui uma reflexão sobre o ecumenismo de base. Gerhard Tiel afirma que as igrejas, “em sua reflexão, ocupam-se mais intensamente consigo mesmas e, buscando sua própria identidade, reprimem a ecumenicidade como tarefa permanente de todos os cristãos. Isso vale não apenas para a Igreja Católica, mas também para as igrejas protestantes”. Ele ainda questiona: “Seria possível que nesse ecumenismo de base se mostrassem novos caminhos para a superação da estagnação ecumênica?”.¹³⁷ A partir das doações realizadas por indivíduos e até mesmo igrejas descritas até o presente momento e outras descrições de doações¹³⁸ que ainda farei nesta pesquisa,

¹³⁴ *Os pioneiros*, 2010. p. 162.

¹³⁵ EM CORAÇÃO de mãe sempre cabe mais um. *Jornal Classificação*, Ijuí, 01 mai. 2010, Caderno Especial, p. 17.

¹³⁶ *Os pioneiros*, 2010. p. 163.

¹³⁷ TIEL, Gerhard. Ecumenismo de base na América Latina: resultados preliminares de um projeto de pesquisa. *Estudos teológicos*, São Leopoldo, n. 1, p. 47-64, 1991.

¹³⁸ No ano de 1997 a Convenção Batista Pioneira recebeu uma doação de quatro irmãos: Johann, Katharina, Max e Franz Dentzer (os dois últimos na ocasião já falecidos). Após várias tentativas de doação para diferentes denominações que não aceitaram a oferta, Johann e Katharina contataram a Igreja Batista, que aceitou a doação,

poderíamos dizer que sim. Desde que seja prático. Enquanto o ecumenismo oficial ou eclesiástico se debate em profundas reflexões teóricas, o ecumenismo de base já está atuando na prática para ajudar os necessitados.

Atualmente, muitas igrejas estão preocupadas em manter sua identidade e a afinação de suas liturgias – sem falar na competição por maior número de membros – e não percebem as necessidades dos injustiçados. Marcos Monteiro, baseado na denúncia do profeta boiadeiro (Am 5.21, 23-24), afirma:

Javé não é religioso; não faz questão de culto nem de melodiosas canções ao som da virtuosidade de um tocador de lira; nem mesmo dá valor à abundância de sacrifícios. Javé requer justiça e honestidade. O que parecia harmonioso para o povo, parecia desafinado para Javé. Entoar bem as canções religiosas, mas desafinar nas práticas político-econômicas e nos relacionamentos humanos, especialmente no que concerne ao direito e à dignidade do pobre, incomodava os ouvidos e ofendia o senso estético de Javé.¹³⁹

Para Tiel, a necessidade das pessoas é que provoca uma “nova consciência ecumênica”, e esta obrigatoriamente deve ultrapassar as fronteiras das diferentes denominações. “Na luta contra os poderes da morte não se pergunta em primeiro lugar pela confissão ou pela pertença religiosa. O problema da ‘unidade da Igreja’, a reflexão e o debate dogmático-teológicos, portanto, não podem a princípio desempenhar um papel destacado no ecumenismo de base”.¹⁴⁰

A partir da abordagem de Tiel percebemos que a família Liebich, como leiga, praticou o ecumenismo de base, aceitando visitas, conselhos, doações e principalmente crianças de outras ou de nenhuma denominação. A percepção da família da necessidade urgente das crianças gerou essa nova consciência ecumênica e, conseqüentemente, uma instituição de acolhimento que ao longo da sua história já ajudou mais de quinhentas crianças e seus familiares em situação de vulnerabilidade.

1.4.2 Adaptação no Lar

As crianças viviam em condições semelhantes às de uma família comum. Nas dependências do Lar frequentavam o jardim de infância e a pré-escola com as devidas

embora os doadores não fossem batistas. A partir dessa doação foi construído o Lar de Idosos Irmãos Dentzer em Toledo – PR. Mais informações em: *Os pioneiros*, 2010, p. 166-167.

¹³⁹ MONTEIRO, Marcos. *Um jumentinho na avenida: a missão da igreja e as cidades*. Viçosa: Ultimato, 2007. p. 99-100.

¹⁴⁰ TIEL, 1991, p. 54-55. Veja mais informações sobre “captação” de doadores em: ESTATUTO do doador. *Revista Filantropia*. São Paulo, n. 64, p. 17ss.

orientações pedagógicas. Os jovens trabalhavam durante o dia e estudavam à noite, tendo tal rotina como oportunidade para integração com a sociedade fora da instituição. As crianças também contavam com uma professora que auxiliava nas lições de casa, além de diversificada biblioteca. Crianças com mais de oito anos de idade desenvolviam atividades especiais, como o aprendizado relacionado à horta, ao jardim, ao pomar, à marcenaria, à costura, à lavanderia, à cozinha, à música etc.. Essas atividades somavam aproximadamente 30 horas mensais. O Lar também dispunha de grande área verde para o lazer das crianças, com quadra de esportes e pracinha com brinquedos.¹⁴¹

Em relação à saúde, a criança recebia assistência médico-hospitalar. Casos leves eram atendidos pela farmácia interna e os mais complexos eram imediatamente encaminhados ao atendimento especial. Por ocasião da inauguração, o presidente da Unimed, Dr. Bruno Wayhs, ao fazer uso da palavra afirmou “que a entidade que preside resolveu dar a todas as crianças do Lar uma carteira que lhes dará direito a assistência médica e ambulatorial gratuita”.¹⁴² O Lar também contava com um gabinete dentário e que não dava chance para a ocorrência da dor de dente. A alimentação também era preparada pela cozinha do Lar, com cardápio nutritivo e variado, usando produtos cultivados na própria instituição. O almoço era preparado na cozinha central e distribuído em viandas nas casas. O café e o jantar eram preparados pelas mães sociais.¹⁴³

As crianças também recebiam educação espiritual por meio de cultos domésticos realizados todas as manhãs pelas mães sociais. No caso de adolescentes e jovens, era o “pai” que assumia a responsabilidade espiritual da “família”. Cada mãe ou casal assumia os internos como seus próprios filhos, “zelando pela educação nos aspectos espiritual, moral, pedagógico e físico, orientando-os na educação sexual, relacionamento social etc.”.¹⁴⁴ As mães eram constantemente aperfeiçoadas por meio de palestras, cursos... Além do cuidado com os filhos, as mães eram responsáveis pela limpeza de suas casas.¹⁴⁵

¹⁴¹ Folheto: *Uma criança quer adotar você*.

¹⁴² INAUGURADO o Lar da Criança Henrique Liebich. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 15, 24 fev. 1976; UNIMED garante saúde para 82 crianças. *Jornal Cidade*, Ijuí, p. 1227 jun. 1992. No mesmo ano, o Lar recebeu assistência médica do município de Ijuí. O Dr. Armindo Pydd, secretário da Saúde, fez a entrega das carteirinhas de saúde ao administrador do Lar, Werner Geiger. LAR da Criança recebe assistência médica do município. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 24, 12 jun. 1976.

¹⁴³ Folheto: *Uma criança quer adotar você*.

¹⁴⁴ Folheto: *Uma criança quer adotar você*.

¹⁴⁵ Folheto: *Uma criança quer adotar você*.

Além destas atividades, o Lar sempre foi alvo de intercâmbios nacionais e internacionais, tendo como propósito o bem-estar dos internos e o aperfeiçoamento das mães sociais e dos funcionários. Em 1981 as irmãs Isabel e Madalena Machado vieram de Portugal para conhecer o Lar. Elas trabalhavam num lar de crianças e de idosos.¹⁴⁶ No ano de 1992, Marie Christiansen, norueguesa de 21 anos, realizava trabalho social voluntário. Marie era natural da Tailândia mas fora adotada aos dois meses por um casal norueguês, fato que ajudou na compreensão do contexto dos internos do Lar.¹⁴⁷ Os intercâmbios ainda continuam, com o objetivo de ajudar as crianças do Lar. De novembro de 2013 até março de 2014, o Lar contou com o apoio da voluntária alemã Raphaela Reif.¹⁴⁸

As participações no Lar eram variadas. Por exemplo, o SESC proporcionava atividades lúdico-recreativas para as crianças. O objetivo era fazer com que elas tivessem uma infância mais alegre e saudável.¹⁴⁹ Além dos que vinham de fora, o Lar também proporcionava contatos no sentido inverso: as crianças eram levadas para ocasiões especiais na sociedade em geral. No dia 17 de outubro de 1982 o diretor Helmuth Matshulat levou algumas crianças para a cidade de Carazinho, onde se apresentaram com músicas para a comunidade. O diretor aproveitou a ocasião para falar sobre o funcionamento do Lar.¹⁵⁰ Da mesma forma, na programação do “Natal do Menino Jesus”, as crianças apresentaram músicas natalinas.¹⁵¹

Apesar de todo esforço para oportunizar uma vida dinâmica às crianças, o que ajudava na recuperação de traumas e na melhora da autoestima, não faltavam pessoas da sociedade que teciam críticas em relação ao que era feito. Segundo Marisa Jung¹⁵² alguns perguntavam “se vale a pena manter vivo o Lar da Criança Henrique Liebich”. Outros diziam que “as crianças têm demais”. E ainda havia aqueles que viam as crianças com “crítica e suspeita”. Para Marisa, um princípio de ajuda em relação às crianças é: “O importante não é o que fizeram de nós, mas sim o que faremos com aquilo que fizeram de nós”.¹⁵³

¹⁴⁶ PORTUGUESAS visitam o Lar da Criança. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 18, 07 nov. 1981.

¹⁴⁷ PROGRAMA de intercâmbio traz norueguesa a Ijuí. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 7, 28 out. 1992.

¹⁴⁸ VOLUNTÁRIA da Alemanha no Lar. *Jornal O Batista Pioneiro*. Curitiba, p. 12, abr. 2014.

¹⁴⁹ DIVERSÃO para crianças: espaço Criança do SESC e Cededica estiveram ontem no Henrique Liebich. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 16, 25 mai. 2000.

¹⁵⁰ JORNAL Noticioso, Carazinho, p. 8, 16 out. 1982.

¹⁵¹ CORAIS criam clima natalino. *Jornal Cidade*, Ijuí, p. 6, 25 nov. 1992.

¹⁵² Diretora no período de 1997-2004. In: WEIAND, Dietrich. *Hoffnung für Schattenkinder: 40 Jahre MASA in Lateinamerika*. Germany: Frank Fornaçon. [s.d.]. n. 80, p.126.

¹⁵³ JUNG, Marisa. Compensa manter o Lar da Criança? *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, p. 6-7, fev. 1998.

Assim, muitas crianças que enfrentavam a rejeição e a discriminação encontravam apoio e segurança. Não era uma opção ser marginalizado, assim como hoje também não é, mas a dura realidade era consequência de lares desfeitos, abandono e violência contra o menor. A missão do Lar era oferecer a essas crianças condições de terem uma vida digna em todas as áreas: moral, física e espiritual.

No ato de inauguração do Lar, o Pr. Horst Borkowski mencionou que a origem de todo trabalho missionário em sua igreja é Mt 18.5, ou seja: “Quem recebe uma destas crianças em meu nome, está me recebendo”. Ele ainda destacou que “essas crianças que não têm pais ou foram abandonadas devem ser aceitas como vêm. Não perguntamos por que os pais fazem isso nem os culpamos. Queremos apenas ajudar”.¹⁵⁴

Na época o Lar tinha os seguintes objetivos para os internos: torná-los úteis à sociedade; dar-lhes formação (educação, escolarização e profissionalização) e levá-los a Cristo, porém com livre escolha de seu caminho a Deus.¹⁵⁵ Segundo o Pr. Erich Tausendfreund pretendia-se alcançar três objetivos: “Dar força à premissa bíblica de que Deus é o Pai dos órfãos; dar continuidade ao trabalho e aos nobres ideais da família Liebich e contribuir para a formação cristã, moral e profissional do menor abandonado, visando a sua recuperação e integração total na sociedade”.¹⁵⁶

As crianças internadas no Lar, principalmente as que possuem menos de cinco anos de idade, necessitavam de cuidados especiais. Elas são afastadas do seu meio de convivência e precisam se adaptar a um novo ambiente. Essa adaptação traz sofrimento para a criança, que não entende o que está acontecendo. Quando está adaptada, pode acontecer de a “mãe” deixar o Lar. Ela sofre novamente ao ter que se adaptar à nova “mãe” e até mesmo quando outra criança chega ou sai do Lar. Segundo o ex-diretor Bruno Stillner, “tudo isso gera na criança uma grande insegurança, que culmina com o dia em que ela deixa o Lar porque atingiu o limite de idade e então precisa voltar a viver com o mundo fora do Lar”.¹⁵⁷

Conforme a mãe social Maria Ledi Watte, “é bastante difícil lidar com a saudade, porque eu me apego da mesma forma que a meus filhos biológicos”. E quando a saudade chega, diz ela: “Para não ficar triste eu lembro de que isso é para o bem deles e que toda a

¹⁵⁴ INAUGURADO, 1976, p. 15.

¹⁵⁵ INAUGURADO, 1976, p. 15.

¹⁵⁶ IJUÍ, 1975, p. 6.

¹⁵⁷ STILNER, Bruno. *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, p. 6, out. 1995.

criança tem o direito de ter a sua família”.¹⁵⁸ Essa é a rotina dos abrigados e educadores. “Enquanto uma criança é restituída à família de origem, outra é acolhida pelo Lar e uma nova trajetória se inicia. Afinal, em coração de mãe social sempre cabe mais um”.¹⁵⁹ Para diminuir o efeito dessa insegurança o Lar contava com o apoio psicológico oferecido pela Universidade de Ijuí – UNIJUÍ. Assim, as crianças eram preparadas para ingressar na escola, aos quinze anos iam se profissionalizando e aos dezesseis já podiam conseguir um emprego.¹⁶⁰

A capacitação de adolescentes acolhidos no Lar continua. Por meio do Setor de Serviço Social, atualmente coordenado pela assistente social Natália Sebastiany Brendler, providencia a capacitação profissional dos adolescentes e jovens acolhidos. A partir dos quatorze anos, os acolhidos podem participar de cursos como informática, inglês ou ainda cursos específicos da área de interesse profissional. A partir dos quinze anos são inseridos no Programa Jovem Aprendiz, oferecido pelo Governo Federal com o objetivo de formação profissional básica. Pelo período de doze meses os adolescentes recebem aulas teóricas, sendo estas intercaladas com aulas práticas em empresas do ramo de transportes. Nesse período eles têm suas carteiras de trabalho assinadas e podem contar com os demais direitos que são assegurados a partir da assinatura. Segundo a assistente social,

o processo de profissionalização proporcionado pela instituição é fundamental para a construção da cidadania, protagonismo individual, inclusão social e para o futuro desacolhimento de nossos jovens que sairão do Lar com conhecimento e experiência profissional capaz de lhes colocarem em igualdade na competitividade do mercado de trabalho.¹⁶¹

Assim o Lar vai cumprindo e alcançando seus objetivos de oferecer aos acolhidos suporte necessário para seu desenvolvimento integral.

1.4.3 Manutenção do Lar

A manutenção financeira do Lar se dá por meio de doações ou mantenedores. Atualmente, 45% do sustento é proveniente do exterior. A MASA é responsável por essa parcela de sustento, que inicialmente era de 90%. Do início da construção do novo Lar até hoje, houve uma redução de 50% das doações por parte de MASA. Convênios com municípios também ajudam a manter o Lar. Esses convênios são realizados apenas com

¹⁵⁸ EM CORAÇÃO, 2010, p. 15.

¹⁵⁹ EM CORAÇÃO, 2010, p. 15.

¹⁶⁰ STILNER, 1995, p. 6.

¹⁶¹ HARTMANN, Liane. Capacitação profissional de adolescentes do Lar da Criança. *Jornal O Batista Pioneiro*. Curitiba, p. 12, abr. 2014.

municípios da comarca de Ijuí e que possuem crianças abrigadas no Lar, girando em torno de 30%.

Os setores privado e público completam o que falta, colaborando com doações que somam 25%. Essas doações vêm em forma de recursos por meio de projetos apresentados nas esferas pública e privada. Por exemplo, recebimento de recursos da Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social do Estado – RS, da UNESCO, do Criança Esperança, de subvenções municipais e outras. São verbas recebidas por meio da aprovação de projetos executados no Lar. O Lar também recebe verba por meio da dedução de imposto de renda de pessoa física (6%) e jurídica (1%). Além destes, o Lar ainda possui uma área de terra arrendada no município de Bozano, cujo valor proveniente deste arrendamento ajuda na complementação do orçamento financeiro do Lar.¹⁶²

A seguinte tabela ajuda a entender a composição em porcentagem de recursos financeiros dos abrigos governamentais e não governamentais pesquisados em 2002.¹⁶³

ORIGEM DOS RECURSOS	Abrigos governamentais	Abrigos não governamentais
Recursos públicos federais	13,38 %	6,44%
Recursos públicos estaduais	22,79%	14,71%
Recursos públicos municipais	59,72%	11,10%
SUBTOTAL DE RECURSOS PÚBLICOS	95,89%	32,25%
Recursos da mantenedora	0,30%	10,06%
Doações de empresas	0,03%	6,04%
Doações de pessoa física	0,48%	10,28%
ONGs brasileiras	0,19%	1,08%
ONGS estrangeiras	0,00%	6,59%
Governos estrangeiros	0,00%	1,38%
Agências internacionais	0,00%	0,37%
Outras receitas privadas	1,64%	3,14%
SUBTOTAL DE RECURSOS PRIVADOS	2,63%	38,95%
Prestação de serviços	1,32%	15,95
Contribuições de sócios e usuários	0,11%	3,27%
Realização de eventos e promoções	0,05%	3,47%
Outras receitas próprias	0,01%	6,10%
SUBTOTAL DE RECEITA PRÓPRIA	1,49%	28,80%
TOTAL	100,00%	100,00%

¹⁶² Banco de dados disponível no Lar da Criança Henrique Liebich.

¹⁶³ SILVA, 2004, p. 186.

A tabela ilustra a origem de recursos financeiros para a manutenção das instituições de acolhimento. Ao analisarmos isoladamente a composição das receitas das instituições, observamos que as instituições que pertencem ao Estado são praticamente dependentes deste, na ordem de 95,89%. A maior parcela de contribuição é da esfera municipal, 59,72%, seguida do Estado, com 22,79%. Para as instituições não governamentais, o Estado contribui com apenas 32,25%, ou seja, um terço do total necessário. Os recursos advindos do governo federal somam 6,44%. O Estado contribui com 14,71% e o município, com 11,10%.

Estes números mostram que, para as instituições não governamentais, os recursos privados representam 38,95% do total das receitas. Para as instituições governamentais, a esfera privada destina 2,63%. O que se destaca na tabela é que ONGs estrangeiras, governos estrangeiros e agências internacionais não contribuem financeiramente com instituições governamentais. No tocante a receita própria, que é uma importante fonte de manutenção das instituições privadas, esta chega aos 28,80%, contra apenas 1,49% nas instituições públicas. A prestação de serviços é que tem maior percentual de contribuição: 15,95%. Nesse item estão incluídos aluguel de terreno para estacionamento, cursos e outros.

Quanto ao Lar, a prestação de serviços pode ser apontada como adjutora na composição da receita, visto que a MASA já diminuiu sua contribuição. Como exemplo prático cito a elaboração de um projeto de aluguel das casas desocupadas do Lar. Estas podem ser alugadas para a comunidade externa para a realização de cursos, casamentos, palestras e outros, sob pagamento de determinada taxa. Sei que não é objetivo do Lar angariar recursos, mas a despesa do custo diário para a manutenção dos “filhos do governo” existe, como diz Roberto da Silva.

A partir da análise da tabela, podemos concluir que as doações e a prestação de serviços são as principais fontes de receita para a manutenção das instituições privadas. Desenvolvem esse tipo de estratégia porque não podem contar com recursos do governo, embora este os tenha. Muitas dificuldades financeiras enfrentadas pelo Lar e por outras instituições poderiam ter sido evitadas se houvesse uma maior participação do governo, fosse na esfera federal, estadual ou municipal.

1.4.4 Dificuldades financeiras e colaborações

Para melhor compreensão das dificuldades financeiras do Lar e de outras instituições, apresento a seguir uma tabela que mostra a composição do custo médio por abrigado em instituições de caráter governamental e não governamental no ano de 2002.¹⁶⁴

DESPESAS EM REAIS	Governamental	Não governamental
Pessoal	3.621,38	2.322,06
Aluguel, condomínio e IPTU	134,07	54,02
Água	157,01	61,81
Luz	101,33	130,96
Telefone	65,83	77,69
Gás	43,70	44,70
Alimentação, material de limpeza	914,14	648,67
Educação para abrigados	192,51	111,40
Saúde para abrigados	137,91	90,70
Cultura, lazer e esporte	48,98	32,70
Vestuário	133,55	72,47
Transporte	57,68	46,70
Combustível	75,29	103,43
Serviços de terceiros	249,00	167,05
Manutenção de bens	130,94	232,28
Material de consumo	24,90	73,22
Ações de assistência	0,30	8,01
Bens duráveis e materiais	5,38	9,08
Profissionalização	7,54	4,26
Taxas e emolumentos	2,14	52,90
Outros	14,08	42,02
TOTAL	6.097,66	4.386,18

Nesta composição de custo médio por acolhido, o valor mensal para os acolhidos é de R\$ 508,14 em instituições do governo, contra R\$ 365,51 nas instituições não governamentais. Percebe-se claramente que as instituições governamentais têm um custo mais elevado quando comparado ao das instituições não governamentais: aproximadamente 40% maior.

De acordo com a pesquisadora Enid Silva, esta diferença de 40% a mais pode ser explicada pelos seguintes motivos:¹⁶⁵

- 1) baixo número de acolhidos em instituições governamentais;

¹⁶⁴ SILVA, 2004, p. 190.

¹⁶⁵ SILVA, 2004, p. 189.

- 2) os funcionários de instituições governamentais são considerados funcionários públicos, tendo assim mais vantagens salariais em relação aos funcionários privados;
- 3) as instituições privadas contam com maior incidência de trabalho voluntário e
- 4) diferenças nas atividades e nos atendimentos oferecidos aos acolhidos.

A investigação de custos nas instituições aponta que o Estado desembolsa 95,88% dos recursos financeiros para as instituições governamentais. Para as não governamentais, desembolsa apenas 32,25% do valor necessário para manter a instituição. Esses dados apontam que para os cofres públicos é mais econômico manter instituições não governamentais. A pesquisadora ainda pergunta se a partir do custo mais elevado os abrigos públicos teriam um atendimento mais qualificado aos acolhidos.¹⁶⁶ Em princípio poderíamos afirmar que não. Como já mencionei na introdução ao capítulo, uma instituição de abrigo governamental em Ijuí foi fechada. Um motivo, entre outros, teria sido a baixa qualidade no atendimento às crianças e aos adolescentes. A partir dos dados estatísticos apresentados e das realidades percebidas, o Estado poderia conceder algum tipo de ajuda às instituições não governamentais facilitando-lhes a composição do orçamento e conseqüentemente proporcionando melhor atendimento aos acolhidos.

No ano de 1990, o então diretor do Lar, Anselmo Osório, fez um chamamento à comunidade ijuicense para que se envolvesse com a ajuda financeira e a doação de gêneros alimentícios. Na ocasião o Lar contava com oitenta crianças, das quais 90% eram oriundas do município de Ijuí.¹⁶⁷ No ano anterior o Lar havia lançado uma campanha de arrecadação financeira por meio de carnês de mensalidades. A venda dos carnês se limitava apenas às comunidades religiosas. Por isso, o objetivo era vender os carnês aos mais diferentes segmentos da sociedade para manter o Lar, que na ocasião abrigava as crianças até os 21 anos, mas a partir dos quatorze eram orientados a ingressar no mercado de trabalho.¹⁶⁸ No ano de 1995, em média 1600 pães eram doados ao Lar pelas padarias da cidade. Pães que não poderiam mais ser vendidos, mas ao Lar ainda seriam de grande utilidade, ajudando na alimentação das crianças.¹⁶⁹

¹⁶⁶ SILVA, 2004, p. 191.

¹⁶⁷ LAR da Criança faz apelo. *Jornal Cidade*, Ijuí, p. 8, 26 set. 1990.

¹⁶⁸ LAR da Criança pede auxílio. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 11, 22 set. 1990. RECURSOS da Alemanha cada vez menores. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 12, 17 jun. 1992.

¹⁶⁹ PADARIAS expressas não desperdiçam as sobras de pães. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 16, 11 fev. 1995.

Após quinze anos o Lar ainda recebia ajuda dos mais diferentes segmentos da comunidade ijuense. Segundo Júlia Kegler, vice-diretora, “não é só com carinho e dedicação que se mantém uma instituição. Sem dinheiro a organização não sobrevive”.¹⁷⁰ Diante dessa situação o Lar continuou desenvolvendo projetos de captação de recursos financeiros. Como exemplo pode ser citado o “projeto Padrinho Amigo que promove os apadrinhamentos afetivos, prestador de serviços (voluntários) e mantenedor”.¹⁷¹

Em 27 de setembro de 2001 é estabelecido o convênio com a entidade Parceiros Voluntários; o termo de convênio foi estabelecido entre a Sociedade Batista de Beneficência Tabea e a Associação Comercial de Ijuí (ACI). Na ocasião o Lar já havia cadastrado quarenta voluntários, que colaboravam com “reforço escolar, hora do conto, marcenaria, costura, cuidadores hospitalares, marketing e relações públicas, odontólogos, organização do material histórico da instituição e brinquedoteca e fisioterapia”.¹⁷² Tudo isso se fazia necessário para suprir as necessidades e o bom atendimento dos acolhidos.

Também contribui, desde março de 2006, a BPW (*Bussiness Professional Women*), grupo de mulheres empresárias e profissionais liberais que organizaram o evento de divulgação “Brincando no Lar” e atualmente realizam o brechó anual em benefício do Lar e a programação especial de Natal.¹⁷³

Colaborava ainda “A Casa da Amizade” de Ijuí, formada por um colegiado de mulheres que promoviam brechós, e os recursos arrecadados foram totalmente doados ao Lar. Odemar Rehfeld, diretor do Lar na época, destacou a importância da ajuda: “É desta forma que o nosso trabalho acontece, com a ajuda e o envolvimento da comunidade. A parceria com a Casa da Amizade, através dos brechós, tem nos auxiliado muito, beneficiando as crianças acolhidas com material escolar, guarda-chuvas, chinelos, roupas, toalhas”.¹⁷⁴

Outra forma que o Lar encontrou para manter o orçamento equilibrado foi divulgar seu projeto por meio da “Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho e pelo Grupo RBS, através do Portal Social, um espaço destinado à divulgação dos projetos de instituições e que permite o

¹⁷⁰ ENTIDADE depende de doações da comunidade todo mês. *Jornal Hora H*, Ijuí, 2 out. 2009. Caderno especial, p. 7.

¹⁷¹ ENTIDADE, 2009, p. 7.

¹⁷² ENTIDADE, 2009, p. 7.

¹⁷³ VOLUNTARIADO feminino. *Jornal da manhã*, Ijuí, p. 11, 9 mar. 2006.

¹⁷⁴ BRECHÓS da Casa da Amizade beneficiam Lar da Criança. *Jornal O Repórter*, Ijuí, p. 14, 7 jul. 2010.

recebimento de doações para a concretização de tais projetos”.¹⁷⁵ Por meio desse projeto, o Lar pretendia arrecadar R\$ 5.000,00 e a comunidade em geral foi convocada a participar.¹⁷⁶

Em 25 de junho de 2006, durante a administração do diretor Odemar Rehfeld, foi firmado convênio com o município de Ijuí, oficializando o apoio à instituição por meio de repasse mensal de R\$ 350,00 a cada criança oriunda do município de Ijuí.¹⁷⁷

A tabela a seguir mostra as principais doações recebidas pelos abrigos pesquisados em 2002.¹⁷⁸

DOAÇÕES	%
Alimentos	82,5%
Vestuário	78,9%
Brinquedos	63,4%
Material escolar	28,3%
Móveis	19,8%
Remédios	18,9%
Benfeitorias nas instalações físicas	18,9%
Computadores	10,4%
Material de construção	8,5%
Material de higiene e limpeza	1,9%
Eletrodomésticos	0,9%
Outros	2,1%

Esta tabela também equivale às doações recebidas pelo Lar. Os produtos alimentícios estão em primeiro lugar. Há ocasiões em que a oferta supera a demanda, porém outras áreas acabam ficando deficitárias. Em certa ocasião, lembro que um dos diretores do Lar pediu que se diminuísse a doação de alimentos e aumentasse a doação de material de higiene e limpeza. A mesma situação se repete com roupas e brinquedos para os acolhidos. De qualquer forma, é importante ressaltar que as doações “são fruto de uma rede de solidariedade construída em torno dos abrigos, sendo que as principais motivações dos doadores se referem a princípios caritativos e religiosos e também ao dever moral da ajuda”.¹⁷⁹

Estes princípios caritativos e religiosos são uma forma de explicar por que as instituições de acolhimento normalmente estão ligadas a igrejas. Enquanto o Estado aplica a Lei, ou seja, a pena, a igreja concede a graça. A partir desse princípio, o grande número de

¹⁷⁵ ACESSO à solidariedade vai beneficiar Lar da Criança. *Jornal Hora H*, Ijuí, p. 12, 6 ago. 2010.

¹⁷⁶ ACESSO, 2010, p.: 12.

¹⁷⁷ CONVÊNIO oficializa apoio ao Lar Henrique Liebich. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 3, 25 jul. 2006.

¹⁷⁸ SILVA, 2004, p. 187.

¹⁷⁹ SILVA, 2004, p. 186.

segmentos religiosos no Brasil poderia implantar projetos de transformação social na sociedade brasileira. Esses projetos, evidentemente bem elaborados por profissionais da área, poderiam ser subsidiados pelo Estado.

1.5 Um dia no Lar

O dia começa cedo. Às 6h os adolescentes começam a se levantar. Após a higiene pessoal trocam de roupa, tomam café em suas casas e vão para a escola. Os adolescentes estudam durante a manhã e as crianças menores e as que estudam à tarde, podem dormir mais um pouco, depende de cada uma, acordam em geral entre 08 – 09hs. Ainda brincam, assistem TV, tem os atendimentos técnicos e consultas. Os em idade escolar ainda fazem os temas, ajudam nas tarefas diárias e têm acompanhamento com a Pedagoga. Cada mãe social faz com sua casa um estudo devocional, às vezes no café da manhã, às vezes no almoço ou a noite, depende da casa.

O almoço é preparado na cozinha central e, por volta de 11h30min, é distribuído nas casas. Como a Instituição é modalidade Casa Lar ,não há refeitório na instituição. Todas as crianças fazem suas refeições em casa. As demais refeições e os lanches são preparados pelas mães sociais na casa e há uma escala entre os maiores para lavar, secar e guardar a louça, além de limpar e a cozinha e banheiros.

Todos os acolhidos têm atendimento psicológico e, segundo suas necessidades, têm atendimento fisioterapêutico, nutricional e fonoaudiológico na própria instituição. Todos os acolhidos em idade escolar são atendidos pela pedagoga. Quando há necessidade alguns são encaminhados ao CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), à APAE, ao dentista e a consultas médicas.

Os adolescentes acima de 14 anos fazem curso profissionalizante, como de informática, maquiagem, cabelo, inglês, etc. Pré-adolescentes participam de escolinha de futebol. Adolescentes com 15 anos são encaminhados para o Jovem Aprendiz, onde, durante meio ano participam de aulas teóricas em dos sistemas “S” do Governo (SENAC, SENAI, SEST, etc) e a outra metade do ano realizam estágio em empresas recebendo meio salário mínimo por mês. A partir dos 16 anos os acolhidos são engajados em algum curso do PRONATEC e após os 17 inicia-se a inserção no mercado formal de trabalho visando o

desacolhimento. A partir dos 15 anos, os acolhidos possuem uma rotina bastante dinâmica, pois passam dois turnos fora do Lar.¹⁸⁰

À noite, os horários de dormir são diversos, dependendo da idade. Alguns estudam ou fazem curso à noite, quando voltam, a cuidadora deixa a comida pronta, só precisando ser requentada. Os menores vão para a cama cedo. Os maiores assistem TV, jantam, fazem as tarefas, conversam, tomam banho e fazem os temas da escola.

Quando não estão na escola os acolhidos têm lazer e participam de oficinas de aprendizado como informática, artes visuais, música, esportes etc. Participam do banco de tarefa (reforço escolar) sob a orientação da pedagoga do Lar. Em casa auxiliam em pequenas tarefas para que aprendam coisas importantes para a vida. Os adolescentes a partir de dezesseis anos fazem cursos profissionalizantes e são encaminhados ao mercado de trabalho.

O dia de trabalho no setor administrativo se dá em horário comercial, juntamente com os serviços de lavanderia e limpeza. A cozinha funciona das 7h30min às 17h. No fim da tarde os acolhidos tomam banho, jantam e, dependendo da idade, têm horários diferentes para dormir. O fim de semana é dinâmico. Os acolhidos aproveitam para brincar no amplo pátio, jogam bola na quadra, andam de bicicleta etc. Também participam das atividades da Igreja Batista Esperança, que se localiza ao lado da instituição. Em dias e horários definidos, os que têm vínculos familiares recebem visitas, ou passeiam na casa dos familiares nos fins de semana. Cada cronograma é personalizado, podendo haver apenas um passeio ou até pernoite fora.

Como durante a semana os acolhidos tem uma rotina bastante dinâmica com diversas atividades, a instituição cuida para não marcar nenhum compromisso, fora os da Igreja, nos finais de semana, esse é um momento para eles relaxarem, literalmente não fazer nada, ou, fazer o que gostam.

De acordo com a mãe social Maria Ledi Watte, “todos os dias cada um acorda com um estado de espírito diferente. E é com essas diferenças que temos que saber lidar, respeitando a individualidade de cada um”.¹⁸¹ Maria busca ajuda na Bíblia para administrar as diferenças de cada abrigado e manter um ambiente familiar: “Eu trabalho muito a área espiritual das

¹⁸⁰ Banco de dados disponível no Lar.

¹⁸¹ EM CORAÇÃO, 2010, p. 15.

crianças. Conversar sobre os ensinamentos da Bíblia faz com que as crianças se acalmem”,¹⁸² diz ela. Como os abrigados são oriundos das mais diferentes situações¹⁸³ de vulnerabilidade social, é necessário cuidado especial. O Lar elabora um plano de atendimento para cada criança, pelo tempo que permanecer abrigada, respeitando os valores e a cultura anteriores ao acolhimento.¹⁸⁴

Esta é a rotina do Lar, às vezes as pessoas tem uma concepção errada, pensam que as crianças têm cronogramas de atividades, cada horário alguma atividade específica. Porém, não é assim. Como descrito acima, o Lar funciona como uma casa de família. Nesta, os filhos têm compromissos, aulas, cursos, atividades, mas também têm seu tempo de lazer para assistir TV ou fazer outra atividade, assim também é o dia-a-dia do Lar.

Atualmente, num sentido mais abrangente o Lar, em toda sua complexidade, poderia ser assim definido:

O Lar da Criança Henrique Liebich (Sociedade Batista de Beneficência TABEA) é um Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – instituição de acolhimento modalidade casa-lar, de caráter filantrópico, sem fins lucrativos, que se destina ao acolhimento de crianças e adolescentes de ambos os sexos, com idade entre zero e 18 anos, advindos de situação de risco social e pessoal; em caráter provisório e excepcional, funcionando em forma de aldeia e tendo como perspectiva de trabalho o cunho familiar.

A Instituição é unidade prestadora de serviços da Sociedade Batista de Beneficência TABEA, tendo como objetivo proporcionar às crianças e adolescentes acolhidos a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A Instituição desenvolve 02 programas sociais: acolhimento institucional e o programa socioeducativo – Núcleo Social de Ijuí (fundado em agosto de 2008).¹⁸⁵

O Lar ainda tem como visão: “investir na transformação de vidas”; missão: “promover, através da prestação de serviços e do Evangelho, ações que visam a transformar e restaurar a vida de crianças e adolescentes” e valores: “Ética, Responsabilidade, Integridade, Transparência e Solidariedade”.¹⁸⁶

Em relação ao Núcleo Social de Ijuí, podemos dizer que presta um relevante serviço às crianças, funcionando no turno inverso à escola. O Núcleo atende a crianças de seis a treze

¹⁸² EM CORAÇÃO, 2010, p. 15.

¹⁸³ Cada abrigado traz consigo uma bagagem diferente de experiência de vida, principalmente no que diz respeito à família. No convívio social, a troca dessas experiências proporciona crescimento a eles e também aos educadores.

¹⁸⁴ EM CORAÇÃO, 2010, p. 15.

¹⁸⁵ Histórico Institucional Lar da Criança Henrique Liebich. p. 3.

¹⁸⁶ Histórico Institucional Lar da Criança Henrique Liebich. p. 2.

anos moradoras das proximidades da instituição, mas que estejam devidamente matriculadas e frequentando a escola regular. As atividades que o Núcleo Social desenvolve são propostas de apoio escolar: “Musicalização, esportes, artes visuais, informática, recreação, oficina de inglês, hora do conto, reciclagem e leitura”. Seu funcionamento se dá às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, sendo a quarta-feira reservada a reuniões de planejamento. O programa ainda conta com apoio multidisciplinar e alimentação balanceada.¹⁸⁷ O Núcleo iniciou suas atividades em 2008. “Nasceu a partir da percepção e questionamento do Lar da Criança Henrique Liebich sobre a situação social em que se encontravam crianças e adolescentes do município, especialmente das comunidades vizinhas à Instituição.”¹⁸⁸

A partir da minha observação da convivência dos acolhidos no Lar, podemos observar que este possui a sua própria pedagogia. É a mesma que Henrique Liebich tinha com sua família ao receber as primeiras crianças. Ele lia a Bíblia com sua família e a partir daí tomava decisões importantes, como a de criar uma instituição de acolhimento. Da mesma forma, persiste hoje no Lar a leitura da Bíblia e a disciplina para com as crianças.

Como fundamentação teórica para o ensino e a disciplina, além da Bíblia ainda pode ser citado Paulo Freire. Segundo ele “não há vida sem correção, sem retificação”. Freire ainda segue afirmando que se a “educação sozinha” não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda.¹⁸⁹ “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.¹⁹⁰ A partir desse conjunto de princípios éticos, morais e cristãos, os acolhidos do Lar são educados e ensinados. Tarefa que exige muita sabedoria por parte das mães sociais, visto que a maioria das crianças chega desestruturada em todos os sentidos. Essa desestruturação se deve aos sofrimentos a que foram expostas. Dessa forma, lentamente as crianças começam a construir ou reconstruir as suas vidas.

Logo, se pode e deve ensinar a criança a amar. O amor conduz a outra atitude nobre que é o perdão. Essa atitude se mostra de grande importância para a reconstrução da vida da criança. A partir do momento em que ela consegue perdoar as pessoas que fizeram maldades contra ela, então não está mais presa ao passado, mas livre para pensar no futuro.

¹⁸⁷ Histórico Institucional Lar da Criança Henrique Liebich. p. 3-4.

¹⁸⁸ BOHRINGER, Juliane. Núcleo Social de Ijuí. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 15 dez. 2013, p. 12.

¹⁸⁹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.16.

¹⁹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 25.

1.6 A mãe social

Em uma estrutura de casas-lares, que é o caso do Lar, a legislação exige a presença de mães sociais. Estas são responsáveis diariamente pelos acolhidos nos moldes de núcleo familiar, com uma mãe social ou um casal cuidando de no máximo dez crianças e adolescentes. É o chamado cuidado direto. Este absorve 25,5% dos profissionais¹⁹¹ que trabalham em instituições de acolhimento. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais o Lar teve e tem dificuldades em encontrar mães sociais.

1.6.1 Formação de uma mãe social

A formação de uma mãe social é complexa. Não se restringe apenas à questão profissional, mas principalmente vocacional. Os critérios usados para contratação ou mesmo formação de uma mãe social no caso em estudo são os seguintes: inicialmente, o Lar busca indicações de mães que já tiveram experiência em instituições ou ainda estão na função, mas que por um motivo ou outro desejam conhecer uma nova instituição. Se a indicação corresponder positivamente ela é convidada para uma entrevista de seleção (Lei nº 7.644 Art. 8º) e deve apresentar documentos da sua formação profissional (Lei nº 7.644 Art. 8º §1º).

A legislação que regula a formação de mães sociais é a Lei nº 7.644 de 18 de dezembro de 1987. Portanto, antiga. A referida Lei “dispõe sobre a Regulamentação da Atividade de Mãe Social e dá outras providências”. A seguir, transcrevo os artigos que possuem ligação com a formação:

Art. 1º - As instituições sem finalidade lucrativa, ou de utilidade pública de assistência ao menor abandonado, e que funcionem pelo sistema de casas-lares, utilizarão mães sociais visando a propiciar ao menor as condições familiares ideais ao seu desenvolvimento e reintegração social.

Art. 2º - Considera-se mãe social, para efeito desta Lei, aquela que, dedicando-se à assistência ao menor abandonado, exerça o encargo em nível social, dentro do sistema de casas-lares.

¹⁹¹ Conforme gráfico apresentado em: MELLO, Simone Guerresi; SILVA, Enid Rocha Andrade. Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In: SILVA, Enid Rocha Andrade de. (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. p. 124.

Art. 3º - Entende-se como casa-lar a unidade residencial sob responsabilidade de mãe social, que abrigue até 10 (dez) menores.

§ 1º - As casas-lares serão isoladas, formando, quando agrupadas, uma aldeia assistencial ou vila de menores.

§ 2º - A instituição fixará os limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas-lares.

§ 3º - Para os efeitos dos benefícios previdenciários, os menores residentes nas casas-lares e nas Casas da Juventude são considerados dependentes da mãe social a que foram confiados pela instituição empregadora.

Em alguns casos, esta Lei que dispõe e regulariza as atividades da mãe social está desatualizada ou já superada pelo ECA. É o caso do § 2º do Art. 3º. Este reza que “a instituição fixará limites de idade em que os menores ficarão sujeitos às casas-lares”. No entanto, o § 2º do Art. 19 da Lei nº 12.010 afirma: “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”. Ainda no mesmo Artigo, “§ 1º - Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei”. Assim, a instituição não define o tempo de permanência do acolhido, salvo em situações especiais.

Como este estudo conta com a observação participante e a descrição da observação a partir do método diário de campo, passo a relatar algumas observações. Meu contato com as mães sociais se dá regularmente de três formas:

1) Uma vez por semana, durante 30 minutos nos reunimos para um tempo de reflexão espiritual. Nessa reflexão, como pastor, apresento a elas textos bíblicos que venham ao encontro da realidade delas. Os textos normalmente têm ligação com fatos envolvendo cuidadores, órfãos, família... ou então no sentido de fortalecimento para continuarem

cuidando das crianças. Os textos bíblicos ou assuntos são sempre selecionados de acordo com a necessidade delas, que vão surgindo com o trabalho diário de cuidar de crianças.

2) Outra forma de contato acontece dominicalmente nos cultos da Igreja Batista Pioneira Esperança, que está anexa ao Lar para atender às necessidades dos acolhidos.

3) Semanalmente almoço, juntamente com minha família, com os acolhidos. Cada semana numa casa-lar diferente.

Nestes contatos tenho observado alguns motivos que levam uma mulher, solteira ou casada com família, a se tornar mãe social. Primeiramente destacou-se, na minha observação, o fato de que elas conseguem se dedicar totalmente a outras vidas a partir de uma questão vocacional. Uma expressão que ouvi de praticamente todas as mães sociais do Lar é “chamado de Deus”. Esse chamado, segundo elas, é que faz a diferença quando se compara a tarefa com outras profissões. A partir do chamado é que elas dispõem de forças para amar as crianças oriundas dos mais diferentes contextos. A cada novo dia o acolhido tem um comportamento psicológico diferente. A mãe precisa saber entender e compreendê-lo a partir da realidade dele. Como já mencionado anteriormente por uma mãe¹⁹², trabalhar a área espiritual dos acolhidos produz bons resultados e contribui para a manutenção de um ambiente familiar. A história de vida de cada acolhido oportuniza para a mãe um aprendizado especial. Embora diariamente surjam situações novas, as mães já têm acumuladas várias experiências de ajuda aos necessitados.

Outro fator motivacional para a formação de uma mãe social é a transformação social que acontece nos acolhidos. Há décadas passadas, o motivo principal para a internação era a miséria social – simplesmente falta de alimentação, entre outras necessidades. Estas crianças, a partir da passagem pelo Lar e da influência das mães sociais, puderam reconstruir o seu futuro social e material. Atualmente esses ex-abrigados voltam periodicamente para visitar suas “mães”. Na bagagem trazem uma profissão, uma família, a estabilidade financeira... Essa transformação social serve de estímulo para as mães. Porém, como toda regra tem suas exceções, nem todos os abrigados conseguem um final feliz. Cada um tem a liberdade de escolher o caminho que quer trilhar.

Mencionei acima que a miséria social era o principal motivo para a internação no Lar. O perfil atual dos acolhidos mudou consideravelmente. Normalmente os motivos são: o

¹⁹² Veja depoimento de Maria Ledi Watte em 1.5.

acolhido foi vítima de abuso sexual ou maus-tratos; vulnerabilidade social e drogadição familiar. Motivos que também percebi nos próprios acolhidos, em conversas informais ou entre eles mesmos. Acolhidos com esse perfil nem sempre são carentes de roupas, escola ou até mesmo família. A carência maior para estes é de afeto. A motivação aqui é ajudar essas crianças tocando-as. A criança quer ser tocada, e Jesus fazia isso: “Alguns traziam crianças a Jesus para que ele tocasse nelas, mas os discípulos os repreendiam” (Mc 10.13). Se for tocada amável e afetivamente, a criança sente segurança e confiança. À medida que vai adquirindo esses sentimentos, ela começa a falar de todos os seus problemas. Inegavelmente, o imensurável amor de mãe faz parte do processo de restauração dos acolhidos. Assim podem ser ajudados, tanto pela mãe como pela equipe de profissionais do Lar.

Além das motivações também destaquei nas observações alguns desafios à vocação de mãe social:

1) Flexibilidade. Crianças acolhidas até a década de 1980 provinham de situações de extrema pobreza, contudo eram responsáveis e viam com bons olhos tudo o que era feito por elas. Atualmente a mãe precisa ter boa dose de “jogo de cintura” para educar os acolhidos no novo ambiente, juntamente com os demais acolhidos. Normalmente, aqueles que já têm certa idade e trazem consigo uma cultura sem muitos padrões têm dificuldade em se submeter às novas regras do Lar. A permanência do acolhido no Lar faz com que ele se relacione direta ou indiretamente com um grupo de pessoas que passam a dividir responsabilidades com ele. Essas pessoas podem ser: o conselheiro tutelar, o promotor, o juiz, os educadores entre outros. Nesse contexto, a intermediação da mãe social é fundamental para o desenvolvimento do acolhido.

2) Liberdade. Em certas ocasiões me pareceu que os acolhidos gozam de liberdade excessiva. Eles ganham muitos presentes da sociedade e podem até escolher o tipo de presente que querem ganhar ou até mesmo rejeitá-los. O acolhido não é disciplinado na família e a escola também enfrenta dificuldades nesse sentido. Porém ele deve entender que existem limites e que não tem o direito de fazer o que bem entende sem pensar nas consequências. Uma das grandes preocupações das mães tem sido fazer com que eles entendam que os limites são para o bem deles. Algo que machuca emocionalmente as mães sociais é quando elas sofrem agressões verbais ou até mesmo físicas por parte dos acolhidos. Administrar essa liberdade, para as mães, é um grande desafio, porque a liberdade excessiva é tão ou mais

prejudicial que a falta desta. Também percebi que a legislação vigente favorece excessivamente a criança, tirando da mãe social a autoridade que lhe pertence.

3) Família. Para as mães que possuem família biológica o trabalho é duplo: o mesmo amor que ela dispensa aos seus filhos ela também dispensa aos acolhidos. Certo ditado diz: “Em coração de mãe sempre cabe mais um”. Tenho percebido que as famílias dessas mães pagam um alto preço. Os filhos dividem a mãe com os acolhidos e o mesmo acontece com o marido dela. Não é apenas a mãe que está envolvida no trabalho de cuidar de vidas deformadas pela sociedade, mas a família toda está incluída nessa grande missão. A família também cria vínculos afetivos com os acolhidos e vice-versa. No caso de retorno de um acolhido para a sua família de origem, ou mesmo adoção, ambos sofrem com a separação. Na chegada de um novo acolhido surge um misto de sentimentos: confiança e desconfiança. Porém, os primeiros dias passam rápido e o acolhido e a família se entrosam.¹⁹³

Estes são apenas alguns desafios que exigem muita abnegação e coragem de uma mulher para ser mãe social. Porém, segundo elas, não trocariam a vocação por outra profissão de nível salarial mais elevado.

Evidentemente, nem todos os acolhidos permanecem na instituição até que sua situação seja estabelecida pelas devidas autoridades. Alguns acabam abandonando o Lar, tornando-se adolescentes infratores.

Diante dos desafios e responsabilidades de uma mãe social, quero aqui fazer menção ao cuidado que é necessário para que uma mãe social ou um cuidador mantenham sua saúde. Maria Iannarelli, assistente social e terapeuta de família, afirma que o cuidador pode desenvolver a necessidade de controlar tudo o que está à sua volta (pessoas, circunstâncias ou comportamentos), na ânsia de controlar suas próprias emoções. Assim, pode desenvolver características de codependência, ou seja, viver a vida do outro e não a sua própria, esquecendo assim a sua própria individualidade. Essa situação pode levar a uma doença. Caso isso aconteça, os sentimentos mais comuns são: “Negação, tentativa de controle, sentimento de culpa, raiva, isolamento, tensão, vergonha, sensação de impotência e incapacidade, tendendo a desenvolver comportamentos como indefinição de regras, confusão de papéis, envolvimento emocional danoso para as relações interpessoais”.¹⁹⁴

¹⁹³ Veja alguns detalhes a mais em: SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 459-460. Biblioteca básica de serviço social, v. 3.

¹⁹⁴ IANNERELLI, Maria. A ética de cuidar ou a arte de desatar nós. *Revista Filantropia*. São Paulo, n. 61, p. 27.

Iannarelli menciona que os problemas que podem resultar da situação acima descrita são: “Entorpecimento, depressão, síndrome do pânico, estresse do cuidador, baixa estima”. Diante desses riscos que o cuidador enfrenta, ela oferece algumas sugestões que podem ajudar a ter uma vida saudável: organizar-se para pequenas pausas; pedir ajuda, apoio e encorajamento aos colegas; experimentar desenvolver suas atividades de maneira diferente; pedir auxílio quando se sentir estressado; prestar atenção ao que sente; não se deixar atingir pelo comportamento das pessoas cuidadas; valorizar o que é positivo e prestar atenção às coisas boas que acontecem no dia a dia.¹⁹⁵

Ainda segundo Iannarelli, duas atitudes são importantes em relação ao cuidador: “Compaixão e capacidade de perdoar”. A compaixão é vista no sentido da solidariedade e serve como um princípio norteador do cuidador. É diferente de apenas sentir dó ou pena das pessoas a serem cuidadas: a solidariedade leva a uma ação prática. Em relação à capacidade de perdoar, “partindo do princípio que o cuidador, ao querer controlar tudo e todos, corre o risco de ser muito rigoroso consigo mesmo, morre achando que fez pouco”. Quando o cuidador consegue aceitar suas limitações e perdoar suas faltas, ele tende a realizar o mesmo com as fragilidades dos outros. Assim, ele vive bem e deixa viver bem.¹⁹⁶

As sugestões de Iannarelli estão de acordo com a orientação do apóstolo Paulo ao jovem cuidador Timóteo: “Vigia a ti mesmo e a doutrina. Persevera nestas disposições porque, assim fazendo, salvarás a ti mesmo e aos teus ouvintes” (1 Tm 4.16 BJ).

A partir do que foi dito, podemos perceber que o cuidador ou a mãe social precisam cuidar da sua saúde. Do contrário, não poderão cuidar de quem lhes estiver confiado – as crianças em situação de vulnerabilidade. O cuidador não tem culpa da situação de miséria das pessoas, portanto não deve viver a vida do outro mas, dentro dos seus limites que ele mesmo conhece, ajudar no que estiver ao seu alcance. Fazendo menos com mais qualidade terá maiores resultados do que fazendo muito com pouca qualidade. A partir da minha experiência como cuidador, posso sugerir aos cuidadores ou às mães sociais que façam uso dos serviços médicos de um psiquiatra, psicólogo ou outro profissional ao mostrarem algum sintoma acima descrito. Procurar ajuda médica ou psicológica não significa ser um fracassado, pelo contrário, é saber cuidar de si e dar exemplo aos que são cuidados para que também tomem a iniciativa de cuidarem de si. Isso aliviará a carga do cuidador.

¹⁹⁵ IANNERELLI, n. 61, p. 27.

¹⁹⁶ IANNERELLI, n. 61, p. 27.

1.6.2 Responsabilidades de uma mãe social

Especificamente sobre a responsabilidade da mãe social, o Art. 4º da Lei nº 7.644 diz que são atribuições da mãe social:

I - propiciar o surgimento de condições próprias de uma família, orientando e assistindo os menores colocados sob seus cuidados;

II - administrar o lar, realizando e organizando as tarefas a ele pertinentes;

III - dedicar-se, com exclusividade, aos menores e a casa-lar que lhes forem confiados.

Parágrafo único. A mãe social, enquanto no desempenho de suas atribuições, deverá residir, juntamente com os menores que lhe forem confiados, na casa-lar que lhe for destinada.

Na mesma direção, o Artigo 94 do ECA cita algumas obrigações diárias da mãe social. Embora a instituição como um todo também seja responsável, algumas são cumpridas na vida diária do acolhido no seu relacionamento com a mãe social:

I - observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;

II - não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação;

III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;

IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;

V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;

VII - oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança e os objetos necessários à higiene pessoal.

Tanto a Lei nº 7.644/87 quanto os itens acima mencionados do ECA são rigorosamente observados pelo Lar e cumpridos pelas mães sociais.

1.6.3 Direitos de uma mãe social

A Lei nº 7.644/87 assegura os seguintes direitos à mãe social:

I - anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social;

II - remuneração, em valor não inferior ao salário mínimo;

III - repouso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas;

IV - apoio técnico, administrativo e financeiro no desempenho de suas funções;

V - 30 (trinta) dias de férias anuais remuneradas nos termos do que dispõe o capítulo IV, da Consolidação das Leis do Trabalho;

VI - benefícios e serviços previdenciários, inclusive, em caso de acidente de trabalho, na qualidade de segurada obrigatória;

VII - gratificação de Natal (13º salário);

VIII - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ou indenização, nos termos da legislação pertinente.

Art. 6º - O trabalho desenvolvido pela mãe social é de caráter intermitente, realizando-se pelo tempo necessário ao desempenho de suas tarefas.

Art. 7º - Os salários devidos à mãe social serão reajustados de acordo com as disposições legais aplicáveis, deduzido o percentual de alimentação fornecida pelo empregador.

Art. 8º - A candidata ao exercício da profissão de mãe social deverá submeter-se a seleção e treinamento específicos, a cujo término será verificada sua habilitação.

§ 1º - O treinamento será composto de um conteúdo teórico e de uma aplicação prática, esta sob forma de estágio.

§ 2º - O treinamento e estágio a que se refere o parágrafo anterior não excederão de 60 (sessenta) dias, nem criarão vínculo empregatício de qualquer natureza.

§ 3º - A estagiária deverá estar segurada contra acidentes pessoais e receberá alimentação, habitação e bolsa de ajuda para vestuário e despesas pessoais.

§ 4º - O Ministério da Previdência e Assistência Social assegurará assistência médica e hospitalar à estagiária.

Art. 10 - A instituição manterá mães sociais para substituir as efetivas durante seus períodos de afastamento do serviço.

§ 1º - A mãe social substituta, quando não estiver em efetivo serviço de substituição, deverá residir na aldeia assistencial e cumprir tarefas determinadas pelo empregador.

§ 2º - A mãe social, quando no exercício da substituição, terá direito à retribuição percebida pela titular e ficará sujeita ao mesmo horário de trabalho.

Os direitos garantidos a uma mãe social pela Lei não passam de direitos trabalhistas válidos para qualquer trabalhador. Na minha observação constatei que as mães sofrem danos morais por parte de alguns acolhidos. Esse fato conseqüentemente desestabiliza a convivência familiar prevista em Lei. Para essas situações a Lei não assegura diretamente qualquer benefício à mãe social. É mais um indício de que a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, necessita de uma urgente atualização.

1.6.4 Condições para admissão de uma mãe social

A referida Lei define as condições em que uma mãe pode ser admitida para o trabalho em uma casa-lar:

Art. 9º - São condições para admissão como mãe social:

- a) idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos;
- b) boa sanidade física e mental;
- c) curso de primeiro grau, ou equivalente;
- d) ter sido aprovada em treinamento e estágio exigidos por esta Lei;
- e) boa conduta social;
- f) aprovação em teste psicológico específico.

Todos estes itens apontados pela Lei são rigorosamente cumpridos no Lar. Contudo, como já mencionado acima, a Lei nº 7.644/87 deve ser atualizada. Para isso já existe o Projeto de Lei nº 2.971 que “altera a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, para dispor sobre a atividade de Pai Social”. Segundo More e Sperancetta, “em 2008 foi aprovado um Projeto de Lei (Projeto de Lei n. 2.971, de 2004) que alterou a Lei n. 7.644 (1987) para dispor sobre a atividade de pai social”. A alteração se deu sob a argumentação de que as casas-lares devem assemelhar-se ao exemplo de família, sendo, para tal, importante a presença da figura masculina do pai social.¹⁹⁷ Contudo, o referido Projeto ainda não foi assinado pela presidente da República e nem comunicado no Diário Oficial da União. Ou seja, ainda não foi transformado em Lei.

Além do que é exigido para a formação de uma mãe social pela legislação, o Lar ainda proporciona cursos para aperfeiçoamento nessa área. Entre 2010 e 2011 foram desenvolvidos os seguintes cursos, procurando beneficiar as mães sociais:¹⁹⁸

- Curso de “Capacitação para as mães sociais”, ministrado pelo SENAC.
- Curso de “Desenvolvimento Biopsicossocial do Cuidador 2010”.
- Levantamento do “Perfil Psicológico” dos funcionários do Lar.

A partir das exigências da Lei referente às mães sociais, o Lar também oferece cursos e treinamentos para que elas consigam desenvolver um bom trabalho. Esse é um dos motivos pelos quais a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul conferiu pela sétima vez ao Lar da Criança Henrique Liebich o “Certificado de Responsabilidade Social 2012”, pelo Prêmio Responsabilidade Social.¹⁹⁹ O prêmio é indicador de que o Lar vem cumprindo as exigências das políticas públicas e a legislação afim.

1.7 CONCLUSÃO

Por meio desta pesquisa histórica sobre o surgimento do Lar podemos perceber que uma família se dedicou totalmente à ação social, recebendo outras crianças em sua casa e

¹⁹⁷ MORE, Carmen Leontina Ojeda Ocampo; SPERANCETTA, Andressa. In: Psicologia e Sociedade. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. p. 521. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2013.

¹⁹⁸ SOCIEDADE Batista de Beneficência Tabea. In: 88ª Assembleia da Pioneira. *Livro do mensageiro*. Nova Santa Rosa, 2012. p. 58.

¹⁹⁹ LAR da Criança Henrique Liebich recebe certificação. Disponível em: <<http://www.ijui.com/noticias/ijui/44065-lar-da-crianca-henrique-liebich-recebe-certificacao>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

sustentando-as. De 1954 até 1975 essa família ajudou 98 crianças a reorganizarem suas vidas. Henrique Liebich, apesar de ser semianalfabeto e ter sérios problemas de saúde, soube ler as dificuldades dos necessitados e abandonados e ajudou-os como pôde.

Da mesma forma, o Pr. Horst Borkowski, após experiência traumática da guerra, resolveu dedicar sua vida a Deus, ajudando aos necessitados. Pessoas que receberam duros golpes na vida e reagiram positivamente conseguem entender melhor a necessidade do próximo. Parece que pessoas especiais conseguem ajudar melhor pessoas especiais. Com isso não estou excluindo pessoas ou voluntários que não tiveram nenhuma experiência desse tipo, pois podem ter tido outras.

Henrique Liebich, juntamente com sua família deixou um exemplo a ser seguido: acolheu crianças em sua família a partir de motivações espirituais. Estas foram surgindo naturalmente a partir da leitura da Bíblia. Ao se defrontar com textos como “Deus é pai dos órfãos”, Henrique Liebich entendeu que isso só se realiza na prática por meio de ações concretas desenvolvidas por pessoas. A partir da leitura e da prática de textos como o acima citado é que as crianças poderiam ver em “Deus Pai” alguma esperança para o futuro.

Este fato pode servir de incentivo para que a adoção temporária em família acolhedora que seja divulgada e praticada. Enquanto os candidatos estão na fila de adoção aguardando a decisão do Poder Judiciário para adoção definitiva de uma criança, esta poderá estar sob a tutela de uma família acolhedora. Assim não precisará passar por uma instituição. A guarda provisória não poderá vir a se tornar adoção definitiva. Para não criar vínculos, a família acolhedora e a criança devem estar informadas sobre a legislação que rege a adoção. Há situações em que a criança ficará temporariamente com a família acolhedora, até que a situação da família biológica dessa criança seja resolvida – podendo, então, retornar ao seu convívio familiar.

O surgimento do Orfanato Henrique Liebich se deu a partir do *voluntariado* que, por sua vez, está ligado à espiritualidade. Aliado a isso está o fato de o Brasil estar entre os seis países que se destacam na prática do voluntariado. Historicamente, no Brasil o voluntariado esteve ligado à religião. Na prática batista o voluntariado é um importante conceito para transformação social. Assim, antes de falecer Henrique Liebich deixou impregnado na sua “equipe” que é possível causar transformação social sem a prática de assistencialismo.

Acima já vimos que o Estado falhou em algumas de suas atribuições legais. Agora a igreja, que talvez fosse a esperança de Henrique Liebich, também falhou num primeiro momento. Mas Henrique Liebich estava convicto e sabia o que queria e aonde e como chegar. Por isso, um conceito igualmente importante é a *vocação*. No contexto batista, a leitura da Bíblia leva a pessoa a um relacionamento com Deus. Nesse relacionamento o leitor descobre que Deus não admite que pessoas sejam oprimidas e exploradas. Com a descoberta o leitor se sente motivado a produzir algum tipo de reação em relação a determinada situação de opressão. Pela fé, o leitor aprofunda ainda mais o seu relacionamento com Deus e se sente vocacionado para ações sociais que causem transformação social.

A partir de conceitos como espiritualidade, voluntariado e vocação, surge também a ação social. Esta está fortemente impregnada na Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil (CBPSB). Com base na Teologia da Missão Integral, a CBPSB conseguiu desenvolver vários projetos de ação social, já descritos na introdução desta pesquisa. Todos os projetos de ação social são mantidos por voluntariado, doações e dízimos ou ofertas dos membros e não membros das igrejas que compõem a CBPSB. Ao perceberem os resultados práticos dos seus investimentos, os membros e não membros se sentem compelidos a continuarem contribuindo para que a transformação social aconteça em larga escala na sociedade brasileira. Outro fator motivacional é a prestação de contas (do setor financeiro) por parte dos projetos sociais aos voluntários.

A CBPSB visa a auxiliar na transformação social de pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de devolver à pessoa sua cidadania, distinta, porém, do modelo histórico brasileiro desde os tempos coloniais, quando se fortaleceu um conjunto de organizações não governamentais de caridade, quase sempre por inspiração religiosa, vindo a consolidar práticas assistencialistas.

Ao longo do capítulo, a desestruturação familiar apareceu como causa para a vulnerabilidade social infantil. Desprende-se assim a necessidade de fortalecer a família. Atualmente uma família pode ser composta, por exemplo, por uma mãe e seu filho, sem a presença do pai; ou ainda a avó e seu neto, enquanto a mãe vive em qualquer lugar longe do filho ou já está compondo outra família. A falta da figura do pai gera insegurança para a criança. Em algum momento ela vai tentar chamar a atenção ou se vingar na sociedade porque não se sente amparada como precisa. A CBPSB desenvolve atividades específicas para as famílias. No ano de 2013, o lema da CBPSB foi “Valorizando as novas gerações” e em 2014,

“Família: valor inestimável”. Assim as famílias são incentivadas a permanecer unidas, procurando resolver seus conflitos. A família é como um porto seguro para a criança: ela deve saber que poderá contar com a ajuda dos pais em situações difíceis.

As crianças em situação de vulnerabilidade social são apenas um sintoma da sociedade doente. Algumas mães entregaram seus filhos talvez porque era o melhor que elas poderiam fazer por eles. Talvez ela mesma – a mãe – ainda desejasse ser adotada para receber educação, segurança e afeto, mas acabava recebendo um filho. Se as políticas públicas do Brasil atendessem à necessidade integral dos brasileiros, obviamente não haveria “depósitos de crianças”.

Ao concluir esta retrospectiva da história do Lar, quero registrar sistematicamente os valores mais importantes que nortearam a família Liebich em seu protagonismo na criação e condução dessa obra de cuidado das crianças em situação de vulnerabilidade. Esses valores são determinantes para a construção desta tese. Por isso, passo a considerá-los *categorias* que requerem uma análise científica. Essa análise será feita no capítulo 3. Aqui cabe registrá-las e situá-las, como segue.

1) Capacidade de *leitura da realidade da criança* em situação de vulnerabilidade

Henrique Liebich não era um homem de grandes posses materiais, ou mesmo erudição. Porém, seus valores espirituais o capacitavam a perceber a necessidade das crianças em situação de vulnerabilidade. Essa capacidade de leitura e sua conseqüente sensibilização o levaram a tomar atitudes práticas para proteção das crianças.

2) Capacidade de articulação do *voluntariado*

Como o ministério de Henrique Liebich era grande, ele precisava de muita ajuda. À medida que o número de crianças acolhidas aumentava, Henrique Liebich ia expandindo seu trabalho em rede. Aceitava a ajuda dos vizinhos, de padres, o auxílio financeiro do exterior (MASA) e de colaboradores em geral. Nisso percebi que os colaboradores não apareciam do nada: era preciso empenho para levantar pessoas dispostas a investir em crianças abandonadas ou órfãs. Contudo, Henrique Liebich foi muito sábio ao contar com a ajuda de fora. Ele deu exemplo ao ser um bom líder – aquele que não trabalha sozinho, mas delega funções fazendo com que mais pessoas ajudem e se envolvam.

3) Valorização do conceito *família*

Henrique Liebich valorizava a família porque nela se constituem as bases para a formação de um cidadão, mesmo criança. Ele não via a criança em forma de adulto pequeno, mas como um ser humano que conseguiria suprir suas necessidades básicas em uma família para que pudesse se desenvolver nos sentidos intelectual, físico, espiritual e social. Essas necessidades também estavam presentes no desenvolvimento do menino Jesus (Lc 2.52).

4) Aposta na importância da *vocação*

A vocação tornou-se importante pelo fato de ele reconhecer que a imensa obra de proteger as crianças que estavam diante dele não poderia ser realizada através de uma profissão apenas remunerada, mas precisava ir mais longe, isto é, empenhar toda a sua vida. A constatação verificada com as mães sociais mostra que é necessário ser vocacionado para desenvolver a função.

5) Filantropia

É uma palavra que vem do grego, composta por φιλέω (*phileo*), “gostar de”, “amar”, e ἄνθρωπος “homem”, no sentido de humanidade. Portanto, a palavra filantropia²⁰⁰ significa gostar de pessoas. Essa característica estava bem visível em Henrique Liebich por gostar das crianças e amá-las a ponto de acolhê-las em sua própria família.

6) Amor

Outra característica que estava impregnada em Henrique era o amor, que em português pode ter vários significados. Para descrever “amor” farei uso da língua grega, visto que esta é mais específica no que se refere. Há pelo menos quatro termos gregos que descrevem amor: A) φιλία (*philia*) denota “amizade”, “devoção”, “favor”. Numa formação composta aparece como φιλαδελφία (*philadelphia*), “amor pelo irmão” (2 Pe 1.7).²⁰¹ Num sentido geral, descreve a amizade e o amor entre pessoas ou irmãos da comunidade. B) στοργή (*storge*) significa “amar”, “sentir afeição”, especialmente no que diz respeito ao amor mútuo entre pais e filhos. Também pode ser empregado para descrever o amor de um povo pelo seu rei e o amor de um deus tutelar pelo seu povo, e até mesmo dos cachorros pelo seu dono. Não é

²⁰⁰ A palavra aparece no NT em Tt 3.4.

²⁰¹ GÜNTHER, Walter; LINK, Hans-Georg. ἀγαπάω. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. (Ed.). *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1, p. 113.

comum para descrever o amor entre cônjuges.²⁰² C) ἔρως (*eros*) é usado para descrever o amor sensual entre um homem e uma mulher. Abarca “anseio”, “anelo” e “desejo”. *Eros* (daí surge o termo *erótico*) é o tipo de amor que deseja tomar posse de algo. É o amor em forma de paixão.²⁰³ D) ἀγάπη (*agape*) “amor”. Conforme definição de Günther e Link, esse tipo de amor não se “refere ao anseio humano por posses ou valores, mas sim a uma iniciativa generosa de uma pessoa por amor a outra. Tal fato se expressa sobretudo no mundo em que se emprega *agapetos*, mormente a respeito de uma criança, mas especialmente quando se trata de um filho único ao qual se dá todo amor dos pais”.²⁰⁴ É o amor sacrificial, aquele que dá sem esperar nada em troca da outra pessoa. Portanto, diferente dos três tipos de amor descritos anteriormente e que normalmente esperam ou exigem algo em troca do amor dado.

7) Espiritualidade

A espiritualidade de Henrique Liebich foi obtida por meio do seu relacionamento particular com Deus. Ao longo da descrição deste capítulo, percebi que inúmeras vezes Henrique Liebich orava. Suas orações não eram egocêntricas, mas filantrópicas. Orava por sua família e pelas crianças que precisava acolher. Para enfrentar situações difíceis, orava pedindo sabedoria a Deus. Quando aconteciam frustrações de safra, orava a Deus para que Ele lhe mandasse alimentos. Em resposta às suas orações, Deus mandava pessoas com mantimentos. Quando Henrique Liebich não podia confiar em pessoas ou igrejas, ele simplesmente orava e dizia: “Vou contar com aqueles que Deus me der para ajudar neste trabalho”.

8) Visão de integralidade do ser humano

Mesmo sendo crianças, Henrique Liebich as via como seres humanos e, portanto, dignas de cuidado integral. Ele proporcionava a elas não somente alimentação e roupas, mas também afeto, quando seus filhos “dividiram” a própria mãe para que outras crianças recebessem um pouco de afeto e carinho maternal. Ele também oferecia às crianças a possibilidade de aprender a ler e a escrever. Dava assistência espiritual em sua casa ou levando-as de trator e carreta ou caminhão à igreja. Fazia tudo o que estava ao seu alcance

²⁰² GÜNTHER, 2000, p. 113. No NT o termo ocorre apenas na forma composta de *astorgos* em Rm 1.31; 2 Tm 3.3 e *philostorgos* em Rm 12.10. Ainda aparece em alguns escritos primitivos como 1 Clem. 1.3 e Policarpo 4.2.

²⁰³ GÜNTHER, 2000, p. 113.

²⁰⁴ GÜNTHER, 2000, p. 114.

para o bem das crianças. Para que elas, órfãs ou não, fossem bem atendidas, ele colocou seus bens à disposição delas. Passou o que era seu, privado, para o público, mesmo que infantil.

9) Determinação

A determinação da família Liebich vinha a partir da leitura da Bíblia. Mesmo com dificuldades para ler, Henrique Liebich entendeu o suficiente: Deus era Pai dos órfãos. Porém, para Henrique Liebich isso só aconteceria na prática por meio de pessoas que estivessem dispostas a se colocar nas mãos de Deus e deixar que Ele agisse através delas em prol dos órfãos. Assim, Henrique Liebich pode ver essa citação bíblica se cumprindo por meio de sua vida, a qual continua uma realidade até hoje.

10) Disciplina

Em relação à disciplina, Henrique Liebich era rígido. Segundo o testemunho dos filhos, todo erro era corrigido e não se falava mais sobre isso. Essa atitude dava aos filhos a grata sensação de terem sido perdoados. A mesma disciplina que exercia sobre seus filhos também exercia sobre as crianças acolhidas. Para a disciplina e a correção baseava-se em textos como: “Instrua a criança segundo os objetivos que você tem para ela, e mesmo com o passar dos anos não se desviará deles” (Pv 22.6) e “A vara da correção dá sabedoria, mas a criança entregue a si mesma envergonha a sua mãe” (Pv 29.15).

11) Educação

Um conceito igualmente importante para Henrique Liebich era a educação. Esta também tem fundamentação teológica, pois sabia que uma criança carece de ensinamentos. Seria uma violência contra a Humanidade negar educação a uma criança, ela precisava aprender sobre a existência da liberdade para que pudesse sair do estado em que se encontrava. Henrique Liebich poderia estar fundamentado em 1 Tm 3.14: “Quanto a você, porém, permaneça nas coisas que aprendeu e das quais tem convicção, pois você sabe de quem o aprendeu.”

12) Graça

Aqui posso destacar o fato de que o modelo da lei não tem uma visão integral do ser humano como Henrique Liebich tinha, baseado na fé em Deus. O Estado, por exemplo, não consegue oferecer afeto. Pode aplicar a lei, mas não tem amor. Henrique Liebich entendeu o

que muitos até hoje não entendem: para uma criança em situação de vulnerabilidade, a lei sem amor não significa muito. A partir desse entendimento Henrique Liebich contrabalançou a lei com a graça. Levava as crianças à igreja para que estas pudessem se sentir perdoadas e perceber que existia um futuro para elas, apesar de toda a desgraça que havia se instalado na vida delas. Em outras palavras: o Estado aplica a Lei; a igreja aplica a graça.

A partir destas categorias posso dizer que Henrique Liebich tornou-se um exemplo em relação ao cuidado de órfãos no Brasil. Esse fato fica comprovado a partir do momento em que o município de Ijuí é considerado referência em cuidados com crianças em situação de vulnerabilidade, contando ainda com outras instituições de acolhimento. Fica evidente que seria melhor se estas não precisassem existir, mas para muitas crianças é a única solução. Infelizmente.

Outras características poderiam ser consideradas para análise científica, mas, devido à limitação de tempo e espaço para esta pesquisa, fica aqui o desafio para que futuros pesquisadores possam explorar melhor estas características. Características que no mundo pós-moderno estão cada vez mais raras, porém fizeram com que Henrique e Frieda Liebich construíssem um trabalho em cima de uma fundamentação que permanece abençoando pequenas vidas, mas que são grandes porque fazem parte da população de um Brasil grande. O país precisa com urgência de valores e princípios movidos pelo amor *ágape*. O amor que não é movido por ganância, mas que dá sem esperar nada em troca. Esse amor pode diminuir a violência contra as crianças e ainda lhes oferecer afeto, carinho, esperança e segurança. Tudo o que uma criança necessita para crescer e se tornar cidadã desta sociedade e do Reino.

À metodologia pedagógica do amor de Henrique Liebich ainda pode ser acrescentado o pensamento de Paulo Freire, que vem coadunar com o trabalho prático de Henrique Liebich: “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. É porque amo as pessoas e amo o mundo que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.²⁰⁵

²⁰⁵ REVISTA do Professor. São Paulo: SINPRO ABC, mai/jun. 2007, n. 6, p. 5.

2. UM BREVE OLHAR SOBRE INFÂNCIA, ABANDONO, ADOÇÃO E LEGISLAÇÃO

2.1 Questões introdutórias

No capítulo anterior, fiz uma descrição histórica do Lar a partir da bibliografia existente e do método de observação participante. A descrição é para alinhar a pesquisa ao ambiente infantil, com características de criança em situação de vulnerabilidade social, tendo o objetivo de facilitar a observação participante.

Neste capítulo farei uma descrição do órfão, da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade no Brasil. Não se trata de uma descrição aprofundada, a ponto de esgotar o assunto, mas um panorama com os principais aspectos para que tenhamos uma percepção adequada da situação histórica deles no Brasil. A Lei Federal nº 12.010, que acrescentou mudanças no ECA, também será abordada com suas implicações para as instituições de acolhimento. Ainda descreverei o processo de adoção legal nacional e internacional. Como fonte para as estatísticas usarei dados oferecidos por IBGE, CNJ, UNICEF, OMS e ONU, além de material bibliográfico pertinente ao assunto.

O Brasil contemporâneo tem uma população de 190.732.694 pessoas, segundo dados do censo de 2010. Essa população está distribuída em 5.565 municípios espalhados por todo país numa extensão geográfica de 8.515.767,049 quilômetros quadrados.²⁰⁶ O estado de São Paulo – que tem uma das maiores cidades do mundo – conta com uma população estimada (2013) de 43.663.669 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 166,23 habitantes por quilômetro quadrado.²⁰⁷ O país ocupa o 6º lugar na economia mundial.

Somente estes números já mostram a complexidade do Brasil. Nessa complexidade vivem quase cinquenta milhões de crianças de zero a quatorze anos de idade. Luis Bush afirma que, destes, 3.700.000 são órfãos, conforme dados do UNICEF.²⁰⁸

²⁰⁶ IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

²⁰⁷ IBGE. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

²⁰⁸ BUSH, Luis. *Levantando uma nova geração na janela 4/14 para transformar o mundo*. Tradução de Fabio Coutinho. [S.l.:s.n.], 2010, p. 41.

2.2 Órfãos

2.2.1 Órfãos na Roda europeia

Apenas a título de contextualização, antes de falar sobre os órfãos no Brasil faço um breve apanhado da orfandade na Europa e do local onde os órfãos eram abandonados. Foi em Roma, já na Idade Média Baixa, que foi criada a Roda dos Expostos. A razão foi o grande número de bebês encontrados mortos ou abandonados. A Roda foi criada por uma Irmandade de Caridade, que igualmente organizou em um hospital um sistema de proteção às crianças abandonadas. Conforme Jussara Gallindo, a “roda se refere a um artefato de madeira fixado ao muro ou janela do hospital, no qual era depositada a criança, sendo que ao girar o artefato a criança era conduzida para dentro das dependências do mesmo, sem que a identidade de quem ali colocasse o bebê fosse revelada”.²⁰⁹ Após colocar a criança e girar a roda, a pessoa puxava uma corda acionando uma sineta que avisava a vigilante ou a rodeira que uma criança havia sido abandonada; depois, a pessoa retirava-se furtivamente do local sem ser reconhecida. É assim que pensa a maioria dos historiadores da área. Conforme Marcílio, a primeira preocupação dos responsáveis pela roda era batizar a criança. Logo depois ela era encaminhada para uma ama de leite, que a amamentava e criava.²¹⁰

Ao fazer um estudo um pouco mais acurado, descobri que na Roda também eram depositadas crianças que tinham pais. Pesquisadora do assunto, Maria Luíza Marcílio apresenta dados de estudos recentes que tem mostrado os seguintes dados: no “Hospital de Saint-Yves, em Rennes (França), entre 1730 e 1750, apenas 1,4% dos expostos entrou anonimamente; dos restantes 23% eram legítimos e 76%, ilegítimos”. Ainda em “Saint-Malo, Bretanha, na mesma época, apenas 1% dos expostos entrou anonimamente. Dos demais, 31% eram legítimos e 59%, ilegítimos”. Da mesma forma, em “Paris, Lallemand estimou, para 1760, em 15% os bebês legítimos entrados no hospital dos expostos”.²¹¹ Outro dado ainda mostra que no “início do século XVIII, 13% das crianças deixadas na Inclusa de Madrid eram legítimas; em meados desse século, essa proporção elevou-se para 49%, tendo caído para 32% em 1800”.²¹²

²⁰⁹ GALLINDO, Jussara. A roda dos expostos. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm>. Acesso em: 29 abr. 2014.

²¹⁰ MARCÍLIO, 1998, p. 57.

²¹¹ MARCÍLIO, 1998, p. 64. Ainda segundo Marcílio, “na França a roda era chamada de *Tour*; na Espanha, de *Torno*; na Itália, de *Ruota* ou *Torno*; e na Inglaterra, *Wheel*”. MARCÍLIO, 1998, p. 57.

²¹² SHERWOOD, 1988 apud MARCÍLIO, 1998, p. 64.

A partir destes dados podemos concluir que nem toda criança era ilegítima ou órfã de ambos os pais: havia boa parcela de crianças que tinham pais. Devido à situação econômica, pais que não tinham condições de sustentar seus filhos colocavam-nos na Roda dos Expostos. Para esses pais era preferível dar à criança um destino ignorado a deixá-las abandonadas morrendo de fome. Maria Antonieta Pisano Motta propõe que o termo abandono seja substituído por entrega, pois abandono “revela uma postura preconceituosa e paradoxal em relação à mãe que ‘desiste’ de criar seu filho.”²¹³ Já naquela época, havia por parte de alguns pais o que Hália Pauliv de Souza denomina “doação por amor.”²¹⁴ Esse tipo de entrega para adoção atualmente também é incentivada pelo ECA (veja 4.3.1).

Em Londres a entrega de bebês continuava aumentando rapidamente. Para amenizar essa trágica situação, no ano de 1739 o filantropo Thomas Coram obteve autorização para abrir e manter um asilo para quatrocentas crianças. Aos trinta anos de funcionamento, o asilo abrigava seis mil bebês.²¹⁵

Ainda conforme os estudos de Marcílio, o crescente aumento de bebês colocados nas Rodas européias fez com que o Estado buscasse soluções para a nova realidade. Enquanto as soluções estavam sendo encaminhadas pelo Estado, os hospitais dos expostos enfrentavam grandes dificuldades para amamentar os bebês. Eles dependiam de amas de leite, que nunca eram suficientes para a crescente demanda.

Contudo, o “banco de leite” da época era composto por duas categorias de amas: as internas e as externas. As amas internas, normalmente em reduzido número, cuidavam e amamentavam as crianças desde o momento da entrada até que eram distribuídas para as amas de leite de fora. Estas amamentavam, se ainda necessário, e criavam as crianças em suas próprias casas. Com a idade de sete anos as crianças já eram encaminhadas para uma família na qual poderiam aprender uma profissão, e trabalhavam para ganhar comida e pouso.²¹⁶

De forma geral, a recompensa financeira por ser ama de leite era irrisória. Em sua maioria as amas eram provenientes das classes mais baixas, carentes e ignorantes da sociedade. Não tinham princípios de higiene e nem orientação para cuidar de bebês. Quase sempre eram camponesas casadas e viviam longe das Rodas. Elas mesmas se apresentavam como amas ou então os bebês eram levados até elas por *meneurs*, que eram condutores

²¹³ MOTTA, 2001, p. 41-42.

²¹⁴ SOUZA, [s.d.], p. 61.

²¹⁵ MARCÍLIO, 1998, p. 65.

²¹⁶ MARCÍLIO, 1998, p. 66.

remunerados de crianças. Nesse caso, os bebês chegavam até a ama em situação de saúde precária. Muitos não resistiam à fadiga da viagem e já chegavam mortos ou então morriam poucas horas depois.²¹⁷

Alguns relatos nos contam como eram essas viagens. Maurice Garden relata que em certa ocasião uma parteira incumbiu-se de levar seis crianças numa pequena carroça e na viagem cochilou, perdendo um dos bebês. Ele caiu e morreu esmagado pelas rodas da carroça. Outro relato diz respeito a um *meneur* que estava transportando sete recém-nascidos e perdeu um deles na estrada, sem perceber. Houve ainda uma senhora idosa com três bebês que não sabia a quem deveria entregá-los.²¹⁸ Os fatos narrados mostram o descaso a que as crianças abandonadas eram submetidas. Com essa noção, ainda que breve, agora pode-se adentrar a história da infância brasileira.

2.2.2 Órfãos na Roda brasileira

A história de abandono de crianças no Brasil é antiga e nem sempre se deve a motivos econômicos. Os indígenas não costumavam abandonar seus filhos. Portanto, a adoção foi introduzida no país pelos europeus. Com a colonização, foram introduzidas no Brasil leis e instituições de proteção à criança abandonada. Segundo Cápua, a proteção foi feita ainda nos moldes medievais.²¹⁹

Especificamente para os meninos órfãos, os Juízes de Órfãos, orientados pela lei das Ordenações do Reino, eram responsáveis por essas crianças. Eles deveriam conseguir um destino adequado para elas. As autoridades das Rodas faziam o possível para colocar os órfãos em famílias, o que nem sempre acontecia a contento. Os órfãos não passavam totalmente despercebidos. O ministro dos Negócios do Império reconhecia a situação dos órfãos. Em seu relatório de 1844, falou das crianças expostas que voltavam das casas das amas “os quais ficam abandonados a si mesmos, quando são meninos e chegam à idade de 8 anos, e quando são meninas à de 10 e 12 anos, por falta de edifício de Recolhimento”.²²⁰

Após a criação da Casa dos Expostos em Educação, junto à Roda de Salvador, os meninos passaram a ser encaminhados para lá, onde deveriam permanecer até aproximadamente os doze anos de idade. A Casa exauria todos os esforços para que os

²¹⁷ MARCÍLIO, 1998, p. 66.

²¹⁸ MARCÍLIO, 1998, p. 66.

²¹⁹ CÁPUA, Valdeci Ataíde. *Adoção internacional: procedimentos legais*. Curitiba: Juruá, 2009, p. 75.

²²⁰ MARCÍLIO, 1998, p. 179-180.

meninos encontrassem uma família onde pudessem trabalhar e serem cuidados. “O pequeno Cirilo de Matos, por exemplo, que entrara na Roda em 29 de janeiro de 1849, voltou da casa da ama com oito anos, e foi direto para aquela casa”. O mesmo menino, com nove anos “foi entregue ao Sr. José Henrique do Sacramento, que lhe ensinaria o ofício de marceneiro, em sua casa”.²²¹

Assim era a vida dos meninos órfãos. Depois de recebidos na Roda, eram encaminhados a uma ama. Esta os alimentava e devolvia para a Casa dos Expostos, onde ficavam aguardando serem aceitos por uma família que lhes ensinasse uma profissão e lhes desse alimentação e segurança.

A partir do final do século XVIII surgiram iniciativas de caráter caritativo para amparo dos meninos expostos. Podemos citar o exemplo de criação de seminários no regime de internato; porém, pouco foi realmente efetivado nesse sentido. A Casa Pia e Seminário de São Joaquim, na cidade de Salvador, foi a primeira instituição do gênero de que se tem conhecimento. A Casa entrou em funcionamento no final do século XVIII como instituição criada para cuidar e ensinar meninos órfãos. Essa instituição dispunha de um projeto pedagógico profissionalizante.²²²

Um pouco da história da Casa é contada no relatório anual do presidente da província da Bahia em 1845:

É esse útil estabelecimento obra de Joaquim Francisco do Livramento, membro de uma família distinta, que ainda existe em Santa Catarina, o qual em 1799 deu princípio a um pequeno asilo de caridade, que a seu pedido foi autorizado por carta Régia de 17/10/1803. Essa casa foi socorrida pelo corpo de comércio em 1819, com as sobras das despesas feitas nos festejos da Aclamação ao Sr. D. João VI. O mesmo corpo pediu e teve a doação do edifício e terras do noviciado dos jesuítas.²²³

Chama a atenção o fato de o então presidente da província da Bahia ter mencionado que as sobras dos festejos da aclamação de Dom João VI serviram para socorrer a Casa Pia. Se com as sobras (já naquela época) a Casa foi socorrida, pode-se imaginar o quanto de recursos financeiros o Estado possuía ou possui e que poderiam ser investidos em melhorias sociais.

²²¹ MARCÍLIO, 1998, p. 180.

²²² MARCÍLIO, 1998, p. 180.

²²³ MARCÍLIO, 1998, p. 180.

Irmão Joaquim, como ficou conhecido na Bahia, passou a dedicar sua vida a viajar pelo Brasil exercendo a caridade. Ao andar pelas ruas de Salvador, viu grande quantidade de meninos abandonados. Comovido com as cenas, Irmão Joaquim obteve um atestado, assinado pelo juiz-de-fora, pelos vereadores e pelo procurador do senado da Câmara em 16 de março de 1796. O mesmo comprovava “que era grande a quantidade de meninos órfãos e desvalidos que vagavam pelas ruas a mendigar, sem nenhuma educação, sendo todos dignos da consideração da rainha”. Joaquim havia constatado que era necessário estabelecer um hospital público e um seminário para inocentes. Depois de insistentes pedidos, obteve da rainha Dona Maria I (1799) a autorização para construir o seminário de órfãos.²²⁴

O orfanato prosperou e após quatro anos, em 16 de julho de 1803, recebeu um atestado do Cabido da Catedral Metropolitana que confirmava os cuidados administrativos de Joaquim com os donativos e esmolas que recebia. Irmão Joaquim recolhia os órfãos e, com a ajuda de um sacerdote, instruía-os na doutrina cristã. As primeiras letras eram ensinadas com um professor pago. Terminada a aprendizagem fundamental, eram encaminhados às casas dos mestres de ofício onde aprendiam uma profissão. Assim, o orfanato recebeu o atestado que comprovava sua utilidade pública.²²⁵

Os meninos eram admitidos entre os sete e nove anos e poderiam permanecer até os dezoito. Havia um acordo entre a Roda dos Expostos da Misericórdia e o orfanato. A Roda recebia o valor que custava cada menino no orfanato. Em 1871 foi constatado que os mestres de ofício exploravam os meninos, não lhes ensinando os ofícios devidamente. Esse fato fez com que o orfanato criasse suas próprias oficinas de aprendizado de ofícios.²²⁶

Outros seminários foram surgindo. No Rio de Janeiro foi instalado o Seminário de Santo Antônio do Rio de Janeiro para meninos carentes que, entre 1751 e 1850, recebeu 117 educandos, sendo dezoito expostos. Esse seminário tinha como objetivo a preparação de jovens para a função sacerdotal. Ainda no Rio, foi criado o Seminário de São Joaquim do Rio de Janeiro. Os meninos admitidos deveriam ter entre sete e onze anos. O seminário contava com um professor para alfabetização, um para desenho e um para matemática. Por último havia os mestres de ofício. Depois de aprenderem um ofício, os meninos deveriam aprender o

²²⁴ MARCÍLIO, 1998, p. 181.

²²⁵ MARCÍLIO, 1998, p. 181.

²²⁶ MARCÍLIO, 1998, p. 182.

jogo de armas e o exercício e manejo das Guardas Nacionais. Esse seminário já contava com oficinas de torneiro, entalhador, litógrafo, abridor e outros.²²⁷

Em São Paulo, no momento da criação da Roda dos Expostos as autoridades simultaneamente criaram seminários para meninos e meninas quando estes voltassem das casas de criação ou de amas. Assim, em 1824 foram criados dois seminários: o da Glória, para meninas, e o de Santana, para meninos, ambos com internato.

Segundo Marcílio, “não temos notícia de outras casas criadas no período colonial para abrigar e educar meninos. Elas surgiram e se multiplicaram no século XIX, particularmente a partir da segunda metade, como resultado de uma nova fase e de uma nova mentalidade da assistência social: a fase da filantropia”.²²⁸ Contudo, diante do crescimento do número de meninos abandonados nas ruas de centros urbanos maiores, o governo da regência pressionava os juízes de órfãos a “desempenharem realmente e não *pro forma*, o honroso encargo de Juiz e de Pai desses desvalidos concidadãos”.²²⁹

A grande mudança que vai surgir neste momento é a “introdução da prática profissional” para os meninos. O governo cria oficinas próprias para o ensino aos órfãos que concluem o ensino elementar. Eles devem adquirir o “hábito do trabalho, em um ofício com o qual passam a tornar-se úteis a si e à sociedade”, dizia, em 1849, o presidente da província da Bahia em seu relatório anual. Um ano mais tarde, em um balanço realista sobre a assistência que se prestava aos expostos, o presidente dizia:

Na Roda ‘recebe-se um exposto e cuida-se dele até os três anos, findos os quais nada mais se dispõem...’ No colégio de São Joaquim ‘recolhe-se um órfão, e depois de saber ler e escrever, talvez um pouco mais de desenho, e nunca o conveniente aos ofícios mecânicos e à agricultura, é entregue a algum Mestre, e não se sabe mais dele...’. Quanto às meninas, ‘recolhe-se uma órfã, ou uma exposta, que acaba seus dias sem vantagem alguma para a sociedade’.²³⁰

As medidas assistenciais caritativas no Brasil Colônia descritas até aqui baseavam-se mais na intuição do que em uma mudança de estrutura social. Tentativas mais concretas para criar um projeto de assistência à criança desamparada e que atacasse também as causas do desamparo somente começaram a aparecer por volta de 1850. Segundo Marcílio, “a criação das Casas de Educandos Artífices no ano de 1855, em quase todas as províncias, representou

²²⁷ MARCÍLIO, 1998, p. 182-183.

²²⁸ MARCÍLIO, 1998, p. 183.

²²⁹ Coleção de Leis do Império. 1833. Decisões do Governo, nº 714. In: MARCÍLIO, 1998, p. 183.

²³⁰ MARCÍLIO, 1998, p. 184.

o primeiro passo. Ensaia-se, então, a implementação de uma assistência filantrópica, que se queria ‘científica’²³¹.

Nesta fase de assistência caritativa, além dos seminários para órfãos e expostos criou-se mais uma tentativa para dar assistência a essa classe excluída da sociedade. Eram as instituições criadas pelo Alvará Régio de 24 de março de 1774 e que somente seriam implementadas no final do século XVIII. D. Maria ofereceu oportunidades de profissionalização de meninos em todo Brasil. Para efetivar essa profissionalização foram criados setores de aprendizado nos trens de guerra e nas instalações da Marinha, como já havia sido feito em Portugal, com os chamados Colégios da Intendência. Assim foram criadas as Companhias de Aprendizes Marinheiros e posteriormente as Companhias de Aprendizes do Arsenal de Guerra.²³²

No Rio Grande do Sul a construção do Arsenal de Guerra se deu em 1774. O então governo provincial autorizou no ano de 1837 a criação de uma Escola de Artes Mecânicas. Esta estava ligada ao Exército para poder atender à população infantil desvalida, a partir dos dez anos. O primeiro Regulamento do Arsenal de Guerra de Porto Alegre foi concebido em 1848 e admitia meninos às custas de recursos financeiros da província do Rio Grande do Sul. Nele podiam ser admitidos meninos pobres, órfãos, meninos de rua e os expostos.²³³

Porém, em 1899 foram extintas todas as Companhias de Aprendizes Artífices dos Arsenais da Guerra. Os meninos aprendizes foram incorporados às Escolas de Aprendizes da Marinha por decreto do presidente da República. A partir de 1910, a Companhia de Aprendizes de Guerra passou a ter o objetivo de formar trabalhadores para os arsenais de Guerra e preparar cabos e sargentos para o Exército. Mesmo assim as Escolas do Exército continuaram admitindo menores carentes e órfãos. Em meados do século XIX, novamente a situação dos meninos expostos, particularmente os criados pela Santa Casa de Misericórdia, exigia novas soluções. Por esse tempo, o Brasil passava por profundas transformações sociais, dessa vez com uma maior sensibilização para as questões do menor. Já se percebia que havia a necessidade de novas metodologias de assistência social. Conforme Marcílio, “a filantropia ensaiava, então, os primeiros passos no país”.²³⁴

²³¹ MARCÍLIO, 1998, p. 184.

²³² MARCÍLIO, 1998, p. 184-185.

²³³ MARCÍLIO, 1998, p. 188-189.

²³⁴ MARCÍLIO, 1998, p. 189-190.

Especificamente na capital gaúcha, o professor e médico Mário Totta (1874-1947), fundador da Maternidade da Santa Casa, que hoje leva seu nome, sempre se opôs à prática da Roda. Em relação a ela expressou-se da seguinte forma:

Por este buraco foram jogadas à vala, na mais clamorosa e injusta das expiações, centenas e centenas de infelizes recém-nascidos. Os frutos do amor ilícito. A ‘roda’ era o manto da misericórdia que acolhia os desgraçados espúrios e, no mesmo passo, era a mão de ferro destinada a tapar a boca da maledicência e a evitar o zum-zum do escândalo. Foi o cofre que guardou para sempre, em sigilo inviolável, o epílogo de grandes dramas. Os ‘enjeitadinhos’ eram, na sua maioria, trazidos altas horas da noite, enrolados num trapo que, às vezes, ainda vinha salpicado de sangue gotejando do cordão umbilical atado às pressas, na ânsia de dar sumiço ao intruso. Alguns traziam num pedaço de papel a indicação de um nome vago: João, Maria... Antônio... Outros nem isso... Eram passageiros clandestinos atirados à praia do esquecimento.²³⁵

Em seus relatórios, Dr. Mário Totta contabilizou uma média anual de quarenta crianças expostas na Roda da Santa Casa. Inexplicavelmente, no ano de 1876 esse número subiu para 196 crianças, sendo que aproximadamente trinta foram tratadas no hospital da Santa Casa. As demais foram parar nas mãos de amas criadeiras, crianças também expostas que, uma vez adultas, eram requisitadas para cuidar dos bebês. Ganhavam a quantia mensal de dez mil réis para perpetuar o estigma de filhos enjeitados. Quando a criança atingia dezoito meses era entregue para adoção. Caso esta não viesse a se concretizar, a criança voltava para as amas.

Os meninos a partir de sete anos e as meninas a partir de oito recebiam alguns poucos trocados para vestimenta. As demais necessidades dependiam da própria sorte. A educação para esses órfãos era privilégio raro. Nesse caso, a exceção é a órfã Luciana de Abreu (1847-1880), educadora e escritora. Ela foi colocada na Roda e adotada por um casal sem filhos logo após seu nascimento. O amor dedicado pelos pais adotivos, mais a capacidade pessoal, fizeram dela uma intelectual que se destacou no meio porto-alegrense. Luciana alcançou um futuro brilhante, mesmo tendo falecido com apenas 33 anos de idade vítima por tuberculose.²³⁶

Em Porto Alegre, no início da década de 1940 cessou o funcionamento da Roda dos Expostos. Com isso muitas crianças não chegavam nem a nascer. O médico Mário Totta havia

²³⁵ TOTTA, Mário. In: SILVA, Marilda Almeida da. *Medicina em Ijuí: fragmentos de uma história e seus personagens* (1890-1965). Porto Alegre: Pacartes, 2012. p. 89-90.

²³⁶ SILVA, 2012, 90-91. Luciana foi a primeira mulher no Brasil a ser convidada a integrar uma Sociedade Literária, no caso, a Sociedade Parthenon Literário. Foi também a primeira mulher a conquistar uma tribuna para expor suas ideias, entre as quais a emancipação da mulher. Em Porto Alegre, no bairro Moinhos de Vento, há uma rua com seu nome.

detectado um acentuado declínio no número de crianças abandonadas. Atribuiu tal situação ao que chamou de “fábrica de abortos”. O próprio médico justificou a sua afirmação:

[...] funcionando às escancaras e sem peias, começaram a desmoralizar a Roda, acabando por vencê-la na concorrência. As fábricas são mais acessíveis, mais destemerosas, mais de acordo com os tempos atuais e, além disso, não deixam que se exteriorizem aos olhos argutos os sinais de culpa. O fruto é destruído ainda muito verde.²³⁷

Os órfãos e enjeitados eram depositados na Roda dos Expostos e recolhidos por pessoas que os cuidavam, amamentavam, criavam e entregavam para adoção. Alguns aprendiam algum ofício, hoje chamado de profissão. Alguns eram bem-sucedidos, mas eram casos raros, como o de Luciana de Abreu. Ela recebeu amor de seus pais adotivos e essa atitude, apesar de seu passado, fez com que superasse todas as mazelas sociais e enfrentasse a vida com um objetivo: causar uma transformação social para alívio das crianças.

Assim termina a triste história dos enjeitados na Roda dos Expostos, onde crianças eram expostas no anonimato. Seus pais não queriam aparecer, por medo dos comentários ou devido à vergonha para as famílias consideradas “direitas”. Ao longo da descrição deste item, percebemos que o cuidado com os órfãos evoluiu lentamente. As formas de praticar assistência social foram sendo melhoradas de acordo com a demanda.

2.2.3 A Roda dos Expostos em debate

Com a chegada da filantropia, abre-se o debate sobre a moralidade das Rodas dos Expostos. O debate, que dura até o início do século XX, trouxe à tona duas concepções distintas de assistência ao órfão e à criança abandonada: “a caritativa tradicional e a filatropica”. Muitos médicos e juristas começaram, de forma tímida, a se posicionar contra a continuação das Rodas. Temiam que males maiores pudessem acontecer aos enjeitados. Em suas teses, médicos jovens que saíam das duas faculdades de Medicina mais defendiam a Roda do que a condenavam. Consideravam-na um mal menor, pois impedia o infanticídio e o aborto. Em meados do século XIX, o Dr. Manuel Veloso Paranhos Pederneiras defendia a Roda como mantenedora da ordem social, além de proteger a inocente donzela por ter sido arrastada a um momento de fraqueza.²³⁸

²³⁷ SILVA, 2012, p. 91.

²³⁸ MARCÍLIO, 1998, p. 196-198.

Porém, o pensamento dos médicos e juristas começou a mudar a partir dos debates produzidos na Europa e a consequente condenação da Roda. O debate intensificou-se quando os médicos descobriram o alto índice de mortes que foram atribuídas imediatamente às amas mercenárias e despreparadas. Também perceberam que uma das causas da mortalidade infantil estava vinculada à inexperiência das mães biológicas. Para que a criança permanecesse na família era necessário instruir as mães e fortalecer a família. Para Marcílio, “esse item, que já fazia parte da ideologia filantrópica, fez com que a educação da mulher passasse a ser considerada como fator primordial para a boa formação das novas gerações e a prevenção do crime e do abandono”.²³⁹

No dia 16 de abril de 1882, em um ato público, a alta cúpula da Santa Casa da Bahia se reunia para o lançamento da pedra fundamental da casa destinada à criação dos expostos até que estes completassem três anos de idade. A ação conjunta de médicos e juristas para extinção da Roda ganhou ainda mais força na década de 1920. Eles conseguiram a extinção das Rodas de todo o Brasil por meio do Código de Menores de 1927. Em seu artigo 15, este reza que: “A admissão dos expostos à assistência se fará por consignação direta, excluído o sistema das Rodas”.²⁴⁰ Contudo as Rodas não acabaram imediatamente.

Em 1932, no seu relatório, o médico provedor da Santa Casa de São Paulo escrevia em seu relatório: “Instituída em 1471, quando em Roma se reformava o Hospital do Espírito Santo, sob o fundamento de que era preciso facilitar o abandono da criança para guardar o maior sigilo sobre a sua origem e coibir os infanticídios, a Roda é um instrumento inadmissível para os nossos dias”. O médico defendia a tese de que um escritório de atendimento público, mas sigiloso para o expositor, seria mais eficaz para a sobrevivência dos expostos. Quando questionado sobre os infanticídios ele argumentava a partir da experiência de outros países, como a França, que tinham chegado a conclusões exatamente opostas. Ainda em outro longo e erudito relatório, no mesmo ano, o médico que era mordomo dos expostos da Santa Casa de São Paulo relata que a “Roda não trazia benefícios nem para as crianças, nem para as mães, nem para a família, nem para a sociedade”. Assim, para os “filantropos, a supressão da Roda era uma questão social, humanitária e científica”.²⁴¹

Com a extinção da Roda, crescia cada vez mais a concepção de que a família ou ao menos a mãe era fundamental para o desenvolvimento da criança, nos sentidos físico,

²³⁹ MARCÍLIO, 1998, p. 198.

²⁴⁰ MARCÍLIO, 1998, p. 199.

²⁴¹ MARCÍLIO, 1998, p. 199-200.

psicológico, social e afetivo.²⁴² Ainda antes da extinção da Roda já se discutia como ajudar a preparar a mãe para que ao final da gestação ela não abandonasse a criança.²⁴³

É digno de nota que é a primeira vez na história brasileira que a criança começa a ser vista como um ser humano integral, já merecendo ser cuidada desde a concepção, por meio da preparação da mãe. Percebe-se, a partir das citações acima, que a criança tem a necessidade de estar inserida em uma família que a proteja. O tema família será retomado no capítulo IV.

Assim como aconteceu com a escravidão, o Brasil foi o último país ocidental a abolir o sistema da Roda dos Expostos, na década de 1950. As únicas duas Rodas do mundo em funcionamento estavam na Bahia e em São Paulo. A última foi para o Museu da Santa Casa, onde ainda permanece para que todos possam ver o sistema cruel que perdurou por mais de duzentos anos.²⁴⁴

2.2.4 Causas da orfandade

Via de regra, uma criança órfã é aquela que não tem um dos pais ou ambos. Porém, como já visto no item anterior, uma criança pode se tornar órfã mesmo tendo pais. São os casos de abandono ou rejeição que aconteceram ao longo da História e ainda acontecem.²⁴⁵ Nos próximos itens descreverei as causas da orfandade.

2.2.4.1 Mães mortas

2.2.4.1.1 Morte materna

Na atualidade, uma das causas da orfandade é a mortalidade materna. O UNICEF mostra dados que apontam para o aumento da mortalidade materna em 2,1% entre 2000 e 2005. Enquanto em 2000 o número era de 52,3 mulheres por cem mil nascidos vivos, em 2005 esse número subiu para 53,4 por cem mil nascidos vivos. A estatística²⁴⁶ abaixo mostra

²⁴² Há dois mil anos atrás o Dr. Lucas, o médico amado, já escreveu em seu Evangelho: “Jesus ia crescendo em sabedoria, estatura e graça diante de Deus e dos homens” (Lc 2.52). No contexto dessa citação, os pais de Jesus aparecem procurando-o preocupados, mostrando assim amor por ele.

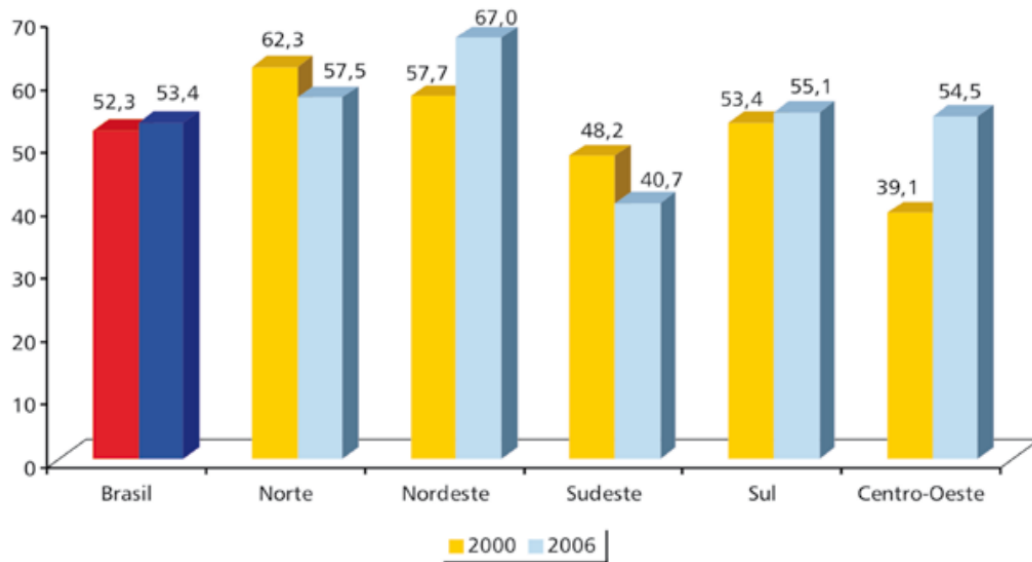
²⁴³ MARCÍLIO, 1998, p. 200.

²⁴⁴ MARCÍLIO, 1998, p. 201.

²⁴⁵ Um novo método de roda está surgindo. É uma casinha com uma caixa onde o bebê é colocado. Não se puxa mais uma cordinha da sineta, mas uma campainha elétrica é acionada para informar que uma criança foi depositada na caixa anonimamente. Segundo o presidente da Aldeia da Fraternidade, Alfredo Fedrizzi, a “primeira caixa de bebês foi instalada na Alemanha, em 1999”. A partir daí, aproximadamente 200 *baby boxes* foram instaladas em onze países europeus. A Alemanha está em primeiro lugar com 99, na Polônia há 45, na República Checa há 44, na Hungria há 26, na Eslováquia há 16 e na Itália e na Lituânia há 8. Países como Canadá, Holanda, Bélgica, Suíça, Malásia e Vaticano tem uma dessas casas. FEDRIZZI, Alfredo. Bebês abandonados. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 22, 9 jan. 2014.

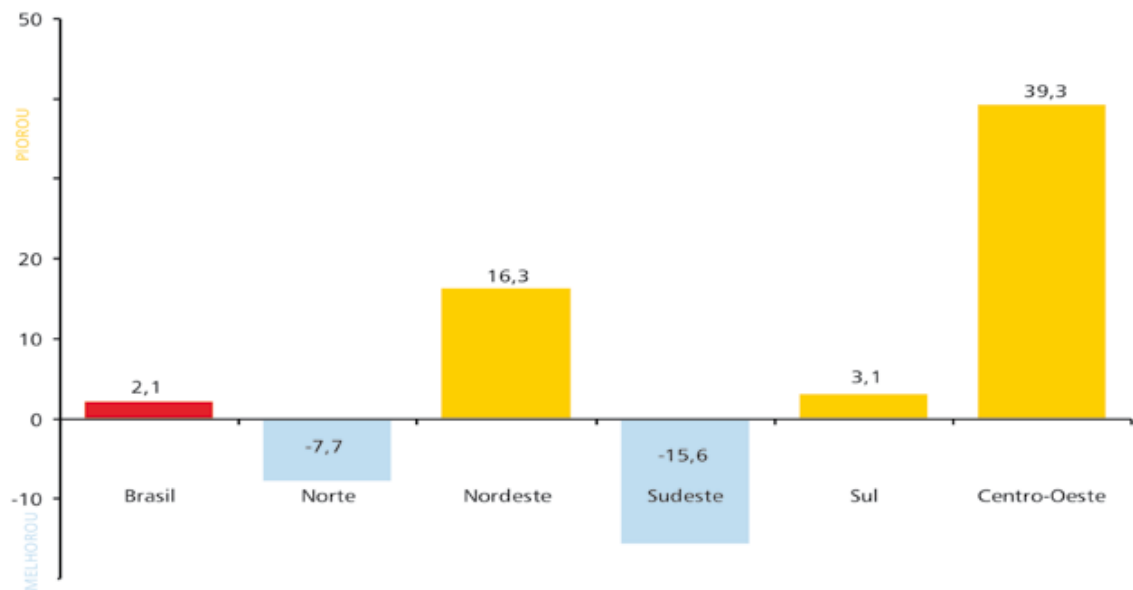
²⁴⁶ *SITUAÇÃO mundial da infância em 2008*. Caderno Brasil. Brasília: UNICEF, 2008, p. 30.

a evolução da taxa de mortalidade materna entre 2000 e 2005. O quadro também mostra que houve redução da mortalidade materna em regiões como Norte e Sudeste. As outras regiões carecem de programas na área da saúde para que também haja diminuição de morte materna, evitando a geração de órfãos.



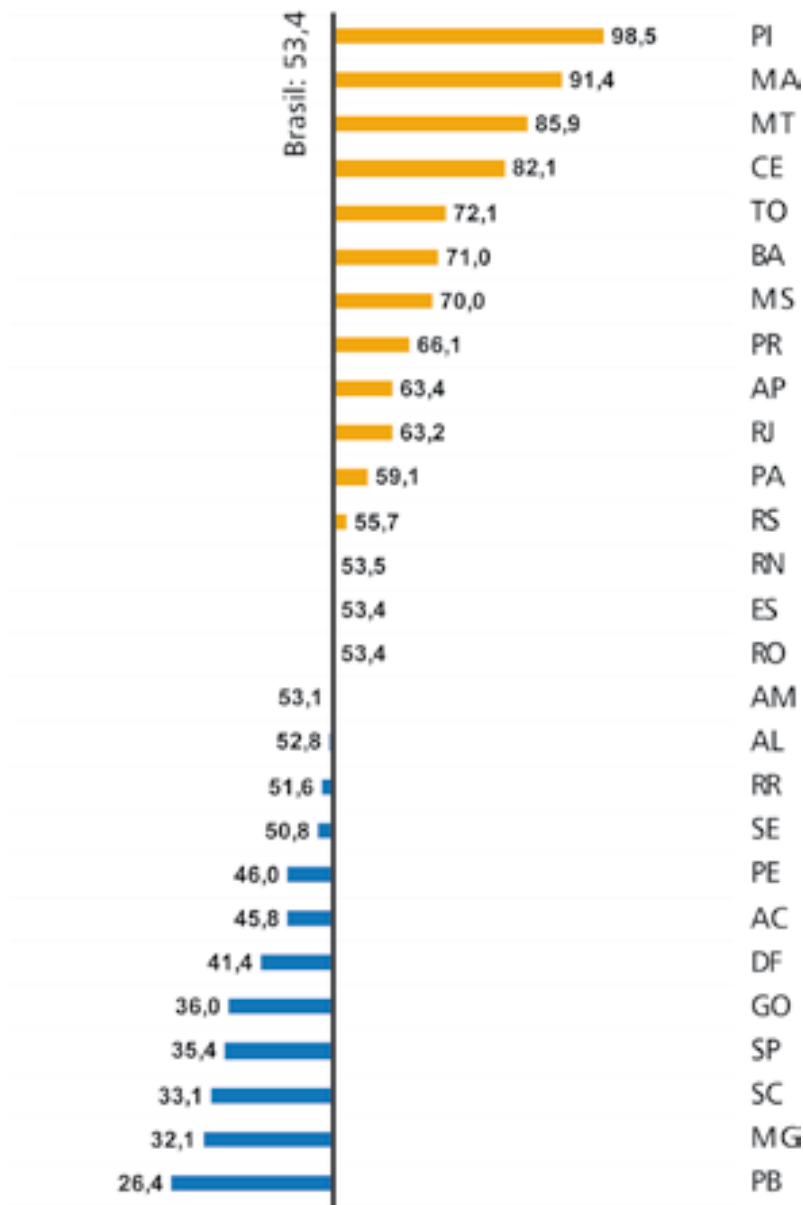
O próximo quadro²⁴⁷ de estatísticas aponta a variação em percentuais para mais ou para menos em relação à taxa de mortalidade materna entre 2000 e 2005. Conforme o quadro abaixo, as regiões Norte e Nordeste obtiveram uma redução na taxa de mortalidade materna de -7,7 e -15,6 percentuais, respectivamente. As regiões que tiveram aumento na taxa de mortalidade materna são: Nordeste, com 16,3; Sul, com 3,1 e Centro-Oeste, com 39,3.

²⁴⁷ SITUAÇÃO, 2008, p. 31.



Em relação aos Estados, o Piauí apresenta a maior taxa, com 98,5 por cem mil nascidos vivos, seguido pelo Maranhão, com 91,4; Mato Grosso, com 85,9 e Ceará, com 82,1 mortes maternas para cada cem mil crianças nascidas vivas. Os Estados que apresentaram a menor taxa de mortalidade materna são: Santa Catarina, com 33,1; Minas Gerais, com 32,1 e Paraíba, com 26,4 mortes para cada cem mil nascidos vivos. Apesar da redução nestes três Estados, a taxa ainda está acima da recomendada pela OMS, que é de 20 mortes maternas/100 mil nascidos vivos. Esses dados mostram que no ano de 2005 nenhum estado brasileiro estava dentro do índice aceitável pela OMS. O quadro²⁴⁸ a seguir mostra o ranking dos Estados segundo a taxa de mortalidade materna para cada 100 mil nascidos vivos em 2005.

²⁴⁸ *SITUAÇÃO*, 2008, p. 31. Disponível também em: <<http://www.unicef.org/lac/cadernobrasil2008.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2014.



Das estatísticas apresentadas acima, é possível concluir que as medidas adotadas para a redução dos óbitos no primeiro mês de vida da criança têm impacto direto sobre a redução da mortalidade materna. Portanto, a insuficiência da atenção ao pré-natal, ao parto e ao pós-parto contribui em larga escala para a mortalidade materna. Conforme dados do Ministério da Saúde, em 2005 as causas obstétricas diretas, incluindo o aborto, provocaram aproximadamente 73% dos óbitos maternos no país.²⁴⁹ Essa situação no Brasil gera um expressivo número de órfãos, sem contar que a mãe que falece pode já ter outros filhos além do nascido no parto que levou a mãe à morte.

²⁴⁹ *SITUAÇÃO*, 2008, p. 32.

Outro dado apontado é em relação à idade da mãe. O número de bebês nascidos de mães com menos de quinze anos de idade vem aumentando. Em média esse número aumentou de 6,9/1000 nascidos vivos em 1994 para 8,8/1000 nascidos vivos em 2005, o que representa um crescimento de 28,6%. O aumento foi constatado em todas as regiões do Brasil. O ano de 1994 teve 18.000 bebês nascidos de crianças e adolescentes menores de quinze anos; em 2005 foram 27.000. A região Norte continua liderando os nascimentos de mães menores de quinze anos, registrando 11,0/1000 em 1995 e 14,7/1000 em 2005.²⁵⁰ A pouca idade dessas mães e a consequente falta de experiência também podem se constituir como fator de abandono. Normalmente esse tipo de gravidez não é planejada. A cada minuto, 380 mulheres ficam grávidas, sendo que 190 dessas gestações são indesejadas e/ou não planejadas.²⁵¹

Ainda há outros motivos, como doenças durante a gestação, que podem levar as mães à morte. É o caso de Lourdes, a primeira esposa do ex-presidente da República Luis Inácio Lula da Silva. No sétimo mês de gravidez ela se sentiu mal e ele a levou ao Hospital Modelo em São Paulo para interná-la com suspeita de hepatite. O médico que a atendeu não acreditou na versão de Lula e não a internou, por mais que ele tentasse. Apenas quando os olhos de Lourdes já estavam completamente amarelos ele conseguiu a internação; porém, já era tarde demais. Na manhã do dia 8 de maio de 1971, Lula chegou ao Hospital Modelo abraçando as roupinhas de bebê que Lourdes cuidara com tanto carinho. Ao ser atendido no balcão recebeu a pior notícia de sua vida: Lourdes e seu filho recém-nascido haviam falecido, e o pior, por negligência médica.²⁵²

Para cada caso de complicações de gravidez ou parto registrado, há outro não registrado. Conforme o UNICEF, “o número real de mortes no Brasil é o triplo do oficialmente registrado”.²⁵³

²⁵⁰ *SITUAÇÃO*, 2008, p. 35.

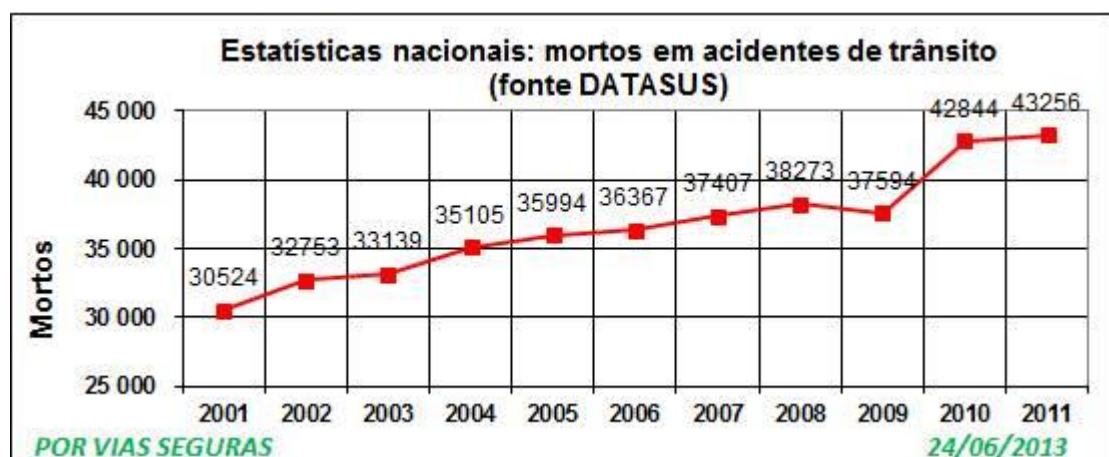
²⁵¹ ALGUNS números preocupantes. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/encarte56.html>>. Acesso em: 13 maio 2014. A falta de planejamento parece ser uma característica da cultura brasileira. A Copa do Mundo serve de exemplo. Desde 2007 o Brasil já sabia que em 2014 sediaria a Copa; contudo, a construção e as reformas dos estádios e demais obras de infraestrutura acabaram sendo realizadas sem planejamento prévio, implicando contratação de obras sem licitação, fato que gerou altos custos financeiros e descontentamento de parte da população em relação ao evento mundial no Brasil.

²⁵² PARANÁ, Denise. *A história de Lula: o filho do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 90-93. Veja ainda em: A morte da primeira mulher de Lula. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/encarte56.html>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

²⁵³ MORTALIDADE materna no Brasil. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/encarte56.html>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

2.2.4.1.2 Mortes no trânsito

O trânsito é outro aspecto a ser considerado como causador de crianças órfãs. A ONU quer reduzir os acidentes de trânsito no mundo em 50% no período de 2011 a 2020. Em resposta, o governo brasileiro lançou o projeto “Um pacto pela vida”, buscando reduzir o número de acidentes com vítimas fatais.²⁵⁴ O gráfico abaixo mostra a evolução do número de óbitos registrados pelo Ministério da Saúde de 2002 a 2011, com crescimento de 40% no período.²⁵⁵ O ano de 2011 registrou quase 50 mil mortos em acidentes de trânsito nas estradas do país.



Entre os óbitos indicados pelo gráfico, estão as mães ou ainda ambos, mães e pais. Para ilustrar a situação dos órfãos resultantes de acidentes de trânsito, o jornal *Zero Hora* apresenta a história de duas crianças, ambas de sete anos: Miguel e Emily, que perderam suas mães para sempre.

Miguel Arcanjo, agora com nove anos, perdeu a mãe Alaíde da Silva Linck, 28 anos, que era bailarina e criava Miguel sozinha. Miguel agora mora com a avó em Gravataí – RS e fala todos os dias sobre a mãe e a saudade que sente dela. Apesar dos presentes dos amigos, pouco ou nada o alegra. “É que eu sinto muuuuita saudade dela. É muito triste uma criança viver sem a mãe – responde sentado na cama, mesclando maturidade e inocência, apoiando o queixo no dorso da mão”. Ainda impressionado com o acidente e a falta de punição pelos

²⁵⁴ NOVO site da campanha Parada – Um pacto pela vida já está no ar. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/11/novo-site-da-campanha-parada-2013-um-pacto-pela-vida-ja-esta-no-ar>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

²⁵⁵ ESTATÍSTICAS nacionais de acidentes de trânsito. Disponível em: <http://www.vias-seguras.com/layout/set/print/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais>. Acesso em: 13 mai. 2014.

causadores, ele vai à Igreja, reza baixinho “pedindo a Deus que curasse os machucados da mamãe, porque só Ele conseguiria fazer isto”. Vive repetindo a frase para si e para a avó, que ele falou quando soube que a mãe tinha ido embora: “Agora eu sou só teu, né, vó?”.²⁵⁶

Sentada em sua cadeirinha no banco traseiro do carro, Emily Kamila Bieleski viu a mãe morrer e o pai ser retirado das ferragens. Cristiane Fassbinder tinha 25 anos quando morreu em um acidente na BR 116 em Morro Reuter, no Vale dos Sinos. Emily, que já era calada naturalmente, com a perda da mãe quase emudeceu. Desse sentimento fala apenas com o pai, queixa-se da saudade da mãe e chora escondida. Guarda alguns objetos da mãe, como sapatos, roupas, fotos, um caderno de poesias escrito por ela e uma coleção de esmaltes que guarda com muito sentimento. Para dormir, reza e lê a Bíblia, mas fala pouco sobre o assunto. O Dia das Mães está entre os mais difíceis para Emily. Na escola, para esse dia a tarefa era comprar um livro para a mãe. “Tinha de comprar, né? Aí, eu comprei. Mas não dei para ninguém, guardei comigo”, diz Emily.²⁵⁷ Esses relatos podem servir para conscientizar os motoristas de sua responsabilidade ao dirigir. Dentre os quase 50 mil mortos encontravam-se muitas mães que deixaram seus filhos órfãos.

Diante destes números, o governo criou a campanha “Paradinha” para as crianças. Assim como existem as campanhas visando a conscientizar os adultos, agora também há para crianças. Essa iniciativa é louvável porque a criança, que vai procurar conscientizar seus pais, também já está preparada para o futuro, quando estará no trânsito.²⁵⁸

2.2.4.1.3 Femicídio

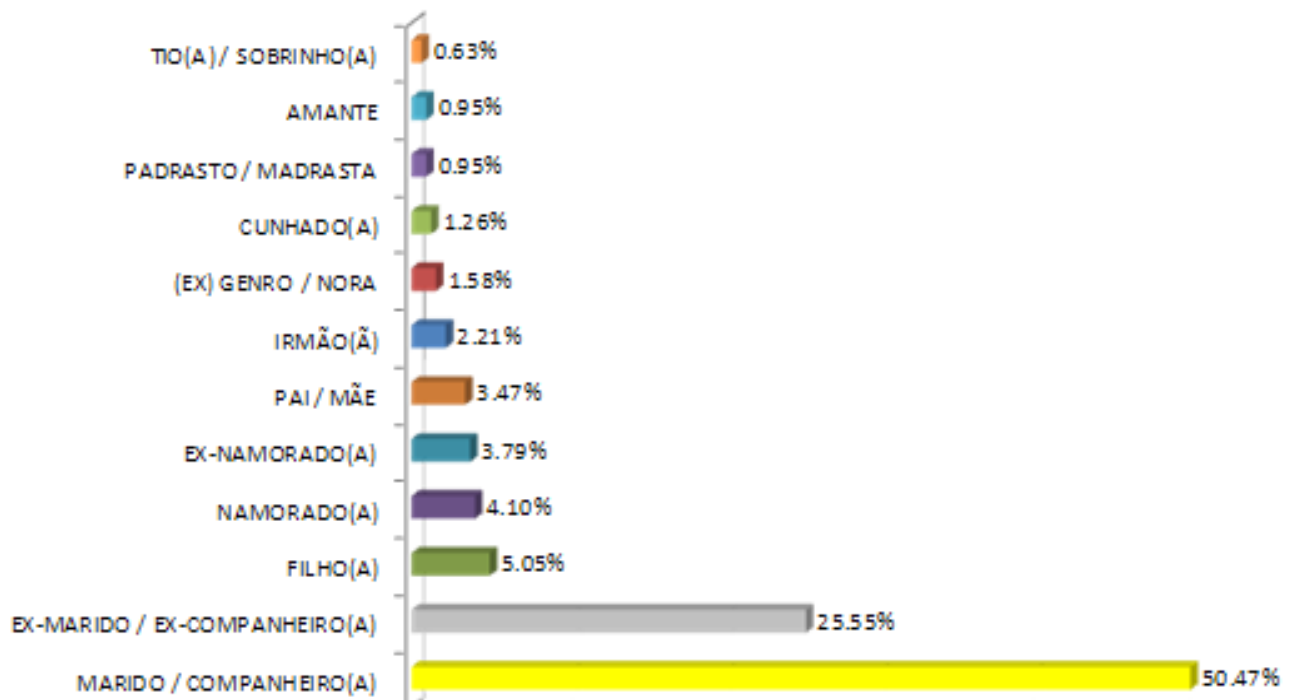
A violência contra a mulher é outro fator que deixa crianças órfãs. A Secretaria da Segurança Pública do Rio Grande do Sul realizou um estudo sobre o femicídio a partir dos cinco anos de vigor da Lei Maria da Penha no Estado. O estudo, com rigor científico, aponta que 25,55% dos femicídios são cometidos por ex-maridos e ex-companheiros e 50,47% são cometidos por maridos e companheiros atuais.²⁵⁹

²⁵⁶ ALMEIDA, Kamila. Para sempre longe da mãe. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 19 dez. 2013, p. 32-33.

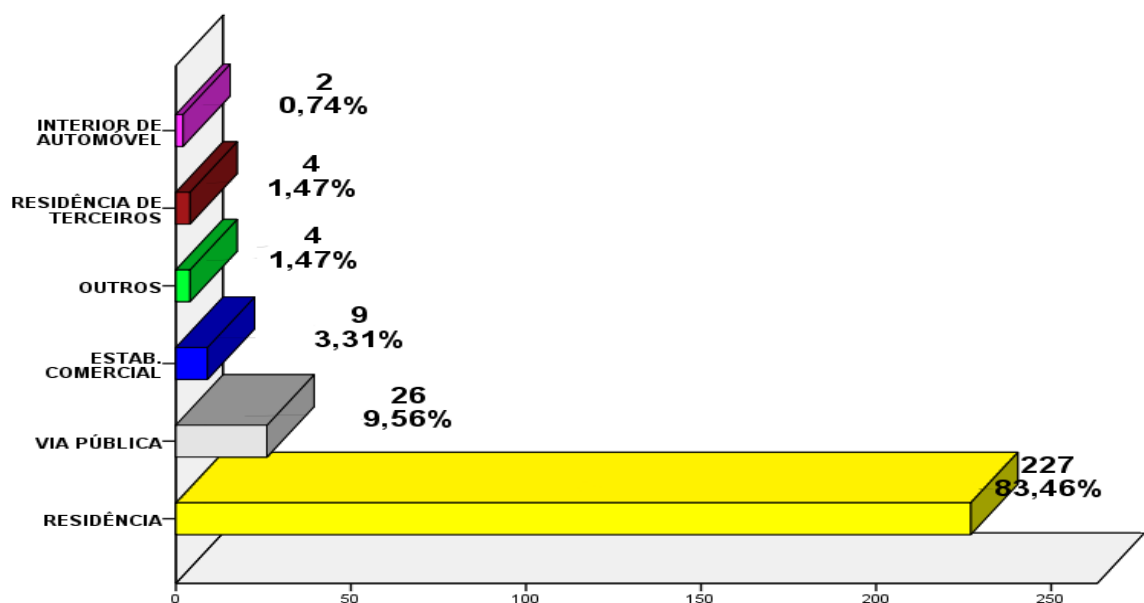
²⁵⁷ ALMEIDA, Kamila. Poucas palavras e lágrimas escondidas. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 19 dez. 2013, p. 33.

²⁵⁸ Veja mais informações no site: Crianças conscientizam os pais para a redução de mortes no trânsito. <<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/10/criancas-conscientizam-os-pais-para-a-reducao-de-mortes-no-transito>>. Acesso em 15 mai. 2014.

²⁵⁹ FEMICÍDIO: um tema para debate. 2012. p. 5. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=262>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

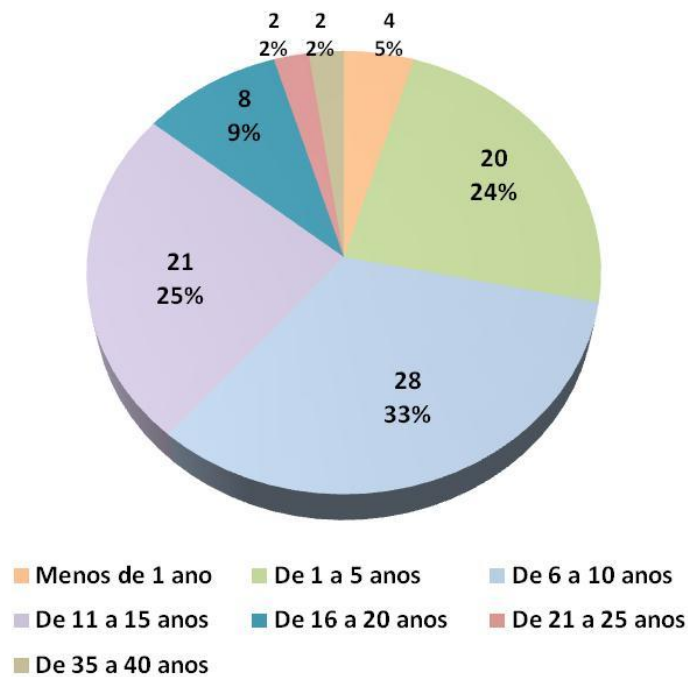


Outro dado apontado pelo estudo mostra que 83,46% dos crimes cometidos contra a mulher ocorrem na residência da própria vítima. Esse é um local em que o crime pode ser praticado de forma encoberta. Sendo na residência da vítima, lamentavelmente também há mais possibilidade da presença de crianças. O estudo também identificou que a maior causa para o femicídio é o divórcio ou separação, com 50,93% dos casos.²⁶⁰



²⁶⁰ FEMICÍDIO: um tema para debate. 2012. p. 6. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=262>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

Descobriu-se que a cada 10 mulheres assassinadas, 6 possuíam filhos com o autor do crime. O destaque mais significativo, conforme gráfico abaixo,²⁶¹ é que do total de filhos, 62% são crianças com até dez anos. Levando em consideração os filhos entre onze e quinze anos, chega-se ao percentual de 87%. É significativo também que 24% das crianças de 1 a cinco anos ficam sem a mãe exatamente na faixa etária em que mais precisam dela.



De acordo com o estudo realizado, a “descoberta é extremamente importante já que demonstra a necessidade de políticas públicas diferenciadas no sentido de se manter amparadas as crianças depois que a mãe é assassinada e o pai é preso. São vítimas invisíveis do femicídio. Verdadeiros órfãos da violência”.²⁶²

2.2.4.2 Pais e mães mortos

2.2.4.2.1 Acidentes de trabalho

A tabela abaixo mostra os óbitos ocasionados por acidentes de trabalho envolvendo ambos os sexos. Podemos observar uma acentuada redução dos acidentes em todas as regiões, fato que pode ser considerado positivo por refletir melhoria nas condições de trabalho. Em todos os períodos, as taxas nas regiões norte e centro-oeste são bastante superiores às demais regiões. Destaca-se a região norte, que no ano de 2000 apresentou a maior taxa de

²⁶¹ FEMICÍDIO: um tema para debate. 2012. p. 13. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=262>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

²⁶² FEMICÍDIO: um tema para debate. 2012. p. 13. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=262>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

mortalidade, ou seja, para cada 100 mil trabalhadores, 41,5 vieram a óbito. Se estes eram pais de família, conseqüentemente deixaram seus filhos órfãos.²⁶³

Taxa de mortalidade específica por acidentes de trabalho, por ano, segundo regiões, por 100 mil				
	1997	2000	2003	2005
Brasil	16,9	17,4	11,7	11,0
Norte	24,3	41,5	24,6	17,7
Nordeste	19,9	19,4	12,0	11,3
Sudeste	13,4	14,0	9,7	9,7
Sul	20,5	18,2	11,3	10,3
Centro-Oeste	30,0	30,5	20,7	17,9

Fonte: MPS/Coordenação Geral de Estatística e Atuária – CGEA/DATAPREV.

2.2.4.2.2 Mortes por violência

Os dados a seguir mostram que somente no ano de 2013 houve 2.016 mortes por assassinato, latrocínio e atropelamentos no Rio Grande do Sul. Igualmente aqui são computados ambos os sexos. O destaque é para o homicídio doloso, aquele em que há a intenção de matar. Fica o desafio para a Secretaria de Segurança Pública diminuir o alto índice de homicídios, evitando assim a geração de muitas crianças órfãs.²⁶⁴

Um desafio maior ainda fica para o governo federal, que sustenta os bandidos na cadeia enquanto as vítimas ficam desassistidas. Dados apontam que o “pagamento do ‘bolsa-bandido’ explodiu nos últimos doze anos e chegou a quase 40.000 famílias; enquanto isso, uma geração de órfãos do crime cresce desassistida no Brasil”.²⁶⁵ No Brasil, famílias de baixa renda que dependem do preso que contribuía para a Previdência Social, recebem um auxílio de 730 reais, o que não deixa de ser uma proteção para a criança que está com seu pai preso. Por outro lado, toda família que perdeu alguém que contribuía para a Previdência Social tem direito a pensão por morte. Contudo, não há um benefício exclusivo para os que perderam algum familiar.²⁶⁶ Refiro-me às crianças que ficaram órfãs por terem perdido pai ou responsável por ela num ato de violência. É função do Estado proporcionar atendimento

²⁶³ TAXA de mortalidade específica por acidentes de trabalho em segurados da Previdência Social. 2011. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=C.11&lang=pt&version=ed6>>. Acesso em: 16 mai. 2014. Não estão incluídos na taxa trabalhadores informais, militares e servidores públicos.

²⁶⁴ Dados extraídos de: Indicadores Criminais. Secretaria de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=288&id=20317>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

²⁶⁵ DINIZ, Laura; CARVALHO, Julia. Condenados pela impunidade. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, 08 maio 2013, p. 87.

²⁶⁶ DINIZ, 2013, p. 86-93.

psicosocial tanto às crianças do agressor quanto as da vítima. Essa função pode ser uma estratégia de diminuição da violência.

Secretaria da Segurança Pública – Departamento de Gestão da Estratégia Operacional – Divisão de Estatística Criminal				
Delito	Homicídio doloso	Homicídio culposo (trânsito)	Latrocínio	Total
Período: janeiro a dezembro de 2013	1.882	23	111	2.016

Aos acidentes de trabalho e mortes por violência ainda podem ser acrescentadas as epidemias que surgem em determinadas épocas da História. Pode ser citada como exemplo a febre amarela em 1848 e o cólera em 1855, que, segundo Maria Luiza Marcílio, “deixaram uma legião de crianças órfãs e desamparadas”.²⁶⁷ Atualmente temos a AIDS e a dengue, cujos dados serão relatados por pesquisadores daqui a duzentos anos como hoje se relatam a febre amarela e o cólera. Portanto, há a necessidade de oferecer melhores condições de trabalho aos trabalhadores e de serem feitos mais investimentos na conscientização da população. Combatendo essas causas, já poderemos evitar centenas de mortes e, por tabela, a geração de órfãos.

2.2.4.3 Concubinato

Por volta dos séculos XVIII e XIX, boa parte dos órfãos eram crianças enjeitadas. Historicamente, o povo brasileiro não conseguiu assimilar a concepção de família ideal criada no Ocidente cristão e trazida ao Brasil pela Igreja e pelos colonizadores. Por razões ainda incertas, mas que estão sendo pesquisadas, segundo Marcílio “grande parcela da nossa população foi fruto de relacionamentos mantidos fora do quadro da família sacramentada.”²⁶⁸ Para termos um exemplo do número de enjeitados, entre 1750 e 1850, somente na cidade de São Paulo 25% das crianças nascidas livres eram filhos de casais concubinados. Desses, 15% eram abandonados ao nascer e provavelmente eram ilegítimos.²⁶⁹

O que se pode concluir a partir de estudos realizados por Maria Luiza Marcílio é que nos séculos XVIII e XIX os índices de ilegitimidade foram elevados em todos os locais e épocas, com pequenas diferenças regionais. Os índices mais baixos foram percebidos nos locais onde havia a agricultura de subsistência, como em Curitiba no século XVIII e Ubatuba

²⁶⁷ MARCÍLIO, 1998, p. 193.

²⁶⁸ MARCÍLIO, 1998, p. 231.

²⁶⁹ MARCÍLIO, 1998, p. 231.

no XIX. Já cidades com maior concentração populacional, como Salvador e Ouro Preto, registraram índices de ilegitimidade acima da média: 43,1% e 39% respectivamente. Em relação à exposição de crianças propriamente dita, o Brasil não teve um recrudescimento como houve na Europa durante o século XIX.²⁷⁰

O abandono até hoje é realizado no Brasil. Enquanto escrevo esta tese, já houve centenas de abandonos – um aconteceu hoje.²⁷¹ Assim sendo, para evitar a geração de órfãos há a necessidade de preservação da família. Esta deve não apenas oferecer às crianças bens materiais mas amor e afetos.

2.2.4.4 Destituição judicial

Além das causas de orfandade descritas acima, também existem crianças que mesmo possuindo seus pais são consideradas órfãs por motivo de destituição judicial. Essas crianças são retiradas dos pais em casos em que estes representam perigos extremos para a criança. Pode ocorrer nas seguintes situações: quando o pai se encontra preso e a mãe é usuária de drogas; quando ambos estão presos; quando a criança foi abandonada ou ainda quando sofre maus-tratos ou abuso (ECA Art. 155 a 163).

Quando acontece a destituição, procura-se deixar a criança dentro dos seus laços familiares, como com avós, tios ou outros. Se não houver nenhuma dessas possibilidades, ela é encaminhada para uma instituição de acolhimento onde aguardará a adoção, preferencialmente dentro de um prazo de dois anos – o que nem sempre se consegue efetivar.

2.3 Adoção

2.3.1 Adoção nacional

Para melhor compreensão, segundo Weber, o termo *adoção* pode ser assim definido: “É a criação jurídica de um laço de filiação entre duas pessoas”. Conforme esse autor, o processo de adoção é uma situação biológica e ao mesmo tempo social. A situação social é marcada pelo sobrenome. Este é uma indicação concreta e social de que fazemos parte de uma família. “O nome é dado, mas o sobrenome é transmitido. Da mesma forma, a adoção está

²⁷⁰ MARCÍLIO, 1998, p. 234.

²⁷¹ BEBÊ é encontrado abandonado em banheiro público em Erechim – RS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/bebe-e-abandonado-em-banheiro-publico-em-erechim-no-norte-do-rs.html>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

inserida numa realidade psicológica e afetiva: a filiação significa pertencer a uma história, a um passado, ligar-se por raízes a uma criança. Para os pais, a adoção significa *ter um filho*”.²⁷²

Existem dois tipos de adoção no Brasil: a nacional e a internacional. Cada uma é especialmente regida pela respectiva lei nacional ou internacional.

Neste item descreverei alguns aspectos históricos que mostram os avanços ocorridos a favor da adoção plena. O médico Álvaro Bahia foi quem implantou a primeira Agência de Colocação Familiar no ano de 1939, no interior do Departamento Estadual da Criança, na Bahia. Esta serviu de modelo para outras agências estaduais que se criaram nessa década. Assim, em 1941 a adoção foi oficializada no Brasil. Mas, com o passar do tempo, a lei “fechou os olhos” para a colocação legal das crianças órfãs em famílias com o objetivo de serem usadas como serviçais. Assim, os orfanatos eram cada vez mais procurados por famílias para retirar uma criança e levá-la para suas casas.²⁷³

Porém, a Lei 3.133 de 08 de maio de 1957 trouxe algumas modificações atinentes à adoção nos artigos 368, 369, 372, 374 e 377. As modificações introduzidas versavam sobre a redução da idade mínima do adotante, que foi reduzida para trinta anos; a diferença de idade entre adotado e adotante foi diminuída para dezesseis anos, e a permissão para a adoção por casais que já tinham filhos biológicos. Os recém-casados só poderiam adotar após cinco anos de casamento. A dissolução da adoção foi mantida, em casos de deserdação por parte do adotado.²⁷⁴

Com as modificações da Lei de 1957, um maior número de famílias passou a procurar a adoção. No entanto, a Lei protegia o direito dos filhos preexistentes, ou seja, aqueles que ainda poderiam nascer, excluindo assim os adotivos do direito à herança. Contudo, novas reformas já estavam por acontecer no Código Civil de 1963, apresentadas por Orlando Gomes. Este se serviu do Direito Comparado para a atualização do Código Civil, apoiando-se nos Códigos de Suíça, Itália, Grécia, México, Peru, França, Alemanha e Portugal.²⁷⁵

Posteriormente foi editada a Lei 4.655, de 02 de julho de 1965, que dispôs sobre a legitimidade adotiva, com base na qual o adotado recebia os mesmos direitos do filho legítimo, com exceção de casos de sucessão. Porém, somente com a Lei 6.697, de 10 de

²⁷² WEBER, 2000, p. 64.

²⁷³ CÁPUA, 2009, p. 77.

²⁷⁴ CÁPUA, 2009, p. 77.

²⁷⁵ MONTEIRO, Sônia Maria. Apud CÁPUA, 2009, p. 78.

outubro de 1979, surgiu o novo Código de Menores. A partir dessa instituição é que se pode sentir um avanço significativo nas adoções. O juiz podia autorizar a adoção de menores em situação irregular, bem como fazer a substituição da legitimação adotiva pela adoção plena.²⁷⁶ Atualmente a adoção está prevista no Código Civil e o procedimento a ser observado está previsto no ECA, que revogou o antigo Código de Menores.

Na década de 1980 aconteceram mudanças políticas significativas no cenário nacional e, junto com elas, mudanças no cenário jurídico. Passou-se a contar com a Declaração Universal dos Direitos da Criança, criada pela Assembleia Geral da ONU em 1959. Mais tarde, também se poderia contar com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, a qual determinou que “os direitos humanos da criança fossem observados”, fato que despertou movimentos significativos no que diz respeito à proteção da criança.²⁷⁷

Conforme Cápua, “em meio a essa revolução sociopolítica no Brasil” foi promulgada a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Era o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que surgira. Ainda segundo Cápua, “uma das leis mais avançadas do mundo”²⁷⁸ e que se originou do artigo 227 § 6º da Constituição Federal de 1988: “Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação”.

Podemos perceber a evolução que a legislação teve em relação à adoção plena.²⁷⁹ Mesmo que lentamente, os órfãos, as crianças abandonadas e destituídas passaram a ter os mesmos direitos que os filhos biológicos. Direitos que anteriormente eram negados ao adotado. Assim, fica evidenciada a importância do ECA para a criança que é adotada.

Além da evolução da legislação, podemos também concluir que a Constituição de 1988 tirou a criança da margem e a colocou no centro das discussões por meio do ECA. Em nenhuma outra Constituição a criança aparece como um tema público e com tamanha força de proteção. Essa proteção está a cargo da família, do Estado e da sociedade, conforme o artigo

²⁷⁶ CÁPUA, 2009, p. 78-79.

²⁷⁷ CÁPUA, 2009, p. 79.

²⁷⁸ CÁPUA, 2009, p. 79-80.

²⁷⁹ A adoção plena já constava nos artigos 29 a 37 e 107 a 109 do Código de Menores. Na adoção simples o vínculo era apenas entre o adotante e adotado, não alcançando familiares como avós, e os efeitos sucessórios eram limitados quando havia filhos legítimos.

227 da Constituição Federal.²⁸⁰ Portanto a família, célula da sociedade, é a primeira responsável por zelar pelo bem-estar da criança.

Em 29 de abril de 2008 foi lançado o Cadastro Nacional de Adoção (CNA)²⁸¹ pelo CNJ. É uma ferramenta criada para agilizar o processo de adoção, auxiliando juízes de Varas da Infância e Juventude na condução dos processos de adoção. O CNA também agiliza o processo de adoção ao fazer o mapeamento de informações unificadas, além de permitir o desenvolvimento e a implantação de políticas públicas em cada área.²⁸²

Conforme o CNA, o processo de adoção no Brasil leva em média um ano. Porém, pode demorar muito mais em virtude de o perfil do adotante ser muito diferente do perfil da criança disponível a ser adotada no momento. Portanto, a morosidade não é apenas devida à burocracia judiciária, mas ao perfil do adotante. Para ilustrar essa situação, cito a 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Salvador – BA: “Existem 66 crianças inscritas no CNA, das quais 42 são negras, 21 são pardas e três são brancas. Nesta mesma Vara, 51 das 66 crianças têm entre 6 e 15 anos. Apenas oito crianças cadastradas têm cinco anos ou menos”.²⁸³ O maior número de crianças aptas para adoção é o menos preferido pelo adotante brasileiro.

Na 2ª Vara Criminal da comarca de Ijuí – RS há dezenove crianças disponíveis para adoção, no seguinte perfil:²⁸⁴

RAÇA/COR	TOTAL	SEXO	TOTAL	IDADE	TOTAL
Branca	11	Feminino	7	0-5 anos	0
Parda	6	Masculino	12	6-10 anos	4

²⁸⁰ O referido artigo reza que: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

²⁸¹ “Esse Sistema fica hospedado nos servidores do CNJ e é acessado no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/cna, utilizando-se um navegador web (Browser) Internet Explorer 6 ou 7 ou Mozilla Fire Fox com JavaScript habilitado”. Disponível em: CADASTRO Nacional de Adoção. <<http://www.cnj.jus.br/images/programas/cadastro-adocao/guia-usuario-adocao.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

²⁸² CADASTRO Nacional de Adoção: Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

²⁸³ SISTEMA de consulta pública permite visualizar dados sobre crianças registradas no CNA. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/infanciaejuventude/index.php?option=com_content&view=article&id=308:sistema-de-consulta-publica-permite-visualizar-dados-sobre-criancas-registradas-no-cadastro-nacional-de-adocao&catid=2:noticias&Itemid=13>. Acesso em: 23 abr. 2014.

²⁸⁴ CONSULTA pública de crianças para adoção cadastradas no Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cna/View/consultaPublicaBuscaView.php>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

Negra	2			11-15 anos	11
				Acima de 15	4

Das dezenove crianças aptas a adoção nesta comarca²⁸⁵, não há nenhuma apta a adoção com menos de cinco anos de idade. Paradoxalmente, para estas dezessete crianças há 74 famílias aptas a adotar, conforme informação colhida junto à Vara da Infância e Juventude, perfazendo uma média de quatro famílias por criança. Contudo, a adoção não acontece.

Os exemplos acima ilustram o perfil do adotante brasileiro. Esse perfil concentra-se em crianças menores de cinco anos. Dessa constatação pode-se concluir que o adotante ainda não entendeu que adoção significa doação para o adotado; significa pais para a criança órfã. Muitos casais querem adotar apenas para terem um filho, não para que a criança tenha pais. A criança adotada dificilmente irá resolver o problema de relacionamento do casal, se tiver. Nesse sentido, o perfil do adotante brasileiro precisa ser mudado por meio de um programa de conscientização para adoção de crianças maiores de cinco anos (ou outros perfis que estejam à disposição para adoção), principalmente na região sul onde ainda predomina de certa forma a cultura europeia.

Assim como determinados grupos buscam promover seus direitos por meio da cultura midiática, propagandas etc., poder-se-ia desenvolver pelos órgãos competentes um programa que incentivasse a adoção de crianças maiores de cinco anos. Cito como exemplo as cédulas de dinheiro. Em vez de conter um animal em extinção poderia conter a efígie de uma criança procurando por uma família. Se os adotantes aptos mudarem sua mentalidade e começarem a oferecer uma família à criança, certamente o número de crianças aptas diminuiria, bem como as devoluções por falta de compatibilidade entre adotado e adotante.

²⁸⁵ A Comarca de Ijuí compreende os municípios de Ajuricaba, Bozano, Coronel Barros e Nova Ramada.

Nos números, a contradição essencial

Para cada criança cadastrada, há seis famílias autorizadas pela Justiça a adotar. Mas, nos abrigos espalhados por todo o país, outras 39 mil crianças e adolescentes estão longe da família e têm destino incerto



Fontes: Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e Cadastro Nacional de Crianças Abrigadas (CNCA), dados de 13/3/2013; IBGE/Censo 2010; Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento (2011); Corregedoria Nacional de Justiça e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

Em relação ao quadro acima, existem 44.585 crianças acolhidas. Dessas, 5.465 estão prontas para adoção. Em contrapartida, há 29.164 adotantes cadastrados aptos a adotar. Esse número representa em média seis adotantes para cada criança. Além das dificuldades burocráticas, novamente aqui se observa o perfil do adotante. Na região sul, 42% dos 10.387 pretendentes cadastrados só aceitam adotar crianças brancas.

Outro fator que chama a atenção é que o CNJ não sabe precisar o total de adoções que foram efetivadas nos últimos dois ou três anos. Em relação à adoção internacional, segundo os dados de 2011 foram efetivadas 315 adoções.

2.3.2 Adoção internacional

Conforme o ECA, Art. 38, Subseção IV, o Decreto n. 2.429 de 17 de dezembro de 1997 promulga a Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores. No mesmo Artigo ainda consta que o Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999, promulga a convenção relativa à proteção das crianças e à cooperação em matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia em 29 de maio de 1993.

Normalmente, as crianças com algum tipo de deficiência física, de cor negra, que já têm certa idade ou têm irmãos não são adotadas por casais brasileiros. Assim, “75% das crianças e adolescentes que esperam ser adotados têm irmãos também disponíveis para adoção. E a Justiça sempre busca que eles sejam adotados juntos para não perderem o vínculo familiar. Entre os pretendentes, 80% querem adotar uma única criança”.²⁸⁶

Por este motivo criou-se a Resolução nº 190, de 1º de abril de 2014, que “altera dispositivos da Resolução CNJ n. 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, para possibilitar a inclusão dos pretendentes estrangeiros habilitados nos tribunais e dá outras providências”.²⁸⁷ Essa Resolução abre espaço para a adoção internacional. Essa modalidade de adoção pretende encaminhar as crianças que não foram adotadas pela adoção nacional ou foram devolvidas por não ter havido compatibilidade entre a família adotiva e o adotado, conforme o ECA Artigo 46.²⁸⁸ Nesse caso estariam partindo para uma segunda tentativa de adoção. As crianças que já tiverem sido devolvidas duas vezes enfrentariam uma terceira tentativa de adoção. Em caso de separação de irmãos para adoção, seria mais um trauma para a criança, pois os vínculos familiares seriam novamente desfeitos.

Guilherme Calmon, conselheiro do CNJ, declara que a resolução não oferece perigo às crianças que vão para a adoção internacional. Os casais pretendentes à adoção passam por um rigoroso exame psicológico e, após serem considerados aptos para adoção, ingressam definitivamente na fila para esta. Portanto, segundo Calmon, não é qualquer pessoa que pode

²⁸⁶ OLIVEIRA, Mariana. CNJ deve autorizar estrangeiros para facilitar adoção de mais velhos. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/cnj-deve-autorizar-estrangeiros-para-facilitar-adocao-de-mais-velhos.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

²⁸⁷ Veja no Apêndice as alterações nos arts. 1º, 2º, 4º, 5º e 6º da Resolução CNJ n. 54, de 29 de abril de 2008. Também disponível em: RESOLUÇÃO Nº 190, de 1º de abril de 2014. <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/28155-resolucao-n-190-de-1-de-abril-de-2014>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

²⁸⁸ O referido artigo preconiza que: A adoção será precedida de estágio de convivência com a criança ou adolescente, pelo prazo que a autoridade judiciária fixar, observadas as peculiaridades do caso.

se inscrever para adoção. Calmon também afirma que o processo legal de adoção internacional visa a inibir a “adoção” espúria, ou seja, evitar o tráfico de crianças que, por meio da adoção ilegal, são usadas para tráfico ou mesmo comércio de órgãos.²⁸⁹ Assim, as crianças que não seguem o perfil de adotantes brasileiros poderão encontrar uma família mesmo que seja estrangeira.

O jurista norte-americano Richard Posner é da opinião de que crianças deveriam ser vendidas. A venda eliminaria o problema das adoções ilegais, a burocracia na fila de espera para adoção e a existência de crianças em orfanatos, quando muitas poderiam ter melhores condições de vida.²⁹⁰ A opinião do jurista parte da lógica da economia de mercado, isto é, a criança passa a ser vista como um produto ou uma mercadoria e assim também perde o valor da vida humana.

2.3.3 Breve panorama da adoção internacional

Conforme relata Tarcísio José Martins Costa, juiz da Infância e da Adolescência no Rio Grande do Sul, em seu livro *Adoção Transnacional* (1998), o fenômeno da adoção internacional aparece como prática regular após a Segunda Guerra Mundial, que produziu dezenas de milhares de órfãos sem chance de recolhimento pelas próprias famílias. Crianças foram adotadas por casais norte-americanos e europeus sem os documentos indispensáveis à regularização da cidadania.²⁹¹

Com a entrada em vigor da Lei nº 12.010/2009, houve uma acentuada queda no número de estrangeiros interessados em adotar crianças brasileiras. A Lei prioriza brasileiros residentes no país e que já estão na lista de espera. Em 2008 houve 421 adoções internacionais; porém esse número caiu para 315 em 2011. O Estado de São Paulo confirma a estatística nacional. Segundo dados do Tribunal de Justiça, foram cem adoções por estrangeiros em 2009, 89 em 2010, 62 em 2011 e 71 em 2012. Já números do Departamento

²⁸⁹ CALMON, Guilherme. CNJ responde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dYuUdo_PJtc&list=PLIJgviu9EmVLcrR9ZOcDaJRN1rbeMaema>. Acesso em: 04 abr. 2014.

²⁹⁰ ROSSI, Jones. ROSA, Guilherme. A crítica da razão econômica. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, 21 nov. 2012. p. 75.

²⁹¹ ADOÇÃO internacional no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/adocao-internacional/adocao-internacional-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

de Segurança Interna dos Estados Unidos revelam que, se em 2004 os residentes daquele país adotaram 69 crianças brasileiras, em 2011 foram apenas nove.²⁹²

A Lei também proibiu o contato direto de representantes de organismos de adoção, nacionais ou estrangeiros, com dirigentes de programas de acolhimento institucional ou familiar, assim como com crianças e adolescentes em condições de serem adotados, sem a devida autorização judicial. Os pedidos de habilitação à adoção internacional devem ser intermediados por organismos credenciados, se a legislação do país de acolhida assim o autorizar. A legislação também tornou mais complicada a tarefa dos estrangeiros ao exigir um estágio de convivência no Brasil de pelo menos trinta dias. As despesas envolvidas, segundo organizações do setor, podem chegar a US\$ 25 mil.²⁹³

De acordo com a Convenção de Haia sobre Adoção Internacional (1993), ratificada pelo Brasil, a adoção internacional deve ser sempre a última medida a ser tomada. Quando isso acontecer, o estrangeiro deve apresentar habilitação para adoção emitida por autoridades de seu país. Depois, seguir os mesmos passos de qualquer outro candidato. A diminuição de adoções internacionais para crianças brasileiras não resolveu o problema da adoção. As crianças continuam nas instituições esperando uma família. A partir dessa situação é que surge a Resolução nº 190, já comentada anteriormente, facilitando a adoção internacional, mas dessa vez com a inscrição dos candidatos à adoção no CNA.

Para termos uma visão maior da adoção internacional farei uma breve descrição de como a adoção é vista em diferentes religiões e lugares, podendo-se assim chegar a conclusões que possam facilitar o processo de adoção.

2.3.3.1 Adoção na Ásia

O budismo, na Índia, não contempla a adoção e muitas vezes a desaconselha. Já no Tibete a adoção é forma de sobrevivência devido às restrições chinesas. Os tibetanos preferem a ajuda financeira por meio do apadrinhamento internacional para as crianças a dá-las à adoção. Para o hinduísmo, se a criança for adotada internacionalmente deverá receber educação religiosa hinduísta. Outras religiões da Ásia aceitam que a criança seja adotada no

²⁹² ADOÇÃO internacional no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/adocao-internacional/adocao-internacional-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

²⁹³ ADOÇÃO internacional no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/adocao-internacional/adocao-internacional-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

caso de não haver descendentes para dar continuidade ao culto de honra aos mortos. Assim, a criança adotada daria continuidade aos rituais religiosos.²⁹⁴

2.3.3.2 Adoção no islamismo

A adoção não é permitida pela lei do Alcorão. Este orienta que todos os muçulmanos pertencem a Deus, logo, não há necessidade de adoção. Na Argélia e no Marrocos a adoção é proibida, mas a Tunísia a autoriza mesmo com a proibição. O governo da Tunísia realizou uma campanha de adoção no ano de 1967. Algumas crianças foram acolhidas por famílias de muçulmanos, contudo, com a proibição de receberem seu sobrenome.²⁹⁵

2.3.3.3 Adoção no espiritismo

As religiões espiritualistas têm sua doutrina voltada para ações caritativas, e veem na adoção a necessidade de um espírito – como o de uma criança –, o qual necessita de um lar. Assim, a adoção é desejável, necessária e deve ser feita com amor e carinho. Os espíritas também veem na adoção a oportunidade de um espírito “endividado”, que é o caso de crianças com deficiência, ser “reeducado”.²⁹⁶

2.3.3.4 Adoção no catolicismo

Por muitos séculos o catolicismo silenciou sobre a adoção e até a reprimiu, porque poderia legitimar filhos ilegítimos. Atualmente a Igreja Católica não tem obstáculos para a adoção. Aceita a nova forma de filiação e muitos membros adotam por solidariedade ou outros motivos pessoais. Em algumas comunidades católicas até é realizada uma cerimônia espiritual de adoção, para que os pais adotivos recebam simbolicamente o adotado na Igreja.²⁹⁷

2.3.3.5 Adoção no protestantismo

Os protestantes creem que a criança é um dom de Deus, portanto mais do que mera consequência de relações humanas. Creem que Jesus ensinou que devem ser acolhidos os pobres e diferentes. Também consideram que Deus é quem adota as pessoas. Ou seja, a adoção é um ato de amor mediante o qual adotantes e adotados adotam-se mutuamente. Essa

²⁹⁴ CÁPUA, 2009, p. 71-72.

²⁹⁵ CÁPUA, 2009, p. 74.

²⁹⁶ CÁPUA, 2009, p. 73.

²⁹⁷ CÁPUA, 2009, p. 72-73.

visão da adoção impede que ela seja unilateral, isto é, que a adoção aconteça num único sentido, o dos pais.²⁹⁸

Como visto, há religiões que proíbem a adoção. Provavelmente ainda alimentam uma visão medíocre sobre a criança. Outras se mostram neutras ou mudam conforme a conveniência, e há outras em que a adoção é importante porque a criança não é um acidente. Veem-na como um dom de Deus e, portanto, como ser humano que carece ser cercado de afeto para que possa se desenvolver satisfatoriamente.

2.3.4 Função da adoção

Ao longo da existência da Humanidade sempre existiram pessoas como Henrique Liebich, que de alguma forma tentaram amenizar o sofrimento das crianças órfãs, e uma das formas de fazer isso é a adoção. Quanto à adoção em si, foram detectados dois tipos: aquela que buscava um filho para os casais sem filhos e aquela que proporcionava pais ou uma família para a criança que não os tivera. Essas adoções Lidia Natalia Dobrianskyj denomina, respectivamente, “adoção clássica” e “adoção moderna”.²⁹⁹

É necessário esclarecer que a adoção não deve ter por fim único proporcionar filhos aos casais que não os têm, embora possa ser o objetivo da adoção. Se tiver esse objetivo, mas for realizada com o máximo de dedicação e afeto à criança ou ao adolescente adotados, não haverá problemas. O problema aparece quando o casal adota para solucionar a sua dificuldade relacional. A criança adotada não consegue resolver esse problema. O processo de adoção seria mais bem encaminhado se os casais ou famílias tivessem por objetivo proporcionar pais ou uma família ao adotado. Assim não estariam esperando nenhuma retribuição por parte do adotado e as relações afetivas entre adotado e adotante poderiam se desenvolver naturalmente, sem conflitos – que podem chegar a tal ponto que o adotante devolva o adotado para a instituição em que o retirou. Fato tremendamente negativo para o adotado.

A partir de pesquisas, Lidia Weber enumera alguns aspectos que podem trazer dificuldades ao processo de adoção:³⁰⁰

- a) revelação tardia (após seis anos de idade) ou inadequada (feita por outras pessoas).

²⁹⁸ CÁPUA, 2009, p. 74-75.

²⁹⁹ WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. *Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 27.

³⁰⁰ WEBER, 2011, p. 28-29.

- b) privar o adotado de sua história de origem.
- c) pais que tratam os filhos biológicos de forma diferenciada dos adotivos.
- d) pais ou filhos que passam por discriminações do tipo: “Você é como se fosse mãe de verdade”.
- e) constrangimento nas escolas por falta de preparo das mesmas para lidar com situações de adoção.

Para evitar dificuldades na adoção, o adotante deve informar ao adotado sobre o tema logo que este tiver entendimento (no caso de bebê). Porém, não basta falar uma vez e nunca mais tocar no assunto. É necessário também informar ao adotado sua história de origem, evitando assim o desconforto e a desconfiança em relação aos pais adotivos. Se o casal adotante já tiver filho(s) ou este(s) vier(em) após a adoção, todos devem ser tratados sem discriminação. Amigos dos pais adotantes devem evitar frases como a já mencionada: “Você é como se fosse uma mãe (ou pai) de verdade”. As escolas devem procurar falar abertamente sobre adoção, desde as séries iniciais, quebrando assim o tabu existente sobre o tema.

A mesma pesquisadora também revela pontos que favorecem o relacionamento das famílias por adoção:³⁰¹

- a) preparar-se com antecedência: buscar informações e reflexão psicológica sobre o processo e a dinâmica familiar que envolve a adoção;
- b) revelar precocemente a adoção para o filho, ou seja, falar sempre e desde sempre;
- c) conversar sobre adoção e sobre sua história com o filho em diferentes momentos do seu desenvolvimento;
- d) respeitar o filho e ajudá-lo se ele quiser mais detalhes sobre a sua família de origem;
- e) preparar cuidadosamente a família extensa (tios, avós e amigos próximos) sobre a adoção para que não seja surpresa e, assim, diminuir o risco de discriminação;

³⁰¹ WEBER, 2011, p. 29.

- f) falar do tema com tranquilidade e sentir-se confortável diante de estranhos e amigos. Não é preciso falar com todos o tempo todo; lembre que segredo sobre a situação não é bom, mas privacidade é essencial;
- g) desenvolver habilidades parentais e práticas educativas que favoreçam o desenvolvimento da criança, como não superproteger demais, não usar punição física, não ser negligente, participar da vida dos filhos etc.

Percebemos nitidamente que nestes pontos não aparecem questões como a cor da pele diferente entre adotado e adotante nem crianças maiores ou com problemas de saúde. As questões de relacionamento que normalmente aparecem quanto aos adotados são as mesmas que aparecem nos filhos biológicos. As adaptações que um casal faz quando recebe seus filhos biológicos, principalmente o primeiro, são as mesmas que devem ser feitas por ocasião de uma adoção. Portanto, a adoção não tem nada de diferente ou assustador, deve apenas ser bem encaminhada.

Sendo bem encaminhada, a adoção é

percebida como um presente. Tanto os pais quanto os filhos por adoção têm focado o encontro e não o abandono. A formação de uma família que mostra cumplicidade e compromisso supera as dores do passado, pois crianças e adolescentes precisam de pais. Toda criança precisa de adultos afetivos, de pais que lhes ensinem as fronteiras entre o certo e o errado, que possam lhe enxugar uma lágrima em momentos de tristeza, que possam ouvir e compreender os seus sonhos mais fantásticos e os pesadelos mais assustadores. Em verdade, para ser mãe e pai inteiramente, todos pais devem adotar e aceitar incondicionalmente seus filhos e todos os filhos devem adotar seus pais.³⁰²

Mesmo que a adoção tenha um caráter jurídico ela não deixa de ser assistencial, pois tem como objetivo proteger a criança ou o adolescente adotado inserindo-o numa nova família ou em um novo contexto familiar. Com essa inserção o adotado passa a ter os mesmos direitos que o filho biológico.

Ao descrever a criança abandonada ou órfã, percebo que a adoção vem sendo gradativamente ampliada. Essa ampliação é que faz com que o adotando seja motivado por questões afetivas para a adoção e não mais por questões egocêntricas como em tempos passados. Assim a criança começa a ser amada e passa a não ser mais vista como um objeto ou instrumento de trabalho.

³⁰² WEBER, 2011, p. 31.

Para amar uma pessoa não há necessidade de laços biológicos. Toda relação de amor é construída. Porém a construção nunca acaba, deve sempre continuar fazendo-se os ajustes necessários. O relacionamento entre pais e filhos – biológicos ou adotivos – também é construído. Pessoas envolvidas em relacionamentos não são perfeitas e podem errar, trazendo desapontamentos. Por isso há a necessidade de sempre renovar a relação entre pais e filhos. O filho precisa saber que é amado por seu pai e por sua mãe. Essa certeza lhe transmite segurança para enfrentar as dificuldades que o mundo fora da família apresenta. Quando esse filho constituir a sua própria família poderá dar a ela o amor que recebeu na infância ou por ocasião da adoção.

Quero concluir este item sobre a função da adoção com as palavras de Valdeci Ataíde Cápua:

Adotar, acima de tudo, significa possibilitar acesso a um futuro melhor, não só com o cunho material e patrimonial, mas acima de tudo o caráter sentimental. Deve ser a entrega mútua entre adotando e adotado, satisfazendo os interesses íntimos e tem como cerne a construção de uma família digna e solidária.³⁰³

2.4 Crianças

2.4.1 A criança na história brasileira

Como já visto anteriormente no item sobre órfãos, o abandono de crianças não é recente no Brasil. Apesar dos esforços para cuidar das crianças abandonadas, nos períodos Colonial e Imperial elas continuavam sendo abandonadas, tanto as legítimas como as ilegítimas. Portanto não eram órfãs: mesmo tendo pais eram abandonadas. Conforme Cápua, eram abandonadas “nos lugares mais diversos, na zona urbana, na tentativa de os pais livrarem-se do filho indesejado, não amado ou ilegítimo”.³⁰⁴

Foi nesta época que se introduziu o modelo europeu de salvar crianças no anonimato: a Roda dos Expostos, já mencionada anteriormente em 2.2.1.³⁰⁵ Como a história da criança é semelhante à dos órfãos, não farei aqui uma descrição específica sobre a criança, uma vez que o tema já foi contemplado no item sobre órfãos. Na sequência passarei a descrever as crianças em situação de vulnerabilidade na atualidade brasileira.

³⁰³ CÁPUA, 2009, p. 137.

³⁰⁴ CÁPUA, 2009, p. 75.

³⁰⁵ Orlando Orlandi diz que entre 1861 e 1874 deram entrada na Roda 8.086 crianças. Dessas, 3.545 (43,9%) morreram. Nem todas as crianças entregues permaneciam internadas. Muitas eram criadas por “famílias criadeiras” ou “negras de aluguel”. ORLANDO, Orlandi. *Teoria e prática do amor à criança: introdução à pediatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. p. 61.

2.4.2 A criança vulnerável na atualidade brasileira

Neste item descreverei alguns aspectos que cercam as crianças em situação de vulnerabilidade, presentes em seu contexto de vida.

Para introduzir o assunto é necessário lembrarmos que no século XX aconteceu uma revolução demográfica na população brasileira, que somava dez milhões de habitantes no primeiro censo efetuado no ano de 1872 e cresceu até quinze vezes até 1990. A queda nos índices de mortalidade infantil foi a causa para o crescimento. Após 1970 a fecundidade, até então muito elevada, passou a ser pressionada lentamente para baixo diminuindo o crescimento da população. Não havia um plano de política populacional específico para a população, que iniciava seu processo de envelhecimento. Porém antes de envelhecer, até início do século XXI, era uma população basicamente composta por jovens e crianças.³⁰⁶

2.4.2.1 A mortalidade infantil

O quadro abaixo aponta as taxas da mortalidade infantil no Brasil:

Taxa de mortalidade infantil, segundo as Grandes Regiões 2000/2010

Grandes Regiões	Taxa de mortalidade infantil (‰)	
	2000 ⁽¹⁾	2010
Brasil	29,7	15,6
Norte	29,5	18,1
Nordeste	44,7	18,5
Sudeste	21,3	13,1
Sul	18,9	12,6
Centro-Oeste	21,6	14,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

(1) Valores já harmonizados, utilizando-se os resultados do CD2000 e de pesquisas anteriores.

³⁰⁶ MARCÍLIO, 1998, p. 192.

A taxa de mortalidade infantil declinou em todo o Brasil entre 2000 e 2010, com maior intensidade na região nordeste (58,6%). Porém, é necessário observar que houve uma considerável diminuição na taxa de fecundidade. Em 2000 esta era de 2,38; em 2010 passou a ser 1,90, totalizando uma redução de 20,1, conforme indica o quadro abaixo.

**Taxa de fecundidade total e diferença relativa, segundo as
Grandes Regiões – 2000/2010**

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa 2000/2010(%)
	2000	2010	
Brasil	2,38	1,90	-20,1
Norte	3,16	2,47	-21,8
Nordeste	2,69	2,06	-23,4
Sudeste	2,10	1,70	-19,0
Sul	2,24	1,78	-20,6
Centro-Oeste	2,25	1,92	-14,5

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000/2010.

Com exceção da Região Norte, todas as demais estão abaixo do nível de reposição (TFT = 2,10 filhos). O maior decréscimo na taxa, entre 2000 e 2010, foi observado na Região Nordeste (23,4%).

Segundo Ronald Lee, economista e estudioso das questões demográficas, as mulheres brasileiras estão tendo menos filhos que as norte-americanas. Isso significa que o Brasil está envelhecendo, a exemplo dos países ricos. Porém, segundo o economista também há vantagens nesse destino irreversível. Uma forma de compensar a desvantagem demográfica é investir com mais qualidade nas crianças, já que estas estão em número cada vez menor.³⁰⁷

No mundo pós-moderno precisa-se cada vez mais de cérebros e menos de braços. Os idosos também têm sua parcela de contribuição nesse processo, porque estão vivendo mais tempo – setenta a oitenta anos – e com mais saúde, podendo, portanto, trabalhar mais tempo e se aposentar mais tarde. Nesse sentido, o economista afirma que o “Brasil passa por um aceleradíssimo processo de envelhecimento da sua população. As autoridades precisam entender que não dá mais para manter um sistema tão benevolente em relação aos idosos”.³⁰⁸ A visão de Ronald Lee reforça a tese de que é necessário investir na educação das crianças,

³⁰⁷ LEE, Ronald. Fazer mais com menos braços. *Revista Veja*, São Paulo, p. 22-23, 2012.

³⁰⁸ LEE, 2012, p. 23.

formando pessoas capacitadas para vencer intelectualmente as barreiras demográficas do futuro.

Segundo o CADE (Crianças e Adolescentes em Dados e Estatísticas) o Brasil apresentou uma redução de 0,008% na taxa de mortalidade por enfermidades respiratórias na faixa etária de zero a quatro anos. A diminuição se deu entre 2008, com uma taxa de 0,030% e 3.522 óbitos, e 2010, com taxa de 0,022% e 3.026 óbitos. A redução, mesmo que insignificante em porcentagem, representou em números 496 vidas salvas. Esses números já podem ser considerados um grande avanço. Em contraposição, apresentaram elevação em sua distribuição percentual os Estados de Tocantins (0,019%), Rondônia (0,014%), Amapá (0,007%), Espírito Santo (0,006), Rio Grande do Sul (0,004%), Goiás (0,004%) e São Paulo (0,001%).³⁰⁹

No ano de 2009 o país registrou 1.457 mortes por transportes na faixa etária de cinco a quatorze anos. São 2,68%, ou seja, 108 a mais em relação a 2008 que contabilizou 1.349 mortes. Já na faixa dos cinco a dezessete anos são 2.708 mortes. Também 1.281 crianças perderam a vida entre os cinco e nove anos em 2010. Somando os anos de 2008 (5-14), 2009 (5-14 e 15-17) e 2010 (5-9) com suas respectivas faixas etárias, chega-se a 5.338 crianças e adolescentes mortos. Esse número é ainda maior quando se somam todas as faixas etárias dos três anos. No mesmo período e na mesma faixa etária ainda vieram a óbito por queda 357 crianças e adolescentes.³¹⁰

Em 2008, suicidaram-se 104 crianças entre cinco e quatorze anos; em 2009, 114 nessa faixa etária e 293 entre quinze e dezessete anos; em 2010, 271 entre cinco e nove anos, totalizando 782 suicídios na faixa etária dos cinco a dezessete anos. Em relação a homicídio³¹¹ de crianças, foram 713 em 2008 e 707 em 2009, tendo havido uma redução de 0,18% na faixa etária de cinco a quatorze anos. Entre quinze e dezessete anos em 2009 foram assassinados 3.377 crianças e adolescentes; em 2010, 3.590 crianças entre cinco e nove anos foram assassinadas.

³⁰⁹ CADE. Crianças e Adolescentes em Dados e Estatísticas. Brasil: 2011, p. 67. Veja mais detalhes em: Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – Relatório Nacional de Acompanhamento – Brasília: IPEA, 2010.

³¹⁰ CADE, 2011, p. 67.

³¹¹ Veja outras formas de violência com óbito contra a criança em: SANTOS, Hélio de Oliveira. *Crianças espancadas*. Campinas: Papirus, p. 31-40. A TRAGÉDIA do menino Alex. *Revista Época*. São Paulo. 10 mar. 2014, p. 13.

As estatísticas também mostram que 1,44% dos nascidos de mães na faixa etária de dez a quatorze anos falecem. Em números isso significa a morte de 572 crianças em 2010.³¹² Possivelmente essa é uma consequência da sexualização precoce na adolescência aliada à falta de preparo para ser mãe e à falta de planejamento. Tais fatores contribuem para o alto índice de mortalidade infantil nessa faixa etária das mães.

Em 2009 o Brasil registrou 1.950 casos de mortes por afogamento de crianças e adolescentes de zero a dezessete anos, sendo que 184 casos vitimaram crianças de 1 ano de idade, 166 adolescentes com quinze anos de idade e 173 adolescentes com dezessete anos de idade. O destaque no quadro³¹³ abaixo é das crianças de 1 e dois anos, idade em que engatinham e algumas já caminham: fugindo dos pais elas podem cair em banheiras, piscinas, lagos e outros. Portanto, nessa idade os pais devem ter cuidado redobrado para evitar a morte das crianças.

Destaca-se também a morte por afogamento entre quinze e dezessete anos. Nessa idade os filhos “dispensam” os cuidados dos pais por acharem que sabem nadar, fato que nem sempre se confirma. Portanto, os pais ou responsáveis devem ensinar seus filhos a nadar o mais cedo possível evitando mortes por afogamento nas faixas etárias subsequentes.

Taxa de morte por afogamento (em 100.000) de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos - 2009		
Idade	Taxa em 100.000	Número de mortes
< 1 ano	1,52	39
1 ano	7,11	184
2 anos	4,98	132
3 anos	3,37	92
4 anos	3,20	91
5 anos	2,90	81
6 anos	2,11	63
7 anos	2,37	78
8 anos	2,29	76
9 anos	2,50	80
10 anos	2,61	85
11 anos	2,85	87
12 anos	3,20	101
13 anos	4,24	113
14 anos	4,65	153
15 anos	4,46	166
16 anos	5,18	156

³¹² CADE, 2011, p. 67.

³¹³ CADE, 2011, p. 66.

17 anos	5,18	173
Brasil	Total	1.950

Aqui foram enumerados apenas alguns aspectos que levam crianças à morte, como a mortalidade infantil (é considerada pelas estatísticas até o primeiro ano de vida), suicídios, homicídios e afogamentos. Mesmo que estes números pareçam insignificantes, no somatório geral ao final de um ano acabam gerando um número alto de morte de crianças e adolescentes.

2.4.2.2 *Exploração sexual*³¹⁴

Antes de entrar no tema da exploração sexual infantil apresentarei um histórico da defesa dos direitos da criança e do adolescente, visto a recente e rápida evolução da legislação a partir do ECA.

Em 1927 foi promulgado o Código de Menores no Brasil. Foi o primeiro documento legal dirigido para a população menor de dezoito anos. No ano de 1950 chegou ao Brasil o Fundo das Nações Unidas (UNICEF), mais precisamente em João Pessoa, na Paraíba, com o objetivo de trazer ao país programas de proteção à saúde da criança e da gestante nos Estados do Nordeste. Em 1950 a ONU aprovou a Declaração dos Direitos da Criança. Foi criada em 1964 a Fundação de Bem-Estar do Menor. A instituição tinha como metas implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor e é considerada um marco da transição para a concepção assistencialista de cuidado.

No ano de 1979 houve a revogação do Código de Menores e o segundo Código incorporava a nova concepção assistencialista à população infanto-juvenil. Em 1986 foi criada a Frente de Defesa das Crianças e dos Adolescentes. No mesmo ano ainda surgiu a Comissão Nacional Criança Constituinte. Em 1988 a Constituição Federal do Brasil introduziu um novo modelo de políticas sociais. Foram reunidos os direitos das crianças e dos adolescentes resultando no conhecido artigo 227, que serviu de base para a construção do ECA. No ano de 1989, foi ratificada por todos os países membros da ONU, com exceção dos EUA e da Somália, a Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

O ano de 1990 foi decisivo para a infância brasileira: foi promulgado o ECA, considerado um documento exemplar dos direitos humanos. Em 1996 foi sancionada a Lei de

³¹⁴ Ao longo deste capítulo, a expressão “exploração sexual de crianças e adolescentes” é usada para denotar todas as formas de abuso sexual e exploração de pessoas com menos de dezoito anos em todas as situações: no lar e na família, nas escolas e em instituições educacionais, em abrigos e instituições de justiça, na comunidade e no local de trabalho.

Diretrizes e Bases da Educação, que define e regulariza o sistema de educação brasileiro. Recentemente, em 2003, houve a aprovação do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Por último, no ano de 2006 foi aprovado o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e do Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase).³¹⁵

Por meio deste histórico sobre a legislação de proteção infantil o leitor pode entender melhor os motivos das alterações na lei de proteção da infância. Antes de 1927 o Brasil não possuía um documento específico para menores. Como os métodos de exploração sexual e trabalho infantil vão se “modernizando”, a legislação precisou evoluir junto. Assim, em 1990 o Brasil elaborou o ECA, considerado mundialmente como exemplar. Com o desenvolvimento da Lei é que se começou a proteger a criança de forma sistematizada, possibilitando a elaboração de políticas públicas que atendam as necessidades das crianças e adolescentes em sua integralidade.

Como visto até aqui, a pesquisa mostrou que historicamente algumas crianças sofreram punições, castigos, espancamentos e até mesmo muitas foram mortas. Recentemente a violência sexual passou a ser repugnada e contestada pela família, pelo Estado e pela sociedade civil. Ela é uma violação dos direitos de crianças e adolescentes, que, por estarem em uma condição peculiar de crescimento e desenvolvimento, precisam ser cuidados, protegidos, ensinados e, mais do que isso, reconhecidos como sujeitos de direito. Esses direitos estão muito bem explicados no Artigo 227 da Constituição Federal, que afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Na prática, para a criança o Artigo 227 significa que a “Doutrina Jurídica da Proteção Integral à Infância”, que vinha sendo debatida no seio das Nações Unidas, foi incorporada pela Constituição Federal de 1988. Pela primeira vez na história do país, a criança é tratada

³¹⁵ IANNARELLI, Thaís. Pelos direitos das crianças e adolescentes. *Revista Filantropia*. São Paulo. n. 63, p. 64.

como prioridade absoluta.³¹⁶ Significa também que a criança estava saindo da margem social esendo colocada no centro das atenções.

A questão da exploração sexual pode ser considerada um fenômeno social contemporâneo. No Brasil, a exploração sexual de crianças e adolescentes passou a ser vista como violação dos direitos humanos a partir de 1990, mais especificamente 1993, com a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito “destinada a apurar responsabilidades pela exploração e prostituição infanto-juvenil, título que expressava um conceito utilizado na época. Seus trabalhos foram desenvolvidos entre maio de 1993 e junho de 1994”.³¹⁷ Porém a CPI “identificou a complexidade do fenômeno e concluiu que não era possível apontar o número de jovens prostituídos no Brasil em virtude da inexistência de pesquisas sobre o tema e pela dificuldade da própria CPI em obter dados mais confiáveis”.³¹⁸ Conforme o promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul – Comarca Ijuí, Érico Fernando Barin, “o Brasil ocupa o primeiro lugar em exploração sexual infanto-juvenil na América Latina e o segundo no mundo”.³¹⁹ Diante desses dados, a dificuldade apenas demonstra o descaso com as crianças por parte dos políticos.

É possível percebermos que o termo “prostituição” não é mais usado a partir da década de 1990. Com a instalação da CPI houve uma mudança de conceito: de “prostituição infantil” para “exploração sexual”. Segundo Jaina Raqueli Pedersen, a mudança de nomenclatura “deveu-se ao fato de o primeiro termo referir-se à situação de vida de certos segmentos sociais adultos, implicando a possibilidade de haver a ação de optar por tal modo de vida, ocultando a natureza do comportamento sexualmente abusado”.³²⁰ A partir da mudança de nomenclatura passou-se a dar a verdadeira atenção à exploração sexual de crianças. Disso podemos concluir que a criança não se prostitui, ela é prostituída por meio do uso da violência por parte de adultos, que ainda visam a tirar proveito dela causando-lhe danos biopsicossociais irreparáveis.

Até o início da década de 1990 a violência sexual contra a criança não era destacada de forma específica. Porém, com a passagem do Código de Menores para o ECA, fato que

³¹⁶ ROSÁRIO, Maria do. *Relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito*. Brasília: Congresso Nacional, 2004, p. 26.

³¹⁷ ROSÁRIO, 2004, p. 29.

³¹⁸ ROSÁRIO, 2004, p. 29.

³¹⁹ BARIN, Érico Fernando. Número de casos é ínfimo perto da realidade. *Jornal da Manhã*. Ijuí, 22 maio 2014. p. 4.

³²⁰ PEDERSEN, Jaina Raqueli. *O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias*. Porto Alegre, 2014, p. 51.

significou “a substituição da doutrina da ‘situação irregular’ pela doutrina da ‘proteção integral’, a denúncia contra a violência sexual infantil ganhou mais força”.³²¹

No ano de 1996, como sequência de avanços para a proteção da criança de forma integral, aconteceu em Estocolmo (Suécia) o I Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Desse Congresso surgiu a Declaração de Estocolmo e uma Agenda de Ação sobre o tema, que foram adotadas pelos 112 países participantes. A partir da Agenda de Ação definiu-se o conceito de exploração sexual comercial infantil.³²²

Em 2001, na cidade de Yokohama (Japão) ocorreu o II Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, com a participação de 161 países. A partir dos acordos estabelecidos no I Congresso Mundial em Estocolmo, o Brasil apresentou em Yokohama como um dos “resultados de suas ações, a elaboração e publicação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-juvenil, aprovado em 2000 pelo CONANDA”.³²³ Nesse evento foram ratificadas as quatro modalidades de exploração sexual comercial de crianças, estipuladas em 1998 pelo Instituto Interamericano Del Niño. São elas: prostituição infantil, pornografia, turismo sexual e tráfico, uma vez que a prostituição não é o único aspecto da exploração sexual, tanto em âmbito nacional como internacional.³²⁴

Em novembro de 2008 o Brasil teve a oportunidade de sediar o III Congresso Mundial contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes. Em um dos painéis realizados durante o Congresso, discutiram-se formas de exploração sexual comercial e seus novos cenários. As formas discutidas foram o tráfico nacional e internacional; a pornografia na Internet; a exploração sexual no turismo e a exploração de adolescentes em situação de prostituição.³²⁵ Seguindo a ordem de avanço na legislação que protege as crianças, mais precisamente enquanto escrevo estas linhas (21/05/14), a presidente Dilma Rousseff sancionou a lei que torna a exploração sexual crime hediondo.

³²¹ PEDERSEN, 2014, p. 51.

³²² PEDERSEN, 2014, p. 51-52.

³²³ PEDERSEN, 2014, p. 52.

³²⁴ LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. Apud. PEDERSEN, 2014, p. 53.

³²⁵ Declaração do Rio de Janeiro e chamada para ação para prevenir e eliminar a exploração sexual de crianças e adolescentes. III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Criança e Adolescentes. Rio de Janeiro: UNICEF, 25 a 28 nov. 2008.

Assim, as quatro modalidades de exploração permanecem. Contudo, a essas quatro modalidades descritas por Pedersen acrescentarei ainda a do “abuso sexual”. Este, por sua vez, não está diretamente ligado ao comércio sexual, mas é uma modalidade de exploração sexual quase sempre intrafamiliar³²⁶ – portanto, está normalmente ligada à desestruturação familiar. A seguir descreverei resumidamente – devido à sua complexidade – as cinco modalidades.

2.4.2.2.1 Abuso sexual infantil

Esta modalidade de exploração sexual infantil, segundo Karen Miller, pode se definida como o

contato ou interação de uma criança e um adulto, em que este usa a criança de maneira sexual. Inclui uma ampla variedade de atividades sexuais, variando de agressões não violentas e não físicas, como a exposição a agressões envolvendo contato físico (e às vezes violento). Entre os exemplos, estão a manipulação, o contato oral ou genital, a estimulação e a penetração anais, assim como a exploração de crianças por meio de pornografia e prostituição.³²⁷

Assim, o abuso sexual se constitui sempre que uma criança ou um adolescente é usado para gratificação sexual de pessoas mais velhas, sendo a diferença de idade usada como forma de poder. No entanto, segundo Benedito Rodrigues dos Santos “tem sido recorrentes os registros de situações abusivas entre pessoas da mesma idade”.³²⁸ Nessas situações o abusador usa outras formas de poder para intimidar suas vítimas, tais como: “Não serei mais seu amigo” ou “se você contar, vou parar na cadeia”.³²⁹

Diante do exposto, é importante detectar sinais de uma situação de abuso. As crianças não falam sobre isso porque temem a reação dos adultos (raiva da mãe, medo e vergonha do pai) ou por querer evitar rupturas na família. Acabam sofrendo sozinhas.

O quadro³³⁰ abaixo mostra a diferença entre abuso e exploração sexual. O abuso pode acontecer dentro ou fora de casa e não envolve valores financeiros. Quando cometido por

³²⁶ A Faculdade de Medicina do ABC paulista, em estudo realizado, apontou que 90% das gestações em jovens com até quatorze anos foram fruto de incesto, sendo o autor na maioria dos casos o pai, tio ou padrasto. SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *Guia de referência: construindo uma cultura escolar de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood, 2009, p. 32. Veja mais dados em: CNJ faz campanha nas redes sociais contra a exploração infantil. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28163:cnj-faz-campanha-nas-redes-sociais-contr-a-exploracao-infantil>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

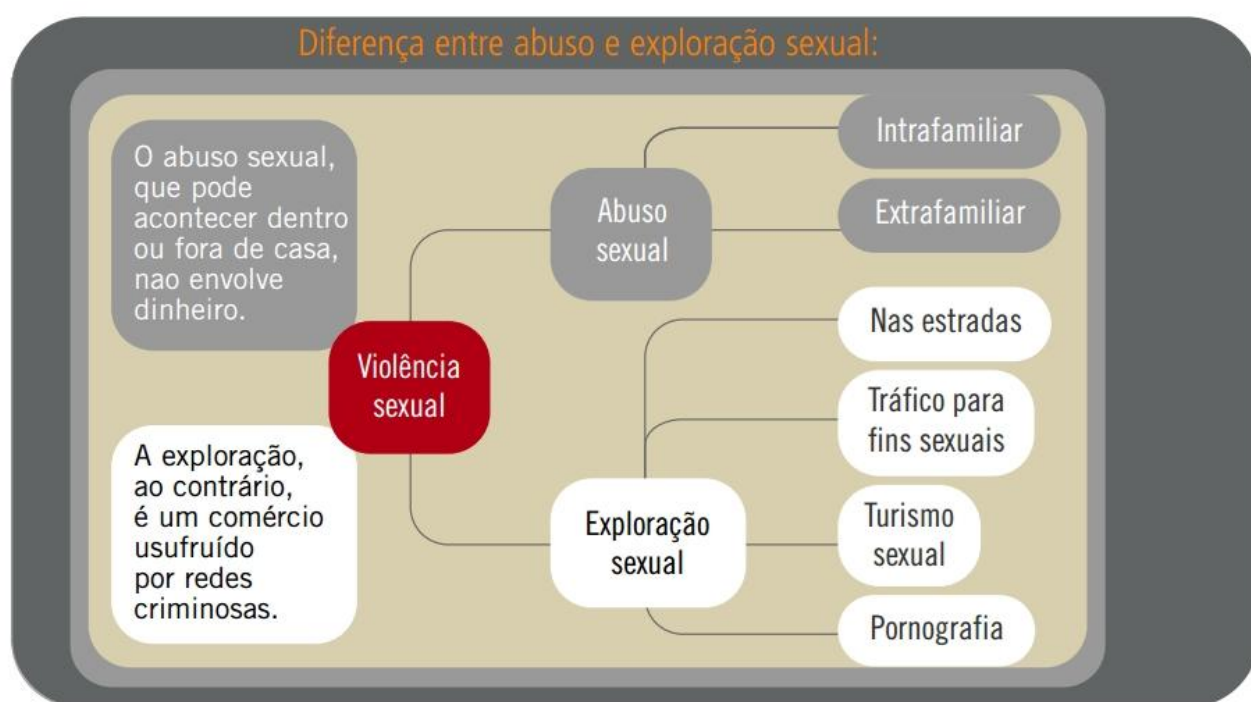
³²⁷ MILLER, Karen. *Educação infantil: como lidar com situações difíceis*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008, p. 132.

³²⁸ SANTOS, 2009, p. 28.

³²⁹ Mais informações sobre abuso sexual em: JIMENEZ, Gabriele; BETTI, Renata. Memórias que não se apagam. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, 30 maio 2012, p. 90-98.

³³⁰ PELA proteção da infância. *Revista Na mão certa*. São Paulo, set. 2008. p. 8.

familiares é denominado intrafamiliar, e quando por alguém sem laços de parentesco denomina-se extrafamiliar. A exploração, ao contrário, é um comércio usufruído por redes criminosas e envolve dinheiro. Há situações em que os pais de crianças ou meninas adolescentes as oferecem por determinado valor financeiro. Conforme a Childhood, no Brasil “cerca de 5 milhões de crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos vivem em famílias com renda de R\$ 465, o que aumenta a vulnerabilidade” facilitando a prostituição.³³¹ De qualquer forma, tanto o abuso,³³² mesmo que intrafamiliar, como a exploração sexual são formas de violência sexual contra a dignidade da criança.



2.4.2.2.2 Prostituição infantil

Como já visto anteriormente, a criança não se prostitui sozinha, ela é prostituída. Nesse caso ela já está diante das “sequelas de um abuso sexual crônico”.³³³ A criança³³⁴ que

³³¹ CHILDHOOD pela proteção da infância. Relatório de atividades 2008/2009. Tradução de Liamara Soares da Silva. São Paulo: Childhood Brasil, 2008/2009, p. 14. Childhood Brasil (Instituto WCF-Brasil) é o braço brasileiro da World Childhood Foundation, organização sem fins lucrativos criada em 1999 pela rainha Sílvia, da Suécia. Além do Brasil, está presente na Suécia, nos EUA e na Alemanha e apoia mais de cem projetos em quatorze países. Com sede em São Paulo, a Childhood atua na proteção da infância, com foco na questão do abuso e da exploração sexual, incluindo a exploração nas estradas, a exploração ligada ao turismo, o abuso on-line e a pornografia infantil na Internet.

³³² Para mais informações sobre proteção e aconselhamento de vítimas de abuso sexual veja em: LANGBERG, Diane Mandt. *Abuso sexual: aconselhando vítimas*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

³³³ SALVAGNI, Edila Pizzato. LUESKA, Sônia Domingues. O pediatra diante da criança abusada. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. FERREIRA, Maria Helena Mariante. (et. al.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011, p. 295.

foi abusada, quando adolescente, tende a repetir com outras crianças os mesmos danos que sofreu, formando um círculo vicioso difícil de ser rompido. Meninas adolescentes acabam se prostituindo para conseguir sustentar um determinado *status* financeiro: por meio da prostituição conseguem roupas ou tênis da moda, drogas, ingressos para shows e viagens. Assim, por “prostituição” se entende o “uso de uma criança em atividades sexuais em troca de remuneração ou outras formas de consideração”.³³⁵

A prostituição é considerada crime até o momento em que a adolescente completa dezessete anos, onze meses, 29 dias e 59 minutos. No próximo minuto já terá dezoito anos e poderá ser contratada por um estabelecimento de comércio de sexo. Jaina Raqueli Pedersen relata em sua pesquisa que uma adolescente de dezessete anos esperava apenas completar dezoito anos para começar a trabalhar como prostituta. Ela já havia ido a uma casa de prostituição, mas não pudera permanecer por ser menor de idade. Essa adolescente apresentava um histórico de abuso intrafamiliar desde sua infância. Conforme Libório,

a exploração sexual comercial se caracteriza por uma dimensão processual, caracterizando-se como um fenômeno que se desenrola aos poucos, tornando-se parte da história de vida de adolescentes que viveram um processo contínuo de violência, violação de direitos e vulnerabilização desde tenra idade.³³⁶

Podemos observar que são vários os motivos que podem levar adolescentes à prostituição. Vão desde a necessidade material até a satisfação de desejos egoístas “vendidos” às crianças e adolescentes em forma de pornografia infantil.

2.4.2.2.3 Pornografia infantil

Em relação às crianças, esta é categorizada tanto como uma forma de abuso como de exploração sexual comercial. O fato de mostrar material pornográfico às crianças já é considerado um ato de abuso e violência.³³⁷ O objetivo da exposição da criança ou do

³³⁴ Nos EUA “50% das crianças e adolescentes abusados se tornam abusadores em idade adulta”. SANTOS, 2009, p. 32.

³³⁵ LIBÓRIO; SOUZA apud. PEDERSEN, 2014, p. 54, n. 30. Veja ainda SANTOS, 2009, p. 101.

³³⁶ LIBÓRIO apud. PEDERSEN, 2014, p. 119.

³³⁷ Veja relação de meninas com histórico de fotos sensuais divulgadas em redes sociais e que posteriormente tentaram ou cometeram suicídio. SEXO, chantagem e Internet. *Revista Época*. São Paulo: Globo, 25 nov. 2013, p. 82-90. Em relação à legislação para proteção das vítimas – Marco Civil da Internet –, esta é falha, pois não define os canais ou 0800 para situações de emergência, como retirada de conteúdo do ar, para que as vítimas de *bullying* sexual possam se queixar e evitar casos extremos, como suicídios de jovens cujas fotos íntimas foram divulgadas em aplicativos e redes sociais. AS BRECHAS do Marco Civil. *Revista Época*. São Paulo: Globo, 31 mar. 2014, p. 10.

adolescente é a obtenção de lucro financeiro. Assim sendo, a pornografia deve ser vista como exploração sexual comercial.³³⁸

John Court explica que a pornografia é contra a criança em todos os sentidos, até mesmo o nu artístico, porque promove a erotização de todo tipo de relação social. Segundo ele, a pornografia cria

um ambiente hostil ao desenvolvimento psicológico e moral das crianças. Ela promove uma ‘sexualização’ de *todas* as relações, de modo que se torna quase impossível que adultos se encontrem, viajantes peçam carona ou mulheres saiam sozinhas, sem que esses fatos sejam interpretados como oportunidade para o sexo físico. As crianças estão desenvolvendo sua visão do mundo adulto neste contexto. Uma grande parte da educação sexual está procurando doutriná-las desde a mais tenra idade em uma aceitação amorosa da promiscuidade. Elas são bombardeadas com imagens sexuais adultas, muito antes de estarem emocionalmente preparadas. Muito pior, um número considerável delas é ainda mais brutalmente explorado como modelos e prostitutas, como vítimas de incesto e ataques de pedófilos. [...] O mundo ocidental não via tamanho abuso deliberado e difuso desde a época da Revolução Industrial, quando as crianças eram maltratadas fisicamente em minas e fábricas.³³⁹

Num período de oito anos, a SaferNet Brasil recebeu e processou 3.417.208 denúncias anônimas envolvendo 527.061 páginas (URLs) distintas escritas em nove idiomas e hospedadas em 63.673 *hosts*³⁴⁰ diferentes, conectados à Internet por meio de 34.927 números IPs³⁴¹ distintos, atribuídos a 94 países em cinco continentes. As denúncias foram registradas pela população por meio dos sete *hotlines* brasileiros que integram a Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos.³⁴² Na época da criação da SaferNet (2005) foi feita uma pesquisa que revelou que os crimes cibernéticos não eram investigados. Segundo Thiago Tavares, presidente da SaferNet, a “polícia fingia que investigava, as ONGs fingiam que atuavam, o Legislativo fingia que atuava e as empresas fingiam que se preocupavam”.³⁴³

³³⁸ SANTOS, 2009, p. 31.

³³⁹ COURT, H. John. *Pornografia: uma resposta cristã*. Tradução de José Clóvis Chagas. São Paulo: Vida Nova, 1992, p. 85.

³⁴⁰ Nome que é dado a um dispositivo, normalmente computadores, para identificá-lo unicamente em uma rede, como a Internet.

³⁴¹ Número que indica o local de um determinado equipamento, normalmente computadores em uma rede, como a Internet.

³⁴² INDICADORES da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Disponível em: <<http://indicadores.safernet.org.br/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

³⁴³ CHILDHOOD, 2008/2009, p. 60. “A SaferNet já recebeu 2 milhões de denúncias e denunciou 350 mil páginas à polícia, sendo que 40% delas foram tiradas do ar. Do total das denúncias, 63% estão relacionadas à pornografia infantil”. A SaferNet é uma associação civil de direito privado que teve como primeiro projeto a criação da Central de Denúncias de Crimes Cibernéticos, além de receber, processar, encaminhar denúncias anônimas sobre crimes ou violações de direitos humanos praticados via Internet. CHILDHOOD, 2008/2009, p. 60.

A ONU alerta sobre o aumento desmedido de pornografia infantil disponível em sites de fácil acesso. Um estudo realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) apresenta em seu relatório dados que mostram que, entre 2011 e 2012, “houve um aumento de 70% no material de abuso sexual centrado em meninas menores de 10 anos, com material, não pouco comum, de abusos envolvendo a crianças muito pequenas e bebês”.³⁴⁴

Diante do exposto em relação à pornografia infantil, os pais das crianças devem ter o máximo de cuidado ao deixarem seus filhos acessando sites na Internet. Um perigo significativo para as crianças é o *Facebook*, onde os pais ou até mesmo as próprias crianças postam fotos. Portanto, os pais devem ter o máximo de cuidado ao postarem fotos de seus filhos quando estes ainda bebês estão tomando banho. Por parecer inofensiva, é uma prática quase que comum, principalmente com o primeiro filho. Se a criança pudesse falar e entendesse o que está acontecendo, diria: “Mamãe, não quero aparecer pelado para todo mundo ver”.

2.4.2.2.4 Turismo sexual infantil

Esta modalidade pode ser definida como “exploração sexual comercial de crianças por pessoas que saem de seus países para outros, geralmente países em desenvolvimento, para ter atos sexuais com crianças”.³⁴⁵ Porém, o turismo sexual infantil também pode ser percebido dentro de uma classe trabalhadora do Brasil: os caminhoneiros. De acordo com Childhood, são quase dois milhões que rodam nas estradas do Brasil. Conforme a Polícia Rodoviária Federal (PRF), há 1.819 pontos vulneráveis à exploração sexual somente nas rodovias federais. Mais de 65% dos produtos circulam na carroceria de um caminhão.³⁴⁶ O fato de o caminhoneiro se deslocar de uma cidade a outra, pernoitar na cabine, ficar muitos dias fora de casa e o mito de estar ajudando crianças e adolescentes facilita a prostituição. Uma pesquisa realizada pelo núcleo de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com 239 profissionais, revelou que 37% admitiram ter feito programas com

³⁴⁴ ONU alerta para auge da pornografia infantil graças à Internet. Viena, 2014. Disponível em: <<http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/sociedade/onu-alerta-para-auge-pornografia-infantil-gra-internet/3/2017/2325204>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

³⁴⁵ LIBÓRIO; SOUZA apud. PEDERSEN, 2014, p. 54, n. 28.

³⁴⁶ CHILDHOOD pela proteção da infância. Relatório de atividades 2008/2009. p. 24. Como ex-caminhoneiro, posso testemunhar que, em determinados locais, como em alguns postos de combustíveis, era difícil conseguir dormir à noite. A todo instante alguma mulher ou adolescente batia na porta do caminhão pedindo “fogo” ou “cigarro”, mas o objetivo era oferecer sexo barato, ou ao menos ter um lugar seguro para passar a noite. Pelo que percebo, atualmente essa situação tem mudado, principalmente no que diz respeito às crianças, graças à conscientização dos caminhoneiros por parte das empresas do ramo em parceria com a Childhood.

crianças e adolescentes a um custo médio de R\$ 18. Eles não se viam como abusadores.³⁴⁷ Na tabela³⁴⁸ abaixo, montada a partir de mapeamento realizado nas rodovias federais do país em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da presidência da República (SDH/PR) e a PRF, é possível identificar as rodovias com pontos vulneráveis à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Rodovias Federais com maior número de pontos mapeados.

BR	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL POR BR
230	-	37	130	-	-	167
116	-	56	-	85	25	166
101	-	37	-	36	70	143
364	85	-	28	-	1	114
153	53	-	49	6	4	112
163	70	-	25	-	10	105
TOTAL	208	130	232	127	110	807

A próxima tabela³⁴⁹ demonstra que na maioria dos Estados os pontos vulneráveis encontram-se na área urbana; somente na região sudeste os pontos se concentram na zona rural.

Pontos urbanos ou rurais por região.

ÁREA	RURAL	URBANA	TOTAL
CENTRO-OESTE	123	275	398
NORDESTE	116	255	371
NORTE	96	237	333
SUDESTE	186	172	358
SUL	86	230	316
TOTAL	607	1.169	1.776
% DO TOTAL	34,2%	65,8%	100%

No ambiente de turismo – e o Brasil é um país turístico – ainda podem estar envolvidos outros profissionais como proprietários de hotéis, ou bares, motoristas de táxi, donos de agências de modelos, câftens³⁵⁰, além de autoridades públicas e pais abusadores. Eles recrutam crianças ou adolescentes com promessas de viagens ou de trabalhar em restaurantes com ótimo salário, o que no fim não é verdade e o aliciado acaba sendo forçado a se prostituir. Para essas situações o ECA orienta em seu Art. 82 que: “É proibida a

³⁴⁷ CHILDHOOD, 2008/2009, p. 27.

³⁴⁸ MAPEAMENTO dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. [s.l.:s.n.], 2011-2012, p. 42.

³⁴⁹ MAPEAMENTO, 2011-2012, p. 43.

³⁵⁰ Pessoa que vive à custa de prostitutas.

hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável”.

Para este contexto de turismo, a Agenda de Ação do III Congresso decidiu:

- a) Encorajar e apoiar setores de viagens, turismo e hotelaria na adoção de Códigos de Conduta profissionais por meio da adesão e implementação, por exemplo, do Código de Conduta para a Proteção de Crianças contra a Exploração Sexual em Viagens e no Turismo; encorajar o uso de serviços que adotem estratégias apropriadas de Responsabilidade Social Corporativa focadas na proteção da criança; e/ou proporcionem outros incentivos aos participantes;
- b) Assegurar que todos os atores envolvidos atentem especificamente ao turismo não regulamentado para impedir que turistas nacionais ou estrangeiros explorem sexualmente crianças e adolescentes;
- c) Cooperar para o estabelecimento de um sistema internacional de notificação de viagens, tal como o sistema de “alerta verde” da Interpol, de acordo com a legislação aplicável e padrões de direitos humanos;
- d) Assegurar a investigação e, na existência de provas suficientes, que acusações adequadas sejam levantadas e vigorosamente dirigidas contra nacionais do Estado supostamente envolvidos com exploração de crianças em país estrangeiro;
- e) Proibir a produção e a disseminação de material que faça apologia à exploração sexual de crianças no turismo; e alertar turistas sobre as sanções criminais aplicáveis em casos de exploração sexual de crianças;
- f) Monitorar destinos turísticos novos e emergentes e estabelecer medidas pró-ativas para trabalhar com parceiros do setor privado envolvidos com o desenvolvimento de serviços de turismo, por medidas que previnam a exploração sexual de crianças e adolescentes, incluindo o uso de estratégias social e ambientalmente responsáveis que promovam um desenvolvimento equitativo.

Existe certa dificuldade em coibir o turismo sexual por se tratar de crime organizado que ainda envolve corrupção e pela fragilidade das redes de notificação existentes nas estruturas governamentais. Por esses motivos e outros o III Congresso tomou as medidas acima descritas. A conscientização de diversos segmentos das sociedades nacional e internacional pode contribuir em grande parcela para a erradicação do turismo sexual.

2.4.2.2.5 Tráfico infantil

O SUAS dá a seguinte definição para exploração sexual a partir do tráfico infantil:

O tráfico de crianças e adolescentes para fins comerciais e sexuais é a transferência de uma criança/adolescente de uma parte a outra para qualquer propósito, em troca de compensação financeira ou de outra natureza. Para tanto é feito o transporte de crianças ou adolescentes com propósitos sexuais comerciais que ocorrem dentro do mesmo país ou fora dele.³⁵¹

Para que haja turismo sexual infantil tem que haver o tráfico infantil – sem este, muito da exploração de crianças não viria a ser concretizada. Portanto, o tráfico é uma das modalidades mais perversas de exploração. A prática envolve atividades de aliciamento, rapto, transferência e hospedagem da criança aliciada para esse fim. É notável que o tráfico para fins de exploração sexual aconteça de forma velada em agências de modelos, de turismo e de trabalho. Muitas jovens ou crianças que fogem de casa por violência são seduzidas para trabalhar em outros Estados ou países sob o argumento de sucesso financeiro; porém, quando chegam ao destino são forçadas a entrar para o mercado da exploração sexual. Não é única forma de exploração, pois ainda podem ser levadas a trabalho forçado e escravo na agricultura, pesca, casas de entretenimento, serviços domésticos e outros.³⁵²

Em nível internacional, e o Brasil pode estar incluído neste dado, a cada momento “aproximadamente 2,5 milhões de pessoas são submetidas ao trabalho forçado como resultado do tráfico – 22% a 50% delas são crianças. O tráfico infantil frequentemente é ocultado, negado ou ignorado, o que dificulta a obtenção de dados abrangentes”.³⁵³

Assim, o tráfico consiste em transportar pessoas para dentro ou para fora de fronteiras e implica engano, cooptamento, coerção ou alojamento com o objetivo de colocar as crianças e adolescentes em situações de exploração sexual ou outras formas, como trabalhos forçados e sem pagamento. Diante desses fatos, os pais de crianças e adolescentes devem ter o máximo

³⁵¹ SUAS. Manual do Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Senso SUAS 2013. p. 27.

³⁵² SANTOS, 2009, p. 102-103.

³⁵³ SITUAÇÃO mundial da infância 2012: crianças em um mundo urbano. UNICEF. 2012, p. 31.

de cautela ao deixarem seus filhos viajar para lugares duvidosos e sem informações preliminares do que de fato estará acontecendo.

2.4.2.2.6 Causas da exploração sexual

A Declaração de Estocolmo aponta alguns dos principais e mais complexos aspectos que podem contribuir como causa para a exploração sexual de crianças:

dentre os mais complexos temos as disparidades econômicas; as estruturas sócio-econômicas injustas; a desintegração familiar; a questão da educação, consumismo; a migração rural-urbana; a discriminação de gênero; a conduta sexual masculina irresponsável; as práticas tradicionais nocivas e o tráfico de crianças.³⁵⁴

A Declaração ainda apresenta alguns aspectos que influenciam direta ou indiretamente, favorecendo a exploração sexual pelas redes criminais, por indivíduos e famílias. Esses aspectos são a “corrupção, ausência de leis ou a existência de leis inadequadas, o descumprimento da lei e a limitada sensibilidade da pessoa encarregada da aplicação dessas leis sobre os efeitos nocivos nas crianças”.³⁵⁵

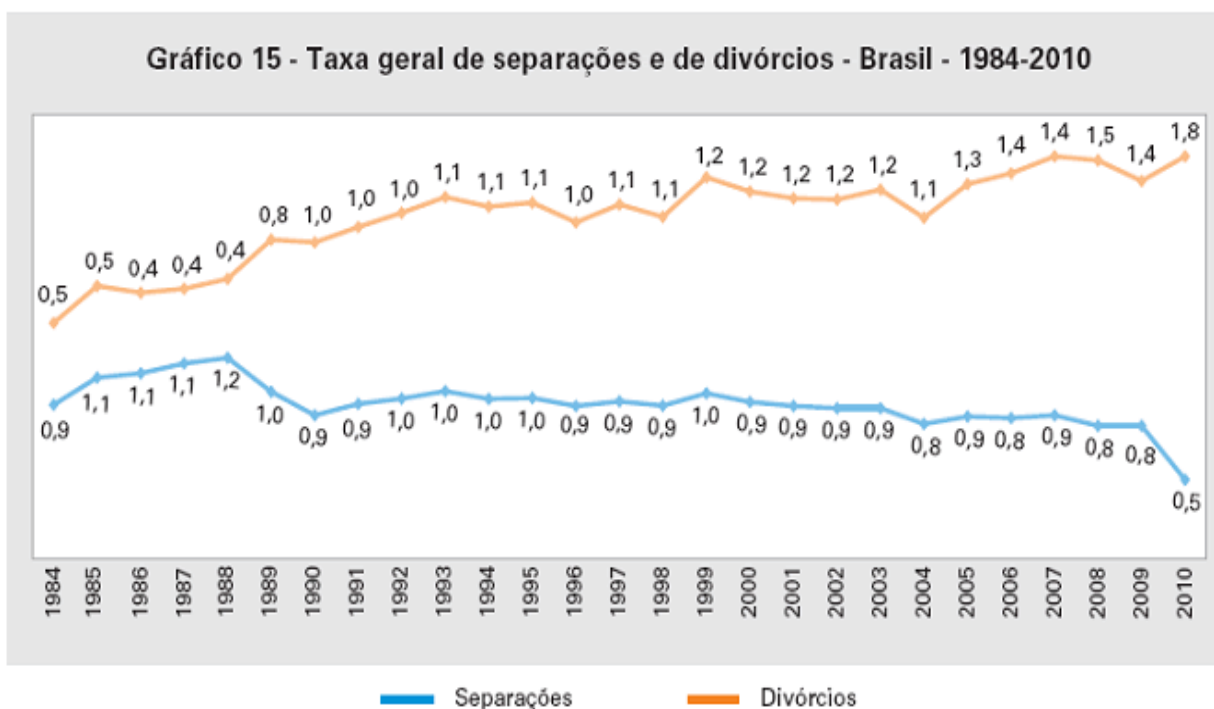
Já foi citado que o divórcio é uma das principais causas de feminicídios (2.2.4.1.3). A Declaração de Estocolmo cita a desintegração familiar como uma das principais causas de exploração sexual. Normalmente a desintegração familiar passa pelo processo de divórcio. Dados estatísticos do IBGE apontam o ano de 2010 como o ano em que houve o mais alto índice de divórcios.

Conforme o gráfico abaixo, a taxa geral de divórcio atingiu, em 2010, o seu maior valor, 1,8% (1,8 divórcios para cada mil pessoas de 20 anos ou mais), desde o início da série histórica das Estatísticas do Registro Civil, em 1984, um acréscimo de 36,8% no número de divórcios em relação a 2009, totalizando 243.224 divórcios em 2010. Por outro lado, a taxa geral de separação teve queda significativa, chegando a 0,5‰ (0,5 separações para cada mil pessoas de 20 anos ou mais), o menor índice da série. A supressão dos prazos em relação à separação fez com que a taxa geral de divórcio atingisse o seu maior valor, 1,8‰. Na análise

³⁵⁴ DECLARAÇÃO de Estocolmo, 1996. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/violencia/exploracao/declaracao_de_estocolmo.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014.

³⁵⁵ DECLARAÇÃO de Estocolmo, 1996. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/violencia/exploracao/declaracao_de_estocolmo.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014. .

da série, vê-se que a cada época em que ocorreram alterações na legislação sobre divórcios houve elevação das taxas.³⁵⁶



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 1984-2010; Projeção da População por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008; e Censo Demográfico 2010.

Há algum tempo, determinados segmentos defendiam a prostituição como desvio de caráter ou personalidade ou como pecado (embora seja); porém, atualmente vários estudos tem concordado com a leitura de que o fenômeno da exploração é motivado por um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais entre outros. Diante do exposto, podem existir divergências entre os fatores causadores mais determinantes. Nos países pobres como os da América Latina, a causa principal muitas vezes é a pobreza. Contudo, nos países ricos pode ser uma opção deixar-se explorar sexualmente, assim como no Brasil a prostituição é opcional para maiores de dezoito anos, embora em muitos casos motivada pela pobreza. Em termos de remuneração salarial, uma profissional do sexo pode receber num final de semana o que receberia por mês se trabalhasse em outra profissão.

Ainda há outra questão que pode ser levantada aqui, partindo do pressuposto de que a pobreza é a uma das causas principais da prostituição. Como se explica o fato de milhares de crianças e meninas adolescentes pobres não se envolverem em prostituição? O que elas fazem para sobreviver? Ao mesmo tempo em que não se envolvem em prostituição e não são

³⁵⁶ IBGE. Registro Civil 2010: Número de divórcios é o maior desde 1984. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2031>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

prostituídas, milhares de outras adolescentes que não pertencem à classe pobre se envolvem em prostituição ou roubo para sustentar um vício ou comprar drogas, como já mencionei no item 2.4.2.2.1. Para compreender as verdadeiras causas da exploração sexual infantil, a questão deve ser estudada dentro de seu contexto de origem e complexidade, ou, como diz Benedito Rodrigues dos Santos:

Desconstruir a associação mecânica entre pobreza e mercado sexual não significa negar os fatores econômicos que ‘determinam’ de certa maneira a existência desse mercado. Essa questão deve ser abordada na sua complexidade, pois se trata de um conjunto de aspectos que, combinados em dada família, cidade ou país, provocam ou conduzem determinadas pessoas para esse tipo de atividade.³⁵⁷

Portanto, a questão de ser prostituído ou se prostituir pode ser uma questão de falta de informação e também pode estar ligada a fatores culturais. Se nas escolas se ensinassem princípios éticos e morais, muito da prostituição infantil poderia ser evitada, mas a fragmentação do saber impede uma educação voltada para as necessidades reais dos alunos. O mesmo acontece com as famílias. A falência das autoridades paternal e maternal também pode contribuir para a exploração. A Lei³⁵⁸ da Palmada, agora denominada Lei Menino Bernardo – como se todos os pais fossem hediondos criminosos –, é um exemplo dessa falência. Prova disso é a intervenção do Estado na família, ou seja, o pai não é mais pai. Evidentemente me refiro a pais que não usam violência com seus filhos.

Ainda dentro das causas da exploração sexual, podem ser observados turistas estrangeiros que vêm ao Brasil e exploram menores. A Polícia Federal barrou a entrada de um americano acusado de pedofilia nos EUA e que chegou ao Brasil para os jogos da Copa. Ele foi embarcado de volta aos Estados Unidos. Esse é o primeiro caso registrado de deportação de estrangeiro a partir da Portaria assinada pelos ministros no dia 22/05/14.³⁵⁹ Essa Portaria mostra que o combate a exploração sexual e pedofilia está sendo ampliado e surtindo efeito.³⁶⁰

³⁵⁷ SANTOS, 2009, p. 104.

³⁵⁸ A Lei Menino Bernardo foi aprovada pela Câmara dos Deputados no dia 21 de maio de 2014. Curiosamente, um dia depois o Ministério da Saúde publicou a Portaria 415, que oficializa o procedimento do aborto nos hospitais em casos de gravidez por estupro, fetos anencéfalos ou quando houver risco de vida para a mãe. Se a portaria abriu precedentes para a generalização do aborto, então se conclui que se pode matar uma criança com vida intrauterina e não se pode dar uma palmada no filho para fins de correção.

³⁵⁹ POLÍCIA Federal barra entrada de americano acusado de pedofilia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/06/policia-federal-barra-entrada-de-americano-acusado-de-pedofilia.html>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

³⁶⁰ MINISTROS assinam portaria que impede entrada de pedófilos no Brasil. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/ministros-assinam-portaria-que-impede-entrada-de-pedofilos-no-brasil>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

2.4.2.2.7 Identificando sinais de exploração sexual

As crianças e adolescentes podem estar participando de uma das modalidades de exploração acima descritas. De acordo com Santos, o educador bem atento poderá ser capaz de identificar comportamentos estranhos aos normalmente desenvolvidos. Por exemplo, vestimentas muito fora do padrão que destoam de crianças e adolescentes da mesma faixa etária.³⁶¹

O educador deverá ter o cuidado de não avaliar um único critério para não ser preconceituoso. Uma aluna pode se vestir de forma a destacar sua sensualidade, porém não ter nenhuma relação com o mercado do sexo. Ela apenas vestiu a roupa que a indústria da moda produziu extremamente sensualizada. Porém, se o seu comportamento estiver aliado a um discurso destacadamente erótico e possuir objetos, roupas e dinheiro além das suas possibilidades, então poderá ser reforçada a suspeita de participação em algum esquema ligado à exploração sexual. Alunos com essas características ainda podem apresentar sintomas físicos como hematomas, escoriações, olheiras, rosto inchado e sonolência, que podem estar relacionados a atividade sexual incompatível com sua idade.³⁶²

Ao se confirmar a hipótese de exploração sexual, o educador poderá ser a pessoa de confiança da criança ou adolescente, devendo estar na posição de ouvinte atento para o que a criança tem a dizer. Os segredos somente serão compartilhados se houver certeza absoluta de que o educador possa oferecer algum tipo de ajuda. Para tanto, ele deverá criar um ambiente propício ao debate sobre o assunto criando meios para parcerias com os educandos. A conscientização por parte dos alunos não se dará como acontece com o conteúdo e sua aprendizagem de determinada disciplina padronizada. Mas, ao facilitar o processo de diálogo, o educador acabará criando um ambiente no qual cada aluno poderá encontrar soluções comuns aos problemas. Isso implica elaborar uma relação mais pessoal e menos imposta do educador diante do educando.³⁶³

Se o aluno fizer a revelação deverá ser encaminhado para medidas que visarão a sua proteção. É importante que o educador tenha conhecimento da legislação pertinente, como o Serviço Disque Denúncia 100, o Conselho Tutelar e a Delegacia da Mulher ou da Criança,

³⁶¹ SANTOS, 2009, p. 106.

³⁶² SANTOS, 2009, p. 106.

³⁶³ SANTOS, 2009, p. 107. Para identificar sinais de abuso sexual, veja no mesmo livro, página 57ss, também disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

entre outros, para formalizar a denúncia. Ele também deverá acompanhar o seu aluno para confirmar se as medidas protetivas asseguradas na forma da Lei estão sendo cumpridas satisfatoriamente.

2.4.2.2.8 Enfrentando a exploração sexual por meio da prevenção

Para fazer uma denúncia e notificar as autoridades competentes, a pessoa deve buscar informações no município. Cada município deve contar com um Conselho Tutelar, que é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. A exploração sexual é uma situação que viola os direitos das crianças e dos adolescentes, por isso a denúncia deve ser feita ao Conselho Tutelar, que encaminhará o caso para o Ministério Público ou Juizado e delegacias especializadas para que sejam tomadas as providências necessárias. O Disque Denúncia Nacional 100 (DDN) é um serviço de denúncia de violência via contato telefônico que encaminha aos órgãos competentes para verificação e encaminhamentos. Não é necessário se identificar e deve-se passar o máximo de informações sobre a vítima, podendo ser feitas denúncias também em casos de suspeita.

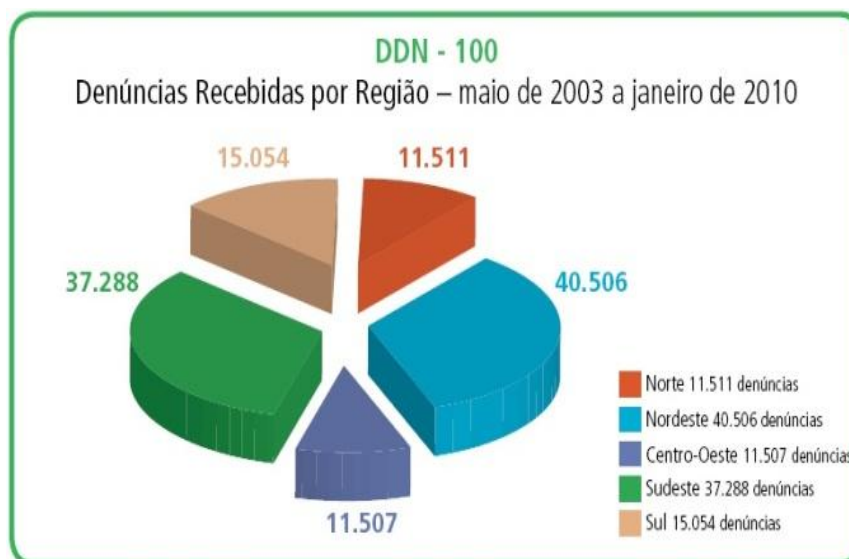
Para ajudar o município a implantar programas e serviços de atendimentos a estes casos, o educador deve procurar conhecer as ações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (órgão que formula políticas de proteção integral para crianças e adolescentes). Como esse tema é extremamente complexo e exige ações de vários profissionais e de diversos setores da sociedade, na perspectiva do trabalho em rede o educador deve evitar agir sozinho e buscar “a articulação intersetorial e interdisciplinar”.³⁶⁴

O Disque 100 é um serviço eficaz tanto no combate como na prevenção da exploração sexual de crianças e adolescentes. A ligação é gratuita e o sistema funciona das 8 às 22 horas, inclusive em finais de semana e feriados, recebendo ligações com garantia de anonimato. De fora do Brasil as ligações podem ser feitas pelo número telefônico pago 55 61 3429-2800. Além das ligações, o serviço também recebe denúncias que podem ser enviadas para o endereço eletrônico: disquedenuncia@sedh.gov.br

Para provar sua eficácia, o Disque 100 recebeu, de maio de 2003 até setembro de 2008, mais de dois milhões (2.080.303) de atendimentos, perfazendo uma média de 991

³⁶⁴ SILVA, Alessandra Rocha Santos; SOMA, Sheila Maria Prado; WATARAI, Cristina Fukumori. *O segredo da Tartanina: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil*. Ilustrações de Saulo Nunes. São Paulo: Universidade da Família, 2011, [n.p.].

atendimentos/dia no período, tendo recebido e encaminhado 77.889 denúncias de todo o país, apresentando a média de 37 denúncias/dia no período de 2003 a 2008.³⁶⁵ Isso significa que, de alguma forma, 37 crianças e adolescentes a cada dia tiveram algum tipo de proteção. O gráfico³⁶⁶ abaixo apresenta o total de denúncias por região, tendo computados dados de até janeiro de 2010. O Nordeste foi o que mais ofereceu denúncias ao serviço, seguido de Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste.



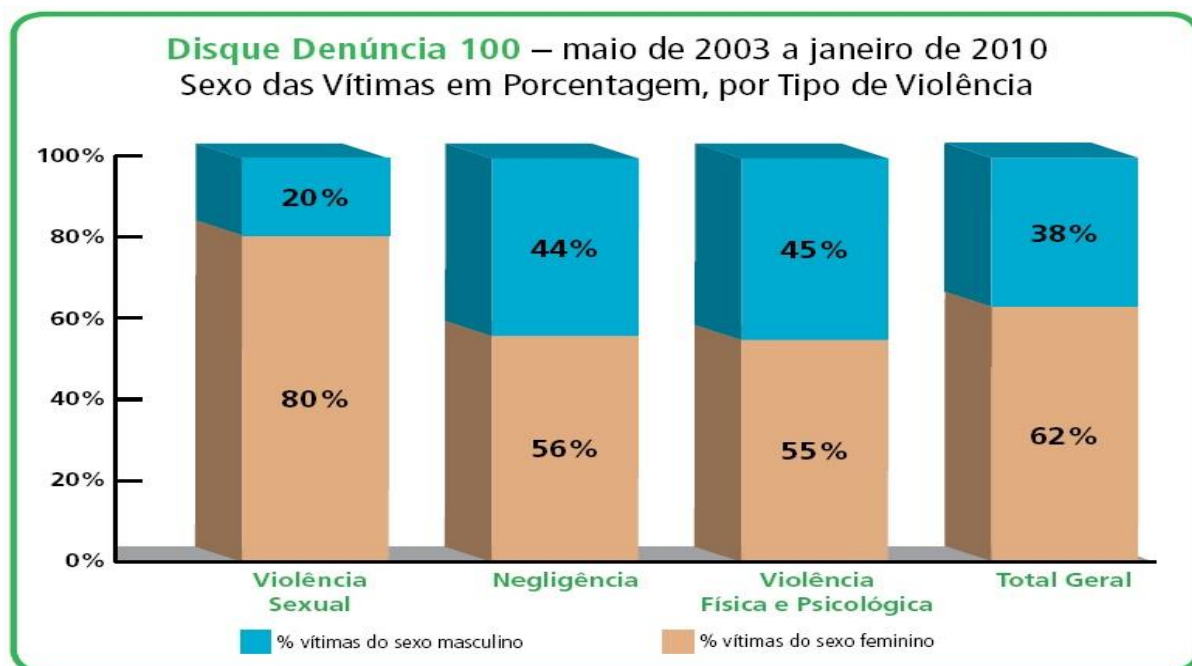
Quando a apresentadora Xuxa Meneghel revelou ao programa *Fantástico* que foi abusada sexualmente na infância, as ligações ao Disque Denúncia aumentaram 30% nos dois dias seguintes, totalizando 285.000 ligações a mais. Apesar de todos os comentários produzidos na época nos meios de comunicação e de internautas se manifestando a favor ou contra, a revelação de Xuxa mostra que a multiplicação das denúncias “é um fenômeno que se repete sempre que alguma rachadura joga luz sobre o mundo escuro, sórdido e solitário dos abusos sexuais de adultos contra crianças, um universo cujas verdadeiras estatísticas ficam escamoteadas sob o manto do silêncio e do medo”.³⁶⁷

³⁶⁵ SANTOS, 2009, p. 78.

³⁶⁶ SANTOS, 2009, p. 78. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

³⁶⁷ JIMENEZ, Gabriele; BETTI, Renata. Memórias que não se apagam. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, 30 mai. 2012, p. 91ss.

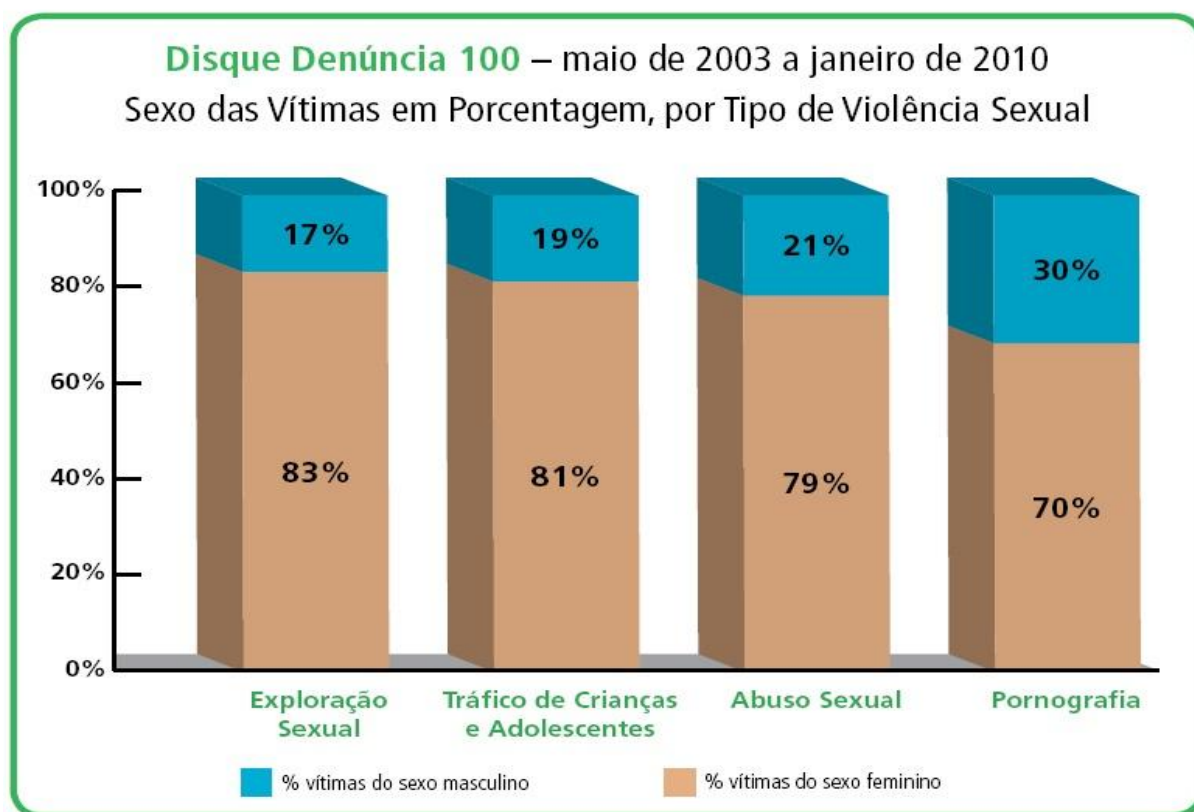
Nas denúncias foram registradas 202.714 vítimas. As vítimas do sexo feminino despontam com 80% dos casos. O quadro³⁶⁸ abaixo apresenta o sexo das vítimas em porcentagem por tipo de violência ocorrida, sendo que 62% são do sexo feminino e 38% do sexo masculino.



O próximo quadro³⁶⁹ apresenta o sexo das vítimas, em porcentagem, dentro dos registros de modalidades específicas de violência sexual. Percebe-se que, nesse quadro, em todas as modalidades as vítimas do sexo feminino são maioria absoluta. A modalidade que mais envolve vítimas do sexo masculino é a pornografia, com 30%, e a que menos envolve é a exploração sexual com 17%. Ambos os sexos sofrem negligência e violência física com porcentagens aproximadas.

³⁶⁸ SANTOS, 2009, p. 79. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

³⁶⁹ SANTOS, 2009, p. 79. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.



A partir dos dados específicos acima descritos, pode-se informar melhor as escolas possibilitando a elas trabalhar na conscientização das crianças e dos adolescentes para preveni-los.

A seguir apresentarei uma tabela³⁷⁰ com ranking das denúncias no período de maio de 2003 a setembro de 2008. O *ranking* é o total de denúncias em relação à densidade populacional por cem mil habitantes (IBGE 2007). O Distrito Federal apresenta o maior número de denúncias para cada grupo de cem mil habitantes no período mencionado. O Estado de São Paulo ocupa o penúltimo lugar no ranking, isto é, o 26º lugar, porém em números absolutos é o Estado que apresenta o maior número de denúncias ao serviço.

Ranking do Disque 100 (maio de 2003 a setembro de 2008)			
Posição no ranking	Unidade Federada	Denúncias	Média por 100 mil
1º	DF	1.891	77,00
2º	MA	4.416	72,17
3º	MS	1.555	68,65
4º	PA	4.228	59,84

³⁷⁰ SANTOS, 2009, p. 81. Os dados foram retirados a partir de números de DDN 100 e Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

5°	AM	1.759	54,59
6°	BA	7.484	53,15
7°	CE	4.207	51,40
8°	RN	1.536	50,97
9°	GO	2.848	50,43
10°	PE	4.173	49,18
11°	TO	599	48,17
12°	RS	5.033	47,56
13°	RO	662	45,54
14°	AC	294	44,86
15°	MT	1.277	44,73
16°	RJ	6.760	43,84
17°	ES	1.403	41,86
18°	AL	1.189	39,15
19°	PI	1.169	38,55
20°	RR	141	35,63
21°	MG	6.863	35,61
22°	PB	1.277	35,07
23°	PR	3.496	33,99
24°	SC	1.932	32,93
25°	SE	557	28,72
26°	SP	10.149	25,48
27°	AP	122	20,77
	BRASIL	77.889	42,33

Como medida preventiva, ao longo das últimas semanas os meios de comunicação – assim como o site da *Childhood* Brasil – publicaram uma série de matérias sobre como o Brasil está se preparando para garantir a proteção dos direitos de crianças e adolescentes durante os jogos da Copa do Mundo e durante os próximos grandes eventos que estão por vir. Abaixo cito os oito motivos para proteger a criança, divulgados pelo Programa na Mão Certa:³⁷¹

1. Porque crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento e precisam estar protegidos;
2. Porque toda criança tem direito a ser criança;

³⁷¹ CHILDHOOD pela proteção da infância. Programa na Mão Certa. Disponível em: < http://www.namaocerta.org.br/bol_13702.php>. Acesso em: 14 jun. 2014. O Programa na mão certa, é uma iniciativa da Childhood Brasil que visa a mobilizar governos, empresas e organizações do terceiro setor em torno do enfrentamento mais eficaz da exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras. PROGRAMA na Mão Certa. Disponível em: < <http://www.namaocerta.org.br/programa.php>>. Acesso em: 19 de jun. de 2014.

3. Porque crianças e adolescentes não são exploradas sexualmente porque é “bom” ou porque “querem”;
4. Porque quando uma criança chega a essa situação é que outros direitos já foram violados, por exemplo negligência e violência física e psicológica;
5. Porque a exploração sexual traz consequências graves como gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, tendência a suicídio, evasão escolar;
6. Porque esses casos muitas vezes não chegam às autoridades competentes – notificar é fundamental;
7. Porque o Brasil não tolera esse tipo de violência tornando a exploração sexual de crianças e adolescentes um crime hediondo.
8. Porque está previsto em Lei: é dever de todo mundo proteger crianças e adolescentes.

A prevenção é um importante auxílio para evitar que crianças e adolescentes desde cedo se envolvam ou sejam envolvidos em questões de exploração. Além da colaboração eficaz da legislação no combate à exploração, a prevenção pede o auxílio da espiritualidade para enfrentamento da questão, que é mais complexa do que apenas econômica.

2.4.2.2.9 Erotização da sociedade

Este aspecto é igualmente prejudicial às crianças. A erotização pode ser vista muito facilmente, mas não pelo fato de haver uma espécie de legitimização do *eros*. Seria o mesmo que dizer que a sociedade está sexualizada ou ainda que quase tudo o que se faz está de alguma forma ligado a sexo.

Pode-se perceber a erotização em estabelecimentos comerciais. Ao entrar em um posto de combustível, a primeira mercadoria visível à venda são revistas pornográficas. O segundo tipo de mercadoria em exposição para comércio são os preservativos, igualmente ligados ao erótico e, posteriormente, ainda há inúmeras marcas de cigarros e bebidas alcoólicas. A mesma regra vale para estabelecimentos como supermercados e farmácias, para estas com exceção das últimas duas mercadorias. Nesse sentido, o Art. 78 do ECA orienta: “As revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado a crianças e adolescentes deverão ser comercializadas em embalagem lacrada, com advertência do seu conteúdo”. Parágrafo

único: “As editoras cuidarão para que as capas que contenham mensagens pornográficas ou obscenas sejam protegidas com embalagem opaca”.

Ainda se podem citar as propagandas midiáticas. Estas vão desde propaganda de lata vazia passando por marcas de chinelos e cervejas até chegar aos automóveis, tudo com destaque especial para a sensualidade. Algumas programações de TV contêm cenas de sexo, impróprias para crianças e adolescentes. Lembrando ainda que crianças com menos de quatorze anos trabalham em programas televisivos, o que é proibido por lei. As mesmas ainda são submetidas a forte pressão psicológica em seus papéis como atores, como por exemplo a separação dos seus “pais” (atores). A estas ainda podem ser acrescentados os desfiles e festas de carnaval que também são realizados sob conotação erótica.

Mesmo em ambientes públicos as roupas femininas denotam o máximo de sensualidade. Normalmente as modas femininas são ditadas pela compreensão masculina, porque o homem se apaixona pelo que vê. Assim cria “ambientes” favoráveis aos seus olhos. Contudo, a mulher se acha no exercício da sua liberdade, o que não deixa de ser utopia, pois a moda é ditada pela elite erótica masculina. Logo, a mulher, ao pensar que está exercendo a sua liberdade, na verdade está como que sendo escravizada por aquilo que pensa ser liberdade.

Um exemplo prático a ser citado neste sentido é o apelo erótico feito pelo jornalista David Coimbra no jornal *Zero Hora* do dia 09 de maio de 2014: “Festas com mulheres dançando nuas: sim! Sim! Dancem nuas, mulheres. Dancem nuas, meninas de Porto Alegre, do Rio Grande e do Brasil. Dancem nuas e mostrem que o mundo pode ser um lugar divertido de se viver”.³⁷²

As crianças, meninas e mulheres sofrem com a exploração sexual. Aliás, para proteger as meninas foi elaborada a Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A elaboração desta lei deveu-se exatamente à necessidade de proteger as crianças e meninas da exploração e do abuso sexual, entre outros.

Esta pesquisa sinaliza que o Brasil³⁷³ é um país com fortes conotações eróticas. Enquanto a erotização da sociedade aumenta, pais e mães estão preocupados em como educar

³⁷² COIMBRA, David. Mulheres nuas. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 2014.

³⁷³ “O Brasil ocupa a quarta posição no ranking mundial da Interpol de países que divulgam pedofilia na Internet. A Alemanha está na primeira posição, seguida pela Espanha e pela Inglaterra. O ranking foi divulgado pela Polícia Federal (PF)”. BRASIL, o quarto que mais divulga pedofilia na Internet. 2012. Disponível em:

seus filhos para que não sejam prejudicados em suas vidas como um todo. Diversos segmentos da sociedade também estão empenhados em combater a exploração sexual e proteger as crianças. Nessa perspectiva, o apelo feito pelo advogado Jocelin Azambuja: “Não fiquem nuas, meninas!”³⁷⁴ está em concordância com a legislação que preconiza a proteção da criança e do adolescente.

Dentro desta cultura erótica consumista e socialmente “aceita”, chega-se ao grau máximo de exploração do erótico quando uma moça coloca sua virgindade à venda. Hoje, para a maioria dos jovens a virgindade é vista como algo do passado e de pessoas sem informação. Chega-se ao cúmulo de uma moça leiloar a sua virgindade. A catarinense Ingrid Migliorini, vinte anos, fez isso por 780.000 dólares. Esse fato mostra que estamos mudando de uma “economia de mercado para uma sociedade de mercado”.³⁷⁵ A essa perspectiva somam-se os programas do tipo *Big Brother Brasil*, onde a vulgaridade traz audiência, mas nem sempre aceita pelo público³⁷⁶; na mesma direção encontram-se músicas com letras como: “Nem precisa de motel”, de Guilherme Vallin, que rodam nas emissoras, sem censura.

Muito da erotização acontece em nome da liberdade, defendida pelos adultos quando pensam e decidem apenas para seu bem-estar (isso se chama egocentrismo). Este, juntamente com o relativismo, é característica da Pós-Modernidade.³⁷⁷ Assim, sem perceber estamos inseridos numa sociedade pluralista em que vários segmentos filosóficos disputam a atenção. Em relação à religião, cabe aqui desafiá-la a expor também suas opiniões de forma contextualizada para assegurar a proteção da criança e do adolescente. O III Congresso de Lausanne, em relação à criança, definiu que devemos assumir o compromisso de: “Expor, resistir e agir contra toda e qualquer forma de abuso contra as crianças, seja violência, exploração, escravidão, tráfico, prostituição, sexo e discriminação étnica, alvo publicitário e

<http://www.fundabrinq.org.br/noticia_mestre.php?id=573>. Acesso em: 03 jun. 2014. Ainda segundo Jane Felipe, o Brasil “ocupa o 4º lugar no ranking de material pornográfico, com apelo menos 1.210 endereços na Internet. Um dos nichos desse material refere-se à pornografia infantil, com o intuito de abastecer o mercado da pedofilia.” FELIPE, Jane apud PEDERSEN, 2014, p. 55.

³⁷⁴ AZAMBUJA, Jocelin. Não fiquem nuas, meninas. *Jornal Zero Hora*. Porto Alegre, 13 mai. 2014, p. 20.

³⁷⁵ ROSSI, Jones. ROSA, Guilherme. A crítica da razão econômica. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, 21 nov. 2012. p. 75.

³⁷⁶ MEDINA, Alessandra; MARTHE, Marcelo. A casa caiu. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, 25 jan. 2012, p. 85ss.

³⁷⁷ Por Pós-Modernidade entende-se o movimento da cultura que reage e rejeita os valores da Modernidade e vê com ceticismo os princípios racionais considerados, mesmo que supostamente, como universais, concebidos na época do Iluminismo. SCHACH, Vanderlei Alberto. *A inflação da Palavra de Deus na Pós-Modernidade*. Ijuí, Seminário Teológico Batista de Ijuí, 2003, p. 10-15.

negligência intencional.”³⁷⁸ Como já mencionado anteriormente, novamente aqui se percebe que a contribuição da espiritualidade cristã pode ajudar no combate à exploração sexual.

2.4.2.3 Trabalho infantil

Em escala mundial, dados do UNICEF sobre trabalho infantil demonstram que mesmo quando não há tráfico, muitas crianças trabalham para sobreviver. Calcula-se que em 2008, nas mais diversas partes do mundo, 215 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e dezessete anos estiveram envolvidos em trabalho infantil, dos quais 115 milhões exerciam atividades que ofereciam risco. O trabalho infantil vem aumentando em função do crescimento da população mundial, da migração e da urbanização crescente.³⁷⁹

O tráfico e turismo sexual de crianças também pode levar a trabalhos forçados e até mesmo à escravidão. No Brasil, o trabalho infantil ainda envolve mais de três milhões³⁸⁰ de crianças e adolescentes, por ser mão de obra barata e por ajudar no sustento da família. Os *status* de gênero, idade, raça e deficiência física das crianças, entre outros, têm influência sobre a extensão e o tipo de violência a que são submetidas e os mecanismos que desenvolvem para sobreviver. No Brasil, um estudo realizado no ano 2000 mostrou como vivem as crianças nas ruas das cidades. Os meninos estão mais expostos a passar fome e sofrer violência física por parte de policiais. As meninas tendem a dormir em instituições mais do que nas ruas, por isso estão menos propensas a mendigar. Outro estudo realizado no mesmo ano indicou que as meninas internalizam a violência com mais facilidade e estão mais propensas a sofrer abusos.³⁸¹

De acordo com dados do IBGE, o Brasil ainda possui um contingente de 704 mil pequenos trabalhadores na faixa etária dos cinco a treze anos, mesmo com queda na taxa de 23,5% entre os anos de 2009 e 2011 e a proibição de trabalho para menores de treze anos. Dos 704 mil, 615 mil têm de dez a treze anos, 497 mil são do sexo masculino e 63% dos casos ocorrem no campo. Em média, os 2,5% de crianças e adolescentes de cinco a treze anos que trabalham dedicam a isso dezessete horas semanais com renda de R\$ 178 mensais. A maioria,

³⁷⁸ III CONGRESSO DE LAUSANNE. *Criança*. Disponível em: <<http://www.lausanne.org/pt/pt/1661-compromisso-da-cidade-do-cabo.html>>. Acesso em 20 de jun. de 2014.

³⁷⁹ SITUAÇÃO, 2012, p. 32.

³⁸⁰ CNJ faz campanha nas redes sociais contra exploração infantil. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28163:cnj-faz-campanha-nas-redes-sociais-contr-a-exploracao-infantil>>. Acesso em: 31 mai. 2014. Veja ainda: CADE – Criança e Adolescente em Dados e Estatísticas. 2011, Brasil, p. 173. Disponível em: <<http://marista.edu.br/social/files/2012/07/Relat%C3%B3rio-CADE-Brasil-2011.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

³⁸¹ SITUAÇÃO, 2012, p. 33.

53,4%, não recebe pagamento pela atividade executada. Entre as regiões brasileiras, o Nordeste, por questões econômicas, concentra o maior número de trabalhadores com essa faixa etária: cerca de 336 mil. Na região sul há 80 mil³⁸² trabalhadores, influenciados pela cultura de aprender uma profissão com os pais. Entre adolescentes de quatorze a dezessete anos, faixa etária em que a atuação profissional é permitida na condição de aprendiz, houve também queda no número de trabalhadores, passando de 3,35 milhões em 2009 para 2,97 milhões em 2011.³⁸³

A legislação vigente sobre trabalho infantil preconiza a proibição para a idade de treze anos ou menos no Brasil. O Decreto n. 3.597, de 12 de setembro de 2000, promulga a Convenção 182 e a Recomendação 190 da OIT sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para sua eliminação. Sobre o trabalho do menor, dispõem os artigos 402 a 441 da Consolidação das Leis do Trabalho. Para o trabalho escravo, o Artigo 149 do Código Penal prevê: “Pena de dois a oito anos de reclusão e multa, além da pena correspondente à violência”. Nesse caso, vale o § 2º: “A pena é aumentada de metade se o crime é cometido “contra criança ou adolescente”. Para os aprendizes, o Decreto n. 5.598 de 1º de dezembro de 2005, Artigo 2º, regulamenta a sua contratação: “O aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do Artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho”.

A partir desta legislação para erradicação do trabalho infantil, se entende que toda atividade que prejudica a segurança e os estudos da criança é considerada trabalho infantil. A oferta de crianças para exploração sexual, tráfico de drogas ou qualquer outra atividade ilícita também é considerada trabalho infantil. Conforme o CNJ, o trabalho infantil reduz a aprovação escolar em 17,2% e eleva para 22,6% a evasão escolar; crianças que não trabalharam na infância mas estudaram ganham cerca de 15% a mais quando iniciam suas atividades profissionais.³⁸⁴ Portanto, o trabalho infantil pode ser erradicado fornecendo

³⁸² O CADE informa que em 2008 havia no Rio Grande do Sul 262.000 crianças e adolescentes entre dez e dezessete anos trabalhando; em 2009, 231.000 e 2010, 217.835. CADE, 2011, p. 173. Disponível em: <<http://marista.edu.br/social/files/2012/07/Relat%C3%B3rio-CADE-Brasil-20111.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

³⁸³ TRABALHO infantil cai 23%, mas ainda atinge 700 mil crianças no Brasil. *Revista Filantropia*, n. 59, p. 10. A idade mínima para o trabalho de menores poderá ser alterada dos atuais quatorze para dezesseis anos, caso seja aprovado, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 4968/13, do deputado Jean Wyllys. A proposta modificará o ECA e artigos da CLT. O parlamentar argumenta que a Constituição proíbe o trabalho de menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendizes, a partir dos quatorze. TRABALHO de menores. *Revista Filantropia*, n. 61, p. 40.

³⁸⁴ CNJ faz campanha nas redes sociais contra exploração infantil. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28163:cnj-faz-campanha-nas-redes-sociais-contr-a-exploracao-infantil>>.

educação para as crianças, uma vez que a legislação caminha para essa direção e pode-se contar com o apoio de segmentos sociais envolvidos na causa da erradicação de trabalho infantil.

2.4.2.4 O virtual e o infantil

2.4.2.4.1 Internet

A rede mundial de computadores é um avanço que oferece muitas possibilidades de aprendizagem, pesquisa e comunicação com todo o planeta, mas também é um mecanismo perigoso, pois oferece informações a todos os usuários, de qualquer idade ou condição, sem censura. As crianças atualmente têm acesso imediato, por intermédio da Internet, a conteúdos de pornografia ou a um manual completo de como armar explosivos e bombas caseiras. Outro perigo é que ela desperta um desejo excessivo de viver conectado, desmotivando relações das crianças com pessoas conhecidas (contato humano) e estimulando relações com pessoas desconhecidas.³⁸⁵ Dados apontam que no Brasil

87% dos jovens internautas investigados pela SaferNet/Brasil revelam não haver nenhum tipo de restrição de uso da Internet. Desses, 53% já tiveram acesso a conteúdos agressivos, que eles consideravam impróprios para sua idade. Essa pesquisa teve a participação de 1,4 mil crianças, adolescentes e progenitores. Nesse grupo, 64% dos jovens e crianças possuem Internet em seu próprio quarto. Quanto ao tempo de utilização, 77 % referem não ter limite de uso. Entre eles, 38% dizem já ter sido vítimas de algum tipo de agressão ou humilhação (*ciberbullyng*) e 10% afirmam ter sofrido chantagem *on-line*.³⁸⁶

Não podemos isolar nossos filhos da Internet, pois ela pode proporcionar a eles muitos benefícios e oportunidades; no entanto, o acesso deve ser controlado. Conforme a socióloga e educadora familiar Angela Marulanda, “por meio dela podem viver experiências e conhecer realidades para as quais não têm os critérios nem a maturidade necessária para avaliar sua veracidade e muito menos para determinar se são úteis ou prejudiciais”.³⁸⁷

Na comunidade eletrônica, a criança tem uma relação impessoal. Os conflitos são resolvidos terminando o contato ao pressionar uma tecla; os vínculos são frágeis, carentes de um sentimento e um compromisso significativos, gerando insegurança e ansiedade.

Acesso em: 31 mai. 2014. Veja ainda: PROGRAMA da UNESCO no Brasil. 2011-2012. p. 19, 42. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002123/212357por.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

³⁸⁵ MARULANDA, Angela. *O desafio de crescer com os filhos: valores e atitudes que ajudam na formação das novas gerações*. Tradução de Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, 2004, p. 92.

³⁸⁶ WAGNER, Adriana et al. *Adolescência & comunicação virtual*. São Leopoldo: Sinodal, 2009, p. 25. (Coleção é agora.com. A era da informação e a vida cotidiana).

³⁸⁷ MARULANDA, 2004, p. 93.

Recomenda-se que o computador conectado à Internet seja colocado numa área comum da casa, que permita a supervisão dos pais ou de alguém responsável. Segundo Marulanda, os pais precisam preparar os filhos para que se incorporem ao mundo que os rodeia, e também protegê-los de seus perigos. “A Internet é um deles, porque, assim como pode informar, também pode deformar”.³⁸⁸

Notavelmente, crianças e adolescentes que não aprenderam a resolver os conflitos que a vida cotidiana apresenta terão mais dificuldades relacionais. Faltam as emoções saudáveis que não tiveram na infância porque se dedicaram excessivamente ao mundo virtual. Muitos deles tornaram-se gênios na virtualidade, mas não o suficiente para resolver seus problemas. Segundo Augusto Cury, “o gênio desaparecerá na adolescência. Entra em seu lugar um jovem que não sabe lidar com as perdas, nem corrigir o que deu errado, nem se colocar no lugar do outro. Eles não conseguem”.³⁸⁹

2.4.2.4.2 TV

Além da Internet, um grande número de crianças ainda passa horas na frente da TV – talvez mais tempo do que na escola. Uma criança que assiste de três a quatro horas diárias de TV aos treze anos terá assistido 560 dias ininterruptos. Nessa média, ao chegarem aos setenta anos terão passado aproximadamente oito anos de suas vidas assistindo televisão.³⁹⁰

A preocupação não é só com o tempo gasto, mas com o que elas assistem: são expostas à violência e à banalização da vida. A TV ocupa o tempo no qual a criança poderia estar correndo, pulando, brincando, conversando, lendo e sendo criativa. Crianças pequenas são particularmente afetadas pelo que veem na televisão. Na adolescência, podem já ter assistido a milhares de cenas violentas e a centenas de mortes. Crianças mais velhas podem se tornar insensíveis ao assistir cenas horríveis sem demonstrar reação. A “boca levemente aberta, o olhar fixo e sem emoção” é o que as crianças desenvolvem depois de um tempo. Elas estão num estado mental alterado, característica dificilmente perceptível em crianças que ocupam seu tempo com atividades saudáveis, explica Steve Biddulph.³⁹¹

³⁸⁸ MARULANDA, 2004, p. 93. Veja a influência pornográfica da Internet na família. FAMÍLIA: cuidado com a Internet. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=BTHPcps6rEI>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

³⁸⁹ CURY, Augusto. “Não devemos sofrer por antecipação”. *Revista Época*. Edição Dupla Especial. São Paulo: Globo, 30 dez. 2013. p. 102.

³⁹⁰ MELO, Édino. *A atração perigosa em desenho animado*. Campinas: Transcultural, [s.d.], p. 3.

³⁹¹ BIDDULPH, Steve. *O segredo das crianças felizes*. Tradução de Ricardo Piva e Flávia Piva. São Paulo: Fundamento Educacional, 2003, p. 106.

Contudo, é possível selecionar o que as crianças assistem dentre uma grande variedade de temas. Escolher vídeos sobre a natureza e programas educativos ajudam as crianças, pois existem também coisas boas na televisão. Conforme Biddulph, muitos pais “restringem o que seus filhos assistem em quantidade e em qualidade. Eles fixam uma hora por dia e negociam quais programas podem ser vistos. Isso encoraja a criança a se planejar, a ser seletiva e a saborear o “seu” programa em vez de assistir à interminável programação”.³⁹²

2.4.2.4.3 Videogames

Os jogos eletrônicos são uma forma de entretenimento muito popular nas novas gerações, embora já estejam no mercado há mais de três décadas. Hoje é impossível afastar os filhos deles, devido ao acesso fácil por meio de aparelhos de celular, *smartphone*, *notebook* ou estabelecimentos públicos.

Segundo alguns especialistas em comportamento, os jogos eletrônicos podem trazer alguns benefícios como: contribuir para o melhoramento da coordenação visual e psicomotora, além de agilidade para tomar decisões rápidas; despertar o interesse da criança por computadores e melhorar a concentração infantil e a habilidade para solucionar problemas. Para os pais de família, o maior benefício dessa diversão é dispor de um aparelho para entreter as crianças por horas, sem que precisem cuidá-los. Outros usam os jogos eletrônicos para fazer chantagem para a melhora da nota escolar das crianças, porque seu uso é condicionado a um bom comportamento e a bons resultados na escola.³⁹³

Sendo levados em consideração os argumentos a favor dos jogos eletrônicos, percebe-se que os mesmos benefícios podem ser alcançados de outras maneiras: a coordenação visual e psicomotora pode ser aperfeiçoada com jogos como futebol, tênis, basquete, que trazem muitos benefícios à saúde e ao desenvolvimento físico e que não necessitam ser supervisionados por um adulto. A Associação Americana de Optometria afirma que jogar jogos eletrônicos durante muito tempo pode aumentar a pressão ocular e causar dores de cabeça. Jogar de vez em quando, por períodos limitados, não seria nocivo. Mas passar muito tempo jogando isola a criança, pressiona e afeta o processo de socialização e seu bem-estar emocional. Por isso, Marulanda adverte que,

³⁹² BIDDULPH, 2003, p. 106. Para um estudo mais aprofundado sobre a violência simbólica embutida em alguns desenhos animados e negada, propositalmente, por grande parte dos meios de comunicação, veja: RODRIGUES, Betty Gleyb Argolo. *A face oculta dos desenhos animados*. Violência x inocência: questionamentos para o nosso tempo. Rio de Janeiro: JUERP, 2003.

³⁹³ MARULANDA, 2004, p. 94.

um dos efeitos mais prejudiciais dos jogos eletrônicos é que, numa sociedade em que a morte e a destruição são o pão de cada dia e muitos programas de televisão são uma apologia da violência, não é muito conveniente para as crianças patrocinar um meio de entretenimento que se baseia principalmente em disparar, matar ou destruir. É certo que há jogos que não são violentos e alguns podem ser instrutivos, como os esportivos, mas lamentavelmente os violentos são aqueles de que as crianças mais gostam.³⁹⁴

Ao brincar apenas no mundo virtual a criança fica isolada e assim aprende a viver de forma solitária, não aprendendo a dialogar, negociar ou conviver com outro ser humano e suas diferenças. Ao sair do mundo virtual, acha que pode agir com pessoas reais assim como agia no *Playstation* ou *X-box*. Nesse sentido, Marulanda descreve o perigo que os aparelhos podem representar para as crianças da seguinte maneira:

O cenário típico da maioria dos jogos eletrônicos é um personagem anônimo que ataca sem razão um inimigo anônimo e não há ninguém que se oponha a tais atitudes. Assim, no mundo dos jogos eletrônicos não há nenhuma clareza sobre o que é certo e o que é errado, e muito menos esse sentimento de companheirismo e união, que é um dos objetivos da brincadeira na infância. Cada jogador tem que se virar sozinho e disparar antes que disparem nele, eliminar para não ser eliminado e brigar com todas as armas à disposição para destruir tudo.³⁹⁵

Como já foi dito, não se pode tirar as crianças do mundo mecanizado e eletrônico em que atualmente estão inseridas. Porém os pais podem colocar limites, embora sejam tentados a deixá-las na máquina eletrônica porque isso proporciona aos pais momentos de silêncio e tranquilidade. Os pais podem deixar seus filhos jogar de forma moderada e programas em que não há violência. Porém, se destinassem aos filhos atenção e afeto não haveria tanta necessidade de aparelhos eletrônicos. A criança simplesmente não quer ficar ociosa, portanto os pais devem canalizar a energia que as crianças têm para outras formas de diversão, o que obviamente demanda tempo³⁹⁶ e dedicação.

Ao analisar a criança em situação de vulnerabilidade no contexto brasileiro, atualmente detectam-se alguns pontos cruciais que a inserem nesse estado de fragilidade: mortalidade infantil, exploração sexual, trabalho infantil e as influências do mundo virtual;

³⁹⁴ MARULANDA, 2004, p. 95.

³⁹⁵ MARULANDA, 2004, p. 96.

³⁹⁶ Muitos casais atualmente não têm tempo para cuidar um do outro, muito menos de filhos pequenos. Ao chegarem em casa cansados das atividades diárias, estão tão cansados que não conseguem consolar um ao outro. Para essas situações Fabrício Carpinejar sugere uma espécie de telecolo, uma profissional da ternura, que poderia trazer algumas palavras de consolo, encorajamento e tranquilidade para a noite de descanso e a rotina exaustiva do dia seguinte. Assim sendo, percebe-se facilmente que a sociedade está adentrando um caminho em que não haverá mais tempo e afeto para as crianças. CARPINEJAR, Fabrício. Telecolo. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, Caderno Donna, 04 mai. 2014, p. 6.

que provavelmente são reflexos da desestruturação familiar. Percebe-se que muitos esforços estão sendo feitos por parte de sociedade e Estado para ajudá-las a melhorar sua condição de vida. A seguir haverá uma análise da Lei nº 12.010 que corrobora a tentativa de amenizar a dificuldade das crianças vulneráveis.

2.5 A Lei Federal nº 12.010/2009

2.5.1 As instituições de acolhimento antes da Lei nº 12.010

A forma de procedimento das instituições de acolhimento antes da Lei Federal nº 12.010 já pode ser sentida razoavelmente na descrição histórica do Lar da Criança Henrique Liebich. Nesse contexto de instituições de acolhimento – embora apenas 24,5% dos municípios brasileiros possuem serviço de proteção social³⁹⁷ – surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Antes da Lei nº 12.010, os abrigados poderiam permanecer por tempo indeterminado nas instituições de acolhimento ou até completarem dezoito anos. Eles eram oriundos das mais diferentes comarcas do Estado do Rio Grande do Sul. Eram acolhidos até mesmo por questões de carência material ou conforme avaliação do Conselho Tutelar.

A criança era retirada de seu ambiente familiar (quando tinha) e colocada numa instituição de acolhimento, tendo de se adaptar a uma nova realidade. As adaptações eram várias. A mãe social que cuidava de determinadas crianças poderia ser substituída, então as crianças novamente teriam de se submeter a uma adaptação. Assim também acontecia com crianças que entravam ou saíam da instituição de abrigo em relação àquelas que já estavam lá ou ainda permaneciam. A criança permanecia na instituição sem muita esperança de um futuro promissor de adoção ou retorno à família biológica. Esses fatos eram motivo de insegurança para as crianças.

Mesmo assim, muitas crianças que enfrentavam a rejeição e a discriminação na instituição de acolhimento encontravam apoio e segurança para si. Não era – e atualmente ainda não é – uma opção ser marginalizado: isso é consequência de uma dura realidade resultante de lares desfeitos, abandono e violência contra o menor. Essas instituições tinham

³⁹⁷ Veja ANEXO I.

como objetivo ser proteção e amparo a crianças e adolescentes em vulnerabilidade social, cuidando da integridade física e emocional destes que sofreram violação de seus direitos.

2.5.2 O teor da Lei nº 12.010

A Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 e publicada no Diário Oficial da União em 4 de agosto de 2009, dispõe sobre “adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências”. Portanto, é a lei que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constituído pela Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

Neste ponto da pesquisa, basicamente se trabalhará com o artigo 19 do ECA e seus parágrafos acrescentados. Este tem implicações diretas nas instituições de acolhimento, no que diz respeito à internação de crianças, tempo de permanência na instituição, adoção e família biológica, acolhedora ou substituta. Evidentemente, outros artigos pertinentes ao assunto poderão ser citados à medida que se fizer necessário.

Ao artigo 19, a partir da Lei nº 12.010, foram acrescentados três parágrafos. O artigo reza que: “Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”.

Seguem os parágrafos acrescentados:

§ 1º “Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei”.

§ 2º “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”.

§ 3º “A manutenção ou reintegração de criança ou adolescente à sua família terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em programas de orientação e auxílio, nos termos do parágrafo único do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei”.

2.5.3 As instituições de acolhimento após a Lei nº 12.010

A partir da Lei nº 12.010, as instituições de acolhimento estão em uma nova realidade. A autoridade judiciária passou a agilizar os processos de adoção, evitando a institucionalização da criança por longos períodos. A Lei passou a priorizar o vínculo familiar, seja na família biológica ou extensa. Esta normalmente começa com a vovó, enquanto a criança ainda é bem pequena – porque as dificuldades aparentemente também são pequenas. Com o passar do tempo a criança vai crescendo e passa aos cuidados da irmã mais velha, quando a tem. Se a irmã não consegue mais atender a suas necessidades, então passa a ser cuidada por um tio ou tia e assim por diante. Em caso de destituição do poder familiar será encaminhada para adoção. Embora a priorização dos vínculos familiares seja útil à criança, em caso de adoção poderá se tornar prejudicial se a criança já tiver acima de seis anos de idade, ou seja, vence o “prazo de validade”.³⁹⁸

A experiência tem mostrado que quanto mais idade a criança tiver, mais difícil será a adoção. Isso significa que no futuro as instituições de acolhimento poderão ter não mais crianças pequenas, mas adolescentes disponíveis para adoção. Portanto, provavelmente tais instituições deverão estar preparadas para receber crianças e adolescentes que não se encaixem no perfil do adotante brasileiro.

O encaminhamento para uma instituição de acolhimento passou a ser medida provisória e excepcional, servindo como meio de reintegração familiar ou família substituta, no caso de não ser viável a reintegração na família biológica (Art. 101 § 2º, acrescentado pela Lei nº 12.010). O encaminhamento poderá ser feito apenas pela autoridade judiciária competente, salvo “em caráter excepcional e de urgência” (Art. 93, acrescentado pela Lei nº 12.010). Nesse sentido, as instituições de acolhimento se tornarão uma casa de passagem, concedendo abrigo apenas pelo tempo necessário até que o acolhido seja restituído à sua família ou, se isso for uma impossibilidade, encaminhado à família substituta.

³⁹⁸ Segundo Valdeci Ataíde Cápua, é uma “expressão utilizada por alguns autores que militam nessa matéria, discorrendo sobre o perfil da criança desejada, no que tange à adoção tardia” (CÁPUA, 2009, p. 161).

De acordo com o Artigo 23, “a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar”.³⁹⁹ A partir desse artigo, uma criança que está sem se alimentar por negligência dos pais ou responsáveis não poderá ser acolhida por uma instituição. O mesmo artigo, em parágrafo único, ainda afirma que famílias nessa situação devem ser “obrigatoriamente incluídas em programas oficiais de auxílio”, o que exige atenção especial dos agentes de saúde. Portanto, o acolhimento só ocorrerá, em última instância, por ordem do Poder Judiciário. Enquanto a criança espera, a Justiça⁴⁰⁰ determina o que será feito dando sempre prioridade para a permanência na família de origem.

Crianças de outras comarcas não podem ser abrigadas na comarca de Ijuí. De acordo com o ECA, a criança deve permanecer o mais próximo possível do seu local de origem, ou seja, cada bairro da cidade deveria ou deverá ter uma casa de acolhimento. O próprio Juizado também tem por objetivo manter ou esvaziar sua Vara. Com a intensificação de políticas públicas e outros programas como “Bolsa-família”, “Vale-gás” e “Minha casa, minha vida”, provavelmente haverá uma redução de acolhimento de crianças. Fato esse já comprovado na instituição em estudo, que possui vaga para uma centena de crianças e atualmente mantém ocupada cerca de 25% de sua capacidade.

O 5º parágrafo (acrescentado pela Lei nº 12.010) do Artigo 28 assegura que: “A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar”.

Outro fato que chama a atenção nas quatro instituições de acolhimento do município de Ijuí é a ligação da instituição com igrejas evangélicas. Se comparado com outros municípios, é considerado um grande número de instituições de acolhimento em relação ao número de habitantes. A pergunta que surge a partir dessa constatação é: Por que existe essa ligação? Quanto a isso podem ser feitas algumas suposições:

- 1) A igreja tenta suprir a lacuna social deixada pelo Estado;

³⁹⁹ “A Lei nº 12.010 de 03 de agosto de 2009, em seu Art. 3º determinou a substituição da expressão ‘pátrio poder’, constante no Estatuto da Criança e do Adolescente, por ‘poder familiar’”.

⁴⁰⁰ Conforme reportagem exibida pelo Jornal Nacional da Rede Globo em 23 de julho de 2012.

2) O governo faz a parte burocrática, a igreja a prática. Nesse caso a igreja estaria funcionando como mediadora entre a sociedade e Estado?

3) O Estado não consegue atender as necessidades espirituais dos abrigados;

4) A igreja está cumprindo a sua missão profética de denunciar o mal.

O que se pode perceber a partir desta ligação é que, quando os abrigados recebem princípios religiosos úteis, há uma diminuição de atitudes violentas. Os acolhidos aprendem a se respeitar, têm sua autoestima melhorada e passam a ter uma perspectiva melhor em relação ao futuro.

A seguir descrevo dois testemunhos de ex-acolhidos do lar:

Em 1979 vim para o Lar da Criança e já estava com um ano de idade. Os anos foram se passando e eu fui crescendo e aprendendo a fazer coisas que seriam boas para a minha vida, e uma delas foi aprender de Deus e seguir o seu caminho. Em 1993 eu senti que Deus queria mudar minha vida e isso ficou no meu coração. Então falei com a tia Neli que eu queria entregar minha vida a Jesus Cristo. Isto foi no dia 26 de janeiro de 1993. No dia do meu aniversário. Neste dia veio o Pr. Martin, que estava na igreja de Ajuricaba, e falei para ele que queria entregar a minha vida a Jesus. Foi neste dia que deixei Jesus entrar no meu coração. Eu não gosto de ser deficiente, mas sei que Deus tem um plano para a minha vida. Obrigado, Lar da Criança, por ter cuidado de mim, e eu sei que não mereço isso.⁴⁰¹

Fazem [sic] onze anos que moro no Lar da Criança. Hoje com 19 anos posso dizer que sou uma pessoa privilegiada porque tive, e tenho, muitas coisas, as quais não teria se não fizesse parte desta grande família. O Lar proporcionou-me boa formação educacional, profissional e principalmente espiritual. Esta boa formação espiritual é a base, o ponto principal, na educação de cada criança dentro do Lar, e isso é o que mais me fascina. Através de Cristo pude ver o mundo de uma forma diferente, ele preencheu todo o vazio que havia em meu coração. Com a ajuda do meu querido Deus formarei a minha própria família e a estruturarei segundo os princípios bíblicos para que meus filhos cresçam sadios, bem amados e conheçam o melhor amigo para todos os momentos, sejam eles de tristeza ou alegria. Deus sabe o quanto amo o Lar da Criança. Respiro com tranquilidade e sei que ali estou protegida. A Deus e ao Lar da Criança a minha imensa gratidão. Muito obrigado.⁴⁰²

Existe também no Brasil o Serviço de Famílias Acolhedoras. Esse serviço tem por finalidade acolher crianças e adolescentes afastados da família biológica mediante medida preventiva e proteção integral. Deve ser realizado juntamente com a família de origem. A criança permanece na família acolhedora apenas o tempo suficiente para a reintegração familiar ou, na impossibilidade desta, para o encaminhamento para adoção. Esse modelo de

⁴⁰¹ SOUZA, Sergio. In: JUNG, Marisa. Compensa manter o Lar da Criança? *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, n. 2, p. 6-7, fev. 1998.

⁴⁰² RIBEIRO, Rúbia. In: JUNG, Marisa. Compensa manter o Lar da Criança? *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, n. 2, p. 6-7, fev. 1998.

acolhimento ainda é pouco difundido no Brasil, embora já tenha apresentado resultados satisfatórios. Em países europeus e nos EUA, já está consolidado.⁴⁰³

Para as instituições que dispõem de amplo espaço físico será possível criar programas como um Núcleo Social; atividades para casais e que promovam a restauração familiar e espiritual; uma República ou ainda destinar uma casa a crianças e adolescentes com problemas de saúde e que não são adotadas. Outra possibilidade é encerrar definitivamente as atividades de acolhimento, fato que seria desastroso para as crianças e principalmente para os adolescentes em situação de vulnerabilidade social que, por motivo de força maior, viessem a necessitar desse serviço.

As promessas da sociedade moderna e secularizada já se cumpriram quase que totalmente por meio de ciência e tecnologia; contudo, não conseguiram diminuir os altos índices de violência. Por isso, uma das alternativas para diminuir esses índices seria o fortalecimento da família somado a uma educação por meio de princípios éticos, morais e espirituais.

A Lei nº 12.010 reza que nenhuma criança poderá permanecer mais de dois anos em uma instituição de acolhimento. Nesse espaço de tempo terá que ser reintegrada a sua família de origem ou ser encaminhada para adoção, o que é muito positivo para as crianças. Portanto, são necessários programas que incentivem a educação e o fortalecimento familiar, colaborando para que a criança permaneça na família pelo maior tempo possível, dando a ela segurança e condições saudáveis para viver de forma digna. Esse sempre foi o objetivo de Henrique Liebich: a criança permanecer com sua família.

A partir da Lei a adoção direta⁴⁰⁴ poderá deixar de existir. Todos os casais que queiram adotar ou mesmo solteiros e divorciados deverão inscrever-se no Cadastro Nacional de Adoção, e, como já visto anteriormente, estrangeiros também poderão fazê-lo. Assim o CNA possui controle das adoções que estão sendo realizadas e também pode fazer o acompanhamento da adoção. Quando a adoção é realizada nos trâmites legais, consegue-se evitar que eventualmente as adoções “à brasileira” terminem em exploração, tráfico ou comércio (de órgãos) de crianças.

⁴⁰³ ORIENTAÇÕES técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília, fev. 2008, p. 48ss.

⁴⁰⁴ Por Adoção Direta entendem-se “as adoções conhecidas como consensuais, onde os pais biológicos e adotivos entram em acordo antes de procurarem a justiça, prática essa que é histórica e muito comum no Brasil, sendo também conhecida popularmente como adoção ‘à brasileira’” (SEBASTIANY, 2011, p. 32).

2.6 Política Nacional de Assistência Social - PNAS

Para facilitar processos de acolhimento ou adoção, o Estado disponibiliza políticas públicas e serviços que vêm regular a proteção às crianças e adolescentes, explicados a seguir.

A disponibilidade dos direitos socioassistenciais, consagrados na Política Nacional de Assistência Social de 2004, fez com que se elaborassem documentos normativos e orientadores de âmbito nacional e que são os seguintes: a Norma Operacional Básica (NOB), aprovada pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 130/2005, que disciplina e organiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴⁰⁵ no país; o Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda (aprovado pela Resolução CIT nº 7/2009); e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (aprovada pela Resolução CNAS nº 109/2009). A elaboração desses documentos impactou de forma muito positiva a organização, a articulação e a regulação de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, tendo em vista a efetivação e consolidação do SUAS como sistema público garantidor de direitos de proteção social à população brasileira. A essas iniciativas ainda foram acrescentadas pesquisas e estudos realizados com o propósito de avaliar a execução e o retorno de programas e serviços prestados à sociedade brasileira.⁴⁰⁶

Caracteriza-se como nível de proteção do SUAS famílias e/ou indivíduos em situações de risco pessoal e social, decorrentes da violação dos direitos humanos, tais como: abandono, maus-tratos, abuso sexual, situação de rua, prática de ato infracional, exploração do trabalho infantil entre outros.⁴⁰⁷ Assim, a partir de suas diretrizes “organiza a oferta de serviços, benefícios e programas hierarquizados em Proteção Social Básica, Média e Alta complexidade”⁴⁰⁸ e que estão diretamente ligados às instituições de acolhimento, sendo a seguir brevemente descritos.

2.6.1 Serviço de Proteção Básica de Assistência Social

Conforme definição da PNAS, os Serviços de Proteção Básica de Assistência Social são considerados aqueles que

⁴⁰⁵ “O SUAS cria as condições para normatização dos padrões nos Serviços, qualidade no atendimento, indicadores de avaliação e resultado, e nomenclatura dos Serviços e da rede socioassistencial. Define, portanto, princípios e diretrizes”. *ORIENTAÇÕES técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos*. Brasília: [s.n.], 2010. p. 34.

⁴⁰⁶ ORIENTAÇÕES, 2010, p. 11.

⁴⁰⁷ ORIENTAÇÕES, 2010, p. 31-32.

⁴⁰⁸ ORIENTAÇÕES, 2008, p. 5.

potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento em famílias cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos.⁴⁰⁹

Os Serviços continuados de Proteção Social Básica previstos na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais são:⁴¹⁰

➔ Serviços de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

➔ Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, subdivididos em quatro: 1. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até seis anos; 2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de seis a quinze anos; 3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para jovens de quinze a dezessete anos e 4. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para idosos.

➔ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

2.6.2 Serviço de Média Complexidade de Assistência Social

Estes são aqueles que oferecem “atendimento especializado e continuado a famílias e indivíduos com direitos violados. Nesse sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e/ou acompanhamento sistemático e monitorado”.⁴¹¹

Conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, são considerados Serviços de Média Complexidade:

➔ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e Indivíduos (PAEFI).

➔ Serviço Especializado em Abordagem Social.

➔ Serviço de Proteção Social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

⁴⁰⁹ ORIENTAÇÕES, 2010, p. 30.

⁴¹⁰ ORIENTAÇÕES, 2010, p. 30-31.

⁴¹¹ ORIENTAÇÕES, 2010, p. 32.

→ Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

→ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

2.6.3 Serviço de Alta Complexidade de Assistência Social

São serviços especializados “com vistas a afiançar a segurança de acolhida de indivíduos e/ou famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou comunitário”.⁴¹²

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais detalha os seguintes itens como Serviços de Alta Complexidade:⁴¹³

→ Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: Abrigo Institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva.

→ Serviço de Acolhimento em República.

→ Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

→ Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

O Lar, por ser prestador de serviços de acolhimento para pessoas com vínculos familiares rompidos, é considerado um serviço social de alta complexidade. Esses serviços, embora sejam da alçada da esfera pública, cada vez mais contam com a participação do capital privado, formando o assim chamado Terceiro Setor. Portanto, o Lar é o Terceiro Setor.

2.7 Terceiro Setor

No Brasil e em boa parte do mundo vive-se um momento muito especial. Tradicionalmente a organização social sempre foi formada por dois setores básicos: o público e o privado. Os dois são antagônicos entre si. Posso dizer que, por um lado, estamos vivendo o momento da democracia. É um tempo em que os direitos dos cidadãos brasileiros estão cada vez mais definindo o nosso futuro. Contudo, nessa mesma democracia – como alguém já disse: é o governo do povo, para o povo e pelo povo – estamos assistindo a violação desses direitos que nos pertencem.

⁴¹² ORIENTAÇÕES, 2010, p. 33.

⁴¹³ ORIENTAÇÕES, 2010, p. 33.

Democraticamente, dentro da realidade vivemos em meio a manifestações do povo que de alguma forma está descontente com algo a que o Estado não consegue atender, mas que constitucionalmente está prometido. As manifestações dentro do processo democrático são normais. Porém percebemos, junto com as manifestações pacíficas, episódios de violência tais como depredação de prédios públicos e estabelecimentos comerciais. Chegamos ao cúmulo da barbárie quando marginais assassinam policiais e vice-versa. Outras pessoas são mortas por balas perdidas, entre elas muitas crianças ou adolescentes. Até mesmo jornalistas são mortos em meio ao seu honroso trabalho de informar a população. Precisamos pedir autorização para trabalhar a quem não trabalha. Podemos nominar esses fatos como liberdade ou já é a ditadura da liberdade?

Saímos duma ditadura militar e entramos em uma ditadura da liberdade. Esses fatos são apenas uma amostra de que o Estado perdeu o controle sobre o cumprimento de suas obrigações constitucionais. Está fragilizado. O governo parece estar perdido, não impõe limites a quase nada e também não se posiciona. A falta de posicionamento da liderança política é que agita a população. Onde nada é certo, tudo pode acontecer.

Por outro lado, o mercado vive uma etapa de bons negócios. A falta de mão de obra qualificada é um exemplo disso. Com o fim do regime socialista no final do século XX, foi ditado o modelo de mercado para o mundo, agora já globalizado: o capitalismo. Este gera uma disputa por mercado e faz com que a parte privada se desenvolva por causa da disputa de mercado. O privado cresce em tecnologia, saúde, educação. Quando o Estado está fragilizado, surge então a iniciativa do setor privado para atender à demanda que deveria ser atendida pelo Estado. É nesse ambiente dicotômico que surge o Terceiro Setor: uma parceria entre a iniciativa privada e a administração pública.

Gilberto Dimenstein, membro da Comissão Executiva do Pacto da Criança, coordenado pelo UNICEF, tendo sido nomeado *experto on mission* por esse órgão, tentou em 1989 fazer uma reportagem sobre o assassinato de crianças no Brasil. Procurou em seus arquivos, viajou pelo Brasil em busca de explicações que poderiam mostrar o motivo do extermínio de meninos e meninas pobres do Brasil. Porém foi tudo em vão. Resultado descoberto: a infância estava fora da agenda brasileira. Tanto a infância como os direitos humanos estavam fora da agenda política nacional.

Após oito anos de pesquisa, Dimenstein viu, no dia 21 de fevereiro de 1997, a edição do *Jornal Nacional*, da TV Globo, que entrou no ar por seis minutos para apresentar uma reportagem sobre “desfile de modas de meninos de rua promovido pelo Projeto Axé, de Salvador”. Uma semana após o desfile, que foi destaque na mídia nacional, a *Folha de São Paulo* escreveu uma página sobre a experiência da Mangueira, no Rio de Janeiro: “Graças ao esforço comunitário, apoio do poder público e da iniciativa privada, a delinquência infantil caiu a níveis jamais imaginados no morro”. Na mesma semana a revista *Veja* publicou uma matéria sobre o empresário Oded Grajew, empenhado em ações sociais e presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança. Nessa matéria Grajew expõe sua proposta audaciosa para resolver o problema da criança no Brasil:

Bastaria, segundo ele, fazer uma lei em que todos os ministros, deputados, governadores, prefeitos, e juízes fossem obrigados a matricular seus filhos em escolas públicas e a frequentar hospitais do SUS. ‘Garanto que o dinheiro apareceria’, diz ele. É uma ideia que tem lógica, mas difícil de ser aplicada mesmo no PT. Quando teve apendicite, o amigo Lula internou-se num hospital privado para se submeter a uma cirurgia. Além disso, também mandou os filhos para escolas particulares.⁴¹⁴

O que estava acontecendo naquele momento no Brasil? As crianças estavam encaminhando parte da solução para o seu próprio problema. Segundo Dimenstein, “a imprensa descobria as soluções do ‘Terceiro Caminho’ – a possibilidade de reduzir a exclusão social a partir da engenhosa combinação de governo e comunidade”. Ainda conforme Dimenstein, “imprensa, sociedade e homens públicos constatam dia a dia que as fórmulas tradicionais de enfrentamento da pobreza estão esgotadas. A criança, com seus projetos experimentais e bem-sucedidos, ensina agora o ‘Terceiro Caminho’, um caminho no qual se redefinem o que é público, oficial e privado”.⁴¹⁵

É muito importante entender o fato de a infância marginalizada ter entrado para a agenda da imprensa. Isso é como entender o funcionamento de uma redação jornalística, respondendo a estímulos externos, ou seja, os jornais estão noticiando os fatos que interessam à população. Ignorar esses assuntos é uma tentativa de violação da democracia.⁴¹⁶

⁴¹⁴ O CHATO que funciona. *Revista Veja*, São Paulo, p. 87, 5 mar. 1997. A mesma situação política atribuída a Lula e ao PT por Oded Grajew também pode ser atribuída a outros ex-presidentes e partidos políticos.

⁴¹⁵ DIMENSTEIN, Gilberto. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 166.

⁴¹⁶ DIMENSTEIN, Gilberto. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 167.

2.7.1 Definição de Terceiro Setor

Por ter elevado significado para o serviço social, torna-se necessária uma descrição breve do Terceiro Setor – como surgiu, como atua e como se mantém nos campos humano e financeiro.

Para explicar o surgimento do Terceiro Setor, a ex-primeira-dama Ruth Cardoso faz uma analogia com países do Primeiro Mundo, que são caracterizados pelo avanço do capital, e os do Segundo Mundo, caracterizados pelos limites do regime socialista. Para ela ainda “havia algo mais, uma realidade nova em formação que não era nem uma coisa nem outra. A essa realidade emergente chamou-se então Terceiro Mundo”.⁴¹⁷ Neste havia uma conotação diferente por não pertencer nem ao Primeiro e nem ao Segundo Mundo. Portanto, mostrava-se independente por estar entre o capitalismo e o socialismo. Não dependia nem de um e nem do outro.

Da mesma forma, afirma Ruth Cardoso, a ideia de independência também é o que “caracteriza esta realidade nova constituída pela emergência dos cidadãos e de suas organizações como atores do processo de consolidação da democracia e do desenvolvimento social”. Por esse fato, afirma ela, “recorremos hoje à expressão terceiro setor para distingui-lo do primeiro, que é o setor público, e do segundo, representado pelas atividades lucrativas”.⁴¹⁸

Assim, a exemplo do Terceiro Mundo também se entende o Terceiro Setor. Não pertence nem à lógica governamental nem à de mercado. Aqui já se percebe que a nova realidade, então emergente, traz um novo modo de pensar e agir no que diz respeito à realidade social.

O Terceiro Setor inicialmente foi marcado pelas atividades das ONGs⁴¹⁹ (Organizações Não Governamentais), mais precisamente na década de 1980 que, a partir da experiência adquirida na base da sociedade, ganharam novos espaços de visão para a participação do cidadão. Em 2005 o Terceiro Setor já atingia as instituições filantrópicas dedicadas ao bem-estar social. Também incluiu as organizações voltadas para a proteção dos

⁴¹⁷ CARDOSO, Ruth. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 7.

⁴¹⁸ CARDOSO, 2005, p. 8.

⁴¹⁹ As ONGs de todo mundo poderão usar o sufixo “.ong” ou “.ngo” a partir de 2015. As novas terminações foram aprovadas pela Public Interest Registry (PIR), empresa que desde 2003 administra a terminação em uso “.org”. Porém, o sufixo somente será liberado para organizações comprovadamente sem fins lucrativos. Assim colaboradores poderão fazer suas doações sabendo que o dinheiro irá realmente para uma organização sem fins lucrativos. GUIMARÃES, Luciano. *Revista Filantropia*. n. 64, p. 24.

direitos de grupos específicos ou minorias. Ainda abrange o trabalho voluntário e mais recentemente a filantropia empresarial. Nesta, as empresas assumem sua responsabilidade social para a construção de uma sociedade melhor.⁴²⁰

Segundo o advogado e professor da PUC/SP Carlos Simões, define-se Terceiro Setor como as “atividades não estatais ou governamentais constituído de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que se dedicam ao fornecimento de serviços básicos de assistência, saúde e educação, [...] filantropia, idosos, crianças carentes [...], considerados de interesse público”. Ainda segundo Simões, as atividades acima descritas “tem sido concebidas como um novo setor para a solução dos problemas sociais decorrentes da organização da sociedade civil, face aos órgãos governamentais, com relação à sua obrigação de oferecer serviços sociais aos pobres, crianças e adolescentes, em situação de risco”.⁴²¹

Diante dos problemas enfrentados pelo Estado em cumprir suas obrigações para com a sociedade, o Terceiro Setor passou a “ser o balaústre do processo de erradicação de necessidades, especialmente nas áreas de educação e assistência social”.⁴²² Por esse fato e ainda pela autorização da Constituição Federal, o indivíduo passa a fazer parte da distribuição do orçamento público.

Em relação às empresas, estas não podem mais permanecer numa disputa de mercado somente no que se refere a uma competição de preços das mercadorias. Devido à facilidade ao acesso de informações, todos sabem o que as empresas fazem ou deixam de fazer em relação à ação social. Simões argumenta que é “péssimo negócio, atualmente, associar-se ao trabalho infantil, desrespeito às minorias, poluição de ambiente, manchando a imagem da marca e oferecendo vantagem competitiva aos concorrentes”.⁴²³ Para Simões, é nesse ponto “que o trabalho social das empresas converge com o trabalho voluntário de seus funcionários”.⁴²⁴

2.7.2 A importância do Terceiro Setor para a filantropia

O Terceiro Setor, dado a participação de voluntários, é de suma importância para a filantropia. Devido a isso, as empresas que almejam a responsabilidade social têm o desafio

⁴²⁰ CARDOSO, 2005, p. 8.

⁴²¹ SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 476. (Biblioteca básica de serviço social, v. 3).

⁴²² BIASIOLI, Marcos. NAKO, Rodrigo. Temas polêmicos das regras do CEBAS e da isenção previdenciária. *Revista Filantropia*. Especial CEBAS. p. 42.

⁴²³ SIMÕES, 2011, p. 486.

⁴²⁴ SIMÕES, 2001, p. 486.

de convencer seus funcionários a participarem de projetos sociais. Essas empresas, segundo Simões, “promovem uma nova postura de participação e solidariedade; ao contrário do ambiente tradicional de hostilidade, competitividade e individualismo entre eles, que induziam à autopromoção”.⁴²⁵

Assim sendo, as empresas que atuam com projetos de responsabilidade social conseguem valorizar a sua marca, que não se concentra apenas em redução de preço das mercadorias produzidas mas em maior lealdade com os consumidores. Essas empresas, ao assumirem papéis que dizem respeito apenas ao Estado, vão humanizando sua imagem com o ganho do marketing social. Por meio deste, elas aparecem como agentes de desenvolvimento social perante os consumidores. Essa atitude é mais lucrativa para a empresa do que os tradicionais projetos ligados ao esporte e à cultura.⁴²⁶

A partir desta iniciativa empresarial, o perfil tradicional caritativo de serviço voluntário mudou. Antes individual e ligado à religião, agora é desenvolvido de forma laica, proporcionando uma ação mais forte no que diz respeito à transformação social.

Leandro Correa, atual diretor do Lar da Criança Henrique Liebich, apresenta o projeto “Amigos do Lar”. Esse projeto tem como objetivo captar recursos visando ao auxílio para manutenção de todos os serviços institucionais e tem como principal alvo os empresários da região. A empresa Protefort é uma parceira que já tem ajudado. Dessa forma o Lar mantém parte da sua manutenção através de ações do Segundo Setor.⁴²⁷

Ruth Cardoso argumenta que o Terceiro Setor traz fortalecimento para a sociedade civil. Ela acredita que esse fortalecimento da sociedade e de sua atuação no contexto de desenvolvimento social é o “caminho correto para que possamos superar essa herança pesada de injustiça e exclusão”. Para Ruth, o caminho não é apenas uma questão de aliviar as responsabilidades sociais do governo, mas de “reconhecer que a ação do terceiro setor no enfrentamento de questões diagnosticadas pela própria sociedade nos oferece modelos de trabalho que representam modos mais eficazes de resolver problemas sociais”.

Ela ainda prossegue, enfatizando que a grande contribuição do Terceiro Setor são as soluções inovadoras advindas da experimentação em problemas sociais que ele pretende

⁴²⁵ SIMÕES, 2011, p. 486.

⁴²⁶ SIMÕES, 2011, p. 486.

⁴²⁷ CORREA, Leandro. Diretor do Lar Henrique Liebich fala sobre o projeto Amigos do Lar. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 6, 16 abr. 2014.

enfrentar. As organizações da sociedade civil, a partir do Terceiro Setor, ganharam uma competência no modo de se relacionar com grupos sociais específicos e intervir junto a eles, como no caso de crianças em situação de risco. Para a efetivação da ajuda para esses grupos frágeis e vulneráveis requerem-se regras de atuação que só se constroem por meio da experimentação. “É essa eficácia que o governo precisa aprender, daí a importância dessa interação entre atores diferentes”.⁴²⁸

A partir do que foi visto acima podemos entender que a filantropia aliada ao voluntariado é uma ótima ferramenta para ajudar grupos específicos, como crianças em situação de vulnerabilidade. Mesmo que o governo queira ajudar, não consegue porque não tem o resultado prático de uma experimentação, como a sociedade civil tem e com o qual convive. Assim, o Terceiro Setor se torna importante para a filantropia porque atua a partir da realidade e da necessidade das pessoas. Não se trata apenas de assistencialismo, mas de uma verdadeira transformação social.

2.7.3 Investimento social tem retorno?

Muitas vezes é questionado se o investimento social realmente tem o retorno esperado e eficiente. Para responder a essa questão, apresento a seguir dados que apontam um significativo aumento dos projetos sociais.

Número de organizações por ano:⁴²⁹

ANO	ORGANIZAÇÕES
1996	107.332
2002	275.895
2005	338.162
2008	416.000

Localização geográfica das organizações:⁴³⁰

REGIÃO	PERCENTUAL
Sudeste	44%
Sul	23%
Nordeste	22%
Centro-oeste	7%
Norte	4%

⁴²⁸ CARDOSO, 2005, p. 10-11.

⁴²⁹ SIMÕES, 2011, p. 491. Conforme Simões, as áreas que mais cresceram foram: ambiente e proteção animal: 1996 = 389 entidades. 2002 = 1.591 entidades; além de desenvolvimento e defesa de direitos: 1996 = 11.214 entidades. 2002 = 45.161 (p. 492).

⁴³⁰ SIMÕES, 2001, p. 492.

Quanto à captação de recursos pelas organizações, temos os seguintes dados:⁴³¹

Projeto	Realizadores	Valor total (R\$)	Número de beneficiados	Número de instituições	Valor médio por pessoa (R\$)	Valor médio por instituição (R\$)
Teleton 2009	SBT	19.343.325,00	ND ⁴³²	3	ND	6.447.775,00
Teleton 2010	SBT	23.000.000,00	ND	1	ND	23.000.000,00
McDia Feliz 2010	Instituto Ronald McDonald	13.004.018,00	ND	58	ND	224.207,21
McDia Feliz 2011	Instituto Ronald McDonald	17.300.000,00	ND	59	ND	293.220,00
Criança Esperança 2009	Rede Globo/UNESCO	11.600.000,00	114.953	73	100,91	158.904,10
Criança Esperança 2010	Rede Globo/UNESCO	17.300.000,00	33.000	64	524,24	270.312,50

Ao analisar os quadros acima percebe-se que as organizações quadruplicaram em números de 1996 até 2008. A região sudoeste, por ser a mais desenvolvida, comporta o maior número de organizações, ou seja, 44%. A região norte, a menos desenvolvida, tem apenas 4% das organizações. A área que mais cresceu foi a de desenvolvimento e defesa de direitos sociais. Também se destaca o valor arrecadado e sua distribuição em relação a instituições beneficiadas.

Schiavo afirma que todo recurso financeiro destinado à área social, mesmo que seja considerado insuficiente, pode e deve ser utilizado para que sejam obtidos melhores resultados das organizações. Para ele, “negar esse fato é contribuir para a manutenção do *status quo* predominante na área social. Atribuir exclusivamente à falta de recursos a não superação de problemas prevalentes na realidade brasileira é uma forma perversa de viver do problema, ao invés de solucioná-lo”.⁴³³

Diante dos dados acima, está comprovado que o investimento financeiro em ação social é válido. Com a ajuda das ONGs e de outras entidades o Brasil pode melhorar seus índices de desenvolvimento e diminuir os índices de violência, principalmente em relação à infância.

⁴³¹ SCHIAVO, Marcio. Qual o retorno do investimento social? *Revista Filantropia*. Nº 61. p. 65.

⁴³² ND: dados não disponíveis.

⁴³³ SCHIAVO, n. 61, p. 66.

2.7.3.1 Especificidade do Terceiro Setor

Quanto à especificidade do Terceiro Setor, pode-se dizer, resumidamente, que as características das entidades e organizações do mesmo é a prestação de serviços de interesse público. Por isso gozam de alguns privilégios legais, como imunidades e isenções tributárias e as subvenções públicas e privadas, a título de incentivo. Assim, “sua especificidade assenta no fato de serem entidades privadas sem fins lucrativos, porém com atividades que são de interesse público. Têm um regime próprio, que varia de acordo com sua natureza jurídico-privada”.⁴³⁴

Ainda conforme Simões:

As *entidades assistenciais* são a sua forma mais simples. As de *utilidade pública* dependem do respectivo título. As *filantrópicas*, embora detenham esse título, devem obter o CEBAS; finalmente, as *entidades beneficentes de assistência social*, são as que dispõem do referido certificado, expedido pelo CNAS.⁴³⁵

A instituição em estudo encaixa-se como uma entidade beneficiária de assistência social, dispondo do referido certificado.

2.7.3.2 Recursos financeiros para o Terceiro Setor

Aqui também é importante informar a procedência dos recursos financeiros que mantêm o Terceiro Setor. Conforme Simões, os recursos para o setor são provenientes de três fontes:

- 1) Sociedade civil (nacional ou estrangeira). A maior parte das organizações de Terceiro Setor é financiada pela sociedade civil, por meio da solidariedade e do dinamismo da sociedade civil brasileira.⁴³⁶ Porém, as organizações não deixam de reivindicar os financiamentos públicos a que têm direito. Via de regra, as organizações são honestas e não são totalmente sustentadas pelo recurso público, como normalmente mencionado pela mídia.⁴³⁷

⁴³⁴ SIMÕES, 2011, p. 493.

⁴³⁵ SIMÕES, 2011, p. 493.

⁴³⁶ Conforme Thaís Iannarelli, as doações podem ser de sangue, móveis, órgãos, livros... mas principalmente que se doe dinheiro. Segundo Iannarelli, não importa o valor, e sim o ato. Podem ser de 5 reais ou 100 mil reais. O importante é que outras pessoas sejam estimuladas a doar. IANNARELLI, Thaís. Doações em rede. *Revista Filantropia*. São Paulo: n. 64, p. 19.

⁴³⁷ SIMÕES, 2011, p. 495.

- 2) Em segundo lugar estão os recursos diretos do poder público. Estes são oriundos de “recursos orçamentários municipais, estaduais ou federais, por meio de convênios ou termos de parceria”.⁴³⁸
- 3) Por último estão os recursos indiretos. São tradicionalmente conhecidos por “transferência de receitas tributárias, renúncias fiscais, imunidades e isenções fiscais”.⁴³⁹

O conjunto destes recursos privados e públicos é denominado pelos teóricos do terceiro setor como “capital social”. Nesse valor ainda deve ser incluída a geração de empregos e serviços, além de ganhos sociais. Nesse sentido, pode-se afirmar que a economia do Terceiro Setor é um meio pelo qual o país poderá resolver a maioria de seus problemas sociais através de milhares de organizações atuando na sociedade civil. Essas organizações podem ser gerenciadas com um mínimo de recursos e ainda atuam de forma autônoma, em parceria com o Estado, nos mais diversos níveis sociais, gerando projetos e assumindo responsabilidades.⁴⁴⁰

Na mesma linha de pensamento de Simões, Ruth Cardoso afirma que o Terceiro Setor é um caminho a ser trilhado e explorado, aperfeiçoando as experiências adquiridas. Para ela o terceiro setor “é o caminho para uma ação social consequentemente eficaz”.⁴⁴¹

A partir do exposto conclui-se que o Estado consegue atender melhor às suas necessidades sociais por meio de organizações do Terceiro Setor do que por meio do próprio governo. Frequentemente são divulgadas pela mídia notícias sobre políticos envolvidos em desvio de verbas destinadas à ação social. Assim, percebe-se também que os recursos financeiros que são gastos apenas para mover a máquina pública, quando colocados na mão do Terceiro Setor já estão chegando aonde a necessidade exige.

2.8 Conclusão

Neste capítulo procurei pesquisar mais a historicidade de abandono e as causas atuais. Segundo Roberto da Silva, conforme já mencionado na introdução desta pesquisa, muitos

⁴³⁸ SIMÕES, 2011, p. 494.

⁴³⁹ SIMÕES, 2011, p. 494.

⁴⁴⁰ SIMÕES, 2011, p. 495. Para mais detalhes sobre a captação de recursos para ação social, veja: LYRA, Fernanda. Captando recursos com o governo federal. *Revista Filantropia*. São Paulo: n. 62, p. 22. As edições de número 58, 59, 60, 61 e outras também trazem informações sobre captação de recursos.

⁴⁴¹ CARDOSO, 2005, p. 12.

estudos tem sido realizados sobre a criança institucionalizada, porém poucos são realizados sobre as causas do abandono e sobre o atrelamento das políticas de amparo à criança.⁴⁴²

No primeiro capítulo já trabalho com a historicidade do abandono. Ela é descrita nos itens “Contexto geográfico” e “Contexto cultural” de Nova Ramada no início desse capítulo, exatamente para explicar o fenômeno do abandono de crianças nessa região que fez surgir o Orfanato Henrique Liebich. A conclusão aponta como maior motivo para o abandono de crianças a desestruturação familiar. Curiosamente, o mesmo motivo apontado por Silva. Para ele a desestruturação familiar, historicamente apontada como a principal causa do abandono de crianças, tem início, entre nós, com a exploração sexual da mulher indígena por parte do homem branco.

No atual capítulo, ao analisar a história de abandono de crianças, principalmente sob o fenômeno da Roda dos Expostos, chegamos à mesma conclusão: é causado pela desestruturação familiar. Muitas crianças, mesmo tendo pais, eram abandonadas nas Rodas. Em muitas famílias ainda não havia sido nem ensinado e nem desenvolvido o amor materno e o paterno, ou seja, o afeto familiar. Outras crianças eram enjeitadas por serem filhas de relações adulterinas ou de gravidez “fruto de relacionamentos passageiros”.⁴⁴³

Quanto à questão da adoção por brasileiros, pesquisas apontam para o fato de estes terem um perfil altamente selecionador. Adotam apenas crianças recém-nascidas de olhos azuis, com raras exceções. Os brasileiros têm a mentalidade de adotar uma criança para a família ou o casal. O adotante estrangeiro tem uma mentalidade inversa. Adota sem distinção de idade e raça e com o objetivo de proporcionar à criança uma família. Essa mentalidade, inversa à do brasileiro, fez com que o governo brasileiro facilitasse a adoção internacional incluindo o adotante estrangeiro no CNA.

Mais recentemente, a exploração da criança não se dá somente através do trabalho infantil. Sob nova modalidade, ela agora é explorada ou abusada sexualmente. É prostituída ou explorada sexualmente para fins de comércio. Não vai mais parar em uma instituição de acolhimento por necessidades materiais, mas por casos de exploração sexual. Percebi também, na descrição deste capítulo, que corrobora muito essa situação a erotização da sociedade. Os adultos querem satisfazer seus desejos sexuais a qualquer custo, não lhes

⁴⁴² SILVA, 1997, p. 48.

⁴⁴³ SOUZA, [s.d.], p. 62.

interessando se para isso tiverem que abandonar, traficar, abusar ou explorar uma criança ou adolescente.

Outra constatação deste capítulo é que a questão do consumismo está muito impregnada nas famílias atuais. A mãe e o pai trabalham fora o dia todo, alguns ainda estudam à noite e a criança fica o dia na creche ou escola ou, na melhor das hipóteses, com a avó. Sei que é necessário que ambos os pais trabalhem, mas enquanto os filhos são pequenos e dependem diretamente da mãe esta poderia dedicar mais tempo a eles. Evidentemente esse posicionamento da mãe em casa cuidando das crianças requer um planejamento financeiro.

Percebi também que cada vez mais se exige tecnologia e intelectualidade e menos força braçal para o desempenho de funções profissionais. Como o número de crianças está diminuindo, é possível melhorar a qualidade da educação. Porém, isso não significa deixá-los na creche ou escola o dia todo aos cuidados de “tias” ou educadoras. A educação começa em casa e não pode ser terceirizada. Portanto, cabe aos pais ajudar a criança a desenvolver todo o seu potencial. Isso significa um investimento no progresso da Humanidade, porque nesses primeiros e fundamentais anos de vida toda assistência que se puder dar à criança fará uma enorme diferença em seu desenvolvimento físico, intelectual e emocional.

Em relação à legislação, está sendo aprimorada para que as adoções aconteçam com mais rapidez evitando a institucionalização da criança. A redução no número de acolhidos no Lar deve-se a fatores como: políticas públicas do governo, como a redução da pobreza e a Lei n. 12.010 que quantificou o tempo de permanência da criança e do adolescente em um programa de acolhimento, ou seja, até dois anos. Contudo, a mesma lei não contempla crianças que têm irmãos, ou que já são adolescentes ou portadores de algum tipo de deficiência física, tendo mais dificuldades para serem adotados.

O Lar, como prestador de Serviço de Alta Complexidade de Assistência Social, está enquadrado como Terceiro Setor, beneficiando o município de Ijuí mais aqueles que pertencem à comarca de Ijuí.

Diante dessa situação, mesmo com toda legislação de proteção à infância, a Igreja de modo geral e também a CBPSB devem buscar alternativas para a proteção das famílias. Além desta proteção, os segmentos religiosos devem estar preparados para identificar casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. A Igreja não pode se omitir, mas deve orientar seus membros a como fazer denúncias pelo DDN 100. Seus membros devem estar

mais ativos e participar dos serviços de proteção à infância. Somente a partir de uma conscientização da sociedade e a intersectorialização de ações práticas é que se poderá proteger a criança. Além da proteção, é necessária a preparação para que a criança tenha uma boa educação, que parte da família. Do contrário, quando a criança chegar à juventude, saberá apenas o que terceiros ensinaram, fato que pode ser perigoso para uma nação.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA PARA A INFÂNCIA

3.1 Questões introdutórias

Neste capítulo farei uma pesquisa histórica sobre a condição do órfão e da criança ao longo da existência da Humanidade. Descreverei a situação infantil a partir do contexto teológico, sociológico, antropológico e econômico.

Por ser da área de Teologia, iniciarei a pesquisa deste capítulo mais precisamente no judaísmo, tendo como literatura básica o Antigo Testamento. Posteriormente passarei para a época do cristianismo. O Novo Testamento será a literatura básica para essa parte.

As crianças, especialmente aquelas que são órfãs, juntamente com as viúvas e os estrangeiros recebem destaque especial na literatura veterotestamentária. Em torno dessas três categorias de pessoas necessitadas há um vocabulário rico e fica comprovado que a pobreza era vasta. Nos textos bíblicos, a preocupação de Deus em relação às crianças e aos órfãos já pode ser observada logo nos primeiros livros.

3.2 Órfãos no Antigo Testamento

3.2.1 Órfãos na Lei Sinaítica⁴⁴⁴ e na formação da legislação do Deuteronômio

Os cuidados para com os órfãos já são mencionados na Lei Sinaítica. O termo usado para descrever órfão é **יָתוֹם** (*yātôm*), aparece 41⁴⁴⁵ vezes no Antigo Testamento e sempre está associado ao estrangeiro e à viúva. Na verdade, a tríade aparece sempre ou quase sempre na seguinte ordem: estrangeiro, órfão e viúva. “Quando vocês estiverem fazendo a colheita de sua lavoura e deixarem um feixe de trigo para trás, não voltem para apanhá-lo. Deixem-no para o estrangeiro, para o órfão e a viúva, para que o Senhor, o seu Deus, os abençoe em todo o trabalho das suas mãos” (Dt 24.19).

⁴⁴⁴ Por Lei Sinaítica se entende toda a Lei atribuída a Moisés. A legislação do Deuteronômio é a complementação da Lei Sinaítica para que o povo de Deus tivesse condições de entendê-la e cumpri-la na prática.

⁴⁴⁵ O termo ocorre também em ugarítico (*UT 19*: n° 1168), “onde se diz que o Deus maior El trata o órfão e a viúva com beneficência. Não é de surpreender essa consciência comum de misericórdia. Não foram preservadas as leis de Ugarite específicas sobre tais questões” (HARTLEY, John E. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Gleason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 688).

O significado do termo *yātôm* é dedutível do livro de Lamentações de Jeremias 5.3: “Somos órfãos de pai, nossas mães são como viúvas”. O termo está restrito à criança cujo pai já faleceu. Não há indicação de criança sem pai e sem mãe. Isso se deve ao fato de apenas o homem ter *status* de cidadão livre. A mulher obtinha direitos apenas do marido ou filho maior de idade. O pai, como cidadão livre, garantia o sustento para a mulher e os filhos menores, tinha acesso, como proprietário, aos meios de produção e direito à palavra em questões jurídicas que eram julgadas ou deliberadas no portão da aldeia.⁴⁴⁶

Em caso de falecimento do pai os direitos da viúva e dos filhos menores ficavam suspensos, porém o acesso a terra ficava-lhes garantido desde que um cidadão livre ficasse responsável pela produção. Somente ao se tornar maior de idade é que o filho podia assumir a herança paterna; ao mesmo tempo tornava-se cidadão livre. Viúvas que não tinham filhos eram resgatadas pela Lei do Levirato (Dt 25.5-10), caso contrário, obrigavam-se a voltar para a casa paterna.⁴⁴⁷

Provavelmente os órfãos e as viúvas não passavam por grandes dificuldades no período pré-estatal da história de Israel. A solidariedade grupal atendia às necessidades dos filhos e viúvas dos companheiros falecidos. O acesso de todos aos meios de produção e a partilha dos produtos em comum provavelmente garantia o sustento a todos, embora essa teoria não esteja totalmente comprovada pela falta de textos.⁴⁴⁸ De Vaux ainda define a solidariedade familiar como גֹּאֵל (*goel*). Os membros de uma família devem ajudar outra família ou pessoas em caso de necessidade. A execução desse dever é “regulada por uma instituição da qual se encontram formas análogas em outros povos, por exemplo, árabes, mas que, em Israel, toma uma forma particular, com um vocabulário especial”. É a instituição do *goel*, palavra procedente de uma raiz que significa “resgatar, reivindicar” e, mais fundamentalmente, “proteger”.⁴⁴⁹

A passagem da vida nômade para a sedentária e posteriormente urbana trouxe como consequência transformações que afetaram os fortes costumes familiares. Já não havia mais muitas famílias patriarcais que reuniam várias gerações em torno de um patriarca. Até os escravos eram poucos nas famílias. Surgiu assim uma nova classe social: os “mercenários

⁴⁴⁶ DREHER, Carlos A.; BIEHL, João Guilherme; SCHWANTES, Milton. *Deixem vir a mim as crianças porque delas é o reino de Deus*. São Leopoldo: CEBI, 2008. p. 30. (A palavra na vida; 251.)

⁴⁴⁷ DREHER, 2008, p. 30.

⁴⁴⁸ DREHER, 2008, p. 30.

⁴⁴⁹ VAUX, R. de. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. Tradução de Daniel de Oliveira. São Paulo: Teológica, 2003. p. 43.

assalariados”. Os fortes grupos familiares praticamente não existiam mais. Agora existiam um rei e seus súditos, patrões e trabalhadores, ricos e pobres. O chefe de família não exercia mais sua autoridade ilimitada e o julgamento de uma situação pertencia aos anciãos da cidade. De Vaux entende que o

sentimento de solidariedade decresce e a pessoa se desliga cada vez mais do grupo familiar. O princípio da responsabilidade pessoal é estabelecido em Dt 24.16, é aplicado em 2Re 14.6, é afirmado em Jr 31.29-30, e é desenvolvido em Ez 14.12-20; 18.10-20. Por outro lado, o dever de mútua assistência entre parentes cai no esquecimento e os profetas se veem obrigados a defender a causa da viúva e do órfão.⁴⁵⁰

Para Deus, os crimes contra o estrangeiro, órfão e a viúva parecem ser da pior espécie. Deus exigia do Seu povo misericórdia, porque Ele mesmo é “misericordioso” (Êx 22.27). Caso alguém decidisse proceder de modo contrário em relação aos oprimidos, far-se-ia valer a palavra de maldição proferida por Deus que, aliás, tem muito valor para o povo hebreu.

O órfão ainda gozava de leis de assistência social como a festa das cabanas: “Alegram-se nessa festa com os seus filhos e suas filhas, os seus servos e suas servas, os levitas, os estrangeiros, os órfãos e as viúvas que vivem na sua cidade” (16.14). O mesmo acontecia com a festa da colheita: “Quando vocês estiverem fazendo a colheita da sua lavoura e deixarem um feixe de trigo para trás, não voltem para apanhá-lo. Deixem-no para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva, para que o Senhor, o seu Deus, os abençoe em todo trabalho das suas mãos” (Dt 24.19). Ainda há mais uma lei para o órfão, a lei do dízimo: “Quando estiverem separando o dízimo de tudo quanto produziram no terceiro ano, o ano do dízimo, entreguem-no ao levita, ao estrangeiro, ao órfão e à viúva, para que possam comer até saciar-se nas cidades de vocês” (Dt 26.12).

Mesmo que eles tivessem motivos para prantejar sua situação, não eram excluídos das festas de peregrinação. Deveriam juntar-se aos demais e alegrar-se com os filhos de Deus. “E alegrem-se perante o Senhor, o seu Deus, no local que ele escolher para habitação do seu nome, junto com os seus filhos e as suas filhas, os seus servos e as suas servas, os levitas que vivem na sua cidade, os estrangeiros, os órfãos e as viúvas que vivem com vocês” (Dt 16.11).

Parece que o desdobramento da Lei Sinaítica se organiza de tal forma a não permitir a existência de pobres ou necessitados no meio do povo de Deus. Mesmo assim, é necessário

⁴⁵⁰ VAUX, 2003, p. 45.

abrir um parêntesis e destacar os termos hebraicos para descrever⁴⁵¹ o pobre, vendo que relação há com o órfão.

a) אֶבְיוֹן (*'ebyôn*) – “Alguém em estado de privação, um pobre ou necessitado”. Significa pobre no sentido material, como alguém que pode ter perdido suas terras ou as de seus pais.⁴⁵² “Plantem e colham em sua terra durante seis anos, mas no sétimo deixem-na descansar sem cultivá-la. Assim os pobres do povo poderão comer o que crescer por si, e o que restar ficará para os animais do campo. Façam o mesmo com suas vinhas e seus olivais” (Êx 23.10-11).

Pode ser alguém que por algum motivo caiu em estado de pedinte: “Se houver algum israelita pobre em qualquer das cidades da terra que o Senhor, o seu Deus, lhes está dando, não endureçam o coração, nem fechem a mão para com seu irmão pobre” (Dt 15.7). O termo *'ebyôn* leva a pensar que já naquela época pessoas poderiam chegar ao extremo de explorar ou reter a parte de um irmão israelita. Esse pensamento fica ainda mais forte quando se observa o verso 9: “Cuidado! Que nenhum de vocês alimente este pensamento ímpio: ‘O sétimo ano, o ano do cancelamento das dívidas está se aproximando, e não quero ajudar meu irmão pobre’. Ele poderá apelar para o Senhor contra você, e você será culpado desse pecado” (Dt 15.9).

O fato de o autor do Código Deuterônomico mencionar a intenção ímpia das pessoas faz com que “sempre [haja] pobres na terra...” (Dt 15.11). O mesmo dito foi repetido por Jesus séculos mais tarde por ocasião da Sua preparação para a sepultura (Mc 14.8). Ele se encontrava na casa de Simão, o leproso, em Betânia, quando uma mulher aproximou-se Dele e derramou perfume caríssimo sobre Sua cabeça. Os que assistiram à cena ficaram indignados e falavam uns aos outros que aquele perfume poderia ser vendido e o dinheiro dado aos pobres, já que perfazia a soma de trezentos⁴⁵³ denários. Repreenderam duramente a mulher, dizendo que o valor poderia ser designado aos pobres. Então Jesus aproveitou a ocasião para fazer uma atualização do Código Deuterônomico: “Deixem-na em paz”, disse Jesus. “Por que a estão perturbando?” (Mc 14.6). “Pois os pobres vocês sempre os terão com vocês, e poderão ajudá-los sempre que o desejarem” (Mc 14.7). Aqui se percebe que Jesus sai em defesa da

⁴⁵¹ Para a descrição seguirei a forma como os termos se encontram em: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Gleason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

⁴⁵² COPPES, Leonard J. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Gleason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 4.

⁴⁵³ O valor atualizado seria de aproximadamente R\$ 7.000,00.

pobre mulher quando ela é atacada por ímpios que normalmente são mencionados em Deuteronômio, e como Deus defenderia esses pobres.

b) עָנִי (*‘ānî*) – “Pobre, fraco, aflito, humilde”. Esse termo, mesmo que empregado em paralelismo sinônimo com *ebyôn* e *dal*, difere de ambos por tentar dar uma ideia de disfunção física ou aflição. Um exemplo a ser citado é: “Não se aproveitem do pobre e necessitado, seja ele um irmão israelita ou um estrangeiro que viva numa das suas cidades. Paguem-lhe o seu salário diariamente, antes do pôr do sol, pois ele é necessitado e depende disso. Se não, ele poderá clamar ao Senhor contra você, e você será culpado de pecado” (Dt 24.14-15). Nesse exemplo o empregado e assalariado é visto como *‘ebyôn* e *‘ānî*. As instruções que Israel recebe são de não reter o seu salário visto ser ele um *‘ānî* tendo a faculdade de invocar o nome do Senhor sobre a injustiça que lhe foi feita. Um *‘ānî* necessita do seu salário diário, sendo alguém indefeso e sujeito à opressão.⁴⁵⁴

Israel também recebe ordens para dar esmolas ao *‘ānî*, uma vez que essa prescrição tem a aprovação de Deus. “Sempre haverá pobres na terra. Portanto, eu lhe ordeno que abra o coração para o seu irmão israelita, tanto para o pobre como para o necessitado de sua terra” (Dt 15.11).⁴⁵⁵ Aqui a Lei não tem apenas o ideal de servir ao necessitado ou oprimido, mas, ao mesmo tempo, é realista mostrando a probabilidade da desobediência e, conseqüentemente, de sempre haver alguém necessitado.

c) דָּל (*dal*) – “Aquele de condição humilde”. Aparece 62 vezes e denota humildade tanto no sentido de condição como de objetivo. O uso metafórico do verbo expressa um estado de privação que, por causa da extrema miséria, mostra clamor a Deus.⁴⁵⁶ Pode ser considerada a palavra para descrever a classe mais pobre de Israel: “Só ficaram os mais pobres” (2Rs 24.14). O termo também foi usado por Gideão quando disse: “Meu clã é o menos importante de Manassés, e eu sou o menor da minha família” (Jz 6.15).

Ainda denota a falta de bens materiais: “A riqueza dos ricos é a sua cidade fortificada, mas a pobreza é a ruína dos pobres” (Pv 10.15); “pisam a cabeça dos necessitados como pisam o pó da terra, e negam justiça ao oprimido. Pai e filho possuem a mesma mulher e assim profanam o meu santo nome” (Am 2.7). A essas pessoas pobres Deus ordena Sua

⁴⁵⁴ COPPES, 1998, p. 1145.

⁴⁵⁵ COPPES, 1998, p. 1145.

⁴⁵⁶ COPPES, 1998, p. 315.

justiça e proteção.⁴⁵⁷ “Ai daqueles que fazem leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo, fazendo das viúvas a sua presa e roubando dos órfãos!” (Is 10.1-2).

d) חֵלְכָה (hēlkā) – “Infeliz, desafortunado, pobre”. Aparece apenas no contexto do Salmo 10. Esse salmo retrata como Deus fará justiça aos pobres e infelizes, que são traídos pelos ímpios. Estes imaginam que Deus não percebe a destruição que causam aos necessitados. Nesse salmo, o órfão é orientado a buscar ajuda no Senhor, que é o ajudador dos órfãos (10.14).⁴⁵⁸ Esse salmo já foi analisado no subitem 1.2.5.

e) יָרַשׁ (yārash) – “Tomar posse, desalojar, herdar, deserdar, ocupar, apoderar-se de, ser herdeiro, empobrecer”. No contexto de aliança no decorrer da história de Israel, a raiz tem duplo significado: “herdar e desalojar”. Deus estabeleceu uma aliança com Israel na qual este seria o Seu povo. O povo da aliança. Nessa aliança está inserida para Israel a promessa de uma herança na qual todos poderiam se desenvolver para se tornar povo, embora Israel já tenha se tornado povo no Egito.⁴⁵⁹

Em Deuteronômio aparece o maior número de ocorrências de *yārash*: aproximadamente 260 vezes. O programa de conquista exigia que o povo procedesse de acordo com a lei dada no monte Sinai. A exigência era a garantia da ajuda de Deus. No entanto, para contar com a ajuda divina o povo também deveria se aproximar da terra pela fé.⁴⁶⁰

Existe um claro padrão teológico estabelecido aqui. Aliança resulta em herança, mas é preciso vir até a herança a fim de obtê-la. E deve-se estar disposto a enfrentar todos os adversários para obter a herança. E, no entanto, na realidade é Deus quem derrota os adversários e permite a obtenção da herança.⁴⁶¹

⁴⁵⁷ COPPES, 1998, p. 313-314.

⁴⁵⁸ SMICK, Elmer B. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Gleason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 468-469.

⁴⁵⁹ HARTLEY, 1998, p. 671-672.

⁴⁶⁰ HARTLEY, 1998, p. 672.

⁴⁶¹ HARTLEY, 1998, p. 672.

g) ψ^7 (*rîsh*) – “Pobreza”. Dá a ideia de privação absoluta de bens e ocorre 32 vezes. Descreve a condição das classes sociais mais pobres e indefesas.⁴⁶² “Não mude o lugar dos antigos marcos de propriedade, nem invada a terra dos órfãos” (Pv 32.10).

Fechando agora o parêntesis sobre os termos hebraicos que descrevem os pobres ou necessitados, podemos concluir que em meio à pobreza sempre poderiam existir órfãos, mesmo que não apareça claramente. Essa conclusão surge da existência de sociedades corruptas que procuravam extorquir o estrangeiro e fazer mal ao órfão e à viúva. A intenção inicial da Lei Sinaítica era boa, como vê Pedro Kramer em sua pesquisa *Origem e legislação do Deuteronômio*: programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos.⁴⁶³ Porém, é necessário destacar que nem todos os órfãos eram pobres, mas poderiam estar indefesos ou fragilizados. Assim, o órfão também é protegido pelas leis bíblicas por estar fragilizado, a exemplo do estrangeiro e da viúva.

3.2.2 Órfãos nos livros proféticos

3.2.2.1 Profetas pré-exílicos

Acima o órfão é descrito logo nos primeiros livros bíblicos, a partir da Lei Sinaítica e da formação da legislação do Deuteronômio. Neste subitem descreverei o órfão a partir dos profetas pré-exílicos, exílicos e pós-exílicos.

3.2.2.1.1 Amós

Não há dados totalmente concretos para estabelecer uma data exata para as profecias de Amós, embora seja um dos maiores dos profetas menores. Profetizou durante os dias do rei Uzias, rei de Judá, e de Jeroboão II, rei de Israel, aproximadamente em 760 a.C. Não era profeta profissional e nem pertencia a algum grupo de profetas. Cuidava de gado e fazia colheita de figos silvestres (Am 7.14). Era pastor de ovelhas em Tecoa (Am 1.1) e denunciou com veemência os pecados do rei Jeroboão e da alta classe de Samaria e foi por eles acusado de traição (Am 7.7-8.2).

Sua mensagem era de julgamento e cobrança sem alívio. Mesmo que no final do livro sua mensagem contenha algumas linhas sobre a misericórdia de Deus, prenuncia desastre

⁴⁶² WHITE, William. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998, p. 1414.

⁴⁶³ KRAMER, Pedro. *Origem e legislação do Deuteronômio*: programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos. São Paulo: Paulinas, 2006.

iminente, ou seja, o exílio. Para ele, o “pecado nacional conduz a julgamento nacional e quanto maior o privilégio e a oportunidade de uma nação, maior também deve ser seu julgamento”.⁴⁶⁴

O termo *yātôm* não aparece em Amós, talvez por Amós ser de ambiente rural. Porém, o profeta fala claramente de *'ebyôn*, *'ānî* e *dal*, respectivamente “necessitados”, “pobres” e “menor de todos”. Amós dá a entender que o povo de Amom tinha laços de parentesco com os israelitas por meio de Ló. Enquanto guerreavam, os amonitas cometeram atrocidades contra os israelitas em Gileade arrancando fetos de mulheres grávidas para conseguir expandir seus limites territoriais (Am 1.13). A opressão e a exploração aqui começam com fetos e vão até “venderem por prata um justo, e por um par de sandálias o pobre. Pisam a cabeça dos necessitados [fetos?] como pisam o pó da terra, e negam justiça ao oprimido” (Am 2.6-7).

Deus se preocupa especialmente com os pobres e necessitados que são abusados e explorados. As festas que aconteciam em Israel e que eram instituídas pelo próprio Deus eram consideradas empecilhos para os negócios, pois nesses dias não se podia trabalhar. “Ouçam, vocês que pisam os pobres e arruinam os necessitados da terra, dizendo: ‘Quando acabará a lua nova para que vendamos o cereal? E quando terminará o sábado para que comercializemos o trigo, diminuindo a medida, aumentando o preço, enganando com balanças desonestas e comprando o pobre com prata e o necessitado por um par de sandálias, vendendo até a palha com trigo?’” (Am 8.4-6).

Neste cenário Amós, que não era profeta de uma escola propriamente dita, era corajoso em suas denúncias, estava sempre a par dos acontecimentos sociais e nacionais e tinha grande senso de justiça social. “Essa mensagem deve servir de alerta a todos os que se apoderam de terras que pertencem a outros”.⁴⁶⁵ É ainda a mesma mensagem que vale para a Igreja dos dias atuais.

3.2.2.1.2 Oseias

O ministério profético de Oseias ocorreu aproximadamente em 750 a.C., coincidindo, portanto, com o de Amós. Não se atém tanto à justiça social e a suas consequências mas fala do amor de Deus por Seu povo. O profeta, sua esposa e seus filhos servem como ilustração desse amor; as traições do povo foram representadas pela esposa. Para a presente pesquisa, é

⁴⁶⁴ BITRUS, Daniel. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. p. 853.

⁴⁶⁵ BITRUS, 2010, p. 1062.

interessante mencionar o seguinte texto: “O povo de Samaria carregará a sua culpa, porque se rebelou contra o seu Deus. Eles serão mortos à espada; seus pequeninos serão pisados e despedaçados, suas mulheres grávidas terão rasgado os seus ventres” (Os 13.16). A exemplo do que é citado por Amós, essas atrocidades faziam parte das guerras antigas para intimidar os inimigos. A impiedade dos soldados ia contra os inocentes para que pudessem tirar vantagem em áreas de terra ou até mesmo em dinheiro.

Quanto ao termo *yātôm*, este é mencionado apenas uma vez por Oseias (Os 14.3). Está num contexto de confissão, em que o povo deve se arrepender dos seus pecados de idolatria e de alianças políticas e voltar-se para o seu Deus. O uso do termo “órfão” faz com que o povo se lembre do perdão de Deus e de Sua misericórdia prometida no passado.

3.2.2.1.3 Isaías

Isaías nasceu em Jerusalém no período do reinado de Uzias e também foi no final do reinado desse monarca que recebeu o chamado de Deus (Is 6.1). Era um profeta urbano, fato que lhe facilitava a observação de órfãos e viúvas. Destacou-se pela originalidade de seus pensamentos, bem como seu estilo de profecia. Em épocas de catástrofes sem precedentes ele exortava o povo a confiar em Deus. Teve um longo ministério, aproximadamente de 740 a 680, portanto em torno de sessenta anos, até a morte de Senaqueribe (Is 37.37-38). Para Milton Schwantes, no templo de Jerusalém Isaías representava a teologia do monte Sião. Essa representação teológica o diferenciava dos outros profetas, como Miqueias que profetizou a ruína de Sião (Mq 3.12). No entanto, para Isaías o templo é asilo e lugar de defesa dos pobres e necessitados.⁴⁶⁶ “O Senhor estabeleceu Sião, e nela encontrarão refúgio os aflitos do seu povo” (Is 14.32).

O cenário espiritual e político de Judá estava comprometido com alianças estrangeiras em vez da confiança no seu Deus (Is 7.12) a partir da liderança de Acaz. Este também sacrificou inutilmente seu filho mais velho na tentativa de apaziguar as forças divinas e ainda substituiu a adoração a Deus por idolatria estrangeira.

O profeta começa logo a falar dos cultos ritualísticos mas sem fé dos filhos de Israel (Is 1.10-16). Eles estavam preocupados com os adornos religiosos mas sem o espírito que constitui o cumprimento de toda a Lei. Para Isaías, a exigência fundamental no culto era “aprendam a fazer o bem! Busquem a justiça, acabem com a opressão. Lutem pelos direitos

⁴⁶⁶ DREHER, 2008, p. 12.

do órfão, defendam a causa da viúva” (Is 1.17). Ele poderia ter citado aqui outra classe de necessitados, mas menciona os órfãos. Os rituais praticados pelo povo poderiam enganar os outros levando-os a pensar que o povo desenvolvia um relacionamento autêntico com seu Deus; contudo, Deus percebe a hipocrisia interior. Em vez de rituais, Deus queria a santificação e o amor ao próximo. Para Isaías era impossível praticar culto sem demonstrar amor ao próximo. “Esse amor deve ser demonstrado em nosso comportamento político, econômico e religioso”.⁴⁶⁷

Isaías faz um convite ao povo para que se arrependa dos seus pecados e os leva a refletir sobre as consequências da obediência e da desobediência. Deus acusa a cidade de prostituição, a qual antes era “cheia de justiça” (Is 1.21) e agora está repleta de ladrões e assassinos. “Seus líderes são rebeldes, amigos de ladrões; todos eles amam o suborno e andam atrás de presentes. Eles não defendem os direitos do órfão, e não tomam conhecimento da causa da viúva” (Is 1.23).

Novamente o profeta descreve a situação degradante do povo e aponta as necessidades do órfão e da viúva. A virtude dos governantes, que deveria ser cuidar dos órfãos e viúvas, acabou por se transformar em um vício de exploração de necessitados. Para Carlos Dreher, ambas as palavras (1.10-17, 21-26)

permitem deduzir que a defesa dos direitos dos órfãos é tarefa dos príncipes. Ao rei e aos magistrados, cabe fazer justiça aos pequenos oprimidos. Contudo, o Estado não está a serviço dos fracos. Deixa-se subornar, busca recompensas e acoberta os desmandos da elite econômica. Companheiros de ladrões não se prestam a defender os injustiçados.⁴⁶⁸

De acordo com John Bright, “o Estado e seus programas, sua riqueza e sua prosperidade, até sua religião e seus esforços mais nobres pela reforma, não podem produzir o reino de Deus, nem podem criar o povo sobre o qual Ele reinará”. Ainda conforme Bright, “a ordem terrestre, na melhor das hipóteses, é uma aproximação fraca da ordem de Deus, e na pior, é uma paródia dela”.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ NSIKU, Edouard Kitoko. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. p. 840.

⁴⁶⁸ DREHER, 2008, p. 33.

⁴⁶⁹ CARRIKER, Timóteo. *Missão integral: uma teologia bíblica*. São Paulo: Sepal, 1992. p. 133.

Quando o ser humano se afasta de Deus torna-se alienado do Mesmo. Segundo Tillich, o pecado pode ser entendido como separação de Deus, do outro e de si mesmo.⁴⁷⁰ Sob o ponto de vista da diaconia, um indivíduo ao se separar de si mesmo perde a essência do ser, ferindo a si mesmo – como já demonstrado acima pelo povo de Deus rebelde –, e ao se separar do outro deixa de lhe ser auxiliador e com essa atitude já lhe fere, causando-lhe sofrimento. Essa também é uma denúncia que não passa despercebida aos olhos do profeta: “Ai daqueles que fazem leis injustas, que escrevem decretos opressores, para privar os pobres dos seus direitos e da justiça os oprimidos do meu povo, fazendo das viúvas a sua presa e roubando dos órfãos!” (Is 10.1-2).

Na verdade o que Isaías está fazendo é exercer o “sentido profético dos menores”: em 1.17 postula a defesa dos órfãos. Em 1.23, denuncia a ausência do direito destes em Jerusalém. Em 10.2 acusa os governantes de estarem “roubando os órfãos”.⁴⁷¹ Porém, além de denunciar o mal Isaías é sensível para com os pequenos e aplica a eles a era vindoura messiânica quando diz: “O lobo viverá com o cordeiro, o leopardo se deitará com o bode, o bezerro, o leão e o novilho gordo pastarão juntos; e uma criança os guiará” (Is 11.6).

Como se pode observar nos textos acima, a esperança por um Estado justo já não existe. O próprio Estado cria leis que oprimem os *'ebyôn*, *'ānī* e *dal* e roubam os *yatomim*. Mesmo que não se saiba exatamente o objeto do roubo, Carlos Dreher afirma que

parece evidente tratar-se daquilo que o órfão ainda tem: o direito a terra deixada por seu pai. Tiram ao indefeso o seu acesso ao meio de produção e ao produto, juntando ‘casa a casa, campo a campo’ (Is 5.8). Com isso a monarquia israelita acelera o processo de desintegração da antiga solidariedade existente nos núcleos de produção autônomos, formados pelas associações protetoras de famílias. A lei permite agora que a terra seja alienada, caindo em mãos da elite econômica. Quebra-se a solidariedade, e engrossam-se os contingentes de mão de obra disponíveis para os trabalhos da corte. Sem direito a terra, o órfão torna-se definitivamente objeto de manipulação dos detentores dos meios de produção. Torna-se jornaleiro, quando não escravo.⁴⁷²

3.2.2.1.4 Jeremias

Jeremias era sacerdote de Anatote (Jr 1.1). Tornou-se profeta no décimo terceiro ano de Josias (Jr 1.2) e continuou até o exílio de Judá em 586. Os capítulos 39-44 indicam que ele

⁴⁷⁰ TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. São Leopoldo: 2005. p. 339.

⁴⁷¹ DREHER, 2008, p. 14.

⁴⁷² DREHER, 2008, p. 14.

continuou profetizando após a queda de Jerusalém e foi forçado a acompanhar o grupo de exilados ao Egito.

Assim como Isaías, Jeremias também tem em mente logo no início de seu livro a exploração em relação ao pobre e ao órfão. Sua denúncia aponta a presença de pessoas ímpias no meio do povo. Ele denuncia três tipos de opressores: os ricos, os falsos profetas e os sacerdotes (Jr 5.26-31). Os ricos exploram os pobres; os profetas são falsos e os sacerdotes, dominadores. As três classes pouco se interessam pela vontade divina e muito menos em defender o direito dos órfãos e pobres, antes se aproveitam dessa situação para enriquecer.

Já na porta do templo em Jerusalém (7.1) Jeremias apela que haja arrependimento e que cada um corrija a sua conduta e suas ações: “Mas se vocês realmente corrigirem a sua conduta e as suas ações, e se, de fato, tratarem uns aos outros com justiça, se não oprimirem o estrangeiro, o órfão e a viúva e não derramarem sangue inocente neste lugar, e se vocês não seguirem outros deuses para a sua própria ruína, então eu os farei habitar neste lugar, na terra que dei aos seus antepassados desde a antiguidade e para sempre” (Jr 7.5-7). Jeremias insiste que todos os que estiverem ligados ao templo e ao culto endireitem seus caminhos. Pouco ou nenhum valor tem ser religioso se estrangeiros, viúvas e órfãos estiverem sendo oprimidos. O profeta também menciona o “derramar sangue inocente neste lugar”. Aqui é necessário ver de quem é esse sangue inocente. O texto não é explícito sobre isso, mas, segundo Carlos Dreher, seriam os próprios estrangeiros, viúvas e órfãos que são assassinados ou espoliados até a morte por meio de trabalhos forçados na cidade.⁴⁷³

O profeta recebe ordens para descer até Judá e no palácio real proclamar Sua mensagem: “Assim diz o Senhor: administrem a justiça e o direito: livrem o explorado das mãos do opressor. Não oprimam nem maltratam o estrangeiro, o órfão ou a viúva; nem derramem sangue inocente neste lugar” (Jr 22.3). O rei e sua corte não estão defendendo o pobre da mão do opressor e ainda derramam sangue inocente para atingir seus objetivos pessoais (veja também Jr 22.17).

Percebemos que até a queda de Jerusalém a situação do estrangeiro, da viúva e do órfão é de exploração, abandono, assassinato e outros. A classe dominante da época aproveita-se dos mais fracos para explorá-los, fato que já é condenado com veemência pelo profeta Amós: “Vocês oprimem o pobre e o forçam a dar-lhes o trigo. Por isso, embora vocês

⁴⁷³ DREHER, 2008, p. 34.

tenham construído mansões de pedra, nelas não morarão; embora tenham plantado vinhas verdejantes, não beberão seu vinho” (Am 5.11).

Os salmos também vão mostrar que não basta se apoiar no templo e na religião para ser santo (os já mencionados no item 1.2.5 não serão repetidos aqui). “Massacram o teu povo, Senhor, e oprimem a tua herança; matam as viúvas e os estrangeiros, assassinam os órfãos, e ainda dizem: O Senhor não nos vê; o Deus de Jacó nada percebe” (Sl 94.5-7). O termo hebraico usado para “matar” é הָרַג (*hārag*). Foi utilizado para descrever o crime de Caim (Gn 4.8). Esse termo “raramente é usado em relação a matar animais. Normalmente é usado em relação a homens, e numerosas vezes descreve morte violenta, por intriga ou na guerra. Nunca é usado para descrever o abate de animais sacrificiais, e raramente descreve a morte de animais para alimentação”.⁴⁷⁴

Já a palavra usada para “assassinar” é רָצַח (*retsaḥ*). Esta aparece pela primeira vez no Decálogo no conhecido “não assassinarás” (Êx 20.13). Num primeiro momento a palavra tem conotação de crime hediondo. Porém, também é usada para descrever crimes acidentais. Contudo, para a morte do estrangeiro e da viúva se usa a palavra *hārag* (“matar”) e quanto ao órfão é usada a palavra *retsaḥ*, ou seja, o crime contra o órfão pode ter sido premeditado. Do contrário, não faria sentido usar dois termos diferentes para o mesmo crime.

Outro salmo que defende os pequenos é: “Até quando vocês vão absolver os culpados e favorecer os ímpios? Garantam justiça para os fracos e para os órfãos; mantenham os direitos dos necessitados e dos oprimidos” (Sl 82.2-3). Nos próximos versos (5-8) Deus anuncia juízo de morte para esses opressores. Ainda o Sl 109.9 anuncia a pena para os opressores: “Fiquem órfãos os seus filhos e a sua esposa, viúva”. Também o salmo 146.8-9 expressa: “O Senhor dá vista aos cegos, o Senhor levanta os abatidos, o Senhor ama os justos. O Senhor protege o estrangeiro e sustém o órfão e a viúva, mas frustra o propósito dos ímpios”.

Assim, os textos analisados

dos salmos, dos profetas, da legislação do Código da Aliança e do Deuteronômio são expressões da verdadeira teologia, da verdadeira fé de Israel. São expressões de pessoas que ainda sabem, em meio ao sistema monárquico corrupto e opressor, que

⁴⁷⁴ STIGERS, Harold G. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Geason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 366.

o Deus do Êxodo, não é, nem pode ser, conivente com os poderosos. Javé é Deus que liberta. Por isso, todo aquele que oprime o órfão não está do lado de Javé. Está do lado oposto, por mais que se apoie no templo e na religião do Estado. Javé há muito tempo tomou o partido dos espoliados. Deste modo, o abandono do órfão é, em última análise, o abandono de Javé.⁴⁷⁵

Mesmo que pessoas sem escrúpulos venham a oprimir e explorar o estrangeiro, a viúva e o órfão, o próprio Deus os defende. “Ele defende a causa do órfão e da viúva e ama o estrangeiro, dando-lhe alimento e roupa” (Dt 10.18). Assim, Deus é conhecido como Pai para os órfãos e defensor das viúvas (Sl 68.5). Como Deus pode ajudá-los na prática? “Não neguem justiça ao estrangeiro e ao órfão, nem tomem como penhor o manto de uma viúva” (Dt 24.17). Deus deixa ordens muito claras em relação aos órfãos. Eles devem merecer a atenção que lhes é devida em suas necessidades diárias. Mas essa devida atenção Deus vai cumprir por meio de pessoas. Por isso Ele ordenou: “Quando vocês estiverem fazendo a colheita da sua lavoura e deixarem um feixe de trigo para trás, não voltem para apanhá-lo. Deixem-no para o estrangeiro, para o órfão e para a viúva, para que o Senhor, o seu Deus, os abençoe em todo trabalho de suas mãos” (Dt 24.19). A mesma ordem também é válida para a colheita de azeitonas (Dt 24.20) e uvas (Dt 24.21).

Os meios práticos que Deus dispõe para atender aos pobres e necessitados são pessoas detentoras de algum tipo de bem, como uma lavoura com colheitas. Porém, atualmente, com a mecanização da agricultura já não faz mais sentido deixar um feixe de trigo para trás. As modernas colheitadeiras são desenvolvidas para não perder, se possível, nenhum grão de trigo na lavoura. Se isso estiver acontecendo, o painel acusa. Com a mecanização da agricultura, 90% da população brasileira migrou de zonas rurais para urbanas, com raras exceções. Isso significa que a maioria das viúvas e órfãos atualmente está em centros urbanos. Então, pode-se concluir que Deus também cumpre Suas promessas para os órfãos por meio da sociedade urbana.

Outro fato digno de nota aqui é que a tecnologia encontra-se em dois extremos: na zona urbana e na rural. Na urbana, a modernização do comércio e da indústria dispensa pessoas para o trabalho e aqueles que quiserem manter-se empregados precisam continuamente atualizar-se em termos profissionais. Podemos avançar mais um pouco: nas instituições bancárias encontram-se cada vez menos funcionários, fato que obriga o próprio cidadão a se familiarizar com caixas eletrônicas. Até para estacionamento é necessário *ticket* de estacionamento às vezes, como já acontece em países de primeiro mundo nos postos de

⁴⁷⁵ DREHER, 2008, p. 36.

combustíveis, o próprio consumidor abastece seu veículo sem a ajuda de um frentista. Na zona rural as máquinas agrícolas trabalham com GPS e a tendência futura é que o agricultor possa controlar sua lavoura de dentro de sua casa, tudo por meio de controle remoto ou outros meios eletrônicos sofisticados e que dispensam mão de obra.

Em meio a estes dois extremos localiza-se a população marginal, periférica, dos grandes e pequenos centros urbanos. São pessoas que não conseguem acompanhar a evolução da tecnologia. Nesse meio encontram-se os pobres, as viúvas e os órfãos. Para estes a opressão da exploração é demasiadamente forte e eles não têm sequer ânimo para continuar vivendo.

3.2.3.1 Profetas exílicos

3.2.3.1.1 Ezequiel

Ezequiel estava entre os exilados que foram levados à Babilônia em 597 a.C. (Ez 1.1), portanto, fora da Palestina. No contexto de Ezequiel, Israel está sem país, sem rei e sem o templo, portanto sem condições de cumprir os rituais mosaicos. O nível espiritual dos exilados na Babilônia com Ezequiel não era superior ao daqueles a quem Jeremias ministrava em Jerusalém. Ezequiel descrevia os exilados com uma frase que se tornou característica dele: “casa rebelde” (Ez 2.5). A mudança geográfica não mudara o coração do povo.

No capítulo 22 o profeta descreve a corrupção de Jerusalém: idolatria, abuso de poder, desrespeito para com os pais, profanação do sábado, incesto, usura e especificamente o verso 7 diz: “Em seu meio eles têm desprezado pai e mãe, oprimido o estrangeiro e maltratado o órfão e a viúva”. Para o capítulo 22 “três oráculos devem ser distinguidos: os pecados de sangue da cidade (Ez 22.1-16); o derreter de Israel (22.17-22) e a acusação das classes e das massas (22.23-31)”.⁴⁷⁶ A maldade que vinha acontecendo e já era criticada por Isaías e Jeremias apenas continua. “O descuido nessa área era uma transgressão tão grande que estava entre aquelas que desencadearam o exílio da pátria prometida aos patriarcas de Israel (Zc 7.10-14) e a perda do trono da família real de Judá (Jr 22.2-9)”.⁴⁷⁷

⁴⁷⁶ BEASLEY-MURRAY, G. R. In: DAVIDSON, F. (Ed.). *O novo comentário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1994. p. 801.

⁴⁷⁷ BACON, Betty. In: FASSONI, Klênia; DIAS, Lissânder; PEREIRA, Welinton. (Org.). *Uma criança os guiará: por uma teologia da criança*. Viçosa: Ultimato, 2010. p. 139.

3.2.3.1.2 Daniel

O nome Daniel significa “Deus é Juiz” ou “meu Juiz”. O nome traz à tona o tema do livro, que é a soberania de Deus sobre os povos e nações. A autoria do livro é atribuída a ele a partir de algumas frases que contêm ou se iniciam com “eu, Daniel” (Dn 8.27; 9.2; 10.2 e Mt 24.15). Daniel e seus amigos foram levados para o exílio na Babilônia no ano de 605 a.C. Serviram a diversos governantes, tanto babilônios como sírios.

Daniel descreve Deus como o Rei soberano de todo o mundo. É Ele quem controla o destino tanto de nações pagãs como de Seu próprio povo exilado. Também revelou Seu imenso poder aos reis babilônicos e persas forçando-os a reconhecer Sua soberania, além de revelar a Daniel os futuros planos de restauração.⁴⁷⁸

Um fato de destaque no trabalho político de Daniel foi a interpretação de um dos sonhos do monarca Nabucodonosor. Na ocasião Daniel também é chamado de Beltessazar (Dn 4.8). Na interpretação do sonho Daniel confronta o rei com seu pecado, que por isso estava entrando por um caminho perigoso. Nabucodonosor era um rei violento (Dn 2.12; 3.19) e a interpretação poderia custar a vida de Daniel. Este sabia do temperamento do rei pelo fato de ter trabalhado junto com ele (Dn 1.6). Porém, por fazer parte do alto escalão de governantes do rei Daniel sabia que este não havia se preocupado o suficiente com os pobres.

O termo aramaico ܐܢܗ (‘*āneh*) para descrever os necessitados está em Daniel 4.24; seu correspondente em português é traduzido por “necessitados” (NVI, 4.27) e “pobre” na Bíblia de Jerusalém (4.24). O termo é aceito como raiz da palavra hebraica אֲנִי (‘*ānī*), “pobre”, “necessitado”. Daniel provavelmente faz uso desse termo porque sabia que na lei mosaica Deus era conhecido como pai dos órfãos, protetor dos fracos, defensor dos pobres e também dos estrangeiros. Construindo seus projetos mirabolantes, Nabucodonosor deve ter explorado e oprimido o povo de Israel usando os recursos que deveriam ser destinados ao povo para satisfazer seus desejos egoístas como rei orgulhoso. De acordo com Provérbios 28.27, “quem dá aos pobres não passará necessidade, mas quem fecha os olhos para não vê-los sofrerá muitas maldições”. Ainda Provérbios 29.14: “Se o rei julga os pobres com justiça, seu trono estará sempre seguro”.

⁴⁷⁸ DOCKERY, David S. (Ed.). *Manual bíblico Vida Nova*. Tradução Lucy Yamakami, Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova, 2001. p. 492-493.

Daniel, ao iniciar a interpretação do sonho, deseja que este se torne realidade aos inimigos e adversários do rei (Dn 4.19). Ao concluí-la faz um apelo importante ao rei, chamando-o ao arrependimento: “Portanto, ó rei, aceita o meu conselho: renuncia a teus pecados e à tua maldade, pratica a justiça e tem compaixão dos necessitados. Talvez, então, continues a viver em paz” (Dn 4.27). Daniel dá ao rei a oportunidade de firmar seu trono tendo misericórdia dos pobres e fazendo justiça aos necessitados. Contudo, o rei escolhe o caminho errado. Tão errado que, apesar de toda a sua glória, regride à estatura de animal irracional (Dn 4.32). Tiago 3.15 também alude à sabedoria animal: “Porque esta sabedoria não vem do alto; antes, é terrena, animal e demoníaca” (BJ).

3.2.4.1 Profetas pós-exílicos

3.2.4.1.1 Zacarias

Seu nome significa “O Senhor lembra”. Tinha por alvo a obra de reconstrução do templo, juntamente com seu contemporâneo Ageu. O livro possui duas divisões: 1-8 e 9-14 que são muito diferentes entre si. A primeira divisão trata da reconstrução do templo, enquanto a segunda se refere a eventos futuros, ou seja, é escatológica. Provavelmente a primeira parte foi escrita no início da vida de Zacarias e a segunda quando este já estava em idade avançada.

O profeta lembra a opressão ocorrida nos tempos da monarquia. “Assim diz o Senhor dos Exércitos: administrem a verdadeira justiça, mostrem misericórdia e compaixão uns para com os outros. Não oprimam a viúva e o órfão, nem o estrangeiro e o necessitado. Nem tramem maldades uns contra os outros” (Zc 7.9.10). Essa resposta surge porque o povo de Betel perguntou se deveriam lamentar e jejuar como já vinham fazendo havia muito tempo (Zc 7.1-3).

Deus queria agora cultos de adoração sem exploração de pobres, viúvas e órfãos. Que se abstivessem não de alimentos, mas do mal, porque viúvas, órfãos, estrangeiros e pobres são as vítimas mais comuns de opressão em qualquer sociedade. Deus se preocupa com essas pessoas e quer que Seu povo faça o mesmo, em vez de manter os rituais memoriais.

3.2.4.1.2 Malaquias

Seu nome consta no primeiro verso do seu livro (Ml 1.1). Foi a voz profética final, o último mensageiro divino para o povo da aliança do Antigo Testamento. “O livro é uma série de diálogos ou conversas entre o Senhor e o povo de Jerusalém. Uma vez que as questões

discutidas estão relacionadas com a experiência do pós-exílio, é provável que o livro date do período posterior a Esdras (cerca de 458 a.C.).⁴⁷⁹

Por ser o último profeta, talvez Malaquias tente dar certa importância para a família. Após uma repreensão aos sacerdotes com tom de julgamento (Ml 2.1-9), muda seu discurso e pergunta: “Não temos todos o mesmo Pai (ou pai)? Não fomos todos criados pelo mesmo Deus?” (Ml 2.10). Nessa pergunta ele descreve a nação como se fosse uma grande família espiritual. No mesmo sentido falam também os versos 11 e 12. Porém, o profeta descreve o pecado nacional mencionando que homens se casaram com mulheres estrangeiras (Ml 2.11). Essas mulheres⁴⁸⁰ adoravam deuses estranhos para Israel e acabavam por corromper a santidade da nação.⁴⁸¹

Contudo, dos versos 13-16 ele sai do sentido coletivo e se volta para o sentido individual, ou seja, a família individual dentro da nação denunciando ainda o mesmo problema, porém agora de forma mais específica. Assim como o Deus de Israel não podia compactuar com outros deuses, o profeta entende que um homem que casa com uma mulher que adora outros deuses também não consegue harmonia no casamento. Para que não houvesse divergências maiores entre casal em termos de religião, um ou outro cônjuge teria que ceder. A história de Israel mostra que a parte menos exigente acabava prevalecendo.⁴⁸²

O casamento para os israelitas era uma aliança em que o Senhor Deus era testemunha entre o homem e a mulher (Gn 31.50; Pv 2.17). Essa dimensão espiritual trazia estabilidade para a família. A fidelidade de cada cônjuge ao Deus da aliança era um elo unificador que propiciava companheirismo permanente no casamento. Assim, Deus “fez de dois seres humanos um, com o propósito declarado de lhes dar *descendência piedosa*.”⁴⁸³ O objetivo do profeta era alertar as famílias de que ninguém fosse infiel com sua mulher, colocando em risco a instituição divina do casamento e a perpetuação da palavra de Deus através do casamento.

Quando o Messias voltar para julgar, será uma testemunha que testifica contra o mal (Ml 3.5a). A lista daqueles que praticam o mal inclui feiticeiros, adúlteros, os que juram

⁴⁷⁹ DOCKERY, 2001, p. 536.

⁴⁸⁰ Ao formalizar esta denúncia, o profeta não está referindo-se a mulheres de outras raças. Veja Êx 12.38, 48-49; Nm 9.14; Rt 1.16. A menção do profeta é em relação a outros deuses que estas mulheres adoravam.

⁴⁸¹ BALDWIN, Joyce G. *Ageu, Zacarias e Malaquias*: introdução e comentário. Tradução de Hans Udo Fuchs. São Paulo: Vida Nova/Mundo Cristão, 1972, p. 198-199.

⁴⁸² Veja 1 Rs 11.1-8, 16.31; Ne 13.23-27.

⁴⁸³ BALDWIN, 1972, p. 201-202.

falsamente, aqueles que defraudam o salário dos trabalhadores, que oprimem as viúvas e os órfãos e negam justiça ao estrangeiro. Todos esses pecados se originam em pessoas que não deram atenção aos profetas de Deus (Ml 3.5b) que anteriormente já haviam denunciado a exploração e opressão dos mais pobres. Aqui será respondida a pergunta: “Onde está o Deus da justiça?” (Ml 2.17).

Apesar de Malaquias fazer somente uma menção a órfãos, procura encerrar os Profetas Menores da mesma forma como o profeta Oseias os iniciou. Este fala do grande amor por de Deus por Seu povo (Os 1.1-3.5). Aquele fala do amor de Deus por Israel (Ml 1.1-5). Através da preservação da família e a partir desta, este protege os órfãos, as viúvas e os estrangeiros.

Do estudo realizado até aqui podemos concluir que Deus executa a justiça para com os pobres. Na época, a liderança, que deveria fazer justiça, seguidamente explorava os pobres. Da mesma forma, atualmente as leis existem mas nem sempre são cumpridas para abençoar os necessitados. A liderança política advoga em causa própria e cria leis que a beneficiem. A liderança eclesiástica também não deixa praticamente nada para os órfãos. Por causa da Teologia da Prosperidade, muitos órfãos tem ficado sem o seu jumento e as viúvas, sem o boi. Tudo em nome de bênçãos futuras, que na maioria das vezes nunca chegam. Na verdade, segundo os textos bíblicos acima o povo de Deus deveria ser canal de bênção para os pobres.

Nos textos vistos acima, pode-se observar como crianças órfãs eram arrancadas do peito materno. No caso de falecimento do pai, a criança pobre era penhorada para pagamento de dívidas ou era vendida como escrava. Talvez para evitar esses extremos de miséria é que Deus queria preservar uma descendência piedosa através das famílias. Essa descendência piedosa é que teria uma maior sensibilidade com as classes oprimidas, órfãos, viúvas e estrangeiros. Essa sensibilidade é que fez de Henrique e Frieda pessoas piedosas para com as crianças órfãs da sua época.

“A exploração chega a seu último degrau: arrancados do lar, destituídos de propriedades, escravizados, servem de mão de obra para a produção de riquezas a seus senhores, e nem sequer podem matar a fome e a sede com um pouco do que produzem”.⁴⁸⁴ A exploração chegou aos seus extremos se comparada à lei que proibia atar a boca do boi que debulhava (Dt 25.4). Ao órfão escravizado é negado o direito de comer, enquanto o boi podia

⁴⁸⁴ DREHER, 2008, p. 37-38.

fazê-lo. Para Jó, a maldade é tão grande que parece que nem mesmo Deus se importa com os gemidos que ecoam pela cidade.

Não há detalhes sobre os órfãos sem pai ou pais ou quando o pai era desconhecido, além de crianças enjeitadas, ou seja, encontradas. O que se sabe, segundo Jeremias, é que essas crianças, quando adultas, não poderiam se casar com israelitas de origem pura pelo fato de seus pais serem desconhecidos, ou seja, eram tratadas como bastardas. A legislação rabínica, apoiada em Dt 23.2-3, cuidava rigorosamente de “manter a comunidade, o clero, em particular, afastados desses elementos, imprimindo-lhes a marca de uma casta privada de direitos”.⁴⁸⁵

Vê-se nesta situação que a violência e a exploração continuam no período pós-exílico tanto quanto no pré-exílico, senão mais. Porém,

os valores ideais de prática da justiça e proteção dos desfavorecidos continuam presentes naqueles que realmente entenderam Javé. O Deus do Êxodo não admite a opressão, a exploração, a marginalização e o abandono de qualquer pessoa. É Deus quem liberta os escravos, e, como tal, coloca-se decididamente ao lado dos órfãos, mediante a atuação daquelas pessoas que se aperceberam da sua vontade.⁴⁸⁶

Aqui também se pode concluir que a história sociológica é cíclica: sempre se repete. No primeiro capítulo já descrevi que o grande número de crianças abandonadas ou órfãs de pai, algumas até de mãe, veio a existir devido à mecanização da agricultura e o consequente êxodo rural, além da violência.

Dreher menciona que Deus atua por meio de pessoas que entendem Sua vontade em relação aos órfãos. Nessa pesquisa as pessoas que têm esse entendimento podem ser consideradas as mães sociais e demais pessoas que trabalham para manter uma instituição de acolhimento, ou ainda voluntários, mantenedores etc. Outro fato que se destacou na observação dos textos sagrados é que, apesar de todas as leis protetivas, em nenhum momento se faz menção a algum tipo de orfanato ou algo do gênero para as pessoas mais dependentes da época.

Na perspectiva do Antigo Testamento, os órfãos eram privados da situação legal enquanto menores de idade. Na ausência de um *goel* ou resgatador, eram simplesmente

⁴⁸⁵ JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém nos tempos de Jesus*. São Paulo: Paulus, 2010. p. 453-454.

⁴⁸⁶ DREHER, 2008, p. 38.

obrigados a se entregar ao espólio daqueles que estavam interessados em aumentar suas riquezas.

Os textos bíblicos acima citados se dirigem à liderança do povo daquela época com pesadas críticas em relação a exploração, espoliação e opressão dos órfãos e viúvas. Não se pode esquecer que Deus queria a salvação completa do Seu povo, inclusive da liderança corrupta, como já pode ser observado no NT: Deus “deseja que todos os homens sejam salvos e cheguem ao conhecimento da verdade” (1 Tm 2.4).⁴⁸⁷

Normalmente se critica os ricos porque vivem à custa dos pobres. Porém, é necessário perceber que, quando um rico explorador se converte, a situação das pessoas oprimidas melhora. Temos o exemplo do rico Zaqueu que se converteu a Jesus. Ele era ἀρχιτελώνης (*architelones*), “chefe dos cobradores de impostos” (Lc 19.2). Imediatamente após sua conversão ele disse: “Olha, Senhor! Estou dando a metade dos meus bens aos pobres; e se de alguém extorqui alguma coisa, devolverei quatro vezes mais” (Lc 19.8). Segundo Hillyer, a declaração de Zaqueu não significa que ele mesmo havia defraudado pessoas mas, como chefe, era responsável pelos seus subordinados. Por outro lado, a intenção de Zaqueu não foi apenas um compromisso legal, “mas também, com efeito, purificou as suas propriedades, de tal modo que podia receber Jesus no seu lar, agora sem fazer o seu Hóspede ficar cerimonialmente contaminado”. A conversão de Zaqueu afetou muitas pessoas, inclusive seus subordinados.⁴⁸⁸

Diante do desejo divino de salvar todo o mundo, não se pode excluir os indivíduos corruptos que são detentores de algum tipo de poder. O pecado social precisa ser denunciado, é bem verdade. Papel que a Teologia da Libertação faz bem, apesar de que “muitos teólogos da libertação diabolizam os EUA e divinizam ditadores esquerdistas cruéis”.⁴⁸⁹ Já o contexto batista denuncia apenas o pecado individual. Ambos os extremos não são recomendáveis nem para os necessitados nem para a Teologia da Missão Integral, “pois quem teme a Deus evitará ambos os extremos” (Ec 7.18).

Nas citações bíblicas até aqui observadas, percebemos que as críticas dos profetas sempre eram dirigidas aos indivíduos detentores de algum tipo de capital. Esse fato mostra que o capital é necessário para a sobrevivência das pessoas. Ninguém vai pedir trabalho num

⁴⁸⁷ Na pesquisa sobre crianças no NT abordarei as mais diferentes classes sociais que compunham a igreja primitiva.

⁴⁸⁸ Mais informações sobre os ricos e Jesus em: BOSCH, 1998, p. 133-137.

⁴⁸⁹ SAYÃO, 2013, p. 108.

acampamento de trabalhadores sem-terra ou distribuir currículo numa favela. Pelo contrário, sempre se procura emprego onde existam bens materiais. Não estou me posicionando a favor dos ricos, mas afirmo isso a partir da observação da experiência. Como a Igreja Batista é muito dada a serviços de ação social, lida com pessoas carentes, mas ao mesmo tempo empresários bem-sucedidos, médicos, advogados entre outros também fazem parte do seu rol de membros. A maioria destes, como Zaqueu, sempre colabora para as atividades de ação social.

3.3 Crianças no AT

Ultimamente a mídia tem destacado vários crimes contra as crianças. Crimes praticados por adultos. Num ambiente onde se reivindica o aborto⁴⁹⁰ como direito, mães jogam seus recém-nascidos no lixo, em qualquer lugar. Crianças são jogadas pela janela do sexto andar, como o caso da menina Isabela Nardoni.⁴⁹¹ Ou ainda o caso do menino boliviano Brayan Capcha⁴⁹² que, após entregar suas economias aos assaltantes que invadiram sua casa, foi morto com um tiro na cabeça, mesmo implorando aos bandidos que não o matassem. Porém, na Bíblia não é assim. As crianças têm destaque especial.

Em muitos textos da Bíblia as crianças aparecem impactando fortemente a estrutura social da época. Por outro lado, também as crianças sofrem com a miséria e a pobreza na sociedade antiga. Neste item será feito um estudo dos principais textos que apontam ou destacam essas crianças.

A primeira ordem para Adão e Eva é: “Sejam férteis e multipliquem-se” (Gn 1.28). Em outras palavras, eles deveriam ter nenês. Deus constrói a história da salvação a partir de crianças, mais precisamente nenês. A grande preocupação dos patriarcas em Gênesis era ter filhos. Abraão, homem de fé, somente se sentiu realizado com o nascimento de Isaque. Quando Rebeca, mulher de Isaque, teve dificuldades para ter filhos, Deus interveio e nasceram dois nenês: Esaú e Jacó (Gn 25.21). Deus gosta de nenês.

Segundo a Teologia do Nenê de Luiz Sayão, “a história da redenção divina poderia concentrar-se em batalhas ou em visões apenas, mas Deus faz questão de mostrar a primazia

⁴⁹⁰ Em relação ao aborto, o Código Civil, Artigo 2º, preconiza: “A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.”

⁴⁹¹ CASO Isabela Nardoni. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Isabella_Nardoni>. Acesso em: 13 nov. 2013.

⁴⁹² MENINO boliviano deu suas economias a assaltante. Disponível em: <<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/vi-na-internet/menino-boliviano-deu-suas-economias-assaltante-191440626.html>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

do nenê. Toda vez que alguma coisa especial vai acontecer lá está, adivinhe, o nenê”.⁴⁹³ Alguns nenês apresentam uma história especial, até mesmo de sobrevivência. Esse foi o caso de Ismael, filho de Abraão com Hagar, a egípcia e serva de Sara, mulher de Abraão.

3.3.1 Ismael (Gn 16.1-15)

O termo usado para descrever o menino de Hagar (Gn 21.12ss) é נֶעַר (*na'ar*). Pode ser traduzido por “menino”, “garoto”, “jovem”, “criado”, “servo”. *Na'ar* tem mais de duzentas ocorrências. Eis algumas: “Ao abri-lo viu um *na'ar* [nenê] chorando” (Êx 2.6); “e Davi implorou a Deus em favor da *na'ar* [criança]” (2 Sm 12.16); 2 Sm 12.16 se refere ao filho *na'ar* [recém-nascido] de Bate-Seba; em 2 Sm 14.21, Absalão quando crescido é chamado de *na'ar* por seu pai: “Vá e traga de volta o jovem Absalão”; em 1 Sm 1.24, נֶעַר הַנְּעִיר (*hanna'ar na'ar*) “era o menino ainda muito criança”.

As observações destes textos mostram que “o sentido básico [é] o de alguém na faixa etária entre o desmame e (especialmente) a juventude em idade de se casar”.⁴⁹⁴ Mas é pelo contexto que se consegue detectar melhor a idade da criança, pois o substantivo normalmente vem acompanhado por algum adjetivo, como por exemplo נְעָרָה קְטַנָּה *na'arah qetannah* (*menina pequena*).

Contudo, no texto hebraico, enquanto Hagar se relaciona com Abraão é usado o termo יָלֵד (*yeled*), que pode ser traduzido por “criança”, “menino”, “jovem adulto”, “filho”, “filhotes”. Em 1 Reis 12.8-14 e 2 Cr 10.8-14 o rei Roboão, filho de Salomão, rejeitou o conselho dos homens idosos e seguiu o conselho dos jovens que tinham crescido com ele. Esses jovens o aconselharam a não atender ao pedido do povo, que desejava a diminuição da carga tributária, mas pelo contrário, aumentar mais a exploração desse. Esses jovens são descritos como *yeled*.

Outro exemplo é quando 42 meninos que caçoaram de Eliseu foram despedaçados por duas ursos (2 Rs 2.24).⁴⁹⁵ Aqui o termo também é *yeled*. Em apenas uma ocorrência refere-se a feto (Êx 21.22). Em Jó 38.41 e 39.3 e Isaías 11.7 emprega-se o plural para designar os filhotes de animais. Em caso único a palavra é usada para descrever descendentes (Is 29.23).

⁴⁹³ SAYÃO, 2013, p. 11.

⁴⁹⁴ FEINBERG, Charles L. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Geason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 978.

⁴⁹⁵ No verso anterior o termo é נְעָרִים קְטַנִּים (*meninos pequenos*).

No sentido figurativo é usada para representar Israel como “filhos da transgressão” (Is 57.4) ou “filhos das delícias” (Jr 31.20).⁴⁹⁶

Quando o relacionamento sai da esfera humana e passa para a divina, o substantivo *yeled* é substituído por נֶעֱרַר (*na'ar*). Parece que *na'ar* está menos ligado a conotações negativas e mais a indicações positivas. Assim, podemos entender que a consideração divina tem uma apreciação maior pelo ser humano do que os próprios seres humanos entre si. No amor divino não existem interesses, como aconteceu com Sara. Ela pressionou o nascimento de um filho, vindo posteriormente a descartá-lo com o nascimento de Isaque, que era o cumprimento da promessa.

No caso de Ismael, Abraão não conseguiu esperar a promessa feita por Deus se cumprir. Ele se tornou pai de Ismael por causa da impaciência dele e de sua mulher, Sara. Esta lhe deu sua serva Hagar por mulher para que concebesse e desse um filho a eles. Quando Abraão tinha 86 anos de idade nasceu-lhe Ismael (Gn 16.16). Porém, quatorze anos depois nasceria o filho da promessa, Isaque. Quando ele foi desmamado, Abraão ofereceu uma grande festa e Ismael estava brincando com Isaque ou rindo dele. Sara viu a atitude de Ismael e falou a Abraão: “Livres-se daquela escrava e do seu filho, porque ele jamais será herdeiro com o meu filho Isaque” (21.10). O que Sara queria mesmo era que Abraão tomasse uma decisão legal em que Ismael fosse excluído da herança.

Abraão ficou muito perturbado, pois Ismael era seu filho. Porém, seguiu as instruções de Sara e na manhã seguinte despediu a Hagar e o menino com um odre de água e alguns pães. Ela perambulou pelo deserto de Berseba até que a água acabasse; colocou o menino debaixo de um arbusto e foi sentar-se a certa distância, porque não queria ver o menino morrer. O menino chorou, Deus ouviu seu choro e o anjo de Deus chamou a Hagar e lhe disse: “O que a aflige, Hagar? Não tenha medo; Deus ouviu o menino chorar, lá onde você o deixou. Levante o menino e tome-o pela mão, porque dele farei um grande povo” (21.17-18). Então ela viu uma fonte e deu de beber ao menino. Deus estava com ele. Cresceu no deserto de Parã, tornou-se flecheiro e casou-se com uma mulher egípcia.

Por meio de Ismael Deus honrou Sua promessa de que não somente os hebreus mas muitas nações chamariam Abraão de “pai” (Gn 25.12-18). Seu nome significa “Deus ouve”,

⁴⁹⁶ GILCHRIST, Paul R. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Geason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 620.

porque Deus ouviu a Hagar em seu sofrimento quando teve que fugir de sua senhora porque esta a maltratava. Ela foi encontrada no deserto, no caminho de Sur, pelo anjo do Senhor. Este perguntou: “Hagar, serva de Sarai, de onde você vem? Para onde vai?”. Respondeu ela: “Estou fugindo de Sarai, a minha senhora” (Gn 16.8). O anjo, porém, disse-lhe que deveria voltar e sujeitar-se à sua senhora.

Este Deus também tem o grande poder de consertar aquilo que alguém faz de errado movido por suas próprias paixões, como foi o caso de Abraão e Sara, não acreditando que no auge de sua velhice poderiam conceber o filho da promessa. Como Deus honrou a ambos os filhos, atualmente “existe uma grande tensão entre árabes e judeus em relação à terra de Israel. Não se pode negar que Israel foi a herança de Isaque, mas também é errado esperar que Ismael viva no deserto para sempre. Esses dois povos irmãos precisam aprender a negociar para que todos possam compartilhar da abundância que Deus provê”.⁴⁹⁷

Provavelmente Abraão estava bastante apegado a Ismael, pois disse a Deus: “Permite que Ismael seja o meu herdeiro” ou ainda “que Ismael viva na tua presença!” (Gn 17.18). Apesar do pedido de Abraão, Deus tinha um plano diferente. Do filho Ismael procederia uma grande nação, mas de Isaque, o filho da promessa, descenderia a nação de Israel, e finalmente por ela viria o Messias a todas as nações.⁴⁹⁸

O nome de Ismael não é citado no NT, mas Paulo faz menção a ele como “filho da escrava” (Gl 4.29-31), ou seja, alguém que perseguia o filho da livre. O termo רָחַץ (*tsāḥaq*), “rir” (*qal*); “divertir-se, caçoar” (*piel*) em Gn 21.9, é de difícil tradução. Segundo Payne Barton, “o grau simples (*qal*) de *tsāḥaq* transmite a ideia de “rir”, seja de alegria, seja de incredulidade. O grau intensivo *piel* tem a conotação positiva de “divertir-se” e “brincar” e a negativa de “zombar” e “escarnecer””.⁴⁹⁹ O verbo em questão está na forma *piel* e Ismael poderia estar apenas rindo na forma de brincadeira ou até mesmo no sentido negativo, zombando de Isaque. Se for esse o caso, então Paulo está correto ao afirmar que Ismael perseguia Isaque, do contrário Paulo pode ter se apoiado exageradamente em interpretações rabínicas.

⁴⁹⁷ ASSOHOTO, Barnabe; NGEWA, Samuel. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. p. 42.

⁴⁹⁸ CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento interpretado versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2003. v. 6. p. 4480.

⁴⁹⁹ BARTON, J. Piyne. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Geason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1280.

Apesar de Sara ter sido dominada por forte ciúme em relação a Ismael, pode-se observar um princípio de atitude de mãe substituta, embora este tenha perdurado apenas até o nascimento de Isaque. Ser mãe substituta é uma vocação que na sociedade atual é dificilmente desenvolvida.

3.3.2 Isaque (Gn 21.1-7)

O pai de Isaque foi chamado por Deus para sair de sua terra em Harã⁵⁰⁰ aos 75 anos de idade, com a promessa de que daria origem a um grande povo. Levou sua mulher, Sarai, e seu sobrinho, Ló (provavelmente órfão), juntamente com todos os bens e mais os servos adquiridos em Harã. Eles chegaram em Canaã (Gn 12.1-6). Abrão deveria deixar para trás sua terra, seus parentes e a casa de seu pai (Gn 12.1) – exatamente as coisas que nos dão segurança. O fato de ter comprado servos, algo legítimo para a época, revela que talvez essa prática “perversa tenha se iniciado na família de Sem, quando Noé amaldiçoou Canaã, seu neto, com a escravidão (Gn 9.25). O fato de Abrão seguir essa prática tão comum em sua cultura e época mostra que ele não havia sido ensinado sobre o princípio estabelecido por Deus no início da criação”. Abel Ndjerareou ainda explica que “todos os seres humanos são feitos à imagem de Deus e chamados para exercer domínio sobre os animais e coisas, mas não sobre outros seres humanos (Gn 1.29-30)”.⁵⁰¹

Em Canaã o Senhor apareceu a Abrão e disse-lhe: “À sua descendência darei esta terra. Abrão construiu ali um altar dedicado ao Senhor, que lhe havia aparecido” (Gn 12.7). Em Canaã ele recebeu mais informações de Deus sobre essa terra. Deus já sabia antecipadamente que para constituir um povo é necessária uma terra para que as pessoas possam se reunir para adorar, identificando-se com o lugar. De Canaã prosseguiu para as colinas de Betel, onde armou seu acampamento. Também “construiu ali um altar dedicado ao Senhor e invocou o nome do Senhor” (Gn 12.8).

O fato de Abrão edificar altares aonde chegava mostra que Deus é o dono de toda a terra e não qualquer outro deus, portanto poderia ser-lhe concedida. O comportamento de Abrão também aponta o fato de não usar a violência contra nações ou pessoas que pensavam diferente, mesmo tendo as promessas de Deus. Tudo o que Abrão fazia era construir altares ao Senhor e assim lentamente ia se apossando da Terra Prometida.

⁵⁰⁰ Estevão, em sua defesa no Sinédrio, diz que Abraão morava na Mesopotâmia antes de habitar em Harã (At 7.2 cf. Gn 15.7, Ur dos caldeus).

⁵⁰¹ NDJERAREOU, Abel. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. p. 30.

Por causa da fome em Canaã, Abrão teve que se mudar para o Egito por algum tempo. Essa atitude mostra que mesmo estando na Terra Prometida as pessoas podem passar por necessidades. Foi o que aconteceu com Abrão. Os princípios da Teologia da Prosperidade ensinam que não se pode passar por necessidades ou problemas quando se está dentro da vontade de Deus. A experiência de Abrão contraria totalmente os ensinamentos desse tipo de teologia.

Após Abrão separar-se de seu sobrinho Ló, Deus novamente confirma a ele a promessa da terra para sua descendência: “Toda a terra que você está vendo, darei a você e à sua descendência para sempre” (Gn 13.15). “Então Abrão mudou seu acampamento e passou a viver próximo aos carvalhos de Manre, em Hebrom, onde construiu um altar dedicado ao Senhor” (Gn 13.18). Ele pode ter entregado a melhor parte da terra, mas as promessas de Deus indicam que ele e sua descendência seriam os donos da terra em todas as direções. Abrão recebeu a terra do verdadeiro proprietário (Êx 9.29), situação diferente de quando alguém recebe terra dos chefes de Estado e por vezes envolvidos em corrupção.

Depois de Abrão ter sido abençoado por Melquisedeque (Gn 14.17-20) recebeu a promessa de ter um filho gerado por ele mesmo e que seria seu herdeiro (Gn 15.4). Mesmo com mais essa promessa, Abrão não conseguiu esperar e teve um filho com Hagar, serva de sua esposa Sarai. Deus fez uma aliança com Abrão instituindo a circuncisão como sinal da mesma. Nessa ocasião Abrão teve seu nome mudado para Abraão, que significa “pai de muitas nações”, enquanto que Abrão é “pai exaltado”. Abraão era da idade de 99 anos quando foi circuncidado juntamente com seu filho Ismael, que tinha treze anos (Gn 17.24-26). Nesse dia Sarai também teve seu nome mudado para Sara, que significa “princesa” (Gn 17.15). A mudança de seu nome está ligada à explicação sobre as nações que procederão dela (Gn 17.16) e serve também para confirmar a alteração do nome de Abraão.

Diante da promessa de Abraão e Sara terem o seu próprio filho, Abraão “riu-se e disse a si mesmo: poderá um homem de cem anos de idade gerar um filho? Poderá Sara dar à luz aos noventa anos?” (Gn 17.17). Deus respondeu que Sara teria um filho, que deveria ter o nome de Isaque, que significa “ele riu”. O significado desse nome seria provavelmente para lembrar ao pai e ao filho as circunstâncias de seu nascimento. Por meio de Isaque Deus estabeleceria sua aliança com seus descendentes.

Quando Abraão recebe três visitantes celestiais, e estes também anunciam a Sara que ela terá um filho na sua velhice, “riu-se consigo mesma” (Gn 18.12). Embora estivesse na parte interior da tenda, os visitantes perceberam sua atitude (Gn 18.13). “Sara teve medo, e por isso mentiu: ‘Eu não ri’. Mas ele [um dos visitantes] disse: ‘Não negue, você riu’” (Gn 18.15). O pecado de Sara não foi menor do que o de seu marido, porém ela não tinha noção exata do teor da conversa dos visitantes com Abraão. O seu pecado consistiu em negar que rira.

Abraão saiu de onde habitava, nos carvalhais de Manre (Gn 18.1), e foi para a “região do Neguebe [...] viver entre Cades e Sur. Depois morou algum tempo em Gerar” (Gn 20.1) onde Abimeleque era rei. Este mandou buscar Sara e tomou-a para si como esposa, pois Abraão dizia que ela era apenas sua irmã (Gn 20.2) pensando que assim poderia preservar sua vida. Abimeleque levou-a para seu próprio harém, colocando em risco a promessa divina por meio de Sara. Abraão repetiu a mesma mentira aplicada ao Faraó no passado (Gn 12.10-20) e não viu necessidade de melhorar seu caráter.

Deus foi bondoso com Sara quando Abimeleque a devolveu para Abraão e ela engravidou dele (Gn 21.1), cumprindo assim Deus Sua promessa feita havia aproximadamente um ano (Gn 18.10). Abraão tinha cem anos de idade quando Isaque nasceu (Gn 21.5), ou seja, 25 anos depois que Deus prometera abençoá-lo pela primeira vez (Gn 12.4). O nascimento de Isaque transformou a dor da esterilidade de Sara em alegria, tanto para ela como mãe como para outras pessoas que ouviriam seu relato (Gn 21.6). Contudo, o fato de Sara ter agora dois filhos também trouxe novos desafios. Segundo o comentarista africano Abel Ndjerareou, Abraão e Sara se deparam com um conflito familiar. Esses “conflitos familiares são típicos em casamentos poligâmicos”.⁵⁰²

Na sociedade ocidental os conflitos familiares são típicos de novos casamentos após o divórcio do primeiro. Geralmente o conflito se dá quanto aos filhos que a mulher teve no primeiro casamento em relação ao padrasto que não os aceita muito bem. Não são raros os relatos de violência e de abuso sexual cometidos por padrastos. Também é típico o homem dizer à mulher: “Eu fico contigo, mas não quero teu(s) filho(s)”. Esse é um dos principais

⁵⁰² NDJERAREOU, Abel. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010. p. 42.

motivos por que algumas crianças vão parar em casas de passagem, como já foi apontado no primeiro capítulo.⁵⁰³

Após a expulsão de Hagar e Ismael, Abraão faz um acordo com Abimeleque garantindo que não o enganaria mais. Firmado o acordo, em Berseba, ele planta uma tamargueira e invoca o nome do Senhor. “Era costume, em Canaã, adorar a Deus debaixo das árvores e plantá-las em memória de algum ato de significado religioso”.⁵⁰⁴

Passado certo tempo, Deus pediu a Abraão que sacrificasse seu filho Isaque, a quem tanto amava (Gn 22.1-2). Segundo Kevan, “sacrifícios de crianças eram algo comum na época de Abraão”. Porém, Deus tinha propósitos diferentes com Isaque. Kevan enumera três: 1) provar Abraão; 2) acabar com os sacrifícios infantis e 3) apontar para Cristo, o Cordeiro de Deus.⁵⁰⁵ Sobre esse último propósito, Isaque faz uma pergunta intrigante a seu pai: “Meu pai, temos fogo e lenha, mas onde está o cordeiro para o holocausto?” (Gn 22.6-7). Abraão respondeu: “Deus mesmo há de prover o cordeiro para o holocausto, meu filho”. E os dois continuaram a caminhar juntos (Gn 22.8).

Finalmente, a pergunta de Isaque também é respondida ao longo da história da salvação (*Heilsgeschichte*). Ele pergunta onde está o cordeiro. João Batista responde ao ver Jesus: “Vejam! É o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo!” (Jo 1.29). Já na visão apocalíptica, os anjos, seres viventes e anciãos cantam em alta voz: “Digno é o Cordeiro que foi morto de receber poder, riqueza, sabedoria, força, honra, glória e louvor!” (Ap 5.11-12).

Abraão tinha propósitos bem definidos para orientar seu filho. O fato de “caminhar juntos” (Gn 22.5,6,8,19) mostra a união entre pai e filho e também com os servos. Estavam unidos em torno do mesmo objetivo – adorar a Deus. Os propósitos bem definidos e a resposta do pai ao filho deram muita segurança a Isaque. Aqui se percebe novamente que os pais devem orientar seus filhos.

Outro cuidado especial que Abraão teve com seu filho foi providenciar uma esposa para ele, conforme os costumes da época. Isso aconteceu após a morte de Sara. A moça teria que ser da parentela e da terra de Abraão (Gn 24.4). Incumbiu disso seu servo mais velho (Gn 24.2). Sob juramento, este partiu para a Mesopotâmia em direção à cidade onde Naor tinha morado, levando os melhores presentes.

⁵⁰³ Veja 1.8 e índice de divórcios na Tabela nº 8.

⁵⁰⁴ KEVAN, E. F. In: DAVIDSON, F. (Ed.). *O novo comentário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1994. p. 103.

⁵⁰⁵ DAVIDSON, 1994, p. 103.

Ao cair da tarde, quando as mulheres saíam para buscar água, ele fez os camelos se ajoelharem junto à fonte (Gn 24.10-11). Por causa da importância de sua incumbência e para saber exatamente qual mulher abordar, orou assim: “Senhor, Deus do meu senhor Abraão, dá-me neste dia bom êxito e seja bondoso com o meu senhor Abraão. Como vês, estou aqui ao lado desta fonte, e as jovens do povo desta cidade estão vindo para tirar água. Concede que a jovem a quem eu disser: ‘Por favor, incline o seu cântaro e dê-me de beber’, e ela me responder: ‘Bebe. Também darei água aos teus camelos’, seja esta que escolheste para teu servo Isaque. Saberei assim que foste bondoso com o meu senhor” (Gn 24.12-14).

Antes que ele terminasse a sua oração apareceu Rebeca, sobrinha de Abraão, trazendo no ombro seu cântaro. Ela era muito bonita, e virgem. O servo se aproximou e lhe pediu um pouco de água. Ela prontamente o atendeu e também deu de beber aos camelos, conforme a oração do servo. Este a observava para ver se era essa a jovem para Isaque (Gn 24.15-21).

A oração do servo se confirmou quando a jovem, muito prestativa e solícita, deu água aos dez camelos, o que já é bastante trabalhoso e ainda mais para uma pessoa que ela não conhecia. Portanto, o sinal da confirmação não foi um fato corriqueiro como “aquela que me cumprimentar” ou “aquela que estiver tirando água”. O sinal pedido identificou as qualidades para a vida conjugal. O servo estava procurando uma moça de confiança e prestativa. Ao servir aos camelos, ela própria tomou a iniciativa mostrando ser pronta a servir e fazer mais do que apenas o solicitado. Tendo essas qualidades, seria a mulher ideal para Isaque.

O próximo passo do servo em sua missão foi falar com os pais de Rebeca. Ela era filha de Betuel, filho de Naor e Milca. Assim, a mulher para Isaque estava dentro do clã de Abraão. Após ter o consentimento deles, levou Rebeca para Isaque (Gn 24.50-51).

Atualmente, percebemos que entre os jovens há o seguinte comportamento: um convida o outro para que morem juntos. O relacionamento se inicia pelo ato sexual. O rapaz não pede o consentimento dos pais, nem do Estado e nem da igreja. É como se furtasse a moça de sua família e de seu ambiente social. Diante de uma situação que exige legalidade, ao responder a pergunta se é solteiro ou casado ele ainda é forçado a mentir dizendo que é solteiro, desvalorizando a mulher com quem vive. Quando ocorre o primeiro conflito conjugal, se separam e partem para um novo relacionamento sem pensar nas consequências.

Outro destaque importante na narrativa bíblica é que “a jovem era muito bonita e virgem; nenhum homem tivera relações com ela” (Gn 24.16). Atualmente, para a maioria dos jovens a virgindade é vista como algo do passado e de pessoas sem informação.

Quando o servo voltou para a casa de Abraão, encontrou Isaque no campo e lhe entregou Rebeca. “Isaque levou Rebeca para a tenda da sua mãe Sara; fez dela sua mulher, e a amou; assim Isaque foi consolado após a morte de sua mãe” (Gn 24.67).

Com o falecimento de seu pai, Isaque continuou com o exemplo deixado por ele. “Isaque construiu neste lugar um altar e invocou o nome do Senhor. Ali armou acampamento e seus servos cavaram outro poço” (Gn 26.25). Por outro lado, Isaque também herdou um exemplo negativo de seu pai. Estando ele em Gerar, os homens daquele lugar lhe perguntaram sobre sua mulher. Ele respondeu que era sua irmã, porque era muito bonita e alguém poderia matá-lo por causa de Rebeca. Assim tentou preservar sua vida. Porém a mentira foi descoberta (Gn 26.7-11). “Isaque estava em Gerar já fazia muito tempo. Certo dia, Abimeleque, rei dos filisteus, estava olhando do alto de uma janela quando viu Isaque acariciando Rebeca, sua mulher” (Gn 26.8). Do exemplo de Isaque pode-se concluir que os filhos aprendem com seus pais, seja algo negativo ou positivo.

3.3.3 Moisés (Êx 1 – 2.1-10)

Moisés é outro nenê digno de destaque. Nasceu em meio a um programa político de opressão e aniquilamento criado pelo rei do Egito. Este era um dos mais poderosos reis da região do Crescente Fértil. O povo hebreu aumentava muito. Com isso, o rei sentiu-se ameaçado e sujeitou todo o povo hebreu a cruel escravidão. O povo construiu as cidades-celeiros de Pitom e Ramessés, além de trabalhar pesado na agricultura e em olarias. Mesmo assim o povo continuava crescendo. A estratégia de controle de natalidade dos meninos hebreus falhara.

Diante do desenfreado aumento do povo hebreu, o rei do Egito ordenou às parteiras dos hebreus: “Quando vocês ajudarem as hebreias a dar à luz, verifiquem se é menino. Se for, matem-no; se for menina, deixem-na viver” (Êx 1.16). Porém as parteiras Sifrá e Puá temeram a Deus e não seguiram a orientação macabra do rei, deixando viver os meninos. Com a “desobediência” das parteiras, o rei desta vez ordena a todo o povo: “Lancem ao Nilo todo menino recém-nascido, mas deixem viver as meninas” (Êx 1.22). Agora a lei valia não somente para as parteiras ou outros funcionários, mas todo o povo egípcio deveria colaborar

no extermínio dos meninos. Por trás da brutalidade de um ser humano existem fortes emoções. O Faraó sentia medo de perder o controle, da exposição e humilhação.

Segundo Pinky Riva, os hebreus entendem que “os filhos e filhas que nascem de um casal não são apenas uma alegria para o presente e uma segurança para o futuro; são, além disso, uma afirmação de esperança, de que se pode apostar no futuro, confiando-lhe nossa própria semente”.⁵⁰⁶ Riva ainda afirma que os escravos hebreus “devem ter pensado ou sentido isso; hoje também se sente da mesma maneira, senão muitos já não teriam filhos e filhas”.⁵⁰⁷

Riva cita alguns itens usando o exemplo de Faraó:

Definitivamente não importava ao Faraó o custo humano de suas decisões, decisões que seus medos o levaram a tomar. Motivados pelos medos de perda de controle e hegemonia, muitas vezes a economia de mercado, as transnacionais, o crescimento econômico, o superávit fiscal ditam as políticas que os governantes devem aplicar, sem considerar – como o Faraó – o custo humano.⁵⁰⁸

O edito faraônico de matar os meninos ainda estava em vigor. As parteiras correram sérios riscos ao não atender ao Faraó. Contudo, abriram suas bocas com um valente “sim” a favor da vida e um forte “não” para a morte. Pode-se aprender com as parteiras a dizer um “não” a tudo o que os “faraós de plantão no âmbito político, econômico, social e religioso mandam e tentam impor e que atente contra a vida em suas múltiplas manifestações”.⁵⁰⁹

As parteiras dão continuidade à vida, mas sem violência. Aqui é necessário lembrarmos da parteira Frieda Liebich. Ela, juntamente com seu marido, deu continuidade à vida de muitas crianças em situação de vulnerabilidade social. Eles tiveram segurança e esperança para o futuro confiando nas crianças abandonadas.

Em meio a esta estratégia de diminuir as famílias hebreias, o texto diz que “um homem da tribo de Levi casou-se com uma mulher da mesma tribo, e ela engravidou e deu à luz um filho. Vendo que era bonito, ela o escondeu por três meses” (Êx 2.1-2). O pai de Moisés foi muito corajoso diante da ordem do rei do Egito. Casou-se e teve um filho. Esse homem apostou na família forte para a libertação da escravidão. Da mesma forma, a mãe do

⁵⁰⁶ RIVA, Pinky. In: SEGURA, Harold. PEREIRA, Welinton. (Org.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012. p. 85.

⁵⁰⁷ RIVA, 2012, p. 85.

⁵⁰⁸ RIVA, 2012, p. 86.

⁵⁰⁹ RIVA, 2012, p. 88.

menino preservou a vida. Isso significa que quando as famílias são fortes e unidas, a sociedade também é forte. O plano do governo egípcio era enfraquecer as famílias para poder continuar a subjugar-las.

O mesmo ainda acontece na atualidade. Alguns “faraós” no âmbito político criam leis para enfraquecer a família e com isso conseguem “vender seu peixe”, ou seja, continuam a explorar os mais fracos. Quanto mais debilitada for uma sociedade, mais interferência ela exige do governo. Cada fragmento societário exige um tipo de lei para atender a suas necessidades.

Quando Joquebede, mãe do menino, não conseguiu mais mantê-lo escondido dentro de casa, “pegou um cesto feito de junco e o vedou com piche e betume. Colocou nele o menino e deixou o cesto entre os juncos, à margem do Nilo” (Êx 2.3). Ela deve ter contado com a cumplicidade de seus vizinhos e amigos, que tinham ficado sabendo do nascimento do menino mas se calaram e não o jogaram no Nilo. O NT explica esse ato como um ato de fé. O bebê era bonito, e o autor aos Hebreus acrescenta: “Pela fé Moisés, recém-nascido, foi escondido durante três meses por seus pais, pois estes viram que ele não era uma criança comum, e não temeram o decreto do rei” (Hb 11.23). Em seu discurso no Sinédrio, Estêvão afirma que Moisés fora criado por três meses na casa do seu pai (At 7.20)

As três mulheres (Joquebede, Miriã e a filha do rei) não obedeciam a leis que viessem a praticar injustiças contra pessoas indefesas. Elas têm um sentido especial para defender a vida dos indefesos e dos que elas amam. Desenvolvem misericórdia diante do pequeno necessitado, ainda que essas atitudes representem perigo diante dum rei insensível. Salvaram a vida do menino e a filha do Faraó lhe deu o nome de Moisés. A mesma curiosidade que despertara a filha do rei também despertará Moisés diante do arbusto que não se consumia pelo fogo (Êx 3.3). Atitudes como as dessas mulheres poderiam atualmente salvar centenas e centenas de crianças da exploração sexual, do abuso e do tráfico.

Mas a história de Moisés é mais que apenas uma salvação milagrosa, é a história da cumplicidade entre mulheres de diferentes classes sociais, diferentes identidades étnicas e culturais, diferentes condições de vida, diferentes privilégios. Todas estas mulheres elegeram a resistência criativa em favor da vida a quaisquer das diferenças que as separavam. Não sabemos se o fizeram porque a vida deve ser preservada, por um ‘instinto materno’, porque consideraram déspotas e cruéis as ordens de Faraó... ou por sua fé. O que sabemos é que graças a suas ações transgressoras dos limites habituais, houve uma vida que resistiu de forma milagrosa, permitindo que surgisse

um ‘herói’ chamado Moisés. Ou seja, líderes que não surgem por si sós, levantam-se a partir da fé e da confiança de muitos que creem em uma vida melhor.⁵¹⁰

Moisés cresceu em dois ambientes diferentes. Por ser hebreu – e aí é necessário destacar que ele foi educado quando criança – se identificou com seus irmãos hebreus. Por outro lado, cresceu num ambiente egípcio: filho adotivo⁵¹¹ da filha do Faraó, foi educado em uma das culturas mais desenvolvidas da época e tornou-se um líder extraordinário. Para tanto, as crianças precisam ser preservadas em seu meio e educadas para que saibam que atitudes desenvolver na fase adulta. Elas não podem ficar à mercê da própria sorte, como ensinam alguns segmentos da sociedade – por exemplo, a mídia invasiva.

Aqui quero resgatar uma das categorias de análise científica que aparecem no final do primeiro capítulo: a educação. Henrique Liebich estava certo ao proporcionar, desde o início do orfanato, educação para as crianças. Como já visto no referido capítulo, a educação permanece até hoje no Lar, sendo um dos pilares pedagógicos a preparar a criança para que tenha um futuro promissor.

A silenciosa resistência das mulheres salvou vidas, porém ainda não foi o suficiente. Moisés teve que exercer uma ação política de insurreição contra o poderoso Faraó para poder levar seu povo finalmente à liberdade.

3.3.4 Menina Anônima (2 Rs 5.1-19)

Em 2 Reis 5.1-19 encontra-se registrada a história de uma menina – que não tem o seu nome mencionado no texto – na qual também aparece o termo *naar*. Quando as tropas da Síria invadiram Israel sob o comando de Naamã, levaram cativa uma נַעֲרָה קְטַן (*na‘ara qāton*), “menina pequena”. Era provavelmente pré-adolescente e tornou-se escrava da mulher de Naamã. Vítima do sistema internacional violento, essa menina sem nome passou pela grave situação de ver os inimigos chegando, destruindo e saqueando Israel. Ela deixou para trás seus pais e irmãos, que possivelmente foram mortos no ataque sírio. Deixou também seus amigos, sua casa, sua boneca preferida e tantas outras coisas. O texto bíblico mostra um claro contraste entre a menina e Naamã (ela anônima, ele Naamã; ela vulnerável, ele poderoso; ela

⁵¹⁰ RIVA, 2012, p. 92.

⁵¹¹ De Vaux informa que na Mesopotâmia a adoção era normalmente praticada e tinha por finalidade compensar a falta de filhos e ajudar na velhice. Já as leis do AT não contêm disposição alguma em relação à adoção em sentido estrito. Portanto, adoções como a de Moisés não são reconhecidas como verdadeiras. DE VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. Tradução de Daniel de Oliveira. São Paulo: Teológica, 2003. p. 74-75.

sem família, ele com família). Quando Naamã descobriu que estava com lepra⁵¹², a menina cativa falou à sua senhora: “Se o meu senhor procurasse o profeta que está em Samaria, ele o curaria da lepra” (2 Rs 5.3). A frágil menina possuía a solução que o poderoso Naamã não possuía.

Esta menina tinha tudo para se rebelar contra Deus e contra sua senhora. Ela poderia ter pensado: “Já que sou escrava de Naamã e estou aqui sofrendo, nem sei o que aconteceu aos meus pais, por mim que morra numa vez, assim também me vingou!”. Mas na hora certa ela mostra a graça de Deus. Uma mulher, ainda menina, é usada por Deus para cumprir Seus propósitos tanto em Naamã (para lhe mostrar que não era o todo-poderoso) como também em Israel (para mostrar que ainda havia um Deus poderoso – 2 Rs 5.15). Essa menina anônima tornou-se protagonista da paz e da vida ao exercer a teologia a partir do que havia provavelmente aprendido dos seus pais sobre Deus. Isso significa que a criança é dotada de capacidade espiritual e consegue captar as verdades espirituais. Por esse motivo, os pais devem ensinar seus filhos sobre Deus.

Após Naamã ter se banhado sete vezes no rio Jordão, sua pele ficou como a de um קטן נער (na ‘ar qātón), “menino pequeno”. Para o biblista mexicano Edesio Cetina, a expressão hebraica “*naar qatón* é o correspondente masculino da frase feminina hebraica do versículo dois: ‘menininho’. Deste modo, o autor do relato coloca tudo que foi dito nos versículos 3-13 no marco formado pelos versículos 2 e 14 onde se encontra a expressão ‘menininha/o’”.⁵¹³ De acordo com o narrador bíblico, a salvação do poderoso Naamã significa converter-se em um menino e receber o reino de Deus como uma criança. Prova da sua conversão pode ser o seu retorno ao profeta Eliseu, quando diz: “Agora sei que não há Deus em nenhum outro lugar, senão em Israel. Por favor, aceita um presente do teu עֶבֶד (ebed), ‘servo’” (2 Rs 5.15). Naamã se colocou no mesmo nível dos seus criados, apesar de todo o seu *status* social, político e militar.

Por sua atitude de amor e perdão, a menina anônima nem precisou ter seu nome conhecido. Ela fez com que uma mulher lhe desse atenção, um rei se desesperasse e rasgasse

⁵¹² O termo צָרָע (tsāra) não se refere somente à lepra, mas também a diversas doenças da pele, também nos versículos 3, 6, 11 e 27.

⁵¹³ CETINA, Edesio Sánchez. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012. p. 80.

suas vestes, um general se humilhasse, um soldado confrontasse seu general, um profeta fosse encontrado e o general fosse curado. Por fim, Deus foi exaltado. Essa menina anônima no Reino dos Céus será muito conhecida.

Deus salva explorados e exploradores, e o mais interessante: a partir de crianças, que normalmente são as maiores vítimas.

3.3.5 Samuel (1 Sm 1.1- 2.11)

Elcana e suas mulheres, Ana e Penina, anualmente se dirigiam a Siló para adorar e sacrificar ao Senhor dos Exércitos. Em Siló, Eli era sumo sacerdote e vivia com seus dois filhos, Hofni e Fineias, que eram sacerdotes do Senhor (1 Sm 1.3). Ana era estéril. No dia em que Elcana oferecia sacrifícios, dava porções a sua mulher Penina e seus filhos, mas a Ana dava uma porção dupla, porque a amava, apesar de o Senhor a ter deixado estéril. Por causa disso sua rival a irritava continuamente. Isso se repetia todos os anos quando Elcana ia adorar na casa do Senhor; Ana chorava e não comia (1 Sm 1.4-8). Elcana tentava consolá-la dizendo que era melhor do que dez filhos.

Em certa ocasião Ana se levantou quando terminou de comer e beber e, com a alma amargurada, chorou muito. Ela orou ao Senhor fazendo um voto: “Ó Senhor dos Exércitos, se tu deres atenção à humilhação de tua serva, te lembrares de mim e não te esqueceres de tua serva, mas lhe deres um filho, então eu o dedicarei ao Senhor por todos os dias de sua vida, e o seu cabelo e a sua barba nunca serão cortados” (1 Sm 1.11).

Eli, que estava assentado junto à entrada do santuário do Senhor, observava a oração de Ana. Como orava silenciosamente e somente seus lábios se mexiam, Eli a julgou embriagada. De tantas mulheres que ele havia visto, já não conseguia discernir as que vinham para adorar verdadeiramente e as que não tinham temor diante de Deus. Porém, com delicadeza ela respondeu que não se tratava de embriaguez mas que ela era uma mulher muito angustiada e que estava derramando sua alma diante do Senhor. Por isso Eli não deveria julgá-la como uma mulher vadia – assim aparece em algumas traduções da Bíblia, como a NVI (1 Sm 1.16).

No hebraico a palavra para vadia é בְּלִיעַל (*Belîya'al*), que pode ser traduzida por “inutilidade”. Conforme Kaiser, Belial vem de *beli* e *ya'al*: “não sem” e “ser de uso, útil, lucrativo”. De acordo com a cultura ugarítica, *bl-mt* é “não morte” ou “imortalidade”. Ainda

bl-mlk, “não rei”, ou seja, alguém como cidadão comum. Outros também derivam o termo a partir de *bl'*, “engolir” ou “engolidor”. Normalmente a palavra ocorre em expressões como “filho(s) de Belial” (Jz 19.22; 1 Sm 2.12) e “filha de Belial” (1 Sm 1.16).

Em Provérbios 6.12 o homem de “Belial” equivale ao “ímpio”. Ele cava o mal (Pv 16.27) como também é “conselheiro do mal” (Na 1.11), ainda podendo ser alguém que zomba da justiça (Pv 19.28). Nos salmos, *belial* é usado para descrever as torrentes de perdição e destruição que envolveram o salmista (Sl 18.5; cf. 2 Sm 22.5), para se referir ao que é “mortal” (Sl 41.9) ou algum tipo de mal (Sl 101.3).

Muitos estudiosos relacionam a referência de Davi no salmo 18.5 com a ideia mitológica do deus cananeu da morte, com sua boca aberta – o “engolidor” do mundo dos mortos. Para Kaiser, “se este conceito é adequado, trata-se apenas de um palavreado emprestado e não da ideologia subjacente. A LXX entende de maneira mais realista a metáfora de ‘correntes’ ou ‘ondas’ do Salmo 18.5 como uma entre as outras frequentes referências das Escrituras como inimigos que se apressam como torrentes”.⁵¹⁴ Porém, já em sua velhice Davi proferiu, entre suas últimas palavras, “os filhos de Belial”. Com isso ele “percebeu claramente como o destino das pessoas fica polarizado ou a favor de Deus ou contra Ele”.⁵¹⁵

O conceito de Belial tornou-se um substantivo próprio atribuído a Satanás na literatura pseudoepigráfica: o Documento Sadoquita e o Manuscrito da Guerra dos Manuscritos do Mar Morto.⁵¹⁶ O termo também é citado no Novo Testamento, em 2 Co 6.15. Todas as traduções de Belial acima descritas poderiam ser atribuídas a uma mulher atribulada, Ana. A mulher israelita desprovida de filhos era considerada inútil. Era desprovida de cidadania e ainda poderia ser usada para fins lucrativos – como faziam os filhos de Eli, ou então, os “filhos de Belial” com as “mulheres que serviam junto à entrada da Tenda do Encontro” (1 Sm 2.22). Mesmo com a tradução de “não rei” Ana tornou-se rainha ao ser agraciada e “dar à luz sete filhos” (1 Sm 2.5).

⁵¹⁴ KAISER, Walter C. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 184-185.

⁵¹⁵ BALDWIN, Joyce G. *I e II Samuel: introdução e comentário*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1996. p. 328.

⁵¹⁶ KAISER, 1998, p. 185.

O que Ana mais queria era apenas ser ouvida por Deus e não por homens com seus preconceitos e julgamentos. Não pediu ao sacerdote que orasse por ela, mas ela mesma orou diante de Deus. Essa mulher teve a coragem de se apresentar diante do Senhor.

Os sacerdotes Hofni e Fineias buscavam lucrar nas ofertas e nos sacrifícios (1 Sm 2.12ss) do povo a Deus. O mesmo se pode perceber atualmente em alguns arraiais religiosos. O líder religioso responsável por determinada igreja evangélica e que se autointitula profeta ou apóstolo cobra dos fiéis taxas para orações. O valor das taxas muda de acordo com o pedido. Se o fiel não é atendido em seu pedido é porque não tem fé ou está em pecado.

Em sua oração Ana pediu a Deus que lhe desse filhos para que não fosse mais envergonhada. Os hebreus não dispunham, na época, de métodos científicos a ponto de entender o motivo da esterilidade dela, por isso Deus era o único tribunal em casos de problemas ginecológicos. Ana provavelmente já havia conversado com seu marido em casa sobre o voto, pois tal só teria valor com a aprovação do marido (Dt 30.8).

Parte do culto dos hebreus consistia em fazer um voto quando almejavam uma bênção especial – como ter um filho, no caso de Ana. O voto feito por ela era de cunho espiritual. Se Deus lhe desse um filho, ela o dedicaria ao serviço no tabernáculo. Além disso ele ainda deveria cumprir com o voto do nazireu: não poderia cortar o cabelo e a barba e nem beber vinho.

Nos dias de Eli o sacerdócio havia se degradado muito devido ao excesso de imoralidade dos seus filhos. Porém o próprio Eli parecia ser uma pessoa sincera diante de Deus, pois julgou Israel durante quarenta anos (1 Sm 4.18). O nazireu que estava sendo pedido a Deus viria com a grande missão de reverter o quadro imoral em que se encontrava o culto no santuário de Siló.

Elcana continuava fiel e subia de ano em ano para adorar, mesmo com a má reputação que os filhos de Eli haviam dado ao santuário. Para piorar a situação, “naqueles dias raramente o Senhor falava, e as visões não eram frequentes” (1 Sm 3.1). Esses fatos faziam com que o comparecimento do povo às festas fosse gradualmente diminuindo, pois o povo recebia pouco auxílio espiritual – situação semelhante ao que acontece atualmente no mundo evangélico. Apesar da falta de consideração para com os ofertantes e das imoralidades que aconteciam no santuário por parte dos filhos de Eli (1 Sm 2.17,22), Deus honrou a sinceridade de Ana e lhe proveu um milagre. Isso significa que a bênção para os filhos de Deus nem

sempre é devida ao “destaque” ou até mesmo à fidelidade do líder religioso. Por ser justo, Deus honra a honestidade das pessoas que O buscam em qualquer situação.

Ana ainda era ridicularizada pela sua rival que possuía filhos, fato que também leva a crer que Penina não revelava temor a Deus. A adoração para Ana ficou tão difícil a ponto de ela se entristecer e não comer. Enquanto todos festejavam, Ana derramou sua alma diante de Deus. Não amaldiçoou o dia do seu nascimento, nem do seu casamento e nem seu marido. Também não tratou com hostilidade os filhos de Penina e nem abandonou a Deus. Ana não procurava ter um filho por motivos egoístas ou para que lhe cuidassem na sua velhice, mas estava disposta a entregar seu filho a Deus para ser nazireu.

“Vá em paz, e que o Deus de Israel lhe conceda o que você pediu” (1 Sm 1.17). Essa foi a bênção pronunciada por Eli quando Ana concluiu sua oração. Ela tinha plena certeza de que Deus haveria de atendê-la e assim “seguiu seu caminho, comeu e seu rosto já não estava mais abatido” (1 Sm 1.18). Ela não esperou engravidar para confiar em Deus, simplesmente passou a viver como se o problema já não existisse mais.

“Assim Ana engravidou e, no devido tempo, deu à luz um filho. E deu-lhe o nome de Samuel, dizendo: ‘Eu o pedi do Senhor’”. “Samuel” ainda pode assemelhar-se à palavra hebraica para “ouvido por Deus” (1 Sm 1.20). Em Israel normalmente era o pai quem escolhia o nome, às vezes em conjunto com a mãe (veja Lc 1.59-63). Ana parece ter recebido algum tipo de autorização de Elcana, já que ele não estava muito preocupado com a situação de ter filhos com Ana. Toda vez que Ana pronunciasse o nome de Samuel, lembraria-se de seu voto. Da mesma forma lembraria ao próprio menino sua consagração a Deus. Ao continuar a história de Samuel, percebe-se que ele viveu de forma digna ao significado do seu nome.

A espontaneidade da oração de Ana mostra o quanto ela conhecia seu Deus. A confiança total também é um exemplo da compreensão da fraqueza humana pela qual ela estava passando, além de ser injustiçada por Penina. Deus lhe fez justiça. A oração de Ana termina entregando Samuel ao sacerdote Eli (1 Sm 2.11).

Ana desmamou o **הַנֶּעֱרַר הַנָּעַר** (*hanna'ar na'ar*), “menino ainda muito jovem”, consagrou-o ao Senhor e ele ficou morando em Siló. Ele “ministrava perante o Senhor” (1 Sm 2.18). Deve ter aprendido com sua mãe ainda em casa a temer a Deus, obedecer aos ensinamentos de Eli, não se importar com as possíveis hostilidades dos seus meio-irmãos e nem com as maldades dos filhos de Eli.

Para crescermos em santidade e conhecimento de Deus, não basta apenas fazer tudo legalmente. Os sacerdotes Hofni e Fineias faziam tudo “conforme mandava o figurino” e talvez conhecessem todo o processo religioso, mas nunca haviam tido um encontro pessoal com Deus para conhecê-Lo e poder ensinar as pessoas que vinham até eles. Eles foram considerados filhos de Belial, talvez também por terem se envolvido excessivamente nos trabalhos sagrados lhes tenha faltado a experiência emocional que deveria ser proporcionada pelo pai.

O menino Samuel começou a ministrar perante o Senhor sob a direção de Eli, cujos olhos já estavam ficando fracos (1 Sm 3.1) possivelmente devido à sua idade, pois morreu aos 98 anos (1 Sm 4.15). A visão fraca de Eli pode também representar não somente a sua condição física, mas também a espiritual. Da mesma forma, a lâmpada que ainda não havia se apagado também pode representar simbolicamente a escuridão do santuário.⁵¹⁷ Somente o pequeno Samuel estava radiante diante do seu futuro em relação a Israel.

Samuel ainda não havia tido uma experiência com Deus nem havia aprendido a ouvir Sua voz, contudo sua autodisciplina rigorosa de se levantar três vezes durante a madrugada o preparou para receber a mensagem de Deus. A obediência era um requisito importante para ter a aprovação de Deus. A obediência de Samuel também contrasta com a desobediência dos filhos de Eli.

Depois da terceira vez em que Samuel se levantou, Eli o instruiu como deveria responder à voz que estava ouvindo: “Fala Senhor, pois o teu servo está ouvindo” (1 Sm 3.10). E novamente Samuel ouviu a voz: “Vou realizar em Israel algo que fará tinir os ouvidos de todos os que ficarem sabendo. Nessa ocasião executarei contra Eli tudo o que falei contra sua família, do começo ao fim. Pois eu lhe disse que julgaria sua família para sempre, por causa do pecado dos seus filhos, do qual ele tinha consciência; seus filhos se fizeram desprezíveis, e ele não os puniu. Por isso jurei à família de Eli: ‘Jamais se fará propiciação pela culpa da família de Eli mediante sacrifício ou oferta’” (1 Sm 3.11-14).

Samuel, porém, ficou deitado até pela manhã. Mesmo sendo criança, a visão que ele tivera durante a noite não o fez parar com suas atividades diárias. Levantou-se, abriu as portas da casa do Senhor e teve medo de contar a visão a Eli. Porém Eli o chamou amavelmente de “meu filho” para que lhe contasse a visão. Logo em seguida falou em tom de ameaça: “O que

⁵¹⁷ O fato de a lâmpada ainda não ter se apagado pode indicar que o chamado de Deus a Samuel pode ter ocorrido na madrugada, antes do clarear do dia (veja Êx 27.20-21, cf Lv 24.2).

o Senhor lhe disse? Não esconda de mim. Deus o castigue, e o faça com muita severidade, se você esconder de mim qualquer coisa que Deus lhe falou” (1 Sm 3.17). Então Samuel lhe contou tudo sem nada esconder. Eli disse: “Ele é o Senhor; que faça o que lhe parecer melhor” (1 Sm 3.18). Eli deve ter dado essa resposta a Samuel porque já havia recebido um “homem de Deus” (1 Sm 2.27) que anunciara o destino da sua família. Mesmo assim, não tomara providências em relação aos seus filhos e a si mesmo. A profecia do homem de Deus narrada na terceira pessoa do plural – “por que vocês zombam” (1 Sm 2.29) – dá a entender que Eli honrava mais a si mesmo e seus filhos do que a Deus.

A sentença de que Deus faria algo que “faz tinir os ouvidos” é utilizada em 2 Rs 21.12 e Jr 19.3. É de fato uma sentença pesada para quem está iniciando o ministério profético e indica o caráter desse ministério. Nem sempre seria fácil para Samuel entregar a palavra de Deus ao povo. Porém, a “entrega da mensagem na íntegra mostra o quanto Samuel considerou atentamente tudo quanto Deus lhe havia dito, sem precisar escrever a mensagem. Não se atrapalhou e entregou-a com clareza”.⁵¹⁸ Samuel, por ser íntegro na entrega da mensagem, não entrou em contradição com a profecia anterior.

A partir de sua integridade, ainda se pode destacar que ele foi “profeta do Senhor” (1 Sm 3.20), sacerdote (1 Sm 7.9), “juiz de Israel por todos os dias de sua vida” (1 Sm 7.15), viajando uma vez por ano a Betel, Gilgal e Mispá julgando questões (1 Sm 7.16). Ele morava em Ramá onde construiu um altar em honra ao Senhor (1 Sm 7.17). Assim, Samuel foi o último juiz e o primeiro profeta⁵¹⁹ e fundador da monarquia, sendo o elo de ligação entre os juízes e a monarquia, ou seja, entre Eli e Saul.

Eli foi tímido ao ensinar ou repreender seus filhos e viveu um fim trágico. Ana ensinou Samuel e este teve um final feliz. Portanto, da história de Samuel se pode concluir que os pais devem ensinar a criança. Ela não nasce sabendo tudo, precisa de orientação adequada dos pais.

Pode-se perceber, na descrição das pessoas acima citadas, que não eram apenas crianças que se tornaram adultos, mas algumas das mais importantes revelações de Deus

⁵¹⁸ AKANI, 2010, p. 339.

⁵¹⁹ O termo נָבִי *navi'* (*profeta*) é mencionado antes de Samuel ocasionalmente, como em Gn 20.7, Êx 7.1, Nm 11.29. Porém Samuel, aparentemente, elaborou uma ordem mais específica de profetas, fundando escolas de profetas em Ramá (19.18-20). Também havia tais escolas em Betel, Jericó (2 Rs 2.3-5) e Gilgal (2 Rs 4.38). Veja mais informações em CULVER, Robert D. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Geason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 904-906.

foram feitas por meio delas. Tais revelações são necessárias para o desdobramento e a realização do plano de Deus para a redenção da Humanidade.

Quero encerrar este item sobre as crianças do AT com um parágrafo de Lutero aos Conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs:

Na verdade, é pecado e vergonha o fato de termos chegado ao ponto de haver necessidade de estimular e de sermos estimulados a educar nossos filhos e a juventude e de buscar o melhor para eles. A própria natureza nos deveria convencer disso e também o exemplo dos gentios nos deveria incentivar em vários sentidos. Não existe animal irracional que não cuide de seus filhotes e não lhes ensine o que lhes convém, com exceção da avestruz a respeito da qual Deus diz em Jó [...] (39.13-16) que é tão rigorosa com seus filhotes como se não fossem seus e que deixa seus ovos abandonados no chão. De que nos valeria se, no mais, tivéssemos e fizéssemos tudo e fôssemos todos santos, mas deixássemos de fazer aquilo que é a razão principal de nossa existência: a educação da juventude? Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não as educamos.⁵²⁰

3.3.6 Considerações gerais sobre infância no AT

3.3.6.1 A criança abençoada

Uma criança era considerada bênção de Deus entre os israelitas (Sl 127.3). Ter muitas crianças ou filhos era um favor divino especial. As mulheres que não podiam ter filhos eram desprezadas, como Sara (Gn 11.30), Rebeca (Gn 25.21), Raquel (Gn 30.1), Ana (1 Sm 1.6) e muitas outras. Os rabinos diziam que “o homem sem filhos deveria ser considerado morto”.⁵²¹ O nascimento de um filho era tão importante que até o sábado poderia ser violado para trazer a parteira ou acender o fogo para esquentar água se fosse necessário para ajudar a criança e a mãe.⁵²²

As crianças recém-nascidas eram cuidadas por suas mães (1 Sm 1.23) e com ajuda de servas, dependendo das posses da família. O nome da criança era escolhido de acordo com alguma circunstância especial que envolvia o seu nascimento (1 Sm 1.20). Os meninos eram circuncidados no oitavo dia após seu nascimento e a mãe precisava aguardar quarenta dias para oferecer um sacrifício de purificação no templo (Lv 12.1-6); quando nascia uma filha, eram oitenta dias de espera. Os pais não participavam do momento do nascimento, mas

⁵²⁰ LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas*. Tradução de Ilson Kaiser. São Leopoldo: Sinodal – Concórdia, 2011. VI. 5. p. 307.

⁵²¹ DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. Tradução de Neyd Siqueira. São Paulo. Vida Nova, 1983. p. 73.

⁵²² SHABAT. 18.3.

deveriam aguardar até que alguém lhes desse a notícia (Jr 20.15). Então, poderiam entrar e pegar o recém-nascido colocando-o sobre os joelhos. Esse ato era o reconhecimento da sua legitimidade. A criança era lavada e esfregada com sal – ao menos é a conclusão que se tira de Ezequiel 16.4.

Os cumprimentos eram calorosos quando nascia um filho; no caso de uma filha, diminuía de intensidade. As filhas não aumentavam os bens da família. Quando casavam passavam a pertencer a outra família. Segundo o Talmude, “as filhas não passam de um tesouro ilusório” e “além disso, precisam continuamente ser vigiadas”.⁵²³

O costume pagão de abandonar crianças pequenas comum no Egito, na Grécia e em Roma, mas aos judeus era absolutamente proibido. O pai egípcio poderia escrever à esposa prestes a dar à luz: “Se for menino, pode criá-lo; se for menina, mate-a”. É possível que em Israel não houvesse grande alegria ao nascer uma menina, de qualquer forma ela era protegida e aceita pelos pais. Quando o primogênito de um casal nascia homem, a alegria era maior ainda. Havia uma palavra especial para designar o filho primogênito: *bekor*. Esse também foi o termo que Lucas traduziu e aplicou ao filho de Maria: “E ela deu à luz o seu primogênito” (Lc 2.7).⁵²⁴

Ao nascerem gêmeos, se tomava o cuidado de marcar qual havia nascido primeiro, talvez atando um fio vermelho na mão da criança como no caso dos filhos de Tamar e Judá (Gn 38.28). Porém, de acordo com Daniel-Rops, a Medicina comprovou que o primeiro que é concebido é o segundo a nascer.⁵²⁵

As crianças eram desmamadas por volta dos três anos de idade. No dia do desmame era dada uma festa (Gn 21.8) e oferecidos sacrifícios (1 Sm 1.24). A mãe educava a criança (Pv 31.1 e 2 Tm 1.5; 3.15). Quando esta atingia os cinco anos de idade os pais se dedicavam com mais intensidade à educação. No caso de famílias com maior poder aquisitivo, eram contratados tutores (2 Rs 10.1). A criança desmamada representa a alma sossegada: “De fato, acalmei e tranquilizei a minha alma. Sou como uma criança recém-amamentada por sua mãe; a minha alma é como essa criança” (Sl 131.2).

A criança e os bebês são extremamente importantes para Deus. Ele firmou Seu nome a partir delas. Como diz o salmo davídico: “Dos lábios das crianças e dos recém-nascidos

⁵²³ DANIEL-ROPS, 1983, p. 74.

⁵²⁴ DANIEL-ROPS, 1983, p. 74.

⁵²⁵ DANIEL-ROPS, 1983, p. 74.

firmaste o teu nome como fortaleza” (Sl 8.2). Jesus parafraseou esse verso dizendo: “Dos lábios das crianças e dos recém-nascidos suscitaste louvor” (Mt 21.16).

3.3.6.2 A criança maltratada

Apesar de as crianças serem consideradas bênçãos de Deus, também eram vendidas como escravas ou entregues para pagamento de dívidas. “Certo dia, a mulher de um dos discípulos dos profetas foi falar a Eliseu: ‘Teu servo, meu marido, morreu, e tu sabes que ele temia o Senhor. Mas agora veio um credor que está querendo levar meus dois filhos como escravos’” (2 Rs 4.1). Os pais exerciam autoridade sem limites sobre os filhos ou filhas, escolhendo até cônjuges para eles, como no caso de Abraão e Isaque. Em relação aos filhos ilegítimos, não lhes era permitido receber herança (Gn 21.10; Jz 11.2) e não podiam “entrar na assembleia do Senhor” (Dt 23.2).

Além de serem vendidas, as crianças também eram mortas pelos próprios pais em rituais de sacrifícios. “Sacrificaram seus filhos e suas filhas aos demônios. Derramaram sangue inocente, o sangue de seus filhos e filhas sacrificados aos ídolos de Canaã; e a terra foi profanada pelo sangue deles” (Sl 106.37-38).

Crianças também eram usadas para pagamento de prostituição e vinho. Nas palavras do profeta Joel, “lançaram sortes sobre o meu povo e deram meninos em troca de prostitutas; venderam meninas por vinho, para se embriagarem” (Jl 3.3). Como se pode observar a partir dessa citação, as crianças não eram somente usadas para pagamento de dívidas mas também para satisfação dos desejos de adultos.

Os jovens e as moças também eram levados para o exílio (Lm 1.18). O povo havia sido destruído e a situação era tão precária que “crianças e bebês desmaiavam pelas ruas da cidade” (Lm 2.11). Eles pediam a suas mães: “‘Onde está o pão e o vinho?’ Ao mesmo tempo em que desmaiam pelas ruas da cidade, como os feridos, e suas vidas se desvanecem nos braços de suas mães” (Lm 2.12). Também desmaiavam de fome nas esquinas de todas as ruas (Lm 2.19).

Numa situação estarrecedora de crueldade o profeta chega a sugerir que as mães deveriam comer seus próprios filhos que elas haviam criado com muito amor. Por falta de água a língua dos bebês grudava no céu da boca e as crianças imploravam pelo pão, mas ninguém as atendia (Lm 4.4). Um pouco mais adiante o profeta confirma o que antes era

sugestão: “Com as próprias mãos, mulheres bondosas cozinham seus próprios filhos, que se tornaram sua comida quando meu povo foi destruído” (Lm 4.10).

Muitos séculos após o relato de Lamentações, a violência contra a criança continua. Conforme a psicóloga social argentina especialista em violência familiar Malena Manzato, a cultura e a tecnologia ainda não puderam evitar o sofrimento infantil na América Latina e em todo o mundo. A partir daí ela levanta alguns questionamentos: “Por que as crianças preferem as ruas aos lares?”, “por que são abandonadas?”, “por que são maltratadas mesmo quando não estão nas ruas?”, “por que são compradas e vendidas para sua exploração sexual?”, “por que há adultos que pagam para ter sexo com crianças?” e “por que são abusadas sexualmente dentro dos contextos familiares ou de confiança da criança?”.⁵²⁶

De acordo com o profeta, estes fatos surgiram por negligência das autoridades religiosas: “As visões dos seus profetas eram falsas e inúteis; eles não expuseram o seu pecado para evitar o seu cativeiro. As mensagens que eles deram eram falsas e enganosas” (Lm 2.14). Ele também explica o motivo do derramamento de sangue: “Dentro da cidade foi derramado o sangue dos justos, por causa do pecado dos seus profetas e das maldades dos seus sacerdotes” (Lm 4.13).

Como visto acima, as crianças são bênçãos para os pais e Deus desenvolve Seus planos por meio delas. Enquanto adultos reclamam e criticam uma situação, a criança simplesmente se deixa usar por Deus para cumprir Seus propósitos em relação à Humanidade. Por outro lado, por causa da irresponsabilidade dos adultos as crianças sofrem. Sejam líderes religiosos, políticos ou familiares, estes não têm o direito de se aproveitar da inocência e pureza das crianças apenas para satisfazer seus próprios desejos egoístas. Por isso o profeta ainda exorta: “Levante-se, grite no meio da noite, quando começam as vigílias noturnas; derrame o seu coração como água na presença do Senhor. Levante para ele as mãos em favor da vida de seus filhos, que desmaiam de fome nas esquinas de todas as ruas” (Lm 2.19).

3.3.6.3 A temática da infância no AT

Para Keith White, existem três temas envolvendo crianças ligados à temática do Antigo Testamento. Primeiramente, o Salmo 8.2 expressa uma verdade normalmente negligenciada. Já foi citado parcialmente, mas aqui é imprescindível citá-lo novamente na

⁵²⁶ MANZATO, Malena. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012. p. 175.

íntegra: “Dos lábios das crianças e dos recém-nascidos firmaste o teu nome como fortaleza, por causa dos teus adversários, para silenciar o inimigo que busca vingança”. As crianças foram criadas para louvar a Deus. Elas não são consumidores ou adultos em miniatura, mas verdadeiros adoradores. O corpo delas foi criado para louvar a Deus. Essa é a finalidade das crianças. Além disso, elas ainda têm o papel de silenciar os inimigos de Deus. Quando todos os recursos dos adultos falharem, as crianças, como Samuel e Davi, por exemplo, serão meios ou instrumentos de moral, virtude espiritual e poder. “A criança é moldada, moral e espiritualmente, à semelhança do ‘Pai da humanidade’”.⁵²⁷

Em segundo lugar, conforme White o primeiro tema leva a pensar no conteúdo de Isaías 11. Seu conteúdo trata do reino messiânico: “O lobo viverá com o cordeiro, o leopardo se deitará com o bode, o bezerro, o leão e o novilho gordo pastarão juntos; e uma criança os guiará” (Is 11.6). O papel da criança aqui é ser símbolo da paz, liderar num lugar seguro, ao contrário dos centros urbanos, da disputa de mercado, da violência etc. As crianças ocupam o lugar mais importante do Reino dos Céus. É preciso partir desse ponto para “entender os ensinamentos de Jesus, nosso relacionamento com Deus e nossa missão na terra”.⁵²⁸

Em último lugar, White destaca o papel culminante para os pequenos no AT. O profeta Isaías fala sobre a ira santa de Deus diante do pecado da Humanidade. Mesmo que tudo pareça perdido e sem esperança, Deus dá um sinal: “Por isso mesmo o Senhor lhes dará um sinal: a virgem ficará grávida e dará à luz um filho, e o chamará Emanuel” (Is 7.14), que significa “Deus conosco”. A ação salvadora de Deus é uma luz para aqueles que estão no vale da sombra da morte. Novamente diante dessa situação o profeta vai dizer: “Porque um menino nos nasceu, um filho nos foi dado, e o governo está sobre os seus ombros” (Is 9.6). O foco agora não é um guerreiro forte, um mestre sábio ou um sacerdote, mas uma criança. A salvação deve ser procurada por todos, mas o governo estará nos ombros dessa criança.⁵²⁹ Com a mentalidade de que o governo está sobre os ombros duma criança, embora já adulta, podemos agora partir para o estudo da infância no Novo Testamento.

Contudo, antes de partir para o NT é importante destacar, a partir das crianças acima descritas e mais os três temas apresentados por Keith White, a presença da Teologia da Criança. Conforme Collier, esta nos convida a observar “atentamente a criança em nosso meio

⁵²⁷ WHITE, Keith. Redescobrimo a criança no coração da missão. In: FASSONI, Klenia; DIAS, Lissânder; PEREIRA, Welinton. Uma criança os guiará: por uma teologia da criança. Viçosa: Ultimato, 2010. p. 27.

⁵²⁸ WHITE, 2010, p. 27.

⁵²⁹ WHITE, 2010, p. 27-28.

no ato de pensar sobre, de e com Deus, em Cristo. Agindo assim, esperamos que a nossa teologia mude para melhor. Com a Teologia da Criança embarcamos em uma nova jornada com Cristo em direção ao mistério revelado de Deus no mundo.”⁵³⁰ Assim, a Teologia da Criança serve à palavra de Deus no Evangelho porque dirige a atenção das pessoas à criança como um sinal do Reino de Deus.

3.4 A infância no Novo Testamento

3.4.1 Órfãos

Orphanos, do latim *orbis*, “roubado, sem pais e/ou sem filhos”. No grego clássico encontra-se geralmente no sentido próprio de órfão.⁵³¹ Literalmente significa “privado de um dos pais”.

Na Septuaginta, ὀρφανός (*orphanos*) e יָתוֹם (*yatom*) geralmente são combinados com χήρα (viúva) (Ez 22.7)⁵³², bem como em muitas outras passagens já analisadas anteriormente, em que sempre o particular desamparo da viúva e do órfão gera a combinação.

No judaísmo tardio, o cuidado por um órfão é considerado obra particularmente meritória. Quem criava um órfão em sua casa é como se o tivesse gerado. Este exercia misericórdia a qualquer tempo.⁵³³

No Novo Testamento, o termo ὀρφανός (*orphanos*), “órfão”, aparece somente duas vezes:⁵³⁴ “Não os deixarei órfãos; voltarei para vocês” (Jo 14.18) e: “A religião que Deus, o nosso Pai, aceita como pura e imaculada é esta: cuidar dos órfãos e viúvas em suas dificuldades e não se deixar corromper pelo mundo” (Tg 1.27). Tiago parte do Antigo Testamento e com isso quer mostrar que cuidar dos órfãos e viúvas era uma exigência ainda comum para a época da redação. Nesse sentido é a primeira vez que aparece em um escrito cristão.

O termo usado por Tiago para descrever a ação de visitar o órfão é especial no NT. Não se trata apenas de um termo de ir e vir visitar simplesmente, mas ἐπισκέπτομαι

⁵³⁰ COLLIER, 2010, p. 259.

⁵³¹ SEESEMANN, Heinrich. In: KITTEL, Gerhard. *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1866. v. 5. p. 486.

⁵³² SEESEMANN, 1866, p. 487.

⁵³³ SEESEMANN, 1866, p. 487.

⁵³⁴ Na literatura pós-neotestamentária aparece com frequência.

(*episképtomai*). Em Atos 6.3 o termo descreve a seleção pela igreja (“escolham”) de homens para servir. O termo ainda é empregado nos escritos de Lucas e em Hb 2.6, para o (cuidado) amoroso de Deus que busca os Seus. Ele escolheu (visitou) do meio de todas as nações um único povo (At 15.14), o qual visitou com bênção (Lc 1.68). A misericórdia de Deus “O leva a visitar este povo ‘como sol nascente das alturas’”.⁵³⁵

Ainda é empregado em At 7.23, quando Moisés visitou seu povo, e em At 15.36, sobre Paulo e Barnabé enquanto cuidam dos seus convertidos. O emprego que Tiago faz do termo em relação aos órfãos tem essa finalidade: visitar com um objetivo especial. Para Tiago, o servir a Deus se demonstra especialmente em cuidar de viúvas e órfãos. Não bastava apenas chegar de mãos vazias na casa de uma viúva com seu órfão, fazer uma oração e se despedir com um “Deus te abençoe”. Era necessário ajudá-los naquilo que eles estivessem precisando, sem esperar algum tipo de retorno.⁵³⁶ É no mínimo isso que um órfão espera de alguém que se diz crente ou que pertence a uma comunidade de fiéis.

Segundo Coenen, o fato de cuidar de órfãos “se expressa vividamente” nas palavras de Jesus: “Pois eu tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram; necessitei de roupas, e vocês me vestiram; estive enfermo, e vocês cuidaram de mim; estive preso e vocês me visitaram” (Mt 25.35-36). E ainda: “Pois eu tive fome, e vocês não me deram de comer; tive sede, e nada me deram para beber; fui estrangeiro, e vocês não me acolheram; necessitei de roupas, e vocês não me vestiram; estive enfermo e vocês não me visitaram” (Mt 25.42-43). “Na pessoa de todos sofrendores e aprisionados crentes, o Senhor mesmo permanece diante dos homens. Ao nos encontrarmos com tais pessoas (órfãos), acabamos fazendo uma decisão que nos leva à salvação ou condenação, dependendo de se fazemos das necessidades delas preocupação nossa, ou se passamos adiante sem considerá-las”.⁵³⁷

É evidente que aqui Jesus faz referência às obras de caridade israelitas, mas de um modo a submeter os homens de todos os povos ao mesmo mandamento para julgá-los na medida do seu cumprimento. “Todas as nações serão reunidas diante dele, e ele separará umas das outras como o pastor separa as ovelhas dos bodes” (Mt 25.32). No entanto, ele aprofunda essas obras de caridade em dois sentidos. Para ele, o que importa não são casos e obras

⁵³⁵ COENEN, Lothar. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. (Orgs.). *Dicionário Internacional de teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1. p. 222.

⁵³⁶ O mesmo termo também é usado em 1 Pe 5.2, onde é dito que os presbíteros devem cuidar do rebanho “não por obrigação, mas de livre vontade, como Deus quer. Não [...] por ganância, mas com o desejo de servir”.

⁵³⁷ COENEN, 2000, p. 222.

isolados, mas a postura íntima. O homem precisa saber que não existe por si e para si, mas em função do outro e para o outro – e é preciso comprovar isso na prática. Jesus testifica que nessa atitude de comunhão e dedicação ao outro Deus se faz presente ao afirmar que tudo o que acontece ou deixa de acontecer a algum dos menores entre os Seus irmãos, será feito ou omitido para Ele mesmo. Provavelmente a carta de Tiago assume o melhor da tradição da ética do judaísmo e da exigência de Jesus de amor ativo ao próximo.⁵³⁸ A essa ética do judaísmo ainda se pode acrescentar um dito do próprio Tiago: “Quem sabe que deve fazer o bem e não o faz, nisto está pecando” (4.17).

Se Tiago foi escrito por volta do ano 60 d.C., é provável que tivesse em mente os cristãos judeus e que o problema das viúvas e dos órfãos ainda não estivesse totalmente resolvido. Mesmo que em Atos 6.3 apareça uma tentativa de ajudar as viúvas, não se sabe se os órfãos estariam incluídos nessa ajuda, pois os judeus de fala grega queixaram-se dos judeus de fala hebraica porque suas viúvas estavam sendo esquecidas na distribuição diária de alimento.

A carta à Igreja de Éfeso pode ajudar a lançar luz sobre a questão dos necessitados. Nesse grupo talvez poderiam ser incluídos órfãos, uma vez que estes são os mais necessitados e frágeis. A carta foi escrita da prisão (Ef 3.1; 4.1) entre 55 e 60 d.C. Após o autor sagrado analisar os problemas referentes à mentira e à ira, passou a analisar o problema do roubo: “O que furtava não furte mais; antes trabalhe, fazendo algo de útil com as mãos, para que tenha o que repartir com quem estiver em necessidade” (Ef 4.28). Paulo simplesmente poderia ter escrito: “Quem furtava não furte mais, mas trabalhe para que tenha com o que pagar suas contas”. Mas ele não faz isso. Ele recomenda (obviamente num contexto de antes da conversão e depois da conversão) que o ladrão redirecione seu pensamento, não apenas parando de roubar mas ajudando a quem precisa, talvez até mesmo a um órfão que antes era roubado. Paulo aborda o décimo mandamento do Decálogo para fundamentar o seu princípio. No NT os ladrões fazem parte dos injustos e estão excluídos da participação do Reino de Deus (1 Co 6.10).

⁵³⁸ BEYER, Heermann Wolfgang. In: KITTEL, Gerhard. *Theologisches Wörterbuch zum Neuen Testament*. Stuttgart: W. Kohlhammer, 1935. v. 2. p. 599.

Para Champlin, “a igreja cristã jamais foi uma espécie de clube exclusivo para os elementos respeitáveis da sociedade; antes, sempre foi um lugar onde indivíduos anteriormente corruptos tiveram um encontro com o Salvador, que os redimiou e restaurou”.⁵³⁹

No contexto de João 14 Jesus fortalece Seus discípulos e lhes promete o Espírito Santo antes da Sua partida ou “outro Conselheiro para estar com vocês para sempre” (Jo 14.16). O termo *παράκλητος* (*parakletos*) pode ser traduzido por “conselheiro”, “advogado”, “intercessor” ou ainda “alguém chamado para estar ao lado”. Desse modo os discípulos não estariam órfãos. Além disso, Jesus ainda lhes promete aposentos. “Na casa de meu Pai há muitos aposentos” (Jo 14.2), podendo significar uma espécie de templo ou habitação em Jesus Cristo. A partida significa uma união maior com eles, ou seja, uma intensificação dessa união. Mesmo assim ainda se sentem abandonados, mas Jesus os consola dizendo que não ficarão órfãos. Os discípulos não “ficarão órfãos, mas serão filhos ricamente providos por Deus. Jesus vem a eles em provisão e relacionamento, mostrando que a vida está disponível. Jesus aqui parece juntar os aparecimentos da ressurreição com os benefícios que surgem com esse evento”.⁵⁴⁰ Jesus não está se referindo à parousia, mas algo que acontece “dentro de pouco tempo”, quando o mundo não enxergar mais a Jesus (Jo 14.19). Por outro lado, os discípulos O verão. “Porque eu vivo, vocês também viverão” (Jo 14.19).

A ressurreição de Jesus e Seus aparecimentos farão com que os discípulos possam estabelecer a base de que Jesus vive.⁵⁴¹ O Espírito deve ser experimentado, do contrário os discípulos não se sentirão libertos do abandono. Segundo Schnackenburg, “no século vinte [...] a consciência da presença do Espírito tem, de forma ampla, desaparecido, mesmo na comunidade de fiéis. É possível afirmar que a única pessoa que pode entender as palavras sobre o Espírito é aquele que já experimentou a presença do Espírito”.⁵⁴²

Em Jesus Cristo todos os que podem ter uma experiência com o Espírito Santo também podem se considerar “filhos de Deus” (Jo 1.12). Portanto, já não são mais considerados órfãos e conseqüentemente não se menciona mais o termo no NT. Talvez seja

⁵³⁹ CHAMPLIN, Norman Russell. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2002. v. IV. p. 612.

⁵⁴⁰ BOCK, Darrell L. *Jesus segundo as Escrituras*. Tradução de Daniel de Oliveira. São Paulo: Shedd, 2006. p. 477.

⁵⁴¹ BOCK, 2006, p. 477.

⁵⁴² SCHNACKENBURG. In: CARSON, D. A. *O comentário de João*. Tradução de Daniel de Oliveira e Vivian Nunes de Amaral. São Paulo: Shedd, 2007. p. 501.

essa uma possibilidade (além da de Tiago) de explicação para que haja apenas duas citações do termo “órfãos” no NT em contraste com as 41 no AT.

Em vez de mencionar “órfãos”, o NT menciona “adoção”, como em Rm 8.15: “Pois vocês não receberam um espírito que os escravize para novamente temerem, mas receberam o Espírito que os torna filhos por adoção, por meio do qual clamamos: *Aba*⁵⁴³, Pai.” E ainda “a fim de redimir os que estavam sob a Lei, para que recebêssemos a adoção de filhos” (Gl 4.5).⁵⁴⁴

3.4.2 Crianças no NT

No AT a sociedade girava em torno do androcentrismo⁵⁴⁵ patriarcal. Com a chegada de Jesus, foi quebrado esse paradigma dando à mulher e à criança uma nova posição social. Elas eram de grande importância para o desenvolvimento de Seu ministério. Jesus define o Reino de Deus a partir das crianças.

3.4.2.1 Termos gregos para descrever as crianças

O Novo Testamento foi escrito em língua grega, que era a língua dominante na época do cristianismo. Para uma melhor compreensão da palavra “criança” em português, é necessário que analisemos os termos gregos usados para descrever as crianças.

Παιδίον (*paidíon*) compreende o bebê ou a criancinha e é um diminutivo de παῖς (*pais*). *Pais* significa uma criança de sete a quatorze anos de idade. Pode também ser traduzido como um jovem escravo ou uma escrava e por causa dessa função sugere a posição humilde da criança na sociedade.⁵⁴⁶

Outro termo para criança é νήπιος (*népios*), que pode ser traduzido como “infante”, “menor”, “indefeso”, “inexperiente” e “simples”. Também pode sugerir “estultícia”. O termo τέκνον (*teknon*) se refere a “criança”, menino ou menina. Embora *pais* e *teknon* se refiram a menino ou menina, υἱός (*hyios*), “filho”, se distingue da filha, que é θυγάτηρ (*thygatēr*), ou no diminutivo θυγάτριον (*thygatrion*), “filha pequena” ou “filhinha”.⁵⁴⁷

⁵⁴³ Termo aramaico para “Pai”.

⁵⁴⁴ Veja mais textos sobre adoção em: Rm 8.23; 9.4 e Ef 1.5.

⁵⁴⁵ Veja o artigo completo em: SCHACH, Vanderlei Alberto. A nova realidade feminina com o fim do androcentrismo a partir de Jesus. In: *Revista Batista Pioneira*: Bíblia, teologia e prática, v. 1, n. 1, p. 55-73.

⁵⁴⁶ BRAUMANN, Georg. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. (Orgs.). *Dicionário Internacional de teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000, v. 1. p. 465.

⁵⁴⁷ BRAUMANN, 2000, p. 465.

Nos Evangelhos são empregados os termos *pais* ou *paidion*. O servo do centurião é chamado de *pais* (Mt 8.6,13; Lc 7.7). As crianças na praça são *paidia* (Mt 11.16; Lc 7.32). Os servos de Herodes são chamados *pais* (Mt 14.2). Na multiplicação dos pães, as crianças que não foram contadas são designadas *paidion* (Mt 14.21; 15.38). Na parábola da ovelha perdida Jesus usa μικρῶν (*mikron*), “pequeninos” (Mt 18.10,14). O Evangelho de Marcos usa somente *paidion* (Mc 5.39) e não emprega βρέφος (*brephos*) nem *pais*. Onde Mateus (9.24) é mais específico e usa o termo κοράσιον (*korasion*), “menina”, Marcos usa apenas *paidion*. Lucas é o único Evangelho que emprega *brephos*, principalmente nas narrativas da infância ou da criança ainda não nascida (Lc 1.41,44) e do recém-nascido (Lc 2.12,16; At 7.19).⁵⁴⁸ Ele também emprega νεανίσκος (*neaniskos*), “jovem”, para se referir ao filho da viúva de Naim (Lc 7.14).

Aqui cabe uma consideração importante ao termo usado pelo Dr. “Lucas, o médico amado” (Cl 4.14). Ele usa o termo *brephos* tanto para “feto” como para “recém-nascidos” e isso já é uma indicação de reprovação das técnicas abortivas. Lucas considera o feto da mesma forma como a criança recém-nascida. Segundo José Alves, professor de Direito romano, os juristas romanos consideravam *brephos* apenas vísceras da mãe e o feto não podia ser considerado homem antes de nascer e sobreviver com saúde.⁵⁴⁹

João em seu Evangelho também emprega *pais*, mas somente em 4.51. No mesmo contexto (Jo 4.49) emprega *paidion* e υἱός (*hyios*) “filho”. As três descrições diferentes são em relação à mesma criança. João também emprega *paidion* para criança recém-nascida (Jo 16.21). Além disso, ele menciona *paidarion* para se referir ao menino dos cinco pães e dois peixinhos (Jo 6.9). É a única ocorrência desse termo em todo NT.⁵⁵⁰ Entre *paidion* e *pais* não existe nenhum significado teológico especial.

Em Paulo, há uma conotação negativa para o emprego de “criança”: “Irmãos, deixem de pensar como crianças” (1 Co 14.20). As palavras para descrever “criança” em Paulo somente ocorrem em Gl 4.22-23, em comparação entre os filhos de Abraão e a escrava e a livre. Hebreus emprega o termo *paidion* três vezes: 2.13,14 e 11.23. O termo *brephos* ocorre somente em 2 Tm 3.15 e 1 Pe 2.2.⁵⁵¹ Percebe-se que a palavra “criança” fora dos Evangelhos é poucas vezes mencionada. Por esse motivo passo a descrever a vida de algumas crianças

⁵⁴⁸ BRAUMANN, 2000, p. 468.

⁵⁴⁹ ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. Rio de Janeiro: Forense, 1971. p. 104.

⁵⁵⁰ BRAUMANN, 2000, p. 468.

⁵⁵¹ BRAUMANN, 2000, p. 468-469.

que são destacadas nos Evangelhos e que dão continuação aos temas relacionados à criança no AT.

3.4.2.2 A filha da mulher siro-fenícia (Mc 7.24-30; Mt 15.21-28)

Após Jesus ter participado de um debate sobre a tradição judaica e que envolvia questões de pureza e impureza, como lavar ou não as mãos (Mc 7.1-23), Ele se retirou para os arredores de Tiro e Sidom. Entrou numa casa e não queria que soubessem que estava ali. Porém, logo apareceu uma mulher, mãe de uma menina que estava com um espírito imundo. A mulher grega e de origem siro-fenícia⁵⁵² rogava a Jesus que expulsasse de sua filha o demônio. Contudo Jesus respondeu: “Deixe que primeiro os filhos comam até se fartar; pois não é correto tirar o pão dos filhos e lançá-lo aos cachorrinhos” (Mc 7.27). Ao que a mulher respondeu: “Sim, Senhor, mas até os cachorrinhos, debaixo da mesa, comem das migalhas das crianças” (Mc 7.28). Por causa dessa resposta Jesus declarou a filha da mulher curada e então ela foi para casa e encontrou a filha livre do demônio.

O termo usado por Marcos para descrever a menina é *thygatrion*, ou seja, “filhinha” ou “menina pequena”. Esse fato leva a crer que a mãe depositava toda a confiança no Messias dos judeus. Ela era mulher e estrangeira, mas tomou coragem e quebrou os paradigmas da época para ajudar sua filha. Crianças pequenas normalmente causam mais impacto na vida dos adultos, principalmente do pai e da mãe.

Outro fato digno de nota é que Jesus usa o termo *κυνάρῖοις* (*kinariois*), “cachorro” (Mc 7.27), e a mulher usa os termos *κυνάρια* (*kynaria*), “cachorrinhos”, e *paidion* (Mc 7.28). Esses dois termos diferentes resultam num paralelismo entre *paidion*, “criancinha”, e “cachorrinho”. Essa resposta da mulher a Jesus representa o verdadeiro abismo entre ela, como pagã, e os judeus. Ela não tinha direitos espirituais como os verdadeiros judeus, mas esperança como graça imerecida. Alguns teólogos sugerem que o termo “cachorrinhos” é uma referência a animais de estimação guardados em casa e que na hora das refeições recebiam algumas migalhas debaixo da mesa.⁵⁵³

Por meio de sua mãe esta criancinha, carente da misericórdia de Jesus, abriu caminho para que o Evangelho também chegasse aos pagãos, uma vez que os judeus já o haviam

⁵⁵² Em Mateus 15.22 é chamada de mulher cananea, uma identificação popular do AT.

⁵⁵³ Veja em: RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. *Chave linguística do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown e Júlio Paulo T. Zabatiero. São Paulo: Vida Nova, 1995. p. 81. POHL, Adolf. *Evangelho de Marcos: comentário esperança*. Tradução de Hans Hudo Fuchs. Curitiba: Esperança, 1998. p. 236.

rejeitado (Jo 1.11). Para a mulher, os resíduos das bênçãos de Deus eram suficientes, enquanto os judeus rejeitavam a plenitude das bênçãos.

3.4.2.3 A ressurreição da filha de Jairo (Mc 5.21-24, 35-43; Mt 9.18-26; Lc 8.40-56)

Quando Jesus estava reunido à beira-mar com uma grande multidão, chegou até Ele um dos dirigentes da sinagoga chamado Jairo. Prostrou-se aos pés de Jesus e implorou-lhe incessantemente que curasse sua filhinha que estava morrendo. E Jesus foi com ele.⁵⁵⁴ Enquanto estavam indo, algumas pessoas da casa de Jairo chegaram a eles e disseram que ele não precisava mais incomodar o Mestre porque sua filha já havia morrido. Porém, Jesus disse a Jairo que não tivesse medo, apenas cresse. Chegando à casa de Jairo, Jesus viu pessoas chorando e lamentando em alta voz. Ele pediu que se retirassem e ficou apenas com o pai e a mãe da menina, além dos discípulos que estavam com Ele. Foi até onde a menina estava, pegou-a pela mão e disse: “Menina, levanta-te”. Imediatamente a menina levantou-se e começou a andar. Todos ficaram atônitos. Jesus mandou que lhe dessem algo para comer e que não falassem nada a ninguém. A menina tinha doze anos de idade.

Ela era filha única de Jairo (Lc 8.42). Para os judeus, perder seus filhos era sinal da ira de Deus. Perder um filho ou o filho mais velho causava muita lamentação (Zc 12.10) – muito mais para a autoridade máxima da sinagoga, pois o peso da culpa seria ainda maior. Jairo, que não estava acostumado a ser questionado, viu sua fé ruir e tudo acabar. Sua própria linhagem estava se extinguindo. Para um judeu como Jairo isso tinha grande significado. Jesus vai com ele sem guardar rancor de oposição, mas está do lado daqueles que sofrem.⁵⁵⁵

Destaca-se o fato de um dirigente de uma sinagoga procurar Jesus, já que este não era bem-visto por muitos judeus. Porém, o desespero de manter viva sua filhinha o faz romper barreiras. Em horas de dor as pessoas não se importam com a opinião do povo. Ele mesmo precisa romper a barreira de ver sua filha se tornando adulta. Conforme Karin Kepler Wondracek, “este é o lado bom das crises, pois elas convocam a romper com o conhecido e

⁵⁵⁴ No trajeto, Jesus teve que curar uma mulher que sofria de hemorragia havia doze anos. Enquanto isso a menina morreu. Nas curas Jesus ultrapassa os dois fiadores da Antiga Aliança: Moisés na cura da mulher e Elias na cura da menina (cf 1 Rs 17.17ss e 2 Rs 4.32ss). “Não estamos mais diante de Moisés e Elias, mas diante do Filho” POHL, 1998, p. 190.

⁵⁵⁵ POHL, 1998, p. 186-187.

sabido, e se abrir para o novo. Um tempo de vencer preconceitos e tabus, de buscar a Vida para cuidar da vida”.⁵⁵⁶

Esta menina não é curada a distância, como a do relato anterior. Enquanto Jesus caminha ao lado de Jairo para a casa onde a menina se encontra morta, acontece a cura de Jairo. Como chefe, ele tinha tudo sob seu controle: tempo, pessoas, circunstâncias. Porém ele é interrompido pelo planejado cronológico, *χρόνος* (*chronos*), que significa o andar preciso de horas, minutos e segundos. A cura de Jairo acontece no caminhar até sua casa, embora seja um ritmo muito lento para o coração apertado de um pai. Contudo, Jesus quer ensinar a Jairo que a “lentidão faz parte do processo de sair de *χρόνος* (*chronos*) para entrar em *καιρός* (*kairós*), o tempo que importa, o tempo que recebe a visita da Eternidade e reconfigura todos os sentidos”.⁵⁵⁷ Ainda conforme Karin Kepler Wondracek,

as crianças pequenas, que ainda não têm *kronos* instalado em seu consciente, sabem mais desse outro tempo. Para elas, o que importa é estar com a pessoa cuidadora, acompanhando os seus ritmos. Estar com a mãe é o suficiente, não importa tanto assim o lugar. Basta um encontro, basta a presença. Interessante que essa será a mensagem de Deus para Abrão, Moisés e tantos outros: ‘Eu serei contigo’.⁵⁵⁸

Enquanto caminhavam em direção à casa de Jairo, algumas pessoas vêm ao encontro deles: “Sua filha morreu⁵⁵⁹, disseram eles. Não precisas mais incomodar o mestre!” (Mc 5.35). Jesus, porém, não deu atenção ao que falaram, mas consolou Jairo dizendo: “Não tenha medo; tão somente creia” (Mc 5.36). Jesus convida Jairo a se unir ao ritmo dele. Unir-se também remete a uma posição de aconchego, como é normal para as crianças: deixar-se estar na mão do Pai. “No ritmo de Jesus não há ‘tarde demais’. Novamente as crises nos ensinam sobre a Vida que tem outros ritmos que os conhecidos. Ela nos visita e nos surpreende a cada toque. Agora *kairós* domina, e não *kronos*”.⁵⁶⁰

Ao chegarem à casa de Jairo, Jesus percebeu um alvoroço com gente chorando e se lamentando pela morte da menina. Ordenou que todos saíssem e ficou apenas com Tiago,

⁵⁵⁶ WONDRAČEK, Karin H. Kepler. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012. p. 122.

⁵⁵⁷ WONDRAČEK, 2012, p. 123.

⁵⁵⁸ WONDRAČEK, 2012, p. 123.

⁵⁵⁹ Durante o primeiro século, a terça parte dos nascidos morria antes de completar seis anos e 60% morriam antes dos quinze anos de idade. ALVARADO, Ruth. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012. n. 24, p. 97.

⁵⁶⁰ WONDRAČEK, 2012, p. 126.

Pedro, João e os pais da menina. Entrou onde ela se encontrava e disse: “A criança não está morta, mas dorme” (Mc 5.37-40). Conforme Karin Kepler Wondracek, Jesus agiu dessa forma para mostrar que “curas de crianças não são feitas para satisfazer instintos exibicionistas, já nos garantem as leis de proteção à infância. Intimidade e solidariedade, sem notoriedade, eis um paradigma para discernir entre maus e bons propósitos com as crianças”.⁵⁶¹ Havia também na época de Jesus as carpideiras.⁵⁶² Jesus não se deixa abalar com a situação e dispensa aqueles que lucram com a desgraça alheia. Algo como o que vivemos atualmente: as notícias mais lucrativas são as mais trágicas. Apenas ter atitudes sensacionalistas ainda não é cuidar da criança necessitada.

3.4.2.4 A ressurreição do filho da viúva de Naim (Lc 7.11-17)

Jesus estava chegando na cidade de Naim com sua comitiva. Enquanto isso estava saindo da cidade o enterro do filho único de uma viúva e uma multidão ia com ela. Ao vê-la disse-lhe Jesus: “Não chore”. Em seguida, aproximou-se, tocou o caixão e os que o estavam carregando pararam. Jesus disse: “Jovem, eu lhe digo, levante-se!”. O morto sentou-se, começou a conversar com as pessoas e Jesus o entregou à sua mãe. Todos ficaram cheios de temor e diziam: “Um grande profeta se levantou entre nós”. Deus interveio a favor de Seu povo. Essas notícias espalharam-se por toda a Judeia e arredores (Lc 7.11-17).

Esta é mais uma das três ressurreições operadas por Jesus. Outra é a de Lázaro, cujo relato se encontra no Evangelho de João 11.1-44. Provavelmente Jesus fez outras (Lc 7.22) e comissionou Seus discípulos a também fazê-lo (Mt 10.8).

Jesus operava milagres em pessoas cuja fé era admirável, como na períclope anterior (a cura do servo de um centurião – Lc 7.1-10) e em pessoas nas quais as circunstâncias adversas e a miséria haviam feito desaparecer qualquer sinal de fé. Esse é o caso da viúva: o filho era a esperança de sustento para ela.

Jesus chega à cidade enquanto o féretro se dirigia para fora dela, pois não era permitido sepultar mortos dentro dos muros da cidade. A morte se encontra com a vida. Conforme Fritz Rienecker, três elementos se destacam e fazem Jesus ter misericórdia da viúva.⁵⁶³

⁵⁶¹ WONDRAECK, 2012, p. 127.

⁵⁶² As carpideiras eram mulheres especialmente contratadas e pagas para chorar nos velórios. Veja Jr 9.17.

⁵⁶³ RIENECKER, Fritz. *Evangelho de Lucas*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Evangélica Esperança, 2005. p. 174.

Primeiramente, a morte do jovem representava um juízo: “Mas tu, ó Deus, farás descer à cova da destruição aqueles assassinos e traidores, os quais não viverão a metade dos seus dias. Quanto a mim, porém, confio em ti” (Sl 55.23). E outro salmo ainda diz: “No meio da minha vida ele me abateu com força; abreviou os meus dias” (102.23).

Em segundo lugar, a morte do filho único era considerada um juízo extremamente duro da parte de Deus e motivo de luto extraordinário. A viúva de Sarepta diz ao profeta Elias: “Vieste para lembrar-me do meu pecado e matar o meu filho?” (1 Rs 17.18).

Por último, o fato de ser viúva em Israel era uma situação complicada. Ela dependia da compaixão dos outros, por isso o lamento aqui é duplo. No luto de Noemi ela se lamenta dizendo: “Não me chamem Noemi [Noemi significa “agradável”], melhor que me chamem de Mara [Mara significa “amarga”], pois o Todo-poderoso tornou minha vida muito amarga” (Rt 1.20).

Ao ver a mãe duplamente enlutada, Jesus teve compaixão dela e consolou-a dizendo: “Não chores”. Um consolo cheio de amor e que somente pode ter origem no divino. Misericórdia dos necessitados exige ação. Ele tocou o esquife e todos pararam de caminhar. Ele profere mais uma palavra de poder, semelhante à dita para a filhinha de Jairo: “Jovem, eu te digo: ‘Levanta-te’”. Essa palavra penetrou o mundo dos mortos e o morto sentou-se sem ajuda de terceiros. Na sequência Jesus devolveu o filho à sua mãe.

Como fundo teológico, por meio desta ressurreição Jesus revelou-se como o Messias esperado pelo povo. As multidões viam Nele o grande profeta que Deus havia levantado em seu meio. Segundo Fritz Rienecker, a prova de que o “Messias esperado, o Cristo, chegara em Jesus é sublinhada ainda por meio da afirmação de que Deus teria visitado ou inspecionado seu povo. Esse período de visitação refere-se à irrupção da era messiânica (Lc 1.68-70). Começou o ano da graça do Senhor” (Lc 4.19).⁵⁶⁴

3.4.2.5 Menino Anônimo (Jo 6.5-14; Mt 14.13-21; Mc 6.30-34; Lc 9.10-17)

Em certa ocasião, Jesus estava sendo seguido por uma grande multidão por causa dos “sinais” que fazia. Ele disse a Filipe: “Onde compraremos pão para toda essa gente comer?”. Ele apenas queria pôr Filipe à prova, pois já sabia o que estava para fazer. Filipe argumentou que nem duzentos dias de trabalho seriam suficientes para comprar pão. André informou a

⁵⁶⁴ RIENECKER, 2005, p. 176.

Jesus que havia ali um rapaz com cinco pães de cevada⁵⁶⁵ e dois peixinhos. Então Jesus pediu aos discípulos que mandassem o povo se sentar na grama. Eram aproximadamente cinco mil homens. Ele deu graças pelo pão e pelos peixes e todos comeram até se fartarem. Depois que todos comeram, ordenou aos Seus discípulos que ajuntassem tudo o que havia sobrado, enchendo doze cestos. Depois de ver o milagre que Jesus tinha realizado, o povo começou a dizer que aquele era o profeta que deveria vir ao mundo (Jo 6.5-14).

Este é um milagre que aparece nos quatro Evangelhos. Muitas pessoas seguiam a Jesus por causa dos σημεῖα (*semeia*),⁵⁶⁶ “sinais” que Ele fazia. Assim como no início do ministério “muitos viram os sinais milagrosos que ele estava realizando e creram em seu nome. Mas Jesus não se confiava a eles, pois conhecia a todos” (Jo 2.23-24). João menciona nesse episódio a segunda festa da Páscoa dum total de três (cf. Jo 2.13). Seu motivo para isso não é tanto cronológico mas teológico. A Páscoa judaica relembra a saída do Egito. O sacrifício de um cordeiro na casa de cada família era parte da celebração pascal. No presente Evangelho Jesus é o “Cordeiro de Deus” (1.29, 36).

A primeira Páscoa que Jesus menciona está num contexto em que o templo (referindo-se ao Seu próprio corpo) precisava ser destruído, apontando assim para a sua morte (Jo 2.19). A segunda ocorre no tempo da alimentação dos cinco mil. “Estava próxima a festa judaica da Páscoa” (Jo 6.4). Nessa ocasião acontece o discurso do pão da vida, no qual Jesus identifica Sua carne como verdadeiro pão que deve ser dado ao mundo e comido para que se tenha a Vida Eterna. A terceira Páscoa anunciada por Jesus (Jo 11.55) já é na época de Sua morte.

Conforme Carson e Regene Lamb,

as ligações se tornam complexas: o sacrifício do cordeiro antecipa a morte de Jesus, o maná do Antigo Testamento é ultrapassado pelo verdadeiro pão da vida, o êxodo tipologicamente apresenta a vida eterna que nos liberta do pecado e destruição, a festa da Páscoa é absorvida pela eucaristia (as duas apontam para Jesus e sua redentora obra na cruz). O movimento do milagre para o discurso, de Moisés para Jesus (Jo 6.32-35), e, acima de tudo, de *pão* para *carne* é quase ininteligível a menos

⁵⁶⁵ Pão de cevada era o pão dos pobres e era assado em fatias achatadas de 30 cm de diâmetro, e por isso não era cortado, mas rasgado ou partido.

⁵⁶⁶ *Semeion* é o termo que João usa para descrever os milagres de Jesus e pode ser traduzido por “sinal com um ensinamento ou que aponta para a glória de Deus”. Os sinóticos usam termos como: δυνάμεις (*dinameis*), “poder”, “força”, “energia” (Mt 11.20; Mc 9.39); θαυμάσιος (*thaumasios*), “maravilhoso” (Mt 21.15) e παράδοξος (*paradoxos*), “estranho”, “admirável” (Lc 5.26). Muito raramente usam o termo *semeion*.

que a referência do versículo à Páscoa retome 1.29,36, antecipe 19.36 (Êx 12.46; Nm 9.12) e reja toda a narrativa.⁵⁶⁷

Novamente aqui Jesus se utiliza de um *paidion*, “criança” ou “rapaz”, para ensinar uma lição de fé aos adultos, principalmente aos Seus discípulos. Nos sinóticos são os discípulos que no final do dia lembram Jesus que a multidão precisa ser alimentada. Em João, é Jesus quem aborda os discípulos sobre a questão da alimentação da multidão. Ele dá ouvidos ao Pai e não à multidão, que O poderia deixar em dúvida. Ainda de acordo com Bohn Gass,

A proposta das comunidades do Discípulo Amado quanto ao exercício da autoridade é a partilha do poder (Jo 13.1-17). Colocam mulheres e escravos, pessoas sem poder e que tinham a obrigação de lavar os pés de seus maridos e senhores, como exemplos de autoridade. Portanto, as igrejas joaninas vivem um discipulado de iguais, onde o poder é participativo e exercido com a força do Espírito.⁵⁶⁸

Jesus faz um teste com Filipe, que diante de Natanael confessara decididamente a dignidade messiânica (Jo 1.45) e já havia experimentado maravilhas com Jesus, mas ele não passou no teste. Não olhou para Jesus, pois já havia visto Sua glória nas bodas de Caná, além de muitos outros sinais. Ele apenas vê as circunstâncias a partir da ótica mercantilista e responde sem ver uma saída.

João relata sete sinais que têm um significado especial:

- 1º) Transformação da água em vinho (2.1-11);
- 2º) Cura do filho de um oficial (4.46-54);
- 3º) Cura de um paralítico em Jerusalém (5.1-18);
- 4º) Alimentação dos cinco mil homens (6.1-14);
- 5º) Jesus anda sobre as águas (6.16-21);
- 6º) Cura de um cego de nascença (9.1-12);
- 7º) Ressurreição de Lázaro (11.1-44).

⁵⁶⁷ CARSON, D. A. O comentário de João. Tradução de Daniel de Oliveira e Vivian Nunes do Amaral. São Paulo: Shedd Publicações, 2007. p. 270. LAMB, Regene. Criança é presente: hermenêutica bíblica na perspectiva das crianças. São Leopoldo: CEBI, p. 40-41.

⁵⁶⁸ GASS, Ildo Bohn. As comunidades cristãs a partir da segunda geração. Uma introdução à Bíblia. São Leopoldo/São Paulo: CEBI/Paulus, 2005. V. 8. p. 119. In: LAMB, Regene. Criança é presente: hermenêutica bíblica na perspectiva das crianças. São Leopoldo: CEBI, p. 41.

Pode-se observar que o sinal em questão ocupa o lugar central dos sete sinais. O motivo para esse lugar, conforme Regene Lamb, é que as crianças veem as coisas com espanto. Segundo ela, Rubem Alves observa que “os adultos de tanto vê-las, já não as veem mais. As coisas – as mais maravilhosas – ficam banais. Ser adulto é ser cego”.⁵⁶⁹

O exemplo de Filipe também pode servir para muitos pais, professores e educadores de crianças que simplesmente não conseguem ver saída para as dificuldades enfrentadas por crianças e adolescentes. Como visto acima, na análise da cura da filha de Jairo, não são necessárias muitas pessoas para fazer a obra do Pai, mas é necessária disposição de ir ao encontro das crianças e ter fé que o mesmo Jesus que operou milagres há dois mil anos ainda os fará hoje.

Outro fator necessário atualmente é abordado por Keith White quando diz que

do ponto de vista divino não há complicação nenhuma; porém, isso abala nossos preconceitos. Um bebê é pequeno, fraco, dependente e vulnerável, precisa de educação, treinamento e linguagem... E Deus nos fala que precisamos aprender a sair dos palácios e dos encontros com eruditos e poderosos e chegar até a manjedoura e a criança.⁵⁷⁰

É muito provável que os pães e peixes daquela criança fossem a merenda que a mãe dela havia preparado para comer na hora da fome. Mas essa criança não mede esforços, não faz cálculos, não retém para si e simplesmente entrega sua merenda para que cinco mil ἄνδρες (*andres*), “homens”, comessem (Mt 14.21). Novamente Jesus usa uma criança para executar um milagre para alimentar adultos.

Provérbios 20.11 diz: “Até a criança mostra o que é por suas ações; o seu procedimento revelará se ela é pura e justa”. Poderíamos ainda mencionar, a partir desse versículo, que o menino estava ansioso para servir com o que tinha, porém os adultos achavam a contribuição dele insuficiente para tantas pessoas. Mas Jesus aceita a contribuição do menino e tem a capacidade de transformar pouco em muito.⁵⁷¹ Disso podemos concluir que crianças podem servir nos ministérios das igrejas. Mas, para que a diaconia infantil seja posta

⁵⁶⁹ ALVES, Rubem. (Org.) *Culto arte*. Celebrando a vida: advento, natal, epifania. Campinas: CEBEP; Petrópolis: Vozes, 1999. p. 26. In: LAMB, Regene. *Criança é presente: hermenêutica bíblica na perspectiva das crianças*. São Leopoldo: CEBI, p. 42-43.

⁵⁷⁰ WHITE, 2010, p. 28.

⁵⁷¹ FOWLER, Larry. *Crianças firmadas na rocha: fornecendo às crianças uma base bíblica para a vida*. São Paulo: Batista Regular, 2007. p. 112.

em prática no contexto da liturgia adulta, é necessário entendermos sobre o modo como falamos de Deus. Segundo Rubem Alves,

Os adultos pensam que o maior e o mais caro é melhor. Pensam que a alegria e seus deuses vêm empacotados em embrulhos grandes. Por exemplo, quando falam de Deus, pensam logo numa coisa grande, muito grande, terrível, do tamanho do universo e ficam falando em coisas que o pensamento não entende como tempo de bilhões de anos e distâncias de anos-luz. Não sabem que a alegria, o maravilhoso, o divino estão ali pertinho ao alcance da mão. Divina é uma gota de orvalho, uma amora roxa, uma cambalhota de tiziu, um raio de sol numa teia de aranha, a cor de uma joaninha, um bombom, uma bolinha de gude, um amigo, uma acertada de bilboquê: coisas pequenas, sem preço. Como você. Você é pequenininha e, ao preço de mercado, não deve valer muito. Mas você é mais maravilhosa que o universo inteiro. Porque você tem o poder de dar alegria e de sentir alegria. O universo não tem. Deus é alegria. Uma criança é alegria. Deus e uma criança têm isto em comum: ambos sabem que o universo é uma caixa de brinquedos. Deus vê o mundo com olhos de criança. Está sempre à procura de companheiros para brincar.⁵⁷²

Após todos os homens, mulheres e crianças se fartarem, ao todo umas quinze mil pessoas, Jesus mandou que recolhessem todas as sobras para que nada se perdesse. Ajuntaram doze κοφινος (*kophinos*), “cestos grandes”. De acordo com Carson esse termo é usado para todos os relatos da alimentação dos cinco mil e tem algum tipo de conotação peculiar judaica. Já o termo para descrever a alimentação dos quatro mil é σπυρίς (*spyris*), “cesto”. Nesse termo parece não haver nenhuma ligação judaica e a sobra de sete cestos equivale à provisão aos gentios, ao passo que a sobra de doze cestos grandes equivale à provisão das doze tribos. Ainda segundo Carson, “seria um abuso à credulidade, no entanto, supor que João viu nas sobras um símbolo da ‘comida que permanece’ (6.27)”.⁵⁷³ Seguindo o raciocínio de Eugene Lamb, “a generosidade de Deus é celebrada em continuidade à dádiva de seu próprio Filho. Por isso, nada pode se perder das dádivas, a comunidade deverá dar continuidade a novas partilhas”.⁵⁷⁴

3.4.2.6 A cura de um menino endemoninhado (Mt 17.14-23; Mc 9.14-32; Lc 9.37-45)

Após Jesus e três de Seus discípulos descerem do monte da transfiguração, um pai aproximou-se de Jesus e rogou-lhe que tivesse misericórdia do seu filho. Ele o havia trazido aos discípulos que não estavam presentes na transfiguração, mas estes não conseguiram curá-lo. Após repreender os discípulos por sua falta de fé, Jesus pediu que lhe trouxessem o menino. Repreendeu ao demônio e o menino imediatamente ficou curado. Em particular com

⁵⁷² ALVES, Rubem. *Coisas que dão alegria*. São Paulo: Paulus, 2001, p. 11-12. In: LAMB, Regene. *Criança é presente: hermenêutica bíblica na perspectiva das crianças*. São Leopoldo: CEBI, 2007, p. 43.

⁵⁷³ CARSON, 2007, p. 272.

⁵⁷⁴ LAMB, 2007, p. 36.

Jesus, perguntaram-Lhe os discípulos por que não haviam conseguido expulsar o demônio. Ele respondeu que se tivessem fé poderiam transportar montanhas de um lugar para outro. Outro motivo era que esta “espécie de demônio só sai com oração e jejum” (Mt 17.21).⁵⁷⁵

Um detalhe que Mateus não mostra mas aparece no relato de Marcos é que Jesus conversa com o pai do menino sobre sua falta de fé. “Mas se tu podes alguma coisa, tem compaixão e ajuda-nos” (Mc 9.22). O pedido do pai é condicional, desesperado e junta seu destino ao do filho. Isso se evidencia quando o pai fala em “nós”. Jesus repete a frase: “Se podes?”. O fato de o pai ter trazido o filho a Jesus é porque ele já deveria ter certo conhecimento sobre os milagres de cura realizados por Jesus. Portanto sua afirmação deveria ser incondicional. Segundo Adolf Pohl, “com seu ‘se’, o homem ofendera a Deus e a Jesus”.⁵⁷⁶

Jesus continua conversando de modo positivo: “Tudo é possível ao que crê” (Mc 9.23). Com essa declaração Jesus retira do pai o temor de não conseguir a cura. Enquanto o pai lhe pergunta sobre sua capacidade ele pergunta ao pai como estava sua confiança. “E imediatamente o pai do menino exclamou: ‘Eu creio’” (Mc 9.24). A palavra anterior de Jesus despertou a fé nesse pai. Assim, a fé é obra da palavra. Se Jesus despertou a fé Ele também pode dar continuidade a ela. É o que se percebe posteriormente. A palavra de Jesus também revelou a incredulidade do homem. Ele deve ter se identificado com a geração incrédula. Com seu fundamento existencial na incredulidade, grita em seguida mostrando sua declaração de fé. Aqui já é a segunda vez que ele implora por ajuda, mas dessa vez para si mesmo.⁵⁷⁷

Esta é a realidade que muitos pais enfrentam em relação a si mesmos e a seus filhos. Em muitas situações, o filho (e nesta história era o único – Lc 9.38) fica doente e os pais acostumam-se com a doença, pensam que é normal, mas inconscientemente. Em outras situações eles não têm mais forças e fé para continuar lutando pela saúde do filho. Até na própria fé precisam de ajuda. É como se dissessem: “Ajuda-me contra mim mesmo”. Ao reconhecer essa situação, Deus se torna real a esses pais para que possam ajudar seus filhos. Quando estes são crianças, a única esperança de ajuda para o fim de um fracasso são seus pais.

⁵⁷⁵ Vários manuscritos não trazem o versículo 21.

⁵⁷⁶ POHL, 1998, p. 277.

⁵⁷⁷ POHL, 1998, p. 278.

Em Marcos 9.14 se vê outro fato intrigante: os mestres da lei discutiam com os discípulos de Jesus enquanto a multidão o assistia esperando por um final feliz. Enquanto estamos em nossos círculos acadêmicos discutindo prováveis teorias, crianças estão sofrendo ou até mesmo morrendo. Se somos discípulos de Jesus, não podemos desapontar a multidão com nossa falta de fé. Se somos uma igreja, não podemos ser impotentes e acabar sendo julgados como os discípulos: “Eu o trouxe aos teus discípulos, mas eles não puderam curá-lo” (Mt 17.16). Por isso precisamos reconhecer nossas limitações e renovar nossa fé dia após dia no Senhor da libertação. Somente assim seremos libertos dos nossos preconceitos e julgamentos e poderemos ajudar as crianças em suas necessidades.

3.4.3 Considerações gerais sobre a infância no NT

3.4.3.1 A criança abençoada

Conforme Rodolfo Gaede Neto, as crianças que são levadas até Jesus para serem tocadas são colocadas no mesmo nível das pessoas doentes, ou seja, são colocadas no centro das atenções. Carinhosamente acolhidas por Jesus, Ele lhes promete o Reino e as abençoa estabelecendo comunhão com elas. A criança continua no centro das atenções e as pessoas próximas a ela são chamadas à responsabilidade de acolhê-la e apresentá-la a Jesus. Além disso, ela ainda é apresentada como modelo aos adultos para a entrada no Reino. Os discípulos que tentaram impedir que as crianças se aproximassem de Jesus espelham a atitude das igrejas em relação a elas.⁵⁷⁸ Ainda nas palavras do mesmo autor,

o abraço de valorização e defesa das crianças equivale a um protesto contra as causas de seu sofrimento. Profeticamente Jesus desvela um estado de injustiça contra um segmento da sociedade palestinese. E, ao demonstrar a possibilidade de comunhão com as crianças, aponta para uma nova realidade possível, sem exclusão dos mais fracos.⁵⁷⁹

A esta altura da pesquisa pode-se concordar com Rodolfo Gaede Neto. Penso na ação diaconal da CBPSB. Mesmo que esta, em geral, tenha vários trabalhos de ação social e vise a pregar o Evangelho da missão integral, no sentido mais específico vejo que as igrejas da CBPSB poderiam dedicar-se um pouco mais, a exemplo de Jesus, ensinando as crianças sobre a importância de aprender histórias missionárias, entre tantas outras da Bíblia. Esse fato pode trazer reflexos atuais diretamente na diminuição do número de alunos nos seminários ou

⁵⁷⁸ GAEDE NETO, Rodolfo. A diaconia de Jesus: contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2001. (Diaconia na América Latina, 1). p. 149-150.

⁵⁷⁹ GAEDE NETO, 2001. p. 150.

faculdades de teologia. Isso significa que uma geração de crianças não estava no centro das atenções de suas igrejas, mas à margem.

3.4.3.2 A criança maltratada

Na época de Jesus as crianças viviam num sistema de exclusão. Foi assim que Ele as encontrou. Parece que a maior violência contra elas foi a condição socioeconômica do povo. As crianças, como filhos, eram vítimas da situação miserável dos pais. Essa situação estava ligada à concentração de poder nas mãos de uma minoria. Tal conjuntura social, política e religiosa resultava na exploração do trabalho, endividamento das famílias, êxodo rural, fome, doenças etc. Esses fatores refletiam-se diretamente sobre as crianças.⁵⁸⁰

A estes elementos ainda se pode acrescentar o alto valor de impostos que um pai de família pagava ao império romano, além do imposto do templo. Assim, da renda do trabalho de um ano as famílias entregavam 50% em impostos. Numa situação de miséria, as crianças são sempre as primeiras prejudicadas. Por esses e outros motivos, 60% das crianças vinha a óbito antes dos quinze anos de idade.

Por este fato, Jesus mudou a estrutura da época. Colocou aqueles que desejavam ser os primeiros ou estar no centro do poder (veja Mc 10.37) à margem e dedicou atenção maior aos que estavam à margem, sofrendo e sem receber a devida atenção das autoridades religiosas e políticas. A partir desse princípio criado por Jesus, a responsabilidade de dedicar-se às crianças foi repassada para a comunidade cristã primitiva e, por extensão, até nossos dias.

3.4.3.3 A temática da infância no NT

Os temas do AT continuam a se desenvolver no NT, principalmente nos Evangelhos. As crianças são muito especiais para Jesus. Assim como no AT os rituais de adoração eram um método pedagógico de ensino, Jesus também continua ensinando por meio de parábolas e sinais, compreensíveis tanto para crianças como para adultos.

Para Keith White, com a história das crianças transparecem quatro aspectos nos Evangelhos. O primeiro é a *encarnação*, ou seja, o nascimento de Jesus. Mateus e Lucas iniciam seus Evangelhos falando desse fato. Mateus cita a profecia de Isaías 7.14 sobre a virgem e a criança. Os magos procuraram o menino recém-nascido e o adoraram com

⁵⁸⁰ GAEDE NETO, 2001, p. 149.

presentes.⁵⁸¹ Lucas relembra o sinal aos pastores, segundo a profecia de Isaías: “Isto lhes servirá de sinal: encontrarão o bebê envolto em panos e deitado numa manjedoura” (Lc 2.12). Simeão fala do significado da criança: “Este menino está destinado a causar a queda e o soerguimento de muitos em Israel, e a ser um sinal de contradição” (Lc 2.34). A profetisa Ana falou a respeito do menino para aqueles que esperavam a redenção de Israel (Lc 2.38). O termo “criança” aparece várias vezes nesse contexto e seu significado especial é: “Deus escolheu vir ao mundo para revelar-se como um bebê e como uma criança”.⁵⁸²

O segundo aspecto nos Evangelhos diz respeito à *criança* e à *infância*. O trecho do capítulo 17 de Mateus até o 21 cobre o período de atividades de Jesus da transfiguração até a entrada no templo em Jerusalém. Esses capítulos trazem ensinamentos sobre a natureza do Reino. Imediatamente após a transfiguração (Mt 17.1-13), Jesus curou um jovem que era endemoninhado (Mt 17.14-23). Na sequência ensinou sobre o pagamento de impostos e filiação (Mt 17.24-27). Falou sobre o maior no Reino dos Céus, respondendo a uma pergunta dos discípulos sobre quem era maior. “Quem não se tornar como uma criança jamais entrará no reino dos céus” (Mt 18.1-9). Contou a parábola da ovelha perdida referindo-se aos “pequeninos” (Mt 18.10-14). Também tratou sobre perdão na igreja (Mt 18.15-20), ensinou sobre divórcio (Mt 19.1-12) e abençoou crianças (Mt 19.13-15). Ao jovem rico, ordenou que vendesse tudo o que tinha para entrar no Reino dos Céus (Mt 19.16-30). Contou a parábola dos trabalhadores na vinha (Mt 20.1-16).⁵⁸³ Agora Jesus prediz Sua morte e ressurreição enquanto a mãe de Tiago e João queria escolher lugares privilegiados para seus filhos. Ela estava equivocada quanto à natureza do Reino e o que significa ser criança (Mt 20.17-28). Ao saírem de Jericó, curou dois cegos (Mt 20.29-34). Finalmente, Jesus entrou em Jerusalém e foi saudado pela multidão. Mas no templo as coisas continuavam como se o Reino não tivesse irrompido. Apenas as crianças continuavam louvando, com o aval de Jesus ao citar o Salmo 8.2 (Mt 21.1-17).⁵⁸⁴

Percebe-se, nestes textos entre os capítulos dezessete a 21, “uma linha – que vai da transfiguração ao templo, da montanha ao monte Sião – que liga o ensinamento sobre a morte

⁵⁸¹ Quando Herodes percebe que foi enganado pelos magos, manda matar os meninos de dois anos para baixo em Belém e nas proximidades (Mt 2.16). A narrativa do êxodo é recriada com a morte dos pequenos. Eles pagam pelo egoísmo insaciável dos adultos.

⁵⁸² WHITE, 2010, p. 28-29.

⁵⁸³ Atribuindo pessoas por faixa etária na contratação, poderíamos chegar à seguinte conclusão sobre o horário e o tipo de pessoas contratadas: cedo de manhã foram contratadas crianças; às nove horas da manhã, os adolescentes; ao meio-dia, os jovens; às três horas da tarde os adultos e às cinco da tarde, os idosos. Porém todos foram contratados por um denário.

⁵⁸⁴ WHITE, 2010, p. 29-30.

de Jesus ao reino dos céus. Todos os principais comentários deixam de lado o fato de que as crianças são o elo⁵⁸⁵ de ligação entre esses acontecimentos.

O terceiro aspecto a ser considerado é o *Reino dos Céus*. Jesus ensina que a grandeza desse reino não está associada a poder, força, influência ou qualquer outra coisa que se refira à grandeza humana. Para entrar nesse reino é preciso arrependimento, ou seja, mudança de vida. É necessário tornar-se como uma criança. Ao acolhermos criancinhas estamos acolhendo o Senhor do Reino. Esse reino não é como os reinos da terra, mas é o contrário em todos os aspectos. Não pode ser imaginado como um lugar, mas como a maneira como Deus age. Quando se atinge essa percepção, todas as histórias relacionadas ao Reino mudam de lugar. Segundo Keith White,

outro paradoxo do reino é sua completa instauração e seu início. O reino já foi inaugurado, mas ainda não está inteiramente instalado. O conhecimento sobre as crianças nos ajuda a entender: elas são inteiramente humanas (agora), porém não estão inteiramente desenvolvidas (ainda não são adultas). A infância e o reino se explicam mutuamente.⁵⁸⁶

A partir deste conceito podemos fazer uma analogia com a parábola do grão de mostarda contada por Jesus. “Novamente ele disse: ‘com que compararemos o Reino de Deus? Que parábola usaremos para descrevê-lo? É como um grão de mostarda, que é a menor semente que se planta na terra. No entanto, uma vez plantada, cresce e se torna uma das maiores plantas, com ramos tão grandes que as aves do céu podem abrigar-se à sua sombra’” (Mc 4.30-32).

Claiton André Kunz⁵⁸⁷ divide as parábolas de Jesus em três grupos: 1º) a “irrupção do Reino de Deus na terra”; 2º) a “dimensão do Reino de Deus na terra” e 3º) a “consumação do Reino de Deus na terra”. Para cada divisão há um grupo de parábolas contadas por Jesus que ilustra cada etapa de realização do Reino. Semelhantemente, podemos comparar a criança à menor semente do Reino, no entanto, uma vez plantada (aqui já me refiro à concepção) cresce e se torna uma pessoa adulta, madura e desenvolvida, até a iminência de sua finitude humana.

O último aspecto é a declaração de Jesus de que para entrar no Reino é preciso *tornar-se como uma criança*. Esse foi o ensinamento que Jesus passou para Nicodemos (Jo 3.1-21).

⁵⁸⁵ WHITE, 2010, p. 30.

⁵⁸⁶ WHITE, 2010, p. 30-31.

⁵⁸⁷ KUNZ, Claiton, André. *As parábolas de Jesus e seu ensino sobre o Reino de Deus*. Curitiba: A.D. Santos, 2014.

Não é um ensinamento isolado, mas perpassa os quatro Evangelhos. Sem se tornar criança é impossível ver o Reino de Deus. João registra muitas vezes o relacionamento de Jesus Filho com Deus Pai. Além de ser um referencial para nós, é também a “concretização da esperança contida no Antigo Testamento”. João inicia seu Evangelho falando sobre os filhos de Deus e a vida de Jesus mostra claramente o que isso significa. “Nos Evangelhos e no reino, as crianças são o centro – como o garotinho que ofereceu cinco pães e dois peixes para os discípulos adultos que chamaram a atenção de Jesus dizendo que aquilo não seria suficiente”.⁵⁸⁸

Dentro da temática da infância do NT, ainda precisamos considerar que as crianças nem sempre são “santinhas” e que talvez esse seja um fato que leve muitos adultos a não gostarem de crianças. Nos Evangelhos de Mateus e Lucas, Jesus pergunta: “A que posso comparar esta geração? São como crianças que ficam sentadas nas praças e gritam umas às outras” (Mt 11.26; Lc 7.32), ou seja, são irresponsáveis. O apóstolo Paulo menciona as crianças algumas vezes, revelando suas características: “Irmãos, não lhes pude falar como a espirituais, mas como a carnis, como a crianças em Cristo” (1 Co 3.1) – briguentas. “Quando eu era menino, falava como menino, pensava como menino e raciocinava como menino. Quando me tornei homem, deixei para trás as coisas de menino” (1 Co 13.11), ou seja, imaturidade. “Irmãos, deixem de pensar como crianças” (1 Co 14.20), que são imprudentes. “O propósito é que não sejamos mais como crianças, levados de um lado para outro como pelas ondas” (Ef 4.14) – incostantes. O autor aos Hebreus também menciona as crianças: “Quem se alimenta de leite ainda é criança, e não tem experiência no ensino da justiça” (Hb 5.13), lembrando que crianças são inexperientes.

A partir dos textos acima, podemos facilmente entender que as crianças também têm sua maneira peculiar de ser. Conforme Adolf Pohl, na situação subjetiva da criança – ou seja, nas suas travessuras, teimosias e desobediências – podemos concordar com Paulo em não ser mais como meninos. Mas na sua situação objetiva é diferente. Elas ainda não sabem fazer nada, não entendem quase nada e normalmente têm pouco valor. Quando Jesus fala em ser como as crianças Ele está querendo dizer: deixem para trás tudo o que vocês já conquistaram e são. Voltem pra trás em sua sabedoria, comecem novamente diante de Deus, “como crianças recém-nascidas” (1 Pe 2.2). Jesus quis dizer que não é estocando o que se tem que se entra no Reino, mas nascendo de novo. Segundo Pohl, “esta é a ‘perfeição’ espiritual da ‘criança’: ter

⁵⁸⁸ WHITE, 2010. p. 31.

necessidade de Deus em tudo, até o fundo. Ficar firme nisto e receber o ‘Abba’ de presente – isto é o que importa”.⁵⁸⁹

Quanto menos temos e somos de nós mesmos, melhor é para sermos atingidos pela graça de Deus. Não há nenhum problema em alguém ser νηπίους ἐν Χριστῷ (*népíois em Cristo*), “recém-nascido em Cristo”, a não ser que a pessoa decida viver sempre como criança, tendo que ser servida em vez de servir. Para Paulo, quando uma criança não cresce o Reino de Deus não se desenvolve. O que ele quer citando o exemplo das crianças é que πάντα ἄνθρωπον τέλειον ἐν Χριστῷ (*cada homem [pessoa] perfeita em Cristo*), “cada pessoa seja perfeita em Cristo” (Cl 1.28), ou seja, se torne alguém maduro e que pode viver e experimentar todas as bênçãos do Reino na sua plenitude.

Por este motivo os Evangelhos valorizam as crianças e, posteriormente, já na igreja o apóstolo Paulo incentiva o crescimento das mesmas, não no sentido físico mas espiritual, como a formação de líderes para a expansão do Reino e sua posterior consumação por meio da διακονία (*diakonia*), “diaconia”. Segundo Robertson, essa palavra pode vir de διά (*diá*), “através de”, que também é um prefixo de várias palavras, e κονιορτός (*koniortós*), “poeira”. A partir do raciocínio de Robertson pode-se concluir que quem *diaconisa* deve servir ou trabalhar tão arduamente a ponto de levantar poeira.

Nos capítulos 9 e 10, Marcos relata sobre a cura de um menino endemoninhado (Mc 9.14-29); a discussão sobre quem era o maior (Mc 9.33-37); a indução ao pecado dos pequeninos (Mc 9.42-50); a questão do divórcio (Mc 10.1-12); as crianças (Mc 10.13-16); o jovem rico (Mc 10.17-31); o pedido de Tiago e João (Mc 10.35-45) e a cura do filho cego de Timeu (Mc 10.46-52). Esses dois capítulos têm como eixo central a criança descrita num contexto de família, mesmo nas mais diversas situações apresentadas pelo evangelista.

Neste contexto é que Jesus vai usar o termo *diaconisar* e δοῦλος (*doulos*), “escravo” de Deus ou de Cristo com ênfase na sua exigência exclusiva. O escravo apenas pode fazer o que o seu senhor mandar. Ele é totalmente dependente. Tem uma tarefa a cumprir. Nesse sentido é que o escravo precisa *diaconisar* (διακονέω) com rapidez, como que causando um alvoroço, levantando poeira, porque Jesus está a caminho de Jerusalém para “dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.45), inclusive crianças.

⁵⁸⁹ POHL, 1993. p. 298.

3.5 Conclusão

Desde a Lei que foi atribuída a Moisés até os profetas pós-exílicos, os órfãos ocupam um lugar de destaque. Há várias recomendações para que sejam cuidados sob todos os aspectos. Porém, a simples existência da Lei não significa ainda que ela será cumprida em favor dos órfãos. Eles eram privados da situação legal como menores de idade. Na ausência de um resgatador eram simplesmente obrigados a se entregar ao espólio daqueles que estavam interessados em aumentar suas riquezas.

Os textos bíblicos analisados se dirigem à liderança do povo daquela época com pesadas críticas em relação a exploração, espoliação e opressão a órfãos e viúvas. Não se pode esquecer que Deus queria a salvação completa do Seu povo, inclusive da liderança corrupta. Percebemos que as críticas dos profetas sempre eram dirigidas aos indivíduos detentores de algum tipo de capital. Esse fato mostra que o capital é necessário para a sobrevivência das pessoas.

As crianças no AT têm destaque. Quando os adultos não se deixam ser usados por Deus, então é por meio delas que Deus cumpre Seus planos para a Humanidade adulta e distante Dele. Das cinco crianças analisadas, é possível perceber que eram ensinadas por seus pais e mães ou Deus se manifestava diretamente a elas.

No caso de Ismael, Deus ouviu seu choro e lhe respondeu; Isaque aprendeu com seu pai a cultuar a Deus construindo altares para sacrifícios e cavando poços; Moisés foi colocado no Nilo de tal forma que pudesse ser salvo por alguém; criado e educado por sua mãe na cultura hebreia e posteriormente adotado pela filha de Faraó (nesse caso, uma adoção internacional), em cuja casa também foi educado na ciência egípcia tornando-se um grande líder. A seu favor sua mãe desafiou a lei faraônica e mostrou que é possível desafiar uma cultura paganizada. A menina anônima soube influenciar um general com suas simples palavras, que provavelmente havia aprendido com seus pais antes de ser exilada. Ela ainda mostrou que é possível sobreviver como escrava e superar traumas. Samuel desde criança foi dedicado a Deus, passando a morar no templo; Deus já se manifestava a ele sendo ainda muito jovem. Também este obteve influência de sua mãe.

Na temática do AT a criança ocupa um lugar especial para Deus: do louvor dela tira força para fazer emudecer o inimigo. Ela ocupa o lugar central no Reino e, quando tudo parece estar perdido, Deus dá um sinal: uma criança. A salvação vem por meio dela. Quando

todos os recursos dos adultos falharem, as crianças como as mencionadas serão meios ou instrumentos de moral, virtude espiritual e poder. Elas são moldadas, moral e espiritualmente, à semelhança do Pai da Humanidade. Porém isso não acontece por acaso. Em meio às dificuldades, como visto neste capítulo, os pais investiram tempo, amor e afeto.

No NT, o termo “órfão” aparece apenas duas vezes. Se comparado com o AT aparece 41 vezes. No sentido teológico, indo do AT ao NT, todos eram órfãos do Pai da Humanidade pois não tinham como se achegar a Deus a não ser por intermédio de sacrifícios. Já no NT, uma criança (Jesus) quando adulta se tornou o sacrifício para que todas as pessoas tivessem livre acesso ao Pai. Por esse motivo, o NT não enfatiza a orfandade mas enfatiza ao Pai.

Em relação às cinco crianças descritas temos as seguintes conclusões: a filha da mulher cananea, carente da misericórdia de Jesus, quando curada abriu caminho por meio de sua mãe para que o Evangelho também chegasse aos pagãos. A filha de Jairo, quando ressuscitada por Jesus acordou não somente para o tempo dos homens, marcado pelo relógio, mas acordou para o tempo de Deus. Para ela o importante era estar com seus pais, não interessando o lugar e a hora. Ela estava em uma “frequência” espiritual. A ressurreição do filho da viúva de Naim é como o nascimento de uma nova fé. O filho da viúva era a segurança do seu futuro, mas com ele morto toda a esperança havia virado miséria. A viúva chora duas vezes: o luto e a desesperança. Contudo Jesus lhe consola dizendo: “Não chores”. Por meio da ressurreição desse menino as multidões entenderam que o Messias havia chegado: era o ano da graça do Senhor. O menino anônimo que ofereceu seus pães e peixinhos a Jesus deu início a uma partilha que depois deveria ser continuada nas comunidades. As sobras que Jesus mandou recolher, e que encheram doze cestos, apontam para a continuação da partilha. Se os adultos tivessem a mesma visão das crianças, todas as pessoas receberiam uma parte da partilha. A cura do menino endemoninhado significa que Deus se tornou real tanto para os pais do menino, que precisavam lutar contra si mesmos para ter fé, como para a criança, que foi libertada para uma nova vida.

No AT o culto feito pelos pais era um método pedagógico que transmitia aos filhos ensinamentos sobre o seu Deus. No NT, Jesus continua ensinando por meio dos milagres e parábolas, métodos compreensíveis tanto para crianças como para adultos. A temática da infância no NT dá continuidade à temática do AT. Neste a criança será um sinal, agora já é a encarnação de Jesus Cristo. O Reino é comparado a crianças: são pequenas, mas crescem.

Assim é o Reino: começa pequeno, mas cresce à medida que pessoas são beneficiadas com a partilha do Evangelho, a cura e a alimentação.

Este capítulo, abrangente e até um pouco prolixo, mostra o quanto a Bíblia retrata o tema das crianças, provando o contrário do que muitas pessoas pensam, que a Bíblia diz pouco sobre as crianças. Assim, a partir deste capítulo, vão surgindo fundamentos para uma base teológica para as crianças em situação de vulnerabilidade.

4. O CUIDADO DA CRIANÇA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: DESAFIO PARA A ATUALIDADE

4.1 Questões introdutórias

Neste capítulo, destacarei a importância da família para a criança e o adolescente. A referência de modelo familiar a ser seguido aqui é o cristão, ou mais conhecido como família tradicional. Evidentemente, ao mencionar este padrão de família refiro-me à família bem ajustada, que será explicada no item 4.2.2.

Como a Humanidade vive a fragmentação do conhecimento, darei ênfase à educação da criança, isto é, a criança precisa ser educada e a educação primeira inicia-se já no núcleo familiar, que é um dos milhares de células que compõem o corpo maior, quer dizer, a sociedade.

Também foi detectado, durante a pesquisa, que atualmente os pais não dispõem de tempo para seus filhos, assim neste capítulo também abordarei aspectos pertinentes à questão do cuidado para com as crianças e adolescentes. Vive-se atualmente o auge da terceirização, porém o tempo dedicado à criança por parte dos pais não pode ser terceirizado.

A criança necessita de afeto e amor. Duas qualidades que a criança precisa receber para se desenvolver satisfatoriamente. Também aqui há necessidade de trazer à tona alguns aspectos que possam fortalecer os vínculos familiares através do afeto e amor dedicados à criança e ao adolescente.

Ainda neste capítulo será abordada a aplicabilidade da Teologia para a infância atual, além da legislação que diz respeito a adoção nacional e internacional.

4.2 Os princípios de cuidado da criança de acordo com o modelo Liebich e sua aplicabilidade

4.2.1 Família na Constituição Federal

Para entender melhor o papel da família na vida da criança, faço algumas considerações. A partir do Artigo 227 da Constituição Federal, já anteriormente citado, constata-se que a

família é valor constitucionalmente garantido nos limites de sua conformação e de não contrariedade aos valores que caracterizam as relações civis, especialmente a dignidade da pessoa humana: ainda que diversas possam ser as modalidades de organização, ela é finalizada à educação e à promoção daqueles que a ela pertencem.⁵⁹⁰

A dignidade da pessoa é um atributo que não pode ser questionado. Assim, por força do texto constitucional a família torna-se “a comunhão de afeto e afirmação da dignidade humana, funcionalizada para a efetivação dos princípios constitucionais de igualdade, solidariedade, integridade psicofísica e liberdade das crianças e dos adolescentes.”⁵⁹¹ Porém, a dignidade humana não surgiu com a Constituição Federal de 1988, mas está intrínseca ao ser humano. Nos aspectos históricos dos capítulos anteriores ficou claro que, toda vez que a dignidade de uma criança era furtada, fosse através da exploração do trabalho infantil, da exploração sexual, humilhação entre outros, houve aviltamento dos sentimentos humanos.

A Constituição Federal de 1988 introduziu importantes mudanças no conceito de Direito de Família. Foram editadas leis especiais que ajudam a assegurar o Direito da Família, tais como: Lei 6.515, de 26 de dezembro 1977, relativa à separação judicial e ao divórcio; Lei 8.560, de 29 de novembro de 1992, que prevê a normatização de filhos havidos fora do casamento (na pesquisa histórica estes eram os enjeitados nas Rodas de Exposição); Lei 8.971, de 29 de dezembro de 1994 e Lei 9.278, de 10 de maio de 1996, referentes à união estável e que concederam aos companheiros direitos como alimentação e herança.

Conforme Cápua, este conceito de família mudou, até de forma radical, “pois a família não mais decorre somente do casamento, tampouco de uma união tida como duradoura, conforme se pode inferir do que está disposto”⁵⁹² no Artigo 226, § 4º: “Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Na perspectiva infantil, penso que aqui teve início a desestruturação familiar, já “amparada” pela Constituição Federal em 1977. Como já referido na introdução deste capítulo, a partir daqui começam a emergir novos conceitos e modalidades de família, mas que não serão estudados detalhadamente, podendo apenas ser mencionados quando for necessário.

Resta apenas contrapor ao acima dito, o Artigo 226: “A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”. Ao mesmo tempo em que o Estado diz que a família tem

⁵⁹⁰ PERLINGIERI, Pietro apud. CÁPUA, 2009, p. 82.

⁵⁹¹ CÁPUA, 2009, p. 83.

⁵⁹² CÁPUA, 2009, p. 83-84.

proteção especial, facilita também o divórcio. Se a família é a base da sociedade, deveria ser mais bem protegida para o desenvolvimento da criança, evitando a institucionalização em instituições de acolhimento.

4.2.2 Família na Bíblia

Como na Constituição Federal, na Bíblia a família também recebe destaque especial. Isso por si só já mostra a importância da família. Desde os primórdios a Bíblia enfatiza o relacionamento conjugal. Primeiramente ela mostra que o homem e a mulher têm dignidade, pois foram criados à imagem de Deus: “Criou Deus o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher⁵⁹³ os criou” (Gn 1.27). Deus também ordenou ao homem que fosse fértil e se multiplicasse a ponto de encher a terra (Gn 1.28). Em segundo lugar, a Bíblia aponta para a monogamia, isto é, o casamento tradicional. “Por esta razão, o homem deixará pai e mãe e se unirá à sua mulher, e eles se tornarão uma só carne” (Gn 2.24).

O verso 2.24 inicia-se com “por esta razão”. Cabe perguntar o motivo desse início. O motivo é que Deus criou uma companheira ideal para Adão e a trouxe a ele, como se fosse uma cerimônia de casamento. Deus formou a mulher de uma costela ou lado de Adão e a levou até ele (Gn 2.21). Assim, a mulher não nasceu do homem no sentido de ser filha. A costela, do lado, serve para exemplificar igualdade e intimidade, sendo estabelecida por Deus a união ideal para o homem⁵⁹⁴ e a mulher. Um completaria o outro em suas atividades, com encaixe perfeito entre macho e fêmea. Nessa união íntima que o Criador propôs a Suas criaturas, não haveria lugar para mais mulheres e um homem ou mais homens para uma mulher. Portanto, o verso inicia-se com “por esta razão” para explicar o motivo pelo qual o homem teria de deixar pai e mãe e se unir à sua mulher. A intimidade que havia entre Adão e Eva não poderia ser compartilhada com os filhos, isto é, o casamento implica deixar os pais e formar uma nova intimidade, da qual surgirão os filhos que evidentemente não deixarão de se relacionar com os pais. Logo, o casamento bem-sucedido é a base estável para o nascimento e desenvolvimento de todas as outras relações em uma sociedade. Se as relações no núcleo familiar são saudáveis, conseqüentemente também o serão na sociedade em geral.

⁵⁹³ A tradução literal de “homem e mulher” do hebraico para o português de Gn 1.27 é: זָכָר (zākār), “macho”, וּנְקֵבָה (uneqēbā), “e fêmea”. Pode ser ilustrado com a parede de uma casa construída com tábuas machambreadas. A tábua “macho” tem de encaixar-se perfeitamente na tábua “fêmea”. Do contrário a parede não ficará totalmente impermeável.

⁵⁹⁴ Os termos אִישׁ (‘ish) e אִשָּׁה (‘ishah) (Gn 2.23) formam um jogo de palavras no texto hebraico agora traduzidos por “homem” e “mulher” respectivamente.

Em certa ocasião Jesus foi interrogado por alguns fariseus sobre questões familiares, especificamente o divórcio. Perguntaram-Lhe: “É permitido ao homem divorciar-se de sua mulher por qualquer motivo?”. Ele respondeu que o que Deus havia unido ninguém deveria separar. Novamente perguntaram-Lhe: “Então, por que Moisés mandou dar uma certidão de divórcio à mulher e mandá-la embora?”. Ao que Jesus respondeu: “Moisés permitiu que vocês se divorciassem de suas mulheres por causa da dureza do coração de vocês” (Mt 19.1-12). Jesus apenas ratificou o que já havia sido dito anteriormente sobre o casamento. Essa ratificação, ou moldura menor, está em cima de uma moldura maior, ou seja, um pano de fundo que abriga perícopes com descrições que envolvem de alguma maneira a infância. Logo, divórcio pode estar vinculado com crianças.

As cartas apostólicas endereçadas às igrejas fazem uma abordagem mais específica sobre o casamento. Incluem orientações de como deve ser o relacionamento, não só conjugal (Ef 5.22-33; 1 Pe 3.1-7) mas também entre pais e filhos (Ef 6.1-4; 1 Co 7.1-40). Assim, a Bíblia preserva o casamento monogâmico, em que o marido deve amar a sua esposa e esta lhe ser submissa⁵⁹⁵ e ambos criarem seus filhos educando-os nos caminhos de Deus. Esse também é o posicionamento da CBPSB sobre família e casamento advindo da “Bíblia Sagrada como única regra de fé e prática”.⁵⁹⁶

A exortação bíblica de a mulher ser submissa ao marido não pode levá-lo ao descontrole e à arbitrariedade. Porém, deve gerar no marido uma consciência maior de cuidado e responsabilidade em relação à sua esposa. Normalmente, a partir do aspecto biológico, a mulher já carrega um fardo maior com vistas ao cuidado e à continuidade da família. Com base em 1 Pe 3.7, Uwe Holmer afirma que o bom marido carrega os fardos junto com a esposa, princípio que, embora antigo, continua valendo para os dias atuais. Conforme

⁵⁹⁵ “Na hermenêutica batista submissão é um termo que condiz com a natureza de homem e mulher. Têm direitos iguais, mas não a mesma constituição. É fato evidente que a mulher possui uma necessidade natural de se apoiar em alguém. Chega a ser algo tão próprio dela que a mulher com sentimentos saudáveis só consegue realmente amar um homem no qual possa se apoiar e confiar. Isso não é depreciativo nem inferiorizante. De forma alguma está em jogo o valor da pessoa, mas seu modo de ser. O Criador concedeu ao homem e à mulher naturezas diversas, a fim de alcançar uma sólida reciprocidade e uma íntima cooperação. [...] Uma subordinação corretamente entendida na verdade pode ajudar a mulher a desenvolver suas características próprias de seu gênero. A natureza de homem e mulher, seu valor igual e sua diferença no modo de ser se expressam na frase: O homem é o cabeça, e a mulher o coração da família.” GRÜNZWEIG, Fritz; HOLMER, Uwe; BOOR, Werner de. *Cartas de Tiago, Pedro, João e Judas*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Evangélica Esperança, 2008. p. 196. (Comentário Esperança). n. 126.

⁵⁹⁶ ESTATUTO da CBPSB, cap. II, art. 4º. Disponível em: Institucional <<http://www.pioneira.org.br/>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

Holmer, ao se romperem os laços familiares entre o casal e a família, “sobra o fardo pesado para a mulher”.⁵⁹⁷

A partir dos textos bíblicos acima citados, mesmo que brevemente, pode-se perceber o quanto se faz necessário que uma família esteja bem ajustada.⁵⁹⁸ Para evitar que a mulher carregue o fardo sozinha, segmentos religiosos da sociedade brasileira poderiam desenvolver estratégias para incrementar o fortalecimento das famílias, protegendo as crianças e evitando o divórcio. Jorge Maldonado, terapeuta de casais, cita outro fator importante para a preservação da família. Segundo o terapeuta, a família “é de fato a instituição à qual devemos nossa humanidade. Não conhecemos outra maneira de formar seres humanos capazes de atuarem como homens e mulheres, os quais por sua vez formem famílias e criem filhos, senão através da família”.⁵⁹⁹

É necessário destacar que a Bíblia relata as histórias de inúmeras famílias, tanto no AT como NT, porém, isso não significa que todas as famílias da Bíblia foram bem-sucedidas. Basta lembrar a família de Davi⁶⁰⁰ (2 Sm 11-15), que a partir de uma situação de adultério sofreu sérias consequências como incesto, fratricídio, perseguição entre filho e pai e por último homicídio. Apesar de todas essas situações negativas que aconteceram com Davi, ele foi considerado homem segundo o coração de Deus (At 13.22). O que é preciso deixar claro, independente do sucesso ou fracasso das famílias, é que Deus mesmo assim age nelas. Foi o que aconteceu com a família de Davi. Assim se pode entender que Deus quer agir nas famílias de hoje também, independente da sua estruturação. Deus tem o ideal perfeito para a família, mas entende a realidade em que ela vive. Por isso, de acordo com os ensinamentos bíblicos, Deus perdoa os erros que acontecem nas relações familiares e, movido por sua graça e misericórdia, sempre quer dar às pessoas uma nova chance.

4.2.3 O modelo familiar adotado por Henrique Liebich

O modelo de família adotado por Henrique Liebich foi o da Bíblia e até certa altura o mesmo modelo preconizado pela legislação. Esse modelo, de permanecerem casados para sempre, também foi transferido por Henrique Liebich ao então orfanato. Como já exposto no

⁵⁹⁷ GRÜNZWEIG, 2008, p. 200.

⁵⁹⁸ Veja características de uma família bem ajustada em: COLLINS, Gary R. *Aconselhamento cristão*: edição século 21. Tradução Lucília Marques Pereira da Silva. São Paulo: Vida Nova, 2004. p. 513.

⁵⁹⁹ GRZYBOWSKI, Carlos; GRZYBOWSKI, Fuchs Dagmar. *Pais santos, filhos nem tanto*: a trajetória de um pai segundo o coração de Deus. Viçosa: Ultimato, 2012, p. 19.

⁶⁰⁰ Veja informações detalhadas sobre Davi e o relacionamento com seus filhos em: GRZYBOWSKI, 2012.

primeiro capítulo (1.2), Henrique Liebich fazia o culto doméstico com sua família todos os dias. Também orava antes de tomar decisões. Foi num desses cultos familiares que ele orou sobre a fundação de um orfanato para crianças. A esposa Frieda Liebich diariamente cuidava dos afazeres domésticos, dos filhos e das crianças ou órfãos que eram trazidos até a casa da família Liebich, além de cuidar do nascimento de outras crianças que nasciam na região, pois ela era parteira. A exemplo das parteiras Sifrá e Puá, ela preservava a vida dos recém-nascidos, confiando em Deus que eles venceriam as adversidades que enfrentariam na vida. Essa visão espiritual sobre a família e o valor espiritual de cada criança fez com que Henrique e Frieda levassem adiante sua missão de acolher e cuidar de órfãos.

4.2.3.1 Consequências do modelo familiar para Henrique Liebich

O modelo familiar adotado por Henrique Liebich sensibilizou a região em que morava. Como consequência de família organizada e bem estruturada, destacou-se. O fato de que as mães que haviam sido abandonadas por seus companheiros ou eram viúvas traziam seus filhos para a casa de Henrique Liebich chamava a atenção. Poderiam ter entregado seus filhos a família de outra casa, fato que também aconteceu. Porém, normalmente iam até a casa dos Liebich. As mães abandonadas com suas crianças sentiam segurança na família de Henrique Liebich. Talvez elas percebessem que a esposa era amada, o esposo era cuidado, os filhos eram protegidos e ensinados quando iam à escola ou à igreja. O fato de permanecerem casados era uma maneira de Henrique prestar obediência ao seu Deus, sendo piedoso defendendo o direito dos órfãos.

Ao levar em conta as dificuldades descritas no primeiro capítulo, como dificuldades de locomoção, frustração de safras, estiagens entre outros, cuidar de uma família com nove filhos mais os adotivos não deveria ser muito fácil naquela época. Muitos pais diante das dificuldades deserdaram, abandonando sua família. Contudo Henrique, apesar das dificuldades, continuava firme em seus propósitos bem determinados. A característica de determinação de Henrique Liebich pode servir de exemplo para as famílias atuais.

4.2.3.2 O que fazia Henrique Liebich ser diferente?

O maior marco de Henrique Liebich era a espiritualidade, uma das categorias mencionadas no capítulo I. Tinha fé no Deus dos órfãos e desenvolvia um relacionamento com Ele. Contudo, sua fé tinha obras e ele a traduziu em cuidados com a sua família. Isso fazia dele um homem diferente. Além de ter sua família bem estruturada, ele não apenas

recebia crianças para adotá-las mas tentava fazer com que ficassem em sua própria família, porque sabia que o melhor lugar para uma criança é junto a seu pai e sua mãe, desde que ajustadas. Outro fato marcante na vida de Henrique Liebich era que ele sabia que as crianças acolhidas, bem como seus filhos, precisavam de educação para ter um futuro melhor. Ele providenciava para eles educação escolar, religiosa e educação para a vida. Conforme Içami Tiba, “a educação com vistas à formação do caráter, da autoestima e da personalidade da criança ainda é, na maior parte, responsabilidade dos pais”.⁶⁰¹

Henrique Liebich também era diferente porque vivia o Evangelho na prática. Ele não dizia às pessoas: “Amem as crianças”. Ele mesmo as amava, recebendo-as em sua casa e alimentando-as e dando roupa e tudo mais de que necessitavam. Ele praticou o que Jesus defendia: “Digo-lhes a verdade: O que vocês deixaram de fazer a alguns destes mais pequeninos, também a mim deixaram de fazê-lo” (Mt 25.45). A qualidade de amor que Henrique Liebich exercia para com as crianças era sacrificial, isto é, não esperava nada em troca pelo que fazia a elas, constituindo-se essa uma categoria de valor determinante para a efetivação de cuidado com crianças em situação de vulnerabilidade.

Outra marca forte de Henrique Liebich era o desapego aos bens materiais. O que ele tinha de material colocou à disposição dos que precisavam. Mais uma vez ele vivia o Evangelho da missão integral, embora não tivesse conhecimento da missão integral como dispomos atualmente. Dessa maneira, ele fez pelas crianças o que estava ao seu dispor. Seu trabalho foi tão relevante que ajudou centenas de crianças em situação de vulnerabilidade. Além de contribuir materialmente, também contribuiu espiritualmente, sendo pai espiritual de seus filhos biológicos e dos adotivos. As formas de contribuição que acompanhavam Henrique Liebich demonstram outra categoria que pode ser considerada como visão de integralidade do ser humano: ele sabia que, para amar uma criança e educá-la, não é necessário ser pai biológico. O cuidado e a educação de crianças em situação de vulnerabilidade podem ser realizados também por meio da adoção.

Segundo Doug Stringer, é difícil passar uma imagem de Deus como Pai Celestial quando os filhos foram machucados por seu pai terreno. Ainda conforme Stringer, “essas raízes de sofrimento têm reproduzido gerações de órfãos que não compreendem o amor de um

⁶⁰¹ TIBA, Içami. *Quem ama, educa!* São Paulo: Gente, 2002, p. 180.

Pai Celestial porque nunca tiveram o amor de um pai terreno”.⁶⁰² Stringer também observa que mães tem passado por situações embaraçosas ao ter de responder para crianças de onde vêm os pais. Para ele, “ao invés de ser a base central de apoio da família, o pai tem se tornado uma mercadoria qualquer”.⁶⁰³ Stringer continua, afirmando que “temos uma responsabilidade para com esta geração – comprovadamente órfã pelas estatísticas – que busca por pais espirituais. Devemos adotar essa geração órfã e dirigi-la rumo ao Pai Celestial, que deseje selá-la com seu Espírito de adoção”.⁶⁰⁴ Essa é a adoção neotestamentária. O Pai dos órfãos é no sentido espiritual.

No entendimento de Stringer, as crianças que estão desesperadas por um pai “não esperam que nós saibamos *como* ser um, mas que estejamos *dispostos* a sê-lo. A disposição libera a graça de Deus para nos capacitar”.⁶⁰⁵ Como Henrique Liebich era pai de filhos biológicos, órfãos e crianças abandonadas, talvez nem sempre soube ser um pai como os filhos desejavam, mas, confiante na graça de Deus, dispôs-se a ser pai deles. Nessa perspectiva fica evidenciada a categoria da graça que acompanhava Henrique Liebich na condução de sua obra de cuidado das crianças em situação de vulnerabilidade.

4.2.4 A família atual

Uma frase muito ouvida e disseminada é “a família está em crise”. Até mesmo pesquisas revelam isso. O psiquiatra e psicanalista Harold M. Voth observa que “a crise mais séria que enfrentamos atualmente é a da família, com as alterações da estrutura interna, a alta incidência de dissolução e a conseqüente crise espiritual do homem”.⁶⁰⁶

Contudo, as características básicas de família permanecem inalteradas mesmo diante das demandas mais complexas que tem enfrentado, isso significa que se continua tendo que dar educação, cuidado e proteção aos filhos. “Entre continuidades e transformações, as famílias precisam incorporar os aspectos da vida contemporânea sem abrir mão dos seus valores e dos aspectos que fortalecem sua identidade.”⁶⁰⁷

⁶⁰² STRINGER, Doug. *Quem é seu pai agora?* O clamor de uma geração em busca de pais. Tradução de Célia Regina Chazanas Clavello. São Paulo: Universidade da Família, 2010, p. 34.

⁶⁰³ STRINGER, 2010, p. 75.

⁶⁰⁴ STRINGER, 2010, p. 76.

⁶⁰⁵ STRINGER, 2010, p. 76.

⁶⁰⁶ VOTH, Harold M. apud. LEWIS, Paul. *40 Princípios na formação da criança: um manual prático para pais e educadores*. Tradução de Denise Avalone. São Paulo: Vida, 1999, p. 175.

⁶⁰⁷ WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse P.; DELL’AGLIO, Débora D.; FALCKE, Denise. *Família e Internet*. São Leopoldo: Sinodal, 2010, p. 16-17. (Coleção e agora. com. A era da informação e a vida cotidiana).

Atualmente as pessoas não se preocupam muito com o modelo tradicional de família, dados do IBGE⁶⁰⁸ comprovam esse fato, preferindo-se novos relacionamentos como escolha para a vida conjugal. As pessoas talvez procedam assim porque absorveram uma imagem negativa do casamento, entrando para a relação com um pressuposto negativo. “Se não der certo separo”. Pesquisas mostram que pessoas que agem assim também não conseguem se dar bem num segundo relacionamento. Gary Chapman, estudioso da família, aponta os seguintes dados: “40% dos primeiros casamentos nos Estados Unidos, terminam em divórcio; 60% dos segundos e 75% dos terceiros também”.⁶⁰⁹ Ao menos a partir dessa pesquisa, a perspectiva de um segundo ou de mais casamentos bem-sucedidos não é muito atingida. No Brasil ainda não há pesquisas oficiais concluídas sobre o índice de divórcios após o primeiro casamento.

Numa dimensão sociológica, em poucas palavras podem-se descrever três estágios em que a família passou por modificações, conforme Elizabeth Roudinesco: 1º a família “tradicional”, regida pelo poder do pai; 2º a família “moderna”, o casal se escolhe sem a interferência dos pais e o poder sobre os filhos é dividido entre os pais/mães e o Estado e 3º a família contemporânea ou pós-moderna, na qual a transmissão da autoridade vai ficando cada vez mais complexa em virtude das rupturas [divórcio] e recomposições que a família sofre.⁶¹⁰

4.2.4.1 *Novas configurações familiares*

É com base nesta configuração familiar que quero discorrer sobre algumas questões que afetam as crianças. A imagem de família tradicional é cada vez mais rara em nossa sociedade. Gary Collins observa que o que se vê atualmente na maioria das vezes são:

famílias que só têm um dos pais; instabilidade conjugal que gera divórcio, um novo casamento e a conseqüente formação de uma família composta dos filhos que os cônjuges trazem das antigas uniões; inversão dos papéis pai-filho, em que o jovem assume um comportamento paternal (proteger, apoiar e cuidar), enquanto o pai ou mãe procura agradar ou receber a sua aprovação; coalizões pai-filho, em que um dos genitores joga um ou dois filhos contra o outro genitor e seus aliados; ou

⁶⁰⁸ No ano de 2011, 88.805 homens se divorciaram de suas esposas ou famílias para se unirem com mulheres solteiras. Em 2012 foram 95.159 casos. Esses dados mostram que um alto número de crianças pode ter entrado para uma situação de vulnerabilidade social ou afetiva. IBGE. Estatísticas do Registro Civil. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3375&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 01 set. 2014.

⁶⁰⁹ CHAPMAN, Gary. *As cinco linguagens do amor: como expressar um compromisso de amor a seu cônjuge*. Tradução de Iara Vasconcelos. São Paulo: Mundo Cristão, 1997, p. 34. **Vinte e dois anos depois de publicar a primeira edição, o autor afirma que os índices se mantiveram e “aumentam quando há filhos envolvidos”**. CHAPMAN, 2013, p. 31. Veja mais dados sobre a pesquisa em: RON L. Deal. The stepcouple divorce rate may be higher than we thought. Disponível em: <www.successfulstepfamilies.com/view/176>. Acesso em 01 set. 2014.

⁶¹⁰ ROUDINESCO, Elizabeth apud. SILVA, Enio Waldir da. *Sociologia da violência*. Ijuí: Unijuí, 2010, p. 53. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).

envolvimento exagerado na vida dos filhos, quando os pais se intrometem demais nas atividades, trabalhos de casa e estilos de vida dos filhos.⁶¹¹

Collins também afirma, a partir de sua experiência profissional, que diante desta nova recomposição ou configuração familiar os filhos ainda pequenos sentem-se confusos a respeito de seus papéis dentro da família. Também ficam imobilizados quando numa situação de crise que cria pressões, ninguém sabe quem deve fazer o quê.⁶¹² Isso significa que, na perspectiva da família pós-moderna, os filhos já não têm mais noção de autoridade e, como a família está diretamente ligada à sociedade, acabam por transferir essa responsabilidade a ela.

Mesmo assim, Seomara Terezinha Menegazzi, psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Ijuí, afirma que nas novas configurações familiares, nas quais a “família se arranja e rearranja a partir de novos relacionamentos afetivos e dos filhos desses relacionamentos, é possível que as funções educativas, disciplinares e afetivas, indispensáveis ao desenvolvimento do sujeito como um todo, estejam presentes como na família nucleada”.⁶¹³ Ainda segundo a psicóloga, os sujeitos que são frutos dos arranjos e rearranjos familiares são capazes de desenvolver suas responsabilidades em relação ao outro normalmente.⁶¹⁴

Num primeiro momento poder-se-ia concordar com a tese da psicóloga de que os filhos vão se adaptando às novas configurações familiares. Porém, é preciso observar que esse é um ponto de vista adulto. Na maioria das vezes os adultos tomam decisões sem levar em conta a opinião das crianças. Na perspectiva delas, a ruptura do relacionamento dos pais e um novo relacionamento afetivo, provavelmente com mais crianças, não é muito bem aceito. Ao menos a Teologia da Criança – que procura considerar a opinião da criança – da mesma forma vê com dificuldades as novas configurações. Assim sendo, vejamos como a Teologia da Criança convida a pensar a organização familiar.

4.2.4.2 Conflitos a partir das novas configurações familiares

Quero retomar o exemplo de Davi, já citado por Carlos Grzybowski em 4.2.2, para ilustrar alguns conflitos que podem surgir a partir das novas configurações familiares. Davi teve um casamento poligâmico e conseqüentemente juntou filhos de diversos novos

⁶¹¹ COLLINS, 2004, p. 517-518.

⁶¹² COLLINS, 2004, p. 518.

⁶¹³ MENEGAZZI, Seomara Terezinha. Família: que lugar é este? In: CENCI, Daniel Rubens. (Org.). *Rede de proteção às mulheres: olhares sobre a experiência de Ijuí – RS*. Ijuí: Unijuí, 2014, p. 12.

⁶¹⁴ MENEGAZZI, 2014, p. 12.

relacionamentos afetivos. Esses filhos viviam como meio-irmãos, ou seja, filhos do mesmo pai mas de mães diferentes. Um fato que se destaca na família de Davi é que os filhos viviam e se arranjavam como podiam. Tinham um pai que era considerado o melhor estrategista militar, definiu o território de Israel, lutou e obteve grandes vitórias e foi bem-sucedido em todos os empreendimentos nacionais. Contudo, não conseguiu conquistar sua família por ser um pai ausente, e quando presente não se sentiu investido da autoridade paternal que sua família demandava.

Como os filhos viviam sem a orientação paternal, Amnon apaixonou-se por sua meia-irmã Tamar, cometendo incesto com ela. Grzybowski explica que a falta de vínculos fraternos a partir do pai e os “padrões educacionais distintos passados a cada filho possibilitaram que Amnon visse em Tamar uma mulher desejada, e não a própria irmã”.⁶¹⁵ Como as fronteiras familiares eram confusas, a relação incestuosa não foi percebida como tal. Nesse sentido, filhos de novos relacionamentos com os de relacionamentos anteriores podem oferecer certo perigo entre si.

Outro episódio na família de Davi foi o assassinato de Amnon por parte de Absalão, seu meio-irmão. A forte ira pelo fato vergonhoso causado a Tamar e a falta de correção por parte do pai ocasionou a ruptura entre os irmãos e Absalão resolveu matá-lo numa festa em forma de crime premeditado. Assim como Amnon planejou perversamente o estupro da sua meia-irmã Tamar, Absalão arquitetou o assassinato de seu meio-irmão. Percebe-se, na história da família de Davi, que a ausência da autoridade paternal cria problemas.

Em relação a esta família, o escritor Charles Swindoll observa que uma família pode ter dois tipos de problemas: os externos e os internos. Os externos são aqueles que chegam com a morte de um familiar, um incêndio que queima a casa ou uma enchente que a leva embora. Contudo, por mais doídos que possam ser esses problemas eles unem a família. Por outro lado, quando os problemas são de ordem interna e surgem na forma de pressão, tais como “abuso, negligência, falta de perdão, amargura, ódio intenso”, então essas dificuldades são muito mais difíceis de administrar e suportar dentro do convívio familiar, principalmente quando se trata de pecado cometido por um membro da família.⁶¹⁶

⁶¹⁵ GRZYBOWSKI, 2012, p. 31.

⁶¹⁶ SWINDOLL, Charles R. *Davi: um homem segundo o coração de Deus*. Tradução de Neyd Siqueira. São Paulo: Mundo Cristão. 1998, p. 259-260. (Série Heróis da Fé.).

Percebi nesta descrição a complexidade das novas formatações familiares. Diante do exposto acima, e resgatando a tese da psicóloga de que os indivíduos da família vão se adaptando, simplifica-se demais as questões complexas que envolvem relacionamento familiar, embora a situação seja real e perceptível nas famílias. Contudo, não é porque um problema existe que necessariamente tenha que se concordar com ele. Mas se deve ajudar as crianças que estão inseridas nas novas configurações de família a conseguir viver sadicamente e ser atendidas em todas as suas necessidades, ajudando-as a encontrar caminhos a partir da espiritualidade que possam auxiliá-las.⁶¹⁷

4.2.4.3 Por que a Bíblia não informa melhor?

Na minha observação participante, percebi inúmeras vezes pais indagando: “Se a família é tão importante para a criança, então por que a Bíblia não oferece maiores informações sobre relacionamento entre marido e esposa e entre pais e filhos?” Essa indagação faz sentido porque também a encontrei mencionada por Collins. Ele apresenta a resposta a partir de um argumento oferecido por Gene A. Getz, que parte do pressuposto de que a família é mais importante que a igreja, portanto o que foi escrito para a igreja de modo geral também se aplica às famílias, visto que a igreja neotestamentária era formada por pequenos grupos nas casas reunindo famílias. Assim, a igreja se torna um conceito mais abrangente que inclui o lar ou uma família.⁶¹⁸

Do argumento de Getz, infere-se que os ensinamentos bíblicos sobre questões gerais como relacionamento entre pessoas, integridade pessoal, amor, perdão, cuidado com o próximo, crescimento espiritual entre outras podem e devem ser aplicados à família. Getz também sugere que a “totalidade do Novo Testamento, e principalmente as epístolas, servem como orientação para a vida familiar”. A partir da citação da família de Davi e das crianças descritas no Antigo Testamento, pode-se concluir que boa parte do Antigo Testamento também se aplica à família atual. Pode ainda ser destacada a família de Noé. Este, ao contrário de Davi, optou por um casamento monogâmico, embora tivesse outras dificuldades familiares.

Desta ótica se pode concluir que a Bíblia é um verdadeiro manual para a família, independente de sua configuração. Essa premissa fica ainda mais forte do ponto de vista da

⁶¹⁷ Veja como orientar os filhos de pais divorciados em: HART, Archibald D. *Ajudando os filhos a sobreviverem ao divórcio*. Tradução de Neyd Siqueira. São Paulo: Mundo Cristão, 1998; COLLINS, 2004, p. 529-548.

⁶¹⁸ COLLINS, 2004, p. 514-515.

Teologia da Criança, pois em muitos relatos bíblicos a criança é o tema central de fé, humildade, honestidade ou modelo para adultos entrarem no Reino de Deus. Portanto, a Bíblia precisa ser explicada para as pessoas sob uma perspectiva familiar, começando na família, na igreja e na escola. Collins observa que é sempre útil trabalhar com escolas, clubes de serviço comunitário, mídia e organizações voltadas para fortalecimento das famílias, porque se não “conseguirmos inculcar na comunidade orientações corretas para a vida em família, veremos a continuidade dos problemas que levam tantas pessoas ao aconselhamento familiar”.⁶¹⁹

4.2.5 Conceito de vulnerabilidade

Para definir se uma criança ou adolescente de família desestruturada está em situação de vulnerabilidade, faz-se necessário antes definir, mesmo que de maneira aproximada, o conceito de vulnerabilidade. O campo de estudo de famílias em situação de vulnerabilidade social tem sido alvo constante de estudos para uma definição exata do termo. Mesmo assim evidencia-se certa imprecisão conceitual sobre o termo. Alguns pesquisadores expressam-se da seguinte maneira:

A vulnerabilidade social pode ser expressa no adoecimento de um ou vários membros, em situações recorrentes de uso de drogas, violência doméstica e outras condições que impeçam ou detenham o desenvolvimento saudável desse grupo. Vulnerabilidade social é uma denominação utilizada para caracterizar famílias expostas a fatores de risco, sejam de natureza pessoal, social ou ambiental, que coadjuvam ou incrementam a probabilidade de seus membros virem a padecer de perturbações psicológicas. Tais riscos estão, em geral, associados a eventos de vida negativos, que potencializam e predisõem a resultados e processos disfuncionais de ordem física, social e/ou emocional.⁶²⁰

Outros ainda entendem que o conceito de vulnerabilidade remete à ideia de

fragilidade e de dependência que se vincula à situação de crianças e adolescentes, principalmente os mais pobres. Contudo, os fatores de risco que incidem sobre a vida deles não se restringem aos problemas da exclusão social, mas envolvem também os relacionamentos entre crianças e adultos, que ocorrem tanto no espaço público quanto no privado. Daí a necessidade de considerar não apenas os

⁶¹⁹ COLLINS, 2004, p. 525.

⁶²⁰ PRATI, Laíssa Eschiletti; COUTO, Maria Clara P. de Paula; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias em vulnerabilidade social: rastreamento de termos utilizados por terapeutas de família. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, jul/set. 2009. Vol. 25. Num. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722009000300014>. Acesso em 08 jun. 2014.

problemas de inserção social, mas de pensar a socialização e sua relação com os direitos da criança e do adolescente.⁶²¹

A partir destas duas definições pode-se dizer que a criança em situação de vulnerabilidade pode ser prejudicada por ocorrências inesperadas, não dependendo para isso exclusivamente da pobreza. Nesse sentido, para ter uma conceituação exata da vulnerabilidade da criança e do adolescente é imprescindível que se tenha conhecimento sobre o grau de risco que esse segmento vive em seu contexto, podendo ou não passar pelos caminhos de desigualdade social, exclusão e inserção social.

Assim, poder-se-ia argumentar que a vulnerabilidade é o estágio entre a exclusão e a inserção. Como as definições supracitadas mencionam “violência doméstica” e “relacionamentos entre crianças e adultos”, infere-se daí que uma criança que passa pelo processo de divórcio dos pais é uma criança em situação de vulnerabilidade afetiva. Com o alto índice de divórcios mais as consequências da desigualdade social, temos no Brasil então milhares de crianças em situação de vulnerabilidade afetiva e social, porém cada uma em seu ambiente.

O caso Bernardo⁶²² pode ser considerado o de uma criança em situação de vulnerabilidade. Não um caso de desigualdade social, mas de vulnerabilidade afetiva. Ele já havia perdido sua mãe, seu pai contraiu novo casamento e conseqüentemente, como as pesquisas tem mostrado, padrastos e madrastas costumam agir, embora de maneira velada, violentamente com seus enteados. No caso Bernardo, o pai era viúvo, mas há muitos outros casos que surgem em função de novos casamentos – consequência de divórcios –, em que um ou ambos os cônjuges possuem filhos.⁶²³

⁶²¹ SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_11.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

⁶²² O caso Bernardo, por ser recente, ainda não teve o julgamento dos acusados. As fontes de informações para o caso são jornais e revistas como: WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto; TONETTO, Maurício. Bernardo pode ter sido vítima da ganância. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 4,5-6, 17 abr. 2014. MEGALE, Bela; MARCHEZAN, Isabel. Ele gritou, mas não deu tempo. *Revista Veja*. São Paulo: Globo, p. 76-82, 23 abr. 2014. REIF, Karina. “Ter filhos nos faz pensar só em amor.” *Jornal Correio do Povo*: Porto Alegre, p. 16, 20 abr. 2014.

⁶²³ Confira relação de crimes envolvendo enteados em: VIOLÊNCIA doméstica: veja crimes envolvendo padrastos e madrastas. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/violencia-domestica/>>. Acesso em: 08 jun. 2014. Veja o motivo da perpetuação das barbáries em: ARNOLD, Johann Christoph. *Crianças em perigo: como criar e proteger as crianças em um mundo hostil e violento*. Tradução de Daniela Valente. Rio de Janeiro: Propósito Eterno, 2010, p. 66ss.

Para evitar tragédias como a citada foi que Deus talvez tentou proteger tanto as crianças como os adultos, através de famílias bem ajustadas. As crianças são violentadas ou assassinadas, como consequência os adultos infratores passam praticamente o restante das suas vidas na prisão. Os familiares são prejudicados, como é o caso da meia-irmã de Bernardo. A sociedade assusta-se com as barbáries cometidas por esses adultos e o Estado gasta valores financeiros altíssimos para manter os presos. Segundo o relatório do III Congresso de Lausanne,

a sexualidade desordenada de todo tipo, em qualquer prática de intimidade sexual antes ou fora do casamento, conforme definido biblicamente, não se alinha com as bênçãos e com a vontade de Deus na criação e na redenção. O abuso e a idolatria que cercam a sexualidade desordenada contribuem para um declínio maior da sociedade, causando a ruptura de casamentos e famílias, e produz sofrimento incalculável de solidão e de exploração. Esta é um problema sério dentro da própria igreja e, tragicamente, uma causa comum de fracasso na liderança.⁶²⁴

Diante deste quadro, os segmentos religiosos devem buscar capacitação adequada às suas lideranças⁶²⁵ para orientar a sociedade que vive nesta situação de violência e, para as crianças, de vulnerabilidade afetiva.⁶²⁶ Da mesma forma, os professores⁶²⁷ nas escolas também devem ser preparados para orientar os pais e os alunos a como enfrentar situações difíceis.

4.2.6 Importância da família para a criança

Como visto acima, a família pode ser um espaço de proteção para a criança ou pode ser igualmente um espaço de violência. Conforme citação do relatório Lausanne, a sexualidade desordenada produz, entre outros, a ruptura de famílias com sofrimentos incalculáveis. Mesmo diante da ambiguidade familiar a criança precisa ter um lugar seguro numa família para poder desenvolver suas faculdades e ser preparada para a vida.

⁶²⁴ Terceiro Congresso Lausanne sobre Evangelização Mundial. Cidade do Cabo, 16-25 de outubro de 2010.

⁶²⁵ Veja maiores detalhes em: SCHACH, Aline Coscioni. *Filosofia de liderança espiritual para líderes de crianças*. Seminário Teológico Batista de Ijuí: Ijuí, 2004. (Monografia de Pós-graduação *latu sensu*).

⁶²⁶ A psicóloga e psicanalista Karin Hellen Kepler Wondracek considera, entre outros, a vulnerabilidade social e afetiva como um fator de risco individual para suicídio. GAEDE NETO, Rodolfo. Suicídio: reflexões em torno de um caso-limite. In: WONDRAECK, Karin; HOCH, Lothar Carlos; HEIMANN, Thomas (Orgs.). *Sombras da alma: tramas e tempos da depressão*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013, p. 122.

⁶²⁷ Mais informações em: ZAGURY, Tania. *O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2006.

Nesta ótica, Paul Lewis enumera três princípios⁶²⁸ para que os filhos tenham uma visão positiva sobre casamento e família, sendo o primeiro:

O conceito de família é fundamental para os desígnios que Deus reservou aos homens. Quando eles são forçosamente alterados, tanto a sociedade quanto as pessoas sofrem e se tornam vítimas de uma variedade de doenças psicológicas e sociológicas. Além disso, a autoria divina da família confere à paternidade um papel de comprometimento e responsabilidade inerentes.

O segundo conceito de Paul Lewis aponta para o fato de que

a unidade familiar ainda é o melhor veículo para se transmitir os valores e o sentimento de propósito e destino. Sem a ideia de herança e do valor transmitido pela família, é inevitável que haja uma crise de identidade pessoal. Nenhuma outra instituição pode substituir adequadamente a da família.

O último princípio apresentado por Lewis diz que

o exemplo é a forma básica para se transmitir os valores e a identidade pessoal da família. Quando uma pessoa cresce fora do ambiente da unidade familiar tradicional, é quase certo que será muito difícil conseguir estabelecer uma família na próxima geração.

Destes princípios pode-se concluir que a criança deve gostar da família em que está inserida. Se essa família lhe proporcionar o que necessita, então se sentirá segura para a vida e futuramente irá constituir uma família que segue oferecendo segurança, proteção e autoestima. De acordo com Içami Tiba, a autoestima começa a se desenvolver numa pessoa quando ela ainda é um nenê. Os cuidados dispensados à criança vão mostrando que ela é amada e ela vai entendendo como é o mundo que a cerca. À medida que vai se desenvolvendo, descobre seu valor a partir do que recebe das pessoas que estão à sua volta. É o momento em que se forma a *autoestima essencial*. Esta continua a se desenvolver de acordo com a segurança que é oferecida à criança, podendo ela se sentir segura para realizar seus desejos e, conseqüentemente, no futuro suas tarefas. Essa é a *autoestima fundamental*.⁶²⁹ Observa-se que o amor dedicado à criança – e ela o percebe – dá aos filhos uma visão positiva da família. Eles terão capacidades suficientes para gerir sua própria formação intelectual, profissional e sentimental, baseados no que receberam na infância e como ainda lhes for útil.

⁶²⁸ LEWIS, 1999, p. 176.

⁶²⁹ TIBA, 2002, p. 54.

4.2.7 A família como princípio pedagógico para a criança

Uma família bem estruturada é um excelente lugar para proteção da criança e do adolescente. No espaço de uma família estruturada, o pai zela pela sua esposa e pelos seus filhos quando os cerca de amor e de afeto. Muitos pais se desculparam dizendo que não têm tempo⁶³⁰ para a família porque trabalham para lhe oferecer melhores condições de vida. As crianças não querem uma montanha de bugigangas eletrônicas, mas a segurança do pai. O pai é o seu herói, portanto sempre vão recorrer a ele para resolver suas dificuldades. Esse recorrer ao pai mostra que não é necessário que o pai esteja sempre disponível, as vinte e quatro horas do dia, mas que deve dar segurança às crianças de que sempre voltará. Seus sentimentos em relação ao pai são mais importantes do que as palavras por ele proferidas.

O tempo da infância passa rápido, logo as crianças crescem e tornam-se adolescentes que conflitam com a opinião dos pais. Segundo Içami Tiba, se por um lado “o adolescente mostra a educação recebida na infância, por outro dá tanta importância à turma que se veste, fala e age como os membros do grupo. Quanto mais influenciado estiver pela turma, menos aparece o que aprendeu em casa”.⁶³¹

Partindo do princípio de Içami Tiba, desprende-se daí a ideia de que a criança deve ser educada pelos pais, mas na adolescência ser influenciada por bons exemplos. Portanto, o filho adolescente observa mais o que vê do que o que lhe é falado. Além dessa observação sobre o adolescente, Grzybowski ainda menciona que os filhos “potencializam nossas virtudes, mas, infelizmente, potencializam também nossos defeitos”.⁶³² Isso significa que para ser pai é necessário optar por dedicar tempo aos filhos, para que se possa dar bons exemplos que as crianças possam potencializar em suas vidas na fase adulta. Para Dalmo de Abreu Dallari e Janusz Korczak, os problemas em relação às crianças começam com a falta de tempo ou de paciência dos adultos para com elas.⁶³³ Ainda conforme Grzybowski, “antes de brigarmos com eles por causa de suas condutas que desaprovamos, olhemos para nós mesmos e nos perguntemos se eles não estão revelando, de forma exponencial, uma debilidade nossa”.⁶³⁴

⁶³⁰ Veja algumas dicas para ter tempo com os filhos pequenos em: ZIEMKIEWICS, Nathalia. Ter filhos traz mesmo felicidade? *Revista Época*, São Paulo, p. 88-95, 2012.

⁶³¹ TIBA, 2002, p. 86.

⁶³² GRZYBOWSKI, 2012, p. 20.

⁶³³ DALLARI, 1986, p. 30.

⁶³⁴ GRZYBOWSKI, 2012, p. 21.

Enquanto o pai trabalha para sustentar a casa, a mãe cuida dos afazeres domésticos e, enquanto os filhos são pequenos, é imprescindível que tenham a atenção ao menos da mãe enquanto o pai trabalha. Já mencionei anteriormente que é até por volta dos seis anos que se forma o caráter da criança, o qual ela levará por toda a sua vida. Na perspectiva da criança é muito mais seguro que a mãe esteja em casa, assim como o é para a família enquanto os filhos precisam da mãe.⁶³⁵

Na atualidade, quase que a maioria dos pais e mães trabalham fora de casa e colocam os filhos em creche (escolas de educação infantil), seja por necessidade ou por opção. Convém lembrar, conforme Içami Tiba, “que creche não é depósito de crianças. É um local que complementa a educação, principalmente a socialização delas”.⁶³⁶ Se a creche complementa a educação, então se entende que ela já foi iniciada no núcleo familiar. Portanto, a creche não substitui a mãe e o pai integralmente.

Em relação à escola, percebe-se que as crianças estão ingressando nela cada vez mais cedo, com dois anos em média. De acordo com Içami Tiba, há trinta anos estudiosos do desenvolvimento infantil dividiram a socialização em três etapas: *socialização elementar*: até aos dois anos, quando a criança aprendia a reconhecer e a educar suas necessidades fisiológicas; *socialização familiar*: até por volta de cinco ou seis anos, quando aprendia a conviver com os pais e demais familiares; e *socialização comunitária*: a partir dos seis anos, quando começava a vida escolar.⁶³⁷

Na sequência do pensamento de Içami Tiba, a criança já está em contato com a socialização comunitária antes mesmo de completar a educação familiar. O ambiente familiar é invadido não só pela escola mas também pela cultura midiática. Não se segue mais a ordem de priorizar primeiro o indivíduo, depois a família e por último a sociedade. Há uma mescla do ambiente familiar com o comunitário, fazendo com que as crianças tenham dificuldades de discernir claramente os relacionamentos familiares dos escolares. Isso é mais intensificado quando os pais delegam à escola a educação dos filhos. Portanto, para as escolas os alunos são apenas transeuntes psicopedagógicos. Isto é, a permanência do aluno na escola é temporária, porém os pais são eternos.⁶³⁸ Com a iniciação escolar precoce, a família terá menos influência

⁶³⁵ Veja mais informações sobre a relação mãe/filho em: WONDRACEK, Karin H. K. et al. *Desenvolvimento humano na lógica do espírito*: introdução às ideias de James E. Loder. Joinville: Grafar, 2012, p. 47ss.

⁶³⁶ TIBA, 2002, p. 176.

⁶³⁷ TIBA, 2002, p. 179-180.

⁶³⁸ TIBA, 2002, p. 180-181.

na socialização elementar e familiar tornando a criança “institucionalizada” no ambiente escolar.⁶³⁹

A família, segundo o filósofo Enio Valdir da Silva,

tem uma função primordial na educação dos filhos, começando a lhes repassar ensinamentos para que possam cuidar da própria vida. [...] os pais estão transferindo a educação para a escola, e a escola inadvertidamente está assumindo este papel. O que ocorre nesse processo é que a criança passa a ser atendida minimamente em suas necessidades de sobrevivência física, mas não do ponto de vista afetivo, emocional e intelectual, e esses modelos oferecidos para a criança e a juventude atual constituem uma violência.⁶⁴⁰

Pesquisas comprovadas mostram que nos EUA pessoas adultas vêm desistindo do cristianismo abraçado na infância. Nas pesquisas foi constatado que a maioria dos que estão fora da igreja nos EUA, principalmente entre as gerações mais jovens, são na verdade ex-membros. Segundo os pesquisadores, a deserção da igreja não se deve ao que está acontecendo nela mas o que está acontecendo em casa.⁶⁴¹ Isto é, por melhores que sejam as liturgias e programações eclesiais, os fiéis não estão permanecendo. Segundo os pesquisadores, a desistência da fé se deve à falta de espiritualidade na família, que não proporciona aos filhos “experiências de fé em casa.”⁶⁴² Na fase primordial do Orfanato Henrique Liebich, na escassez de alimentos para as crianças ele orava com elas pedindo a Deus alimentos. Sua espiritualidade no cuidado das crianças acolhidas lhes proporcionava experiências de fé.

Uma família estruturada pode contar também com a presença do Evangelho para o ensino das crianças, visto que Jesus Cristo as tirou da margem e colocou no centro de um debate familiar: o divórcio (Mt 19.13-15). O pai é o sacerdote do lar, como visto na fundamentação teológica do capítulo 3; assim sendo, é responsável pela orientação espiritual de seus filhos. Ele deve fazer o culto doméstico, contar histórias usando a Bíblia. É nesse momento de intimidade familiar e conectividade com o sagrado que a criança fala sobre seus medos e suas alegrias. A Bíblia relata várias histórias familiares, principalmente no livro de Gênesis, que destina os dois primeiros livros para a construção do universo e os restantes, 48, falam sobre a formação da família.

⁶³⁹ Veja mais informações sobre a importância da família para a criança em: KORCZAK, Janusz. *Como amar uma criança*. Tradução Sylvia Patricia Nascimento Araujo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 27-157.

⁶⁴⁰ SILVA, 2010, p. 81.

⁶⁴¹ BRUNES, Kurt; STROOPE, Steve. *A fé começa em casa: um guia prático para orientar seus filhos nos caminhos da fé*. Tradução de Barbara Cury. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2011, p. 20-21.

⁶⁴² BRUNES, 2011, p. 22.

Luciane Maria Zimerman explica que a contação de histórias para crianças é importante para a formação de qualquer criança. Segundo ela, todas as crianças imaginam e criam para si um mundo imaginário em que permanecem por alguns momentos. “Por isso a narração de histórias as instiga a organizar seus pensamentos e a repensar esse mundo imaginário de criação incalculável”.⁶⁴³ Na contação de histórias para crianças, devidamente contextualizadas, reside a “possibilidade de descobrir o mundo imenso dos conflitos, dos impasses, das soluções; é a possibilidade de se identificar⁶⁴⁴ com o personagem e seus problemas”.⁶⁴⁵

É nesta hora que os pais podem descobrir o que o filho sente na escola, como ele se comporta diante de determinadas leituras bíblicas. É importante ficar atento às perguntas que as crianças fazem sobre pessoas, Deus, céu, inferno. O culto doméstico é o momento em que cada membro da família pode fazer suas orações ou pedir ao pai que ore. Ocasão em que se pode ensinar a criança a orar quando estiver com medo ou em outra situação, bem como a agradecer a Deus pelo que tem, levando a criança a ter sua própria experiência de fé, preparando-a para os desafios da vida.

Nestas conversas familiares, os pais podem orientar seus filhos, por exemplo, sobre a questão de drogadição. Com uma boa orientação e esclarecimentos das dúvidas na hora certa, eles não irão consumir drogas na adolescência ou na juventude porque é proibido, mas porque aprenderam com seu herói que as drogas impedem de ver o espetáculo da vida.⁶⁴⁶ Ainda nessas conversas, os pais podem informar seus filhos sobre questões vocacionais, profissionais, escolha de cônjuge e tantos outros assuntos importantes para a formação de um caráter exemplar nos filhos. Assim, a criança deixa de ser vulnerável porque não necessita de que algo estranho lhe seja ofertado. Na falta do ensino paterno as crianças poderão ser ensinadas pela TV, um traficante ou, na pior das hipóteses, um pedófilo. Reza a Declaração dos Direitos da Criança que “os melhores interesses da criança serão a diretriz a nortear os

⁶⁴³ ZIMERMAN, Luciane Marina. Infância – a fase do imaginar: a narração de histórias e sua importância. In: WACHS, Manfredo Carlos et al. (Orgs.). *Ensino religioso: religiosidades e práticas educativas: VII Simpósio de Ensino Religioso da Faculdade EST e I Seminário Estadual de Ensino Religioso do CONER/RS*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010, p. 229.

⁶⁴⁴ Cito como exemplo o material que promove a identificação com o autor para identificação de casos de abuso sexual em crianças: SILVA, Alessandra Rocha Santos; SOMA, Sheila Maria Prado; WATARAI, Cristina Fukumori. *O segredo da Tartarina: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil*. Ilustrações de Saulo Nunes. São Paulo: Universidade da Família, 2011, [n.p.]. Nesse material as autoras narram a história de uma tartaruga que é convidada para tirar o seu casco para posar para fotos. Como aplicação prática, a criança que já foi convidada a tirar a roupa por motivo escuso se identificará com a história da tartaruga e poderá confidenciar ao contador o que ela está vivendo.

⁶⁴⁵ WACHS, 2010, p. 230.

⁶⁴⁶ CURY, Augusto. *Superando o cárcere da emoção*. São Paulo: Academia de Inteligência, 2000, p. 134-135.

responsáveis pela sua educação e orientação; esta responsabilidade cabe, em primeiro lugar, aos pais”.⁶⁴⁷

Diante do exposto, nada melhor do que o núcleo familiar para ensinar os primeiros passos emocionais, sociais, políticos, religiosos entre outros, que nada mais são do que um preparo para enfrentar a vida. Portanto, “quando a herança espiritual é transmitida de pai para filho ganhamos uma força salvadora e vivificadora, uma fonte de esperança, um propósito e um significado que transcende os eventos dolorosos e trágicos da vida”.⁶⁴⁸

4.2.8 A igreja como princípio pedagógico para a criança

Além da família, a igreja também pode e deve ajudar a ensinar a criança. Porém, muitos pais entendem que não devem ensinar nenhum tipo de religião⁶⁴⁹ porque evita preconceitos. Outros ainda acham que quando a criança quiser ou for adulta poderá escolher sua religião. Também há aqueles que acham que liberdade religiosa é não ter nenhuma religião. Mas, conforme a educadora Cheri Fuller, a falta de ensinamentos sobre Deus cria um vazio espiritual no coração da criança e ela se torna uma presa fácil para qualquer tipo de ensinamento falso que possa preencher seu vazio.⁶⁵⁰ Esse vazio espiritual a criança na adolescência pode tentar preencher com drogas lícitas, isto é, bebidas alcoólicas, fumo, enveredar por caminhos sugeridos por outros amigos ou experimentar drogas mais pesadas. Para Margareth Brepohl esse vazio ou as lacunas que a igreja deixa em sua vocação a empobrecem. Porque a “imagem e a glória de Deus no mundo e nas pessoas ficam ofuscadas e as pessoas acabam não tendo o privilégio de conhecer a Deus mais de perto, em seu dia-a-dia, e de chegar a amá-lo. Elas perdem a oportunidade de saber que somos feitos à imagem e semelhança do próprio Deus”.⁶⁵¹

Diante desta realidade, as lideranças eclesiais buscam alternativas para suprir as carências espirituais das crianças. Os pastores e padres devem usar em suas homilias linguagem e ilustrações para que as crianças entendam o que está sendo dito. Melhor ainda se para cada faixa etária as igrejas pudessem desenvolver programas específicos.

⁶⁴⁷ DECLARAÇÃO dos Direitos da Criança – ONU. 1959. Princípio VII.

⁶⁴⁸ FULLER, Cheri. *Os horizontes espirituais da criança: idéias para despertar em seu filho o desejo de se relacionar com Deus*. Tradução de Denise Avalone. São Paulo: Vida, 2003. p. 251.

⁶⁴⁹ CETINA, Edesio Sánchez. Pastoral da infância: a igreja, a família e a criança hoje: uma análise da situação. In: STEUERNAGEL, Valdir Raul. (Org.). *A missão da igreja: uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio*. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994. p. 392.

⁶⁵⁰ FULLER, 2003. p. 250.

⁶⁵¹ BREPOHL, Margareth. A missão da igreja e a unidade da família. In: STEUERNAGEL, 1994, p. 389.

A criança também deve entender desde pequena que Deus é um deus de amor, mas também é um deus de justiça, isto é, Deus não dará o mesmo tipo de tratamento a todas as pessoas, às que creram Nele e as que não creram. Se fizesse isso não seria um Deus justo, logo a criança saberá que o inferno não foi criado para as pessoas, mas se alguém quiser ir para lá Deus, em Sua infinita bondade, permite. Esse entendimento fará com que a criança entenda que Deus nos julga conforme nossas ações. Ainda uma consideração a partir da minha observação participante: às crianças que sofreram abuso sexual por parte do pai ou padrasto, não é aconselhável falar de Deus como um Pai de amor. Elas não entendem esse atributo de Deus como um Pai de amor, porque a experiência de pai para ela é de violência. Sugere-se que nessas situações se mude a nomenclatura, podendo-se falar de Deus como o amigo de todas as horas, ou Jesus o amigo melhor. Por esses e outros motivos – e que o espaço não nos permite abordar – a criança deve conhecer todas as histórias da Bíblia. Ela poderá ser ajudada e consolada através da história com a qual ela se identifica.

A igreja deve atender à criança assim como o faz com os adultos. Ela faz parte da igreja e também precisa ser pastoreada. Claudia Guimarães orienta:

Cabe a nós, líderes, desafiar a igreja a amar as crianças com o coração de Deus, tendo em mente que, assim como os adultos, elas sofrem intempéries emocionais, espirituais e econômicas. Também é relevante lembrar que elas enfrentam um mundo bem diferente do de nossos pais. São bombardeados por tensões, dúvidas e medos que geram nelas um estresse crônico, além das possíveis perdas, separações e traumas, que as tornam “fracas e mirradas”.⁶⁵²

Claudia ainda explica que é necessário que a criança aprenda a aplicar os princípios bíblicos em sua vida. E cita o exemplo: “Se ela aprende que Davi venceu o gigante Goliás porque confiou em Deus, também precisa aprender a vencer os gigantes que possam aparecer em sua vida, como os gigantes do medo, da solidão, da tristeza, da rejeição”.⁶⁵³

4.2.9 Atitude voluntária a partir de Henrique Liebich

A partir de Henrique Liebich, vê-se que atitudes do seu voluntariado resultaram em várias ações práticas. Inicialmente trabalhou apenas com sua família. Algumas mães que traziam seus filhos ficavam na casa da família Liebich ajudando a cuidar das crianças acolhidas. Moradores das proximidades colaboravam, ajudando em tempos de crise. Primeiramente a Igreja Batista de Monte Alvão e, num segundo momento, as demais igrejas

⁶⁵² GUIMARÃES, Claudia. *Pastoreando as crianças desta geração*. São Paulo: Vida, 2007, p. 74.

⁶⁵³ GUIMARÃES, 2007, p. 75.

da região envolviam-se com contribuições e doações espontâneas. A CBPSB também passou a colaborar com o orfanato, assumindo-o e dando continuidade ao trabalho. Paralelamente a MASA também passou a participar, inicialmente com visitas regulares e, posteriormente, com contribuições financeiras que em parte ainda se mantêm. Das atitudes voluntárias de Henrique Liebich, mesmo que inicialmente de forma individual, surgiu a capacidade de articulação do voluntariado, conseguindo mobilizar pessoas tanto a nível nacional como internacional.

Como a CBPSB está em larga escala ligada à ação social, seria contextual que as famílias mantivessem o exemplo de voluntariado. Uma das maneiras seria aderir ao Serviço de Família Acolhedora, preconizada pela legislação vigente em nosso país, evitando que a criança seja institucionalizada. Outra maneira seria a adoção definitiva. O voluntariado poderá ser concretizado a partir de informações que poderão ser obtidas com a Vara da Infância e Juventude de sua comarca.⁶⁵⁴

Falar da voluntariedade de Henrique Liebich nos remete também à sua esposa Frieda Liebich, que cuidou das crianças que recebia de forma gratuita, se comparada às “amas de leite” da época das Rodas de Exposição. Se hoje a maior dificuldade das instituições de acolhimento é encontrar mães sociais, provavelmente Frieda (se viva) já estaria trabalhando como mãe social voluntária por vocação. Seria vocação, amor ou um sentimento de querer e poder ajudar dando um colo ou abraço? O que se tem certeza, se não acharmos uma nomenclatura ideal para descrever essas atitudes, é que se precisa de mais pessoas como Frieda Liebich. Essa pesquisa não quer tirar o mérito das mulheres que trabalham fora de casa. Dar colo a uma criança, aconselhar uma adolescente ou dar um abraço não custa nada. Como a sociedade atual vive num mundo carente de afetividade, essas simples atitudes voluntárias fariam toda a diferença na vida das crianças.

Seguindo a atitude voluntária de Henrique e Frieda Liebich cita-se o envolvimento dos filhos no acolhimento. Os filhos precisaram dividir a atenção e o amor dos pais, dividir a comida, os brinquedos, a roupa etc. Uma grande família envolvida e determinada a ajudar o próximo.

⁶⁵⁴ Para maiores informações consultar as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/documentos/orienta%C3%A7%C3%B5es_acolhimento_consulta_publica.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2014.

4.3 Aplicabilidade da Teologia para a infância atual

4.3.1 A transversalidade a partir de algumas crianças do AT

A aplicabilidade da vida das crianças pesquisadas e sua transversalidade para a atualidade. Por transversalidade entende-se o objeto que está posicionado de forma transversal ao curso normal. Segundo definição de María Leticia Villaseñor García, “é uma mudança de direção, de perspectiva, de pressupostos metodológicos e de finalidades educativas”.⁶⁵⁵

4.3.1.1 A transversalidade de Ismael

O caso de Ismael pode ser comparado como um dos tantos casos que acontecem hoje. Por força das circunstâncias, válidas ou não, Ismael foi expulso de casa mesmo não tendo nenhuma culpa de ter nascido. Ele poderia ter dito como tantos jovens dizem: “Não pedi para nascer”. Ele também teve sua infância quase interrompida sendo expulso de casa. Assim, muitas crianças nessa situação enfrentam os mais diferentes problemas, fome, frio, drogadição, prostituição etc.

No entanto, numa perspectiva da Teologia da Criança, apesar dos erros de alguns adultos que pensam só em si, Deus abençoou Ismael fazendo dele um grande povo. Por isso cada criança é importante para Deus, nenhuma merece ser descartada, apesar da atitude de irresponsabilidade dos pais. Antes de “expulsá-la” de seu ventre e abandoná-la, em um banheiro público, praça, porta de igreja, é melhor que a mãe pense no milagre que pode acontecer por parte do sagrado. O pai também deveria pensar na criança, mas como sempre a mãe acaba arcando com o “feto” e a criança, não sabendo exatamente sua origem, não tem um sobrenome que lhe pode agregar o sentimento de pertença. Os novos modelos de família como mãe e filho podem realmente ser considerados como avanço na legislação familiar, a partir da ótica infantil? A exemplo de Abraão e Sara, os adultos quase sempre tomam decisões que lhes são favoráveis; mas Deus decide também a favor da criança, porque é nela que habitam determinados valores, sentimentos e maneiras de entender o mundo e a vida.

Portanto, quando os adultos resgatam sua infância podem recuperar valores éticos morais perdidos ao longo do tempo. Por isso Deus precisa ser levado em conta ao planejar uma família, para que tentativas como as de Sara não acabem mal. Com a transversalidade de Ismael podemos aprender que mesmo crianças que venham ao mundo fora dos “padrões”

⁶⁵⁵ GARCÍA, María Leticia Villaseñor. Apud. SEGURA, 2010, p. 64.

humanos podem se tornar bênçãos, pois Deus tem todo poder de transformar, porém as crianças nessas situações precisam saber disso.

As crianças precisam saber que mesmo que seus pais as rejeitem, Deus as ama. Sara foi um exemplo de mulher que quis uma criança pensando em seus próprios interesses, não pensou em como seria a vida de Ismael. Assim também algumas mulheres tentam ter um filho na esperança de “segurar” o marido.

4.3.1.2 A transversalidade de Isaque

Quando falamos de Isaque, a primeira lembrança que vem à nossa memória é a questão do sacrifício dele por parte do pai. Era comum na época o sacrifício de crianças. Ao pedir a Abraão que sacrificasse seu filho, Deus tem três propósitos diferentes. O primeiro é provar Abraão. Ao levar seu filho, o filho da promessa, pelo qual ele esperara muito tempo e em dado momento de crise tentara dar um ajuda para Deus gerando Ismael. Agora Abraão tem de demonstrar toda a sua fidelidade para com Deus a ponto de não deixar dúvidas. O segundo propósito é acabar com o sacrifício de crianças; e o terceiro é apontar para Cristo, o Cordeiro de Deus.

A partir do relacionamento de Abraão com seu filho Isaque, como aplicação prática aos pais e filhos de hoje, pode-se enumerar:

- 1) O pai de Isaque teve de sair da sua terra e dos seus parentes e ir a um lugar desconhecido. Muitos pais, ao terem de enfrentar situações como as de Abraão, são possuídos por medo. Não sabem como será o novo lugar e se os filhos aceitarão a nova escola, igreja, enfim a sociedade. É necessário lembrar que Abraão confiou em Deus, embora tenha chegado ao limite com Isaque. É importante que os pais preparem seus filhos para enfrentar as mais diversas situações da vida.
- 2) Com o sacrifício de Isaque, Deus na verdade queria acabar com o sacrifício de crianças. “Não toque no rapaz”, disse o Anjo, “não lhe faça nada” (Gn 21.12). Sobre o segundo propósito do sacrifício, fica claro que Deus não permite o sacrifício de crianças e nem de adultos. As mortes de algumas crianças não deixam de ser sacrifícios pela forma cruel como são mortas. Basta lembrar os casos Bernardo, Isabela Nardoni e outros já relatados.

Contudo, há tribos indígenas que sepultam crianças vivas. É interessante perceber que todos os grupos minoritários exigem seus direitos, apenas as crianças indígenas não os têm. Precisam morrer de forma cruel em nome de tradição e cultura. Na Amazônia tribos indígenas sepultam crianças gêmeas, as que nascem com deficiência física ou mental ou ainda filhos de mães solteiras. Em torno de vinte etnias das duzentas do Brasil ainda praticam infanticídio.

O tema já gerou projetos de leis e muita polêmica em torno de saúde pública, cultura, religião e legislação. Em 2004, o governo brasileiro promulgou, por meio de decreto presidencial, a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que determina que os povos indígenas e tribais ‘deverão ter o direito de conservar seus costumes e instituições próprias, desde que não sejam incompatíveis com os direitos fundamentais definidos pelo sistema jurídico nacional nem com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos’.⁶⁵⁶

“Entretanto, em novembro do ano passado, o jornalista australiano Paul Raffaele, que participou de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, denunciou a tolerância ao crime de infanticídio e omissão de socorro a crianças expostas ao ato que ainda ocorre em tribos isoladas no território brasileiro”.⁶⁵⁷

- 3) No relacionamento entre pai e filho, percebe-se pelo relato bíblico que os dois vão caminhando e mantendo um diálogo bem objetivo. Ambos estavam unidos em prol do mesmo objetivo: adoração a Deus. No início do ritual, que já começa com a caminhada rumo ao altar, Isaque faz perguntas objetivas ao pai, que parece não ter todas as respostas. Como sempre acontece nas perguntas que os filhos fazem aos pais. A pergunta crucial é: Pai, temos lenha e fogo, e o cordeiro? Abraão é muito sábio e não responde que é ele próprio o cordeiro, mas que Deus proverá. Assim também muitas respostas podem ser dadas às crianças dizendo que Deus proverá, aproveitando a dúvida para fortalecer suas crenças e formando nela atitudes e conceitos que vão ajudá-la no futuro. Na resposta correta e bem fundamentada, a criança não é enganada e a sua fé é estimulada. O destino de um homem depende de sua fé e de seus atos de fé. Se os adultos não acreditam em Papai Noel, por que as crianças deveriam acreditar? É melhor

⁶⁵⁶ Crianças com problema mental ou físico são enterradas vivas em tribos indígenas. Imagens fortes (veja vídeo). Disponível em: < <http://www.akitafacil.net/news/noticia.php?id=2127>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

⁶⁵⁷ Crianças com problema mental ou físico são enterradas vivas em tribos indígenas. Imagens fortes (veja vídeo). Disponível em: < <http://www.akitafacil.net/news/noticia.php?id=2127>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

explicar o verdadeiro significado do Natal, podendo assim mesmo presenteá-la com chocolates ou brinquedos, mostrando que os festejos e presentes não são o mais importante e sim o fato de que as pessoas, pelo nascimento de Salvador Jesus, foram e são abençoadas.

- 4) Outro cuidado especial que Abraão teve com seu filho foi providenciar uma esposa para ele, o que era um costume social da época. Não estou insinuando que o pai deve arrumar esposa para o filho, mas pode orientá-lo. Casamentos arranjados por pais ou amigos podem acabar mal. Assim, temos aqui mais um motivo para que o pai ensine aos seus filhos. No relato de Isaque, ele mantém um bom diálogo com seu pai. Conforme Grzybowski, “pais que se negam a dialogar e que afrouxam os princípios de Deus dentro da família colhem resultados catastróficos.”⁶⁵⁸ Ele copiou do seu pai os exemplos positivos, como quando Abraão construía altares e poços para água como marco espiritual. Mas também os negativos, quando Abraão não falou a verdade sobre Sara, dizendo que era sua irmã, embora fosse meia-irmã era também esposa. Como alguém já disse, palavras comovem, exemplos arrastam.

4.3.1.3 A transversalidade de Moisés

Moisés é uma criança especial e que merece destaque pela sua transversalidade, vista também em seus pais. Nasceu em meio a um rígido programa de controle de natalidade, perpetrado através do infanticídio masculino. Contudo as parteiras encarregadas não conseguiram executar o plano do Faraó. O texto bíblico nos diz que um homem casou-se com uma mulher (Êx 2.1). Aqui já aparece a primeira aplicação para a atualidade. Em meio a um programa de extermínio da população infantil masculina, um homem desafia a legislação e se casa. Se casando poderia ter um filho, o que realmente aconteceu. Atualmente, em uma sociedade em que já não se casa mais, precisa-se de homens e mulheres que desafiem as leis vigentes e que se casem para construir uma família. Desse desafio nasceu Moisés, o grande líder. Nasceu porque seu pai foi corajoso e sua mãe sábia e protetora.

Os hebreus entendiam que ter filhos não era apenas um fator de alegria momentânea e uma segurança para o futuro; mas confiar numa esperança e apostar no futuro, confiando-lhes a própria semente. Para muitos casais e famílias ainda é um fator prevalecente na atualidade,

⁶⁵⁸ GRZYBOWKI, 2012, p. 51.

no entanto nem para todos. Pode-se observar que em países desenvolvidos como a Alemanha, as estatísticas mostram que a taxa de natalidade vem caindo acentuadamente. Em 1960 havia 2,37 nascimentos por mulher. No ano de 2011 a taxa despencou para 1,36 nascimentos por mulher. Se comparada com país vizinho, a França, em 1960 havia uma taxa de 2,85 por mulher e em 2011 a taxa era 2,03 por mulher.⁶⁵⁹ No Brasil, que é um país em desenvolvimento, a taxa em 1960 era de 6,21 nascimentos por mulher. Já em 2011 também despencou para 1,81 por mulher.⁶⁶⁰

O fato de ter filhos, se comparado com as taxas de natalidade, já não faz mais muito sentido. Parece que os casais brasileiros fazem um cálculo de quanto custa ter um filho. Pesquisas mostram que “criar um filho até os dezoito anos, custava, em 2010, cerca de R\$ 450 mil. Algumas estimativas feitas por consultores financeiros para o Brasil falam em R\$ 1 milhão”.⁶⁶¹ Assim, primeiramente querem concluir seus cursos ou fazer mais um;⁶⁶² comprar uma casa; além de trocar o carro etc. Até que todos esses sonhos são realizados pelo casal, a mulher já pensa que passou da idade de ter filhos.

Na Alemanha os números divulgados pelo Escritório Federal de Estatísticas apontam para o fato de o país não estar apoiando suficientemente as famílias. A situação é tão complicada que o país não consegue manter a taxa de reposição para uma população estável. Os 150 bilhões injetados para procriação não deram resultado. Kerstin Schroder, ministra dos assuntos de família, disse que a razão para o não aumento dos índices foi a queda do número de mulheres em idade de ter filhos. Ela ainda mencionou que a crise financeira não encoraja os alemães a ter filhos, além de muitas mulheres não terem conseguido o marido ideal. Mas, para alguns especialistas, a Alemanha adotou erroneamente o adágio do chanceler do pós-guerra Konrad Adenauer, que disse: “As pessoas sempre terão filhos, aconteça o que acontecer”. Com essa mentalidade ignoraram a queda brusca da natalidade.⁶⁶³ Possivelmente, sempre terão filhos, mas talvez em escala menor, por diversos motivos já mencionados.

⁶⁵⁹ 1,36 nascimentos por mulher (2011). Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=taxa+de+natalidade+na+alemanha>> Acesso em: 20 nov. 2013.

⁶⁶⁰ 1,81 nascimentos por mulher (2011). Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=taxa+de+natalidade+no+brasil>> Acesso em: 20 nov. 2013.

⁶⁶¹ ZIEMKIEWICS, Nathalia. Ter filhos traz mesmo felicidade? *Revista Época*. São Paulo: Globo, 22 out. 2012, p. 94.

⁶⁶² Conforme GRZYBOWSKI, “os filhos precisam da presença dos pais, não dos diplomas deles.” GRZYBOWSKI, 2012, p. 74

⁶⁶³ QUEDA de natalidade na Alemanha causa alerta. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,queda-de-natalidade-na-alemanha-causa-alerta,556741,0.htm>> Acesso em: 20 nov. 2013.

Vale também destacar o trabalho das mulheres parteiras, Sifrá e Puá. Elas deram continuidade à vida arriscando suas próprias vidas. O valor dado à vida por Deus é de grande importância para as pessoas que confiam Nele, podendo assim posicionar-se contra a legalização das práticas abortivas. Joquebede poderia ter abortado Moisés, seria o mal menor. Ele nasceria para ser morto. Porém ela confiou no Deus doador da vida. Essa é uma lição que o movimento pró-aborto deveria considerar. Um ser humano não tem direito de tirar a vida de outro ser humano, ainda que seja um feto.

Outra lição que temos aqui a partir de Moisés é a resistência criada pelos hebreus diante da ordem da morte, que aliás é fácil de emitir. A dificuldade é resistir e ao mesmo tempo criar alternativas de resistência. A mãe de Moisés, sua irmã e a princesa foram três mulheres que souberam criar alternativas de resistência, embora para salvar apenas um nenê. Aparentemente seria uma alternativa de resistência insignificante se Moisés não tivesse se tornado o grande líder libertador que foi.

Disso posso concluir que o processo de libertação de um povo começa com ações como proteger uma vida do sistema corrupto de exploração. Nessa ótica, cada ação realizada em prol de uma criança é válida e será revelada no futuro. Ao proteger a infância eu posso estar protegendo um juiz, médico, prefeito ou ainda um grande estadista que trabalhará em prol da libertação do seu povo.

4.3.1.4 A transversalidade de menina Anônima

Esta menina sem nome não pensou em vingança, mas pensou no Deus grandioso que ela tinha à sua disposição. Um Deus que poderia curar o general de um exército é apresentado por uma menina exilada e sem nome. Ela foi protagonista da cura do seu senhor que havia arruinado a vida dela. A pergunta é: como ela sabia que em Israel havia um profeta e um Deus poderoso? Ela fora ensinada por seus pais. Por suas atitudes a menina fez com que uma mulher importante lhe desse atenção; um rei rasgou suas vestes; um general humilhou-se; um profeta foi encontrado; o general foi curado e Deus foi exaltado.

A menina não se fechou em sua vulnerabilidade, mas antes se “lançou no caminho do perdão e da reconciliação. E, desse modo, libertou-se de suas amarguras e de seus ódios naturais e transformou a vida do homem que personifica a definição de “inimigo” para todo israelita que havia sofrido a violência e a opressão por parte do povo sírio.”⁶⁶⁴

⁶⁶⁴ CETINA, 2012, p. 82.

4.3.1.5 A transversalidade de Samuel

Deus usará a oração de Ana para eliminar o mal do meio do Seu povo através do menino Samuel. A oração de Ana continha mais do que somente o pedido ou uma confissão. Continha uma acusação contra a forma como as atividades espirituais vinham sendo realizadas. Ela percebeu que não poderia confiar naqueles sacerdotes imorais. Portanto, o pequeno Samuel que estava chegando tinha a grande missão de reverter o quadro de descrédito em que caíra o culto do santuário de Siló.

O desafio de Samuel de entregar a mensagem com integralidade também serve aos pregadores atuais. Há muitas contradições no “profetismo” pós-neopentecostal ou até mesmo pós-evangélico. No período pós-moderno em que estamos vivendo, o teocentrismo cedeu lugar ao antropocentrismo. Nessa época, muitos têm pregado mensagens antropocêntricas para atrair multidões. As mensagens teocêntricas têm sido deixadas de lado por medo de magoar os ouvintes. As pregações voltadas a “massagear” o ego humano tem criado uma geração de cristãos superficiais no conhecimento da história do povo de Deus.

Ao pesquisar os filhos de Eli, lembrei-me da pergunta de um de meus filhos num domingo na hora de ir ao culto: “Pai, não temos outro lugar para ir do que à igreja? Todos os domingos na igreja?”, e essa pergunta me fez repensar alguns princípios. Meus filhos estavam à margem da igreja enquanto os adultos estavam no centro. Eu dava atenção a todas as pessoas que estavam na igreja e frequentavam os cultos, menos a meus filhos. O excesso de trabalho me consumia, até que me dei conta de um texto bíblico numa carta pastoral: “Atente bem para a sua própria vida e para a doutrina, perseverando nesses deveres, pois, agindo assim, você salvará tanto a si mesmo quanto aos que o ouvem” (1 Tm 4.16).

Um filho de médico não precisa necessariamente ser médico, ele pode ser aquilo que quiser ser. Obviamente orientado pelos seus pais quando os filhos perguntam por profissões ou porque o pai tem determinada profissão ou vocação. Nesse sentido, Karin Wondracek explica três tipos de doenças da infância: 1- “Quando o ambiente da criança não a acolhe, seja por falta de condições emocionais da família, seja por falta de alimentação e moradia ou por nascer numa comunidade tomada por violência, ou por seus pais serem tomados pelo trabalho, sem tempo para cuidá-las, tudo isso pode deixar a criança semimorta.” 2- Outro tipo de doença infantil é quando a dignidade da criança é afetada, “na qual meninos e meninas são destituídos do direito de serem crianças, de crescerem com respeito, educação e dignidade [...]. Mais tarde podem perigosamente se inclinar para repetir o trauma, na posição de adultos

com poder de descarregar no outro a dor sofrida outrora.” 3- A última doença mencionada por Karin é quando as doenças infantis vão se espalhando sobre adolescentes e adultos de ambos os sexos. “O índice de violências, suicídios, depressões é alimentado por pessoas machucadas na tenra idade. As crises econômicas e políticas, a globalização que privilegia o lucro e despreza a vida em todas as suas formas, provoca o caos social, psíquico e espiritual.”⁶⁶⁵ Isso significa que os traumas sofridos na infância tendem a se repetir na fase adulta.

Diante do acima exposto, me proponho agora a responder a pergunta de um dos meus filhos, já citada acima, mas a repito apenas para lembrar: “Pai, não temos outro lugar para ir do que à igreja? Todos os domingos na igreja?”. Eu e minha esposa Aline então decidimos que eles fariam parte do nosso ministério. Como ação prática tomamos algumas providências. Primeiro levamos as crianças conosco para a 88ª Assembleia da Convenção Batista Pioneira em Nova Santa Rosa – PR. A seguir transcrevo a experiência deles, relatada pelo Daniel:

Oi amigos! Eu (Daniel) tive a ideia de fazer desenhos para vender e para arrecadar minha oferta missionária. Convidei meu irmão Samuel para ajudar. Pedimos para nossa Oma Vali Schach fazer alguns aventais e panos de prato para vendermos também para nossa oferta. Lá na Assembleia da Convenção conseguimos vender nossos desenhos, e os aventais e panos de prato que a Oma doou. Arrecadamos com as vendas dos nossos desenhos R\$ 183,35. E as doações da Oma Vali somaram R\$ 364,00. Somando os dois, deu R\$ 547,35 de oferta missionária. Vamos encaminhar estas ofertas para o campo missionário de Crissiumal – RS, e aqui na Igreja Esperança de Ijuí. Agradecemos a todos que nos apoiaram e ajudaram. Glória a Deus.⁶⁶⁶

Esta experiência marcou os dois meninos profundamente. Mesmo com programações voltadas somente para adultos, eles se sentiram úteis vendendo as doações da Oma e seus desenhos, principalmente quando alguém encomendava um. Por outro lado, muitas pessoas também ficaram sensibilizadas ao verem duas crianças fazendo o que podiam para ajudar crianças em situação de vulnerabilidade. Muitos adultos e principalmente pastores também relataram a experiência em suas igrejas, procurando valorizar as crianças.

⁶⁶⁵ WONDRAČEK, H. Kepler Karin. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012. p. 120.

⁶⁶⁶ SCHACH, Daniel Coscioni. *O Batista Pioneiro*. Curitiba, p. 11, set. 2012. Disponível também em: <http://issuu.com/cbpsb/docs/obp_setembro>. Acesso: 10 de dez. 2013. O texto escrito pelo Daniel teve apenas correção gramatical para que os adultos possam entender o que ele quis expressar. Normalmente adultos escrevem para crianças. Porém, ao se inverter esse processo de escrita e crianças escrevem para adultos, então seus escritos nos pedem novas formas de ações cristãs, sejam missionárias ou educativas. Veja mais escritos de crianças em: *CRIANÇAS escrevem para Deus: mergulhando no mundo das crianças*. São Leopoldo: Sinodal, 1994.

Outro fato marcante para as crianças foi quando eu e a Aline fomos realizar um treinamento para líderes de PEPES (Programa de Educação Pré-Escolar)⁶⁶⁷ em Assunción, no Paraguai. O treinamento consistia em ensinar os líderes que desenvolvem atividades com crianças em situação de vulnerabilidade social. Ensinamos como fazer brinquedos com material reciclável em comunidades carentes. Nessa ocasião o Daniel e o Samuel mostraram como construir uma “cidade” sobre uma área de papel (maquete). Eles receberam muita atenção dos adultos e também puderam brincar e testar os brinquedos das crianças paraguaias. A língua e a cultura não foram empecilho para eles. Nem mesmo no interior do Paraguai, entre os índios makás, onde eles ajudaram a apresentar teatro e distribuir biscoitos para as crianças da tribo. As crianças percebem diferenças culturais, mas estas não são empecilho para um bom relacionamento entre elas, até que um adulto faz das diferenças um obstáculo.

Na igreja em que sou pastor, nos cultos sempre há um momento de entrega de ofertas e dízimos. Ao perceberem a prática dos adultos, eles também me pediram uma moeda para colocar no gazofilácio. Eles iam e voltavam correndo com grande alegria estampada no rosto. Essa simples prática fez com que outras crianças também pedissem aos seus pais uma moeda para colocar na “caixa”. Alguns pais que não eram dizimistas, por causa das crianças, passaram a ser. Assim nossos filhos não estão à margem da igreja, mas no centro.

Outro fator determinante para eles são as amizades que conseguem construir por estarem envolvidos juntamente com os pais. Houve uma identificação entre eles e outras crianças. Conforme Grzybowski, os pais devem ajudar os filhos a desenvolverem boas amizades, tendo eles mesmos bons amigos. “Se tivermos uma boa rede social, com pessoas de caráter, que tenham valores similares aos nossos e que tenham também filhos da idade dos nossos, nossos filhos facilmente se tornarão amigos dos filhos de nossos amigos e conviverão com famílias que têm bons valores”.⁶⁶⁸ Agora eles gostam do que fazem porque se sentem parte do processo, se sentem valorizados. Essas atitudes poderão impedir que eles tenham problemas relacionados a más amizades na adolescência e juventude.

⁶⁶⁷ “PEPE é um programa missionário para as igrejas locais que desejam compartilhar o evangelho através do desenvolvimento social, educacional e espiritual de crianças pré-escolares em áreas carentes.” Disponível em: <<http://www.pepe-network.org/>> Acesso: 10 de dez. 2013. Veja também nesse site o PEPE em outros países. Por ser um programa cooperativo tem como parceiros fundadores: ABIAH (Associação Brasileira de Incentivo e Apoio ao homem); BMS – World Mission – (Sociedade Missionária Batista Britânica); JMM (Junta de Missões Mundiais da Convenção Batista Brasileira). Disponível em: <<http://www.pepe-network.org/index.php?page=whoWeAre>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

⁶⁶⁸ GRZYBOWSKI, 2012, p. 74.

Segundo o sociólogo William Corsaro, a socialização não é apenas uma “questão de adaptação e internalização, mas também um processo de apropriação, reinvencão e reprodução. O que é fundamental para essa visão de socialização é o reconhecimento da importância da atividade coletiva e conjunta – como as crianças negociam, compartilham e criam cultura com adultos e entre si”.⁶⁶⁹

Conforme o sociólogo, quando se fala em socialização as pessoas normalmente pensam em preparar a criança para o futuro. Em vez de usar o termo socialização, ele propõe “reprodução interpretativa”. Ele explica que o termo “interpretativo” abarca os aspectos inovadores e criativos da participação das crianças na sociedade. As crianças criam e participam da sua cultura quando selecionam ou se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para lidar com suas próprias preocupações. Já o termo “reprodução” inclui a “ideia de que as crianças não se limitam a internalizar a sociedade e a cultura, mas contribuem ativamente para a produção e mudança culturais”.⁶⁷⁰

Estas e outras atitudes nós, como pais, podemos tomar para impactar nossos filhos no momento certo da vida deles, ou seja, no período de formação do caráter da criança. Tentamos assim prepará-los para ao menos tentar evitar que futuramente se tornem filhos de pastores com características como as de Hofni e Finéias.⁶⁷¹

4.3.2 Aplicabilidade a partir de algumas crianças do NT

A mesma forma como foram descritas as crianças no item anterior, também será adotada aqui.

4.3.2.1 A transversalidade da filha da mulher siro-fenícia

Jesus estava nas imediações de Tiro e Sidom, entrou numa casa e queria permanecer no anonimato. Contudo, uma mulher que tinha uma filha que estava possuída por um espírito imundo procurou-O. O curso normal dos acontecimentos nesse fato é que os judeus fossem abençoados por Jesus, o Messias esperado. Essa mulher grega, de origem siro-fenícia ou mulher cananeia, como é descrita por Mateus (15.22), portanto não pertencente ao povo judeu, veio pedir ajuda a Jesus.

⁶⁶⁹ CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed, p. 31.

⁶⁷⁰ CORSARO, 2011. p. 31-32.

⁶⁷¹ Veja maiores informações sobre filhos de pastores em: SAYÃO, 2012, p. 152-155.

A transversalidade da menina já aparece aqui quando ela abre caminho para Jesus aos pagãos. No contexto maior da perícopes, observa-se que Jesus considerou puros todos os alimentos (Mc 7.19), embora tenha falado de impuro também. No contexto maior se fala de alimentos e impuro e, na perícopes em questão, também se fala de alimentos. Assim, pode-se inferir que a menina representava o paganismo “impuro” e no qual Jesus estava penetrando com Seu Evangelho.

O convívio de judeus piedosos com pagãos era extremamente proibido pelas prescrições rabínicas. Os judeus não entravam em casas de pagãos e nem comiam alimentos oferecidos pelos pagãos. Até mesmo a terra dos pagãos era considerada impura pelos judeus. Nessa perspectiva, o exercício do amor ao próximo pensando em missão era quase impossível. Por isso, diz Adolf Pohl, “o cancelamento de rituais de pureza que transgridem contra o amor é decisivo para a missão cristã”.⁶⁷² Por esse motivo é que Jesus considerou puros todos os alimentos (Mc 7.19), para que todas as pessoas que se alimentam dos mais diferentes tipos de alimentos pudessem ser salvas. Pode-se inferir aqui que Jesus exige de Seus seguidores aquilo que as crianças inconscientemente já são ou fazem, ou seja, amar os inimigos (Mt 6.44).

4.3.2.2 A transversalidade da filha de Jairo

O ponto alto dessa narrativa é quando, no quarto da menina, Jesus se inclina e a toma pela mão, chamando-a em sua língua materna: *Talita cumi*, que significa: “Menina,⁶⁷³ eu lhe ordeno: levante-se!” (Mc 5.41). A Lei dizia que quem tocava um morto ficava impuro, e era consequentemente excluído do sistema cerimonial. Ele não se importa com questões secundárias, mas quer que a menina volte à vida. “Quando as crianças já não têm saúde para vir a Jesus, ele vai a elas e as desperta para a vida, para viverem no Reino dos Céus que é delas”.⁶⁷⁴

Contudo, este ir de Jesus até as crianças se dá por meio dos adultos que O apresentam a elas de forma correta. Esses adultos são os pais, os parentes próximos, os educadores entre

⁶⁷² POHL, 1998. p. 234.

⁶⁷³ Quando Jesus se refere à menina a pessoas em geral, Ele usa o termo *paidion*, “menina pequena, crescida pela metade”. Mas quando se dirige a ela propriamente, a chama de *korasion*, termo que significa “menina, donzela, moça criada”, porém “utilizado só em conversas familiares. Segundo o texto, a menina tem 12 anos, uma idade em que é considerada dependente da autoridade paterna mas com idade de casamento. Nesse sentido, poderíamos estar falando de uma menina em idade de se casar ou, como diríamos agora, na flor da idade, mas inerte”. ALVARADO, 2012. n. 28, p. 99. Ou seja, Jesus vê um futuro brilhante para esta menina em desenvolvimento.

⁶⁷⁴ WONDRACEK, 2012, p. 127.

outros. Porém, com frequência se vê esses adultos levando crianças a todos os lugares menos a uma igreja onde poderiam receber a visita de Jesus e serem acordadas para a vida. Em casa, muitos pais assistem a quase todos os tipos de filmes e novelas mas não contam uma história sobre Jesus e Seu relacionamento com as crianças. Antes de dormir alguns pais não vão ao quarto da criança para fazer uma oração e desejar a bênção de Deus sobre o sono delas. Muitas crianças têm as paredes de seus quartos decorados com os mais terríveis monstros e só conseguem dormir com a luz ligada, essas crianças precisam de ajuda e os pais de orientação e informação.

Segundo Karin Kepler Wondracek, a ressurreição da menina também serve de exemplo para a cura da nossa dimensão de criança. O contexto de exigências em que estamos inseridos mata o coração de homens e mulheres, transformando-os em pessoas perdidas e doentes. Ainda conforme Karin, “Jesus, na intimidade da nossa morada interior, quer restaurar o coração, a ternura, o desejo. Já não para obedecer aos Jairos-chefes de outrora, mas para viver e crescer”.⁶⁷⁵

Além de realizar o milagre praticamente em secreto, não expondo a menina a todos os presentes, Jesus ainda recomenda aos pais que lhe deem algo a comer. Evitando a exposição da criança apenas a pessoas curiosas, Jesus estaria preservando-a de algum tipo de trauma.

Quanto à recomendação de Jesus sobre a comida, entende-se que é para que as crianças tenham para comer o pão de cada dia, acompanhado de nutrientes físicos, emocionais e espirituais. Por falar em nutrientes físicos, alguns transportadores e comerciantes do sagrado alimento infantil tiveram a ousadia de adulterar o produto para obter mais lucro. Na adulteração do leite foram adicionados água, ureia, formol, água oxigenada e soda cáustica.⁶⁷⁶ Novamente as crianças acabaram sendo prejudicadas pelo erro dos adultos.

Para os pais que estão vendo seus filhos crescerem rapidamente, apenas tomar iniciativas para guardá-los do perigo pode produzir efeito contrário. Não oferecer alimentação, tanto no sentido real como figurado, pode desenvolver filhos raquíticos e medrosos para enfrentar tempos de crise em suas vidas. Os pais não podem criar seus filhos

⁶⁷⁵ WONDRAECK, 2012, p. 129.

⁶⁷⁶ Veja reportagem completa em: AÇÃO agressiva em busca de produto barato. *Jornal Zero Hora*. p. 19. 25 maio 2013. MINISTÉRIO Público identifica novo caso de adulteração do leite no RS. Disponível em <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2013/11/ministerio-publico-identifica-novo-caso-de-adulteracao-do-leite-no-rs.html>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

para o medo e sim para a vida. “É preciso formar e entregar para a vida; é preciso confiar que os recursos dados pela educação e oração ajudarão a guardá-los do perigo”.⁶⁷⁷

No entendimento da psicóloga e psicanalista Karin Kepler Wondracek, atualmente estamos vivendo uma época em que faltam pais, professores e educadores para nutrir nas crianças uma vida de esperança para o futuro. A sofisticação técnica substitui relacionamentos profundos. Pais enfraquecidos fizeram surgir a exaltação da adolescência: adultos se comportando como se fossem adolescentes ou jovens. Ao não alimentar adequadamente aos filhinhos e filhinhas, deixam espaço para vícios e tecnologias que substituem relacionamentos e que levam adolescentes para a “experiência-limite”, como mostra o poema de Armindo Trevisan:⁶⁷⁸

Com uma dose de barbitúricos
ela matou todas as flores da cidade.
Não precisavas, menina,
sugar, com tanta agilidade,
o ubre da escuridão.
Poderias ter-te sentado num bar,
bebido uma coca-cola,
ou ido saborear,
na casa da avó,
iguarias cujos segredos só ela conhece...
Mas... partir sem despedida?
Sim, os jovens são uma desgraça!
Piores que eles,
os adultos que os fizeram
à sua imagem e semelhança.

Ainda na sequência do raciocínio da psicóloga,

pais que não se deixam tocar pelas suas raízes culturais e sagradas já não geram filhos para a vida. Avós e tias que não transmitem o segredo das iguarias, já não alimentam as futuras gerações. Adultos tornados ocos empurram adolescentes para a condição de animais, em busca de ubres escuros e mortíferos.⁶⁷⁹

A transversalidade da menina de doze anos ressuscitada por Jesus reside no fato de acordar muitos adolescentes para a vida. No entanto, crianças ou adolescentes que sofreram abuso sexual ou ainda algum tipo de violência precisam da ajuda de outras pessoas para se mobilizar. Por si só dificilmente conseguirão. Tomar a decisão de ajudar alguém a continuar vivendo significa muitas vezes enfrentar sistemas corrompidos, como é o caso da saúde no

⁶⁷⁷ WONDRAČEK, 2012, p. 130.

⁶⁷⁸ WONDRAČEK, 2012, p. 131-132.

⁶⁷⁹ WONDRAČEK, 2012, p. 131-132.

Brasil e também no mundo. Significa também fazer com que os governos, as políticas públicas, escolas, igrejas e famílias sejam mobilizados a favor da proteção da criança. Poucas pessoas, mas que sejam comprometidas com a infância, poderão ajudar a compor uma rede de proteção maior do que multidões curiosas por sensacionalismos. Assim aconteceu com Henrique Liebich, comprometeu-se a ajudar órfãos e crianças formando posteriormente uma rede de apoio à proteção de crianças em situação de vulnerabilidade.

A mesma possibilidade também vale para pais que não percebem os momentos ímpares que seus filhos estão vivendo, os quais nunca mais viverão. Este Jesus que foi tirado das escolas, ou então falar Dele significa ser rotulado de fundamentalista ou acusado de discriminação. Esse Jesus pode ressuscitar crianças, adolescentes e pais para a vida, mesmo num mundo de relativismos.

4.3.2.3 A transversalidade do filho da viúva de Naim

A exemplo desta viúva da época de Jesus ainda hoje muitas viúvas estão “sepultando” seus filhos. Filhos que seriam a esperança e segurança de mães viúvas. As maneiras de sepultar um filho, não no sentido literal da palavra, mas no sentido psicológico ou espiritual, podem ser: não denunciar um agressor que comete abuso; a mãe de uma adolescente pode sepultá-la psicologicamente ao “concordar” que o padrasto abuse dela; um pai pode sepultar um filho permitindo que seja usuário de drogas; em algumas famílias, a mãe pode sepultar seu filho dizendo-lhe que ele é um estorvo na sua vida; outros pais ainda dizem: “Você deveria ter nascido morto”, ou então “você é um burro, nunca aprende” e assim por diante.

Normalmente a criança é culpada de tudo o que gera desconforto aos pais, causa incômodo ou ameaça seus hábitos. A criança pode realizar um milhão de coisas boas, porém pouco é percebido pelos pais, mas diante do mais minúsculo erro é severamente condenada. Se a criança não pode ser o que é, e sim o que os outros querem, então está morta, só resta o sepultamento. É como já escreveu o pediatra Janusz Korczak:

A criança chama nossa atenção quando atrapalha e faz bagunça. São estes os momentos que percebemos e guardamos na lembrança. Não a vemos quando está tranquila, séria, concentrada. Menosprezamos os seus momentos sagrados de conversa consigo mesma, com o mundo, com Deus. Obrigada a disfarçar os seus desejos e impulsos, por medo de observações irônicas ou rudes, acaba dissimulando também a sua ânsia de entendimento, a sua vontade de melhorar.⁶⁸⁰

⁶⁸⁰ DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Januz. *O direito da criança ao respeito*. Tradução de Yan Michaelski. São Paulo: Summus, 1986, (Novas buscas em educação; v. 28), p. 92.

4.3.2.4 A transversalidade do menino Anônimo

Jesus usa como objeto pedagógico de transversalidade um menino para ensinar Seus discípulos. Enquanto os adultos não conseguem ver saída para seu problema, o menino vê as coisas com espanto que os adultos já não têm mais; não faz os cálculos que os adultos fazem porque ele sabe que a matemática de Jesus é diferente da dos homens; também não mede esforços e não retém nada para si, apenas dispõe sua merenda sem se preocupar com as consequências. Não teve atitudes egoístas. A partir da transversalidade desse menino, uma grande multidão foi alimentada, deixando-nos o exemplo da partilha do pão da vida.

4.3.2.5 A transversalidade do menino endemoninhado

Um fato marcante neste relato de exorcismo é que Marcos usa a segunda pessoa do plural, “nós”: “Ajuda-nos”. Embora o pedido do pai seja condicional, ele junta seu destino ao do filho.

Em muitas famílias tenho observado a cura de um filho doente, e também ajudado a proporcioná-la, mas os pais estão tão acostumados à doença que preferem deixar o filho doente. A situação se complica ainda mais quando esse filho doente ganha algum tipo de ajuda financeira do Estado. Por um lado é bom, mas apenas quando necessário. Se existir a possibilidade da cura, os pais devem abrir mão da compensação financeira e providenciar essa cura. Toda a família entra num círculo vicioso e acaba vivendo em função da doença e, por outro lado, o próprio doente se acomoda porque se satisfaz ao perceber que todos vivem para servi-lo. Portanto, esses pais devem primeiramente crer em si mesmos, depois que são capazes de ajudar na cura do filho e também crer no poder de Deus para a cura. Mas para que isso aconteça é preciso tomar atitudes concretas, podendo contar com ajuda de agentes de saúde e outros setores da comunidade.

Atualmente é possível encontrar crianças que não sabem lidar com a frustração e ao mesmo tempo não conhecem limites. Muitos pais estão em pontos extremos no que diz respeito à educação de seus filhos. Ou toleram tudo o que os filhos fazem, ou se impõem através da violência física e verbal. Alguns pais confundem necessidade dos filhos com desejos. O menino possesso do relato bíblico tinha uma necessidade, ele precisava ser curado, e o pai tinha por obrigação providenciar o atendimento para a cura. Portanto, as necessidades dos filhos precisam ser atendidas; mas quanto aos desejos, nem sempre.

Nesta perspectiva, os filhos devem receber atenção, precisam aprender como lidar com as frustrações e com as perdas. Não é uma tarefa muito fácil num mundo em que os apelos ao consumismo são constantes. Outro aspecto a ser destacado é o de poder conseguir tudo. É uma imagem passada, até certo ponto, pelos desenhos animados. Neles sempre há um herói que é vencedor, ele nunca perde nada para ninguém. Por isso os pais e os líderes das igrejas devem dialogar com as crianças sobre esse assunto, para que tomem providências e as ajudem a viver no mundo real.

A falta de conhecimento não permite a criação de “raízes” e as pessoas acabam ficando vulneráveis ao sistema de exploração. Karin Wondracek salienta que a “cultura desenraizada das suas tradições faz com que as crianças sejam sequestradas da riqueza simbólica que lhes permite ir a Jesus”.⁶⁸¹ Ainda, segundo Dietrich Ritschl “a civilização está doente porque já não conta para seus filhos as narrativas que a fundaram. Faltando as narrativas, faltam recursos curativos na hora da dor”.⁶⁸² Assim sendo, deve-se considerar a palavra profética de Joel: “Contem aos seus filhos o que aconteceu, e eles aos seus netos, e os seus netos, à geração seguinte” (Jl 1.3).⁶⁸³

Através do exemplo dos pais aos filhos, já tantas vezes aqui citado, pode-se educar crianças no caminho da virtude, que incorpora valores e princípios que ajudam a nortear a vida da criança. Quanto mais um pai mergulhar na graça de Jesus Cristo, menos culpa terá e menos acusações fará aos seus filhos; mas despertará virtudes como elogios, méritos etc. para seus filhos se desenvolverem satisfatoriamente, não tendo características de amor condicional, relações baseadas em trocas entre outros. Lutero já disse: “Como poderá a razão e em especial o amor cristão tolerar que [crianças] cresçam sem educação e que sejam veneno e bicharia para as outras crianças, de sorte que por fim se arruína uma cidade inteira, como aconteceu com Sodoma e Gomorra, em Gibeá e outras cidades?”⁶⁸⁴

Ao nos tornar ovelhas do Bom Pastor, atraímos sobre nós algumas implicações. Uma delas é a educação dos filhos nos moldes do Bom Pastor. Elas precisam saber que nos momentos de medo não é o super herói que vai livrá-las, mas o Bom Pastor. Elas precisam saber dizer que o Bom Pastor supre todas as suas necessidades, por isso não há necessidade de aceitar “alimento” que vem de outros pastores. Para tanto, as igrejas não devem prestar culto

⁶⁸¹ WONDRAECK, 2012, p. 121.

⁶⁸² RITSCHL, Dietrich. In: WONDRAECK, 2012, p. 121.

⁶⁸³ Veja ainda Joel 2.16.

⁶⁸⁴ LUTERO, 2011, v. 5, p. 308.

às aparências, mas a Deus que pode nos ajudar a superar todas as nossas carências. Por isso é bom que os pais tenham cuidado com o que falam do culto, do pastor e do louvor, e depois do culto, em casa, em volta à mesa. No culto eles têm uma aparência de que estão gostando, mas ao chegarem em casa criticam tudo o que aconteceu. As crianças ouvem atentamente e tiram suas conclusões secretas, que só mais tarde serão reveladas. Os pais também devem ensinar aos seus filhos o princípio da humildade. Isto é, enquanto a cosmovisão secular é investir em publicidade, celebridade e shows, Deus se manifesta em segredo e de forma individual às pessoas humildes. Sempre quando Jesus estava para ser aclamado como celebridade popular, retirava-se para outros locais (Mc 7.24; 9.30).

De forma geral, pode-se concluir, a partir das crianças do AT, que Deus tinha um propósito especial para cada uma delas, independentemente dos contextos familiar e social. Em relação ao NT, observa-se que os pais se importaram com a situação dos filhos, fosse de doenças, opressão, morte entre outros. Transparece nos relatos citados que o pai ou a mãe levavam as crianças até Jesus para que recebessem a ajuda necessitada. Os pais não podem se calar nem desistir diante da dificuldade dos filhos, mas devem lhes proporcionar ajuda.

4.4 A aplicabilidade da legislação para a infância atual

4.4.1 Aplicabilidade da Lei nº 12.010/2009

A adoção em família substituta deve ser a última medida para a criança órfã ou destituída do poder familiar. Todas as medidas possíveis de reintegração familiar devem ser esgotadas antes da adoção. Porém, esse processo é extremamente longo e burocrático. Enquanto o judiciário experimenta e esgota as possibilidades de reintegração familiar e extensa, a criança destituída já está institucionalizada e possivelmente passou o tempo de adoção por esta já ter crescido e ter certa idade.

Tomemos como exemplo uma criança cujo pai está em sistema de reclusão penal e cuja mãe é dependente química, e não há família extensa. O pai sairá da cadeia somente após o cumprimento da pena estipulada. A mãe precisará de atendimento especializado para abandonar o vício e novamente cuidar da criança. A lacuna existente aqui é sobre quem dará este atendimento especializado para a recuperação da mãe. Mesmo assim ainda corre risco de reincidência e terá dificuldades financeiras para se sustentar e a criança. Nesses casos o judiciário poderia intervir e providenciar uma solução de forma mais rápida, não deixando a

criança à espera até que vença o “prazo de validade”⁶⁸⁵ na esperança de que a família seja reconstituída, embora os vínculos familiares sempre falem mais alto. Alguém deve tomar a iniciativa e tomar uma decisão, pois os pretendentes à adoção estão esperando, assim como a criança anseia por uma família. Em casos extremos, talvez os próprios pais devessem ser orientados pelo serviço de Assistência Social do município a entregar seu filho por amor, ajudando o judiciário a tomar uma decisão, agilizando assim o processo de adoção. Essa decisão pode ser tomada baseada no ECA Artigo 8º § 5º, que preconiza: “A assistência referida no § 4º⁶⁸⁶ deste artigo deverá ser também prestada a gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção.” Esse artigo foi acrescentado pela Lei 12.010.

A agilização do processo de adoção ajudaria a coibir as adoções à brasileira. São casais que “furam a fila” do Cadastro Nacional de Adoção para adotar, atrasando a possibilidade daqueles casais que realmente querem adotar no sentido de proporcionar uma família para a criança. Os que “furam a fila” ainda têm de fazer a documentação de maneira ilegal, ocultando ou alterando dados, embora entre esses adotandos possam existir pessoas bem intencionadas em relação à adoção.

Ao longo desta pesquisa constatou-se a situação de alguns casais que estão na fila de espera para adotar. Nestes ficou evidenciado, na maioria dos casos, que falta orientação para o processo de adoção. Cito como exemplos alguns casais que, após esgotarem todas as possibilidades de gerar um filho biológico, partem para tentativa de adoção. No entanto, adotar por motivos de esterilidade poderá fazer com que o casal veja o filho adotivo como símbolo da sua esterilidade, podendo gerar frustrações futuras. Há certo receio por parte dos casais em relação a problemas de saúde da criança que precisa de tratamento médico. Enquanto institucionalizada tem acesso a atendimento médico, quando adotada os pais adotivos terão de pagar tratamento médico, cirurgias etc. Por isso é de fundamental importância buscar o máximo de informações com famílias que já adotaram, participar de Grupos de Apoio à Adoção, ler e pesquisar sobre o assunto etc.⁶⁸⁷

⁶⁸⁵ Expressão usada por estudiosos do assunto. CÁPUA, 2009, p. 161.

⁶⁸⁶ Para informação do leitor transcrevo o Artigo 8º § 4º: “Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerpal.” Esse parágrafo também foi acrescentado pela Lei 12.010.

⁶⁸⁷ Veja mais informações sobre adoção em: WEBER, Lídia Natalia Dobrianskyj. *Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção*. Curitiba: Juruá, 2011, p. 41ss.

Na minha observação participante, pude constatar que até a década de 1980 as crianças eram acolhidas no Lar por questões de extrema pobreza. Nessa época eu era adolescente e tinha muitos amigos no Lar, e frequentávamos junto as programações da 1ª Igreja Batista de Ijuí. Esses acolhidos, assim como eu, têm hoje em torno de quarenta a cinquenta anos de idade. Em nossas conversas atuais, eles destacam que a melhor coisa que aconteceu na vida deles foi terem sido acolhidos pelo Lar. Alguns gostaram tanto que constituíram família e, após certo tempo de afastamento do Lar por questões profissionais, voltaram como pais sociais.

Contudo, ao conversar com crianças acolhidas atualmente, na faixa etária de sete a dezesseis anos, estas já não apontam o Lar como solução para seus problemas. O que elas mais querem é sair do Lar ou então serem adotadas por uma família que demonstre afeto e as ame. Em todas as minhas conversas com acolhidos, é um fato que ficou evidente. Aqueles eram acolhidos por situações de pobreza ou porque realmente eram órfãos. Estes, nem sempre são órfãos mas o são feitos, o que gera muita indignação para os acolhidos. Muitos dos acolhidos têm ambos os pais mas foram destituídos por questões de abuso, exploração sexual, drogadição, abandono entre outros. Se a família adotante entende esse contexto, então a adoção poderá constituir-se em oferecer uma família para a criança, e nessa perspectiva tem muito mais chances de dar certo, ao invés de uma criança para a família.

Como no Brasil há uma forte tradição de acolhimento institucional de crianças, devido ao mito de que nas instituições estariam melhor protegidas do que em suas famílias de origem, a adoção deve ser melhor divulgada na sociedade. Talvez a divulgação não seja realizada para não expor a criança. Porém, o fato de orientar a sociedade sobre como proceder na adoção não é expor a criança institucionalizada. Pelo contrário, conforme o Artigo 227 da Constituição Federal “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito [...] à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência [...]”. Conclui-se, a partir desse artigo, que a adoção pode ser amplamente divulgada para a sociedade.

O que chama a atenção é a propaganda para “adoção” de animais. Muitos casais preferem “adotar” um animal de estimação a adotar uma criança. Uma criança bem instruída dará retorno para a sociedade, animal não. Depois de cães e gatos é a vez de porcos de estimação, que aliás não latem, e segundo a revista *Época* podem ser adquiridos em média por

R\$ 1.200,00.⁶⁸⁸ Assim como se fazem frequentes divulgações em detalhes, inclusive com entrevistas sobre animais de estimação, poder-se-ia fazer para adoção de crianças em situação de vulnerabilidade ou órfãs. Conclui-se então que os “órgãos públicos não dão a devida atenção para as crianças institucionalizadas, que não são encaradas coma devida prioridade.”⁶⁸⁹

Voltando ao caso Bernardo, ele mesmo dirigiu-se à promotoria do município de Três Passos para pedir por uma família que o adotasse. Ouvido por funcionários e posteriormente pela promotora, sentado em seu colo disse que queria sair de casa: “Ninguém me dá bola lá. Eu quero uma família que cuide de mim”.⁶⁹⁰ Para a promotora Dinamércia Maciel de Oliveira, foi a primeira vez que aconteceu um pedido como esse. Apesar de pertencer a família de classe alta, o menino vivia como miserável, passava frio e perambulava pela casa de vizinhos e amigos. “Num dia de muito frio, ele estava trancado do lado de fora só com chinelo de dedo. Uma dentista ficou com pena e o levou para casa. Era sempre assim.” Colegas de escola contam que Bernardo nunca tinha dinheiro para comprar lanche, andava sempre com sapatos velhos e o mesmo uniforme, presente de Jussara e Carlos Petry, casal que praticamente o havia adotado. “Era na casa deles que Bernardo dormia boa parte do mês, fazia refeições e lições da escola. O menino chamava os filhos do casal de ‘mano’ e ‘mana’. A Juçara até cortava as unhas dele.” “Todas as vezes que o casal tentava fazer o menino falar dos problemas em casa, ele cortava o assunto.”⁶⁹¹

Como Bernardo havia declarado que queria ficar com a família Petry, a promotoria chegou a procurar o casal, “mas eles preferiram não se indispor com o pai do menino”. Na continuidade do processo de atendimento ao pedido de Bernardo, no dia 31 de janeiro a promotoria pediu a transferência da guarda de Bernardo para sua avó materna, Jussara Uglione. Na audiência que se seguiu à abertura do processo, Leandro Boldrini, pai de Bernardo, negou-se a entregar a guarda da criança e pediu uma segunda chance. Como não havia sinais de violência física, o juiz Fernando Vieira dos Santos concedeu noventa dias para que Boldrini melhorasse sua relação com o menino. Lamentavelmente, Bernardo foi morto

⁶⁸⁸ MAURO, Filipe. Tem um porco no meio da sala. *Revista Época*. São Paulo: Globo, 04 nov. 2013, p. 116-117.

⁶⁸⁹ CÁPUA, 2009, p. 162.

⁶⁹⁰ BOLDRINI, Bernardo Uglione. In: MEGALE, Bela; MARCHEZAN, Isabel. Ele gritou, mas não deu tempo. *Revista Veja*. São Paulo, p. 76, 2014.

⁶⁹¹ MEGALE; MARCHEZAN. 2014, p. 76, 79.

trinta dias antes de o prazo expirar. Assim, nas palavras das repórteres da revista *Veja*, a “morte de Bernardo foi um caso em que a justiça não tardou, mas no final falhou.”⁶⁹²

Deste brutal caso, e que não é o único no país envolvendo madrastas e padrastos (5.1.4.2), pode-se deduzir que: a) se maioria dos moradores próximos a Bernardo sabiam da sua situação, o judiciário, em vez de conceder os noventa dias ao pai de Bernardo, e diante da indisposição do casal Petry, poderia ter sugerido a guarda provisória em família acolhedora, até que a pai demonstrasse interesse pelos cuidados da criança. Novamente percebe-se que a falta de informações sobre o Serviço de Família Acolhedora carece de divulgação. Assim, talvez a morte de Bernardo pudesse ter sido evitada; b) a comarca de Três Passos poderia ter mantido contato com a comarca de Ijuí, já que naquela a única instituição de acolhimento estava sem vagas naqueles dias, segundo informações por mim colhidas de funcionários daquela comarca. No entanto, na comarca de Ijuí havia vagas.

Do Artigo 101 § 7º e § 11 do ECA deduz-se que a criança somente poderá ser colocada em instituição de acolhimento dentro da sua comarca ou ao menos em local mais próximo de sua origem. A partir daí, infere-se que a legislação deveria dar maiores possibilidades de ação para os juízes. Bernardo permaneceu em sua comarca, porém foi morto. Ele gritou, mas não deu tempo.

Não se deve levar em conta as condições financeiras da família. Deve-se procurar de todas as formas proteger a criança, uma vez que a legislação oferece todo o apoio para a proteção da criança. Dar afeto, atenção e amor a uma criança não custa nada, a não ser tempo e disposição. A comunidade de Três Passos estava correta ao tentar ajudar Bernardo, uma vez que a proteção pela sociedade é preconizada pelo ECA Artigo 4º e Constituição Federal Artigo 227. Portanto, não há que se temer a condição financeira ou profissional da família da criança que está em perigo.

A Lei nº 12.010 tentou priorizar ou até mesmo forçar o judiciário a encaminhar as adoções por casais brasileiros através da delimitação de tempo máximo de permanência em instituição de acolhimento, que é de dois anos. Contudo, as adoções brasileiras não aumentaram de modo significativo mas as estrangeiras tiveram queda significativa. Essa confirmação pode ser vista nos dados do CNJ, que mostram que em média há de três a quatro vezes mais pretendentes cadastrados para adoção do que crianças disponíveis para adoção.

⁶⁹² MEGALE; MARCHEZAN. 2014, p. 79.

Essa contradição entre o número de pessoas cadastradas para adoção e as crianças disponíveis levou o CNJ a aprovar a Resolução nº 190 que facilita a adoção de crianças brasileiras por estrangeiros.

4.4.2 Aplicabilidade da Resolução nº 190/2014

A Lei 12.010 deixa a desejar quando não explica o que fazer com crianças que não são adotadas, por motivos de raça, irmãos ou idade (doença, preferência do adotante). Assim sendo, essa pesquisa no seu início tinha como hipótese corolária apontar a adoção internacional para essas crianças. Contudo, a Resolução Nº de 1º de abril de 2014 já o fez antes do término da pesquisa. Como a Lei 12.010 não conseguiu mudar o perfil do adotante brasileiro (veja 3.2.1), a resolução 190 beneficiou novamente a adoção internacional, através da inscrição de estrangeiros no Cadastro Nacional de Adoção. A resolução deve-se ao fato de o perfil do adotante estrangeiro ser menos exigente. O perfil do estrangeiro é de oferecer uma família ao órfão. Assim, não observam com tanto rigor a raça, os irmãos ou a idade entre outros.

Porém há tantos motivos a favor da adoção internacional como há contra. Os juízes contrários alegam que os problemas sociais envolvendo crianças abandonadas devem ser resolvidos dentro do país; outros ainda acham que as crianças adotadas por estrangeiros podem servir para tráfico para o mercado de órgãos ou exploração sexual. Há também aqueles que alegam perda da cidadania. Contudo, o pesquisador da área de adoção internacional Valdeci Ataíde Cápua levanta algumas perguntas em relação às questões alegadas: “Será que realmente essas crianças têm acesso à cidadania? Será que elas dispõem de toda a proteção prescrita na CF/88 no que tange à proteção do Estado, da família e da sociedade? Será que essas crianças espalhadas pelas ruas têm realmente uma condição digna de vida?”. Além dessas, Cápua coloca mais uma questão para reflexão: “É melhor ser brasileiro e viver em seu país de origem, levando uma vida infernal, ou viver em outro país, em outra cultura, e ter acesso à dignidade humana?”.⁶⁹³

Diante dos questionamentos levantados por Cápua, percebe-se que é favorável à adoção internacional. Mas ainda poder-se-ia colocar mais um questionamento a quem se mostra contrário á adoção internacional: se a criança pudesse decidir entre ser abusada, explorada e maltratada, mesmo por familiares – muitas crianças que têm família preferem a

⁶⁹³ CÁPUA, 2009, p. 160.

rua – ou ser adotada por uma família estrangeira, o que ela decidiria? Provavelmente ela optaria por definir seu futuro numa família estrangeira. Uma criança institucionalizada não tem muito a perder, o que tinha já perdeu. Além disso, cidadania para uma criança significa ser amada por uma família, no Brasil ou fora dele. Só o fato de o país ter centenas de crianças institucionalizadas já mostra que tem deficiências na estrutura familiar e nas políticas públicas.

Mencionei também a Convenção Interamericana sobre Conflito de Leis em Matéria de Adoção de Menores (2.3.2) e que foi assinada pelo Brasil. Portanto, segundo Cápua, as adoções internacionais devem atender aos requisitos da Convenção de Haia, que preveem medidas “para garantir que as adoções internacionais sejam feitas no interesse da criança e com respeito a seus direitos e garantias fundamentais, bem como para prevenir o sequestro, a venda e o tráfico de crianças ou órgãos”.⁶⁹⁴

Como o Brasil ratificou a Convenção, conseqüentemente só permite adoção dentro dos trâmites legais estipulados, evitando assim as dificuldades acima mencionadas. Para tanto, o adotante internacional deverá fornecer relatórios semestrais sobre o estado de saúde e de desenvolvimento escolar da criança, se ela adquiriu doença específica do país do adotante, se conseguiu se adaptar tanto à família que a adotou como à do adotante e à sociedade, entre outras questões relativas à vida da criança. Assim a adoção internacional se torna segura. Contudo, mais países deveriam assinar a Convenção facilitando ainda mais e ao mesmo tempo dando maior segurança à adoção internacional.

Aprende-se com Henrique Liebich a necessidade de ter uma visão integral da criança, tentando ajudá-la a minimizar seus problemas e sofrimentos; dar um lar por um tempo pensando em ajudá-la a se preparar para uma vida, seja em família biológica ou adotiva.

Outro fator importante a se considerar, no modelo de Henrique, é que ele cuidava muito bem das crianças que estavam sob sua responsabilidade. Ele possuía um amor incondicional por elas. Em contraposição, vê-se atualmente um grande sentimento de tristeza e de revolta por parte de crianças que foram adotadas e depois foram devolvidas ao “poder público/instituição”, por falta de compatibilidade entre adotando e adotado, conforme o ECA.

O fato de ser devolvida constitui-se em outro trauma, somado a tantos outros já vivenciados. O adulto, ao se colocar no lugar da criança, provavelmente não veria a

⁶⁹⁴ CÁPUA, 2009, p. 160.

necessidade de romper com o processo de adoção. Mesmo que a lei ampare a “devolução”, torna-se necessário pensar na vida da criança, que não constitui um objeto para se pegar ou largar. Se a adoção for bem elaborada, não haverá motivos para devolver o adotando durante ou após o estágio de convivência, salvo raras exceções. Entende-se que a adoção exige o amor incondicional que Henrique Liebich tinha para com as crianças em situação de vulnerabilidade.

4.5 Conclusão

Concluindo este capítulo, posso afirmar que a família estruturada e planejada é o espaço onde a criança se sente protegida. Esse espaço de proteção também é preconizado na Constituição Federal do Brasil e na Bíblia. Além da proteção para a criança, também é um lugar onde começam os primeiros passos educacionais, o que é obrigatoriedade dos pais. Observei, durante a pesquisa, que o modelo tradicional de família também foi o modelo adotado por Henrique Liebich e com base na Bíblia.

Ser pai ou mãe é uma atividade que demanda tempo de atenção especial diário com os filhos pequenos. Atividades como dar banho, trocar fraldas, amamentar, alimentar, ninar, chorar com o bebê que chora de cólicas e cuidar dele é uma profissão da qual não se pode pedir demissão como se faria em um emprego numa empresa quando algo tivesse errado. Os casais que se preparam para casar fazem curso de noivos, conseguem profissão, casa etc., têm mais facilidades de educar seus filhos quando comparados àqueles que momentaneamente decidem morar juntos, já com a premissa de separação se não der certo. Assim, a família tradicional estruturada já pensa no bem-estar das crianças. Portanto, cabe aos futuros casais pensar também nas próximas gerações. Ser pai ou mãe não se restringe apenas à geração biológica, mas significa acima de tudo dedicar-se ao filho com o amor com que Cristo nos amou, isto é, incondicional. Essa também é uma forma de proteger a criança e o adolescente.

Nesta conclusão, os parágrafos acima descritos indicam que a família tradicional bem estruturada é o melhor lugar para a criança se desenvolver. Contudo, a presente pesquisa também mostrou que as novas configurações familiares estão presentes na realidade de muitas crianças. Assim, é necessário observar que, se não for possível viver numa família bem estruturada, também é possível viver em uma família de novas configurações. Portanto, pessoas, casais ou pais que estão nessa situação não devem culpar-se pelo seu passado. A partir da experiência que tiveram com o divórcio podem encorajar seus filhos a valorizar uma

família bem estruturada. Quando se reconhece os erros do passado, e que afetaram de alguma forma uma criança, então novos vínculos familiares podem ser construídos. Essa atitude faz com que a criança aceite mais facilmente a nova configuração familiar. Assim, poderemos ter na próxima geração famílias fortes, preservando as crianças de passar pela dor do divórcio de seus pais. Evitando o divórcio, também se diminui os casos de pessoas estigmatizadas por não pertencerem a uma família, inclusive as crianças, expondo-as quando não sabem responder exatamente quem é seu pai ou qual sua procedência.

A partir do estudo da família e da transversalidade das dez crianças da Bíblia, pode-se concluir que há vários aspectos atuais em que a igreja, bem como a CBPSB, podem investir e as quais podem colocar em sua agenda de discussões. As reflexões sempre são bem vindas e as intervenções são necessárias com o máximo de urgência em favor da infância. Quero aqui apontar alguns aspectos para reflexão e que posteriormente poderão ser colocadas na agenda de ações práticas: 1) dar espaço a crianças e adolescentes para que possam transmitir a sua realidade à igreja, fazendo-as(os) refletir; 2) mostrar às crianças e adolescentes que eles têm direitos e deveres; 3) promover programas de prevenção e denúncia (disque 100) de maus tratos e de abuso sexual para crianças e aos pais; 4) promover programas de educação sexual; 5) ensinar histórias com aplicações práticas de Jesus em relação às pessoas vulneráveis; 6) reconhecer as necessidades emocionais das crianças e 7) estabelecer um espaço de escuta para vítimas de abuso ou exploração sexual.

Em relação à adoção nacional ou internacional, é necessário romper esse tabu ainda existente. Campanhas de orientação, debates, seminários podem ajudar a entender melhor a adoção. Adotar significa proporcionar pais para uma criança que não os têm. Nessa perspectiva, adotar também é doar-se para uma criança para que ela se torne um cidadão em uma sociedade. A mãe que entrega o filho gerado em seu ventre para que tenha melhores condições de vida, mostra um gesto de amor e um ato de confiança. O filho por adoção é filho porque é amado, enquanto o biológico é amado porque é filho. Assim, adotar é reconstruir uma vida que por algum motivo foi abalada no sentido biopsicosocial.

No que diz respeito à legislação sobre a proteção da criança e do adolescente, tecnicamente é eficaz. Porém a destituição do poder familiar deveria durar menos tempo, para que a criança não seja institucionalizada, fato que demandaria um maior número de promotores de justiça, juízes e demais funcionários necessários para o cumprimento das políticas públicas. Também é necessário considerar a possibilidade de um diálogo maior entre

as comarcas dos municípios. O cumprimento da Lei deve ter como objeto a proteção da criança e do adolescente, não podendo-se depender de sua comarca de origem, ficar limitado a ela e conseqüentemente torná-la mais vulnerável. Finalmente, o Serviço de Família Acolhedora precisa urgentemente ser divulgado para que a sociedade possa ajudar a proteger as crianças, superando assim a cultura da institucionalização no Brasil.

CONCLUSÃO

Henrique e Frieda Liebich, através da criação do Lar, proporcionaram proteção e educação para crianças em situação de vulnerabilidade social. Toda a sua família dedicou-se à prática da ação social. Mesmo com dificuldades de saúde e demais adversidades, não mediram esforços para investir seus talentos no cuidado das crianças. Fundamentaram o Lar em referenciais teológicos como a Bíblia, transmitindo assim sua espiritualidade para as crianças e adolescentes que acolhiam, e que o Lar atualmente ainda acolhe. Suas vidas foram pautadas em orações a Deus que marcavam a firmeza da sua espiritualidade, levando as crianças acolhidas a terem igualmente uma experiência com Deus.

Mesmo num ambiente caracterizado pela opressão, exploração e vulnerabilidade, conseguiram realizar um sonho: providenciar um lar para as crianças, valorizando assim a família. Acreditavam que as crianças eram a continuação da vida. Cada criança significava o início de uma nova vida, uma nova família e a esperança de uma nova sociedade. Portanto, a criança era de valor estratégico para Henrique Liebich. A determinação de Henrique e Frieda Liebich concedeu impulso e motivação para colocar o tema da criança em situação de vulnerabilidade em estudo e discussão.

Mesmo que no início da organização do Lar ainda não existisse a conceituação de Terceiro Setor, Missão Integral e filantropia, a Família Liebich caracterizou-se pela sua grande capacidade de articular o voluntariado e mobilizar os diversos setores da sociedade para captação de recursos para manutenção do Lar. A partir do exemplo, abriram um caminho para que outras pessoas que sentissem compaixão por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade também aprendessem e desenvolvessem caminhos de superação e compartilhar.

Henrique Liebich também seguia a orientação bíblica deixada pelo apóstolo Paulo: “O que furtava não furete mais; antes trabalhe, fazendo algo de útil com as mãos, para que tenha o que repartir com quem estiver em necessidade” (Ef 4.28). Trabalhava não somente para suprir as suas necessidades materiais, mas também para socorrer aqueles que estavam em necessidade, demonstrando assim ter disciplina.

O amor, a abnegação, a determinação, e a vocação envolviam as atitudes de Henrique Liebich, fazendo com que as vidas que estavam ao seu redor fossem tocadas pela graça de

Deus, tornando-se Deus real como Pai dos Órfãos na vida das crianças acolhidas. Assim, entende-se que maternidade e paternidade não têm necessariamente uma relação com consanguinidade. Esse foi o legado deixado por Henrique Liebich, o qual merece ser seguido atualmente.

Por muito tempo na História, a criança teve seus direitos violados, em uma trajetória de rejeição familiar, exposição nas Rodas e abandono pela sociedade. Com a evolução da legislação, como por exemplo através da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciou-se o enfrentamento de combate à violação dos direitos da criança. Portanto a criança passou a ser defendida, progida e amada recentemente, a partir do século XIX.

A partir dos estudos realizados na pesquisa, percebe-se o alto índice de mortalidade infantil, embora historicamente os índices diminuam consideravelmente. Mesmo assim há morte de crianças registradas por afogamento, acidentes de trânsito, violência social, o que requer um maior investimento nas políticas públicas de enfrentamento à vulnerabilidade.

Em relação à adoção, os dados analisados demonstram que há famílias dispostas a adotar uma criança institucionalizada. Os mesmos dados ainda demonstram que a crianças disponíveis para serem adotadas, contudo, não o são, permanecendo por tempo indeterminado na instituição. Esse fato evidencia que Lei não consegue ser eficaz. Ao analisar o perfil do adotante, chega-se à conclusão de que os adotados que têm preferência são crianças com menos de seis anos de idade, que não tenham irmãos, não sejam doentes e tenham cor clara. Faz-se necessário uma conscientização, visando a uma mudança de perfil para que os órfãos sejam adotados.

Neste sentido, a Lei nº 12.010 veio favorecer os processos de destituição a que sejam julgados com mais agilidade, possibilitando que a criança não permaneça mais de dois anos na instituição. A intenção é que sejam restabelecidos os vínculos familiares. Ou ainda, em caso de destituição judicial, a criança ou o adolescente será encaminhado a uma família substituta, ou seja, adoção definitiva, após se eliminar a possibilidade de ficar aos cuidados da família extensa. A referida lei preconiza que cada criança acolhida deve permanecer em sua cidade ou comarca de origem. Contudo, na falta de instituições de acolhimento e esgotadas todas as possibilidades na família biológica e extensa deveria haver um diálogo maior com a comarca de Ijuí, visando ao bem estar da criança. A modalidade de Serviço de Família Acolhedora também poderia ser amplamente divulgada pelos meios de comunicação, para que

as famílias tomassem conhecimento e pudessem ajudar na proteção das crianças evitando a institucionalização.

Para evitar a institucionalização de crianças, criou-se a resolução que inclui o adotante estrangeiro no Cadastro Nacional de Adotantes. O adotante estrangeiro possui um perfil diferenciado. Adota crianças de qualquer idade ou raça mais facilmente. Se o processo de adoção internacional for submetido aos padrões internacionais, então é uma adoção segura, visto que a família e a autoridade estrangeira deverão apresentar relatório semestral sobre o desenvolvimento do adotado. Para que a criança permaneça no país, há a alternativa do Serviço de Família Acolhedora. Esse serviço dá direitos para que uma família obtenha a guarda de uma criança até que sua situação seja resolvida. A família acolhedora não tem prioridade na adoção. Porém, esse serviço ainda é pouco difundido no Brasil, precisando-se de conscientização da sociedade para facilitar a adoção, tirando as crianças da margem.

Não se pode deixar de salientar que, por mais que a instituição de acolhimento seja muito bem estruturada, com toda a equipe de profissionais à disposição e todo o apoio necessário para ajudar crianças e adolescentes em situação de risco, a família ainda assim é a maior e melhor instituição de que a criança precisa para se desenvolver satisfatoriamente. Portanto, todos os esforços possíveis devem ser feitos para colaborar com a permanência da criança em seu ambiente familiar, sendo este um lugar que esteja adequado a ela para se desenvolver sem vulnerabilidades. Se acontecer, no futuro, de não ter mais crianças e adolescentes que necessitem de instituições de acolhimento, pelo fato de elas estarem bem atendidas em suas famílias, será o melhor resultado que se pode esperar. A estrutura física da instituição pode ser usada para outros fins sociais que poderão surgir. A sugestão aqui é que se faça um estudo sobre as necessidades atuais da comunidade ijuiense e as possibilidades de usar a estrutura que está disponível para novas ações sociais requeridas, com projetos dentro da área de abrangência dos princípios de Henrique Liebich.

Na pesquisa, percebeu-se que a criança está em situação de vulnerabilidade quando acontece alguma desestruturação familiar. Para proteção da criança, surge a necessidade de proteção também da família. A família é o espaço de proteção destinado à criança. Portanto, a criança é parte da sociedade e sua opinião merece ser considerada, como pede a Teologia da Criança, para evitar a tomada de decisões apenas sob a ótica adulta.

A cultura pós-moderna, a partir do relativismo e da diluição dos valores da Modernidade ainda considerados como absolutos, fragiliza as famílias. Os relacionamentos são ocasionais, momentâneos, dificultando a construção de um espaço de proteção para a criança. Outro fator que fragiliza a família é a erotização da sociedade. Em algumas situações os pais vendem ou alugam suas filhas para exploração sexual, traumatizando as crianças que futuramente terão dificuldades em formar uma nova família. Assim muitas crianças continuam sendo institucionalizadas, outras até mesmo abandonadas em qualquer lugar. Num olhar histórico, a criança que era abandonada nas Rodas atualmente é abandonada nas instituições. Mais recentemente era acolhida por motivos extremos de pobreza, atualmente é por motivos de exploração. Se por um lado a criança é valorizada através da legislação favorável a ela, por outro tem seus direitos violados como se fosse um objeto.

Jesus tirou as crianças da margem social, curando-as e colocando-as no “meio” de debates teológicos e sociológicos, demonstrando a importância da criança. Com essa atitude Jesus queria que os adultos se tornassem aquilo que as crianças já eram. Para Ele, a presença dos traços infantis nos adultos valeria como uma demonstração de maturidade espiritual. As pessoas grandes adentram o Reino de Deus de tal modo a não terem tempo para indagar quem é o maior. As crianças do NT, com suas características transversais, são um exemplo de como o Reino de Deus irrompe em meio à Humanidade. As crianças e órfãos do AT apontam para a realidade da orfandade, enquanto que as crianças do Novo Testamento apontam para a realidade da adoção, já consumada quando fomos adotados pelo Pai dos “órfãos”.

Quero aqui apontar alguns aspectos para reflexão e que posteriormente poderão ser colocados na agenda de ações práticas das igrejas: 1) dar espaço a crianças e adolescentes para que possam transmitir sua realidade à igreja, fazendo-a refletir; 2) mostrar a crianças e adolescentes que eles têm direitos e deveres; 3) promover programas de prevenção e denúncia (disque 100) de maus tratos e de abuso sexual para crianças e pais; 4) promover programas de educação sexual; 5) ensinar histórias com aplicações práticas de Jesus em relação às pessoas vulneráveis; 6) reconhecer as necessidades emocionais das crianças e 7) estabelecer um espaço de escuta para vítimas de abuso ou exploração sexual.

A partir do movimento Teologia da Criança poder-se-ia:

- a) traçar diretrizes, como elaboração e inclusão da infância como disciplina nos currículos de instituições teológicas, estudando de maneira mais aprofundada o

valor da criança e assim poder criar caminhos para ajudá-las em suas necessidades. Dessa forma, teólogos e teólogas poderiam ser encorajados e desafiados a serem pais sociais como participantes de um ministério profético junto à sociedade brasileira.

- b) motivar a liderança convencional a dar espaço para ouvir as crianças em congressos e assembleias. Em relação aos filhos de pastores, fomentar uma associação dos filhos (enquanto ainda são crianças) de pastores em que estes poderiam ser pastoreados e preparados para a vida futura.
- c) como os acolhidos têm experiência institucional, estes poderiam ser despertados para a importância do trabalho do cuidador, vindo eles mesmos a se tornarem pais sociais já nas novas formulações da legislação em relação aos cuidados da criança em situação de vulnerabilidade social.

Proponho-me, juntamente com minha família, a:

- Disseminar o aprendizado desta pesquisa para as igrejas da CBPSB, as escolas públicas e privadas, instituições ligadas à proteção da criança e para a sociedade em geral.
- Publicar, em forma de artigos e livros, conteúdos relevantes para a proteção e educação da criança e material didático para ensiná-las sobre histórias bíblicas.
- Organizar programas para casais que visem a fortalecer a família.
- Participar de congressos e seminários buscando novos subsídios para continuar pesquisando a área da Teologia da Criança.

Em relação à minha observação participante na pesquisa, pude entender melhor a situação dos órfãos com o falecimento do meu pai no primeiro ano da elaboração da tese. Na última vez que ele e a minha mãe levaram-me à estação rodoviária para ir a São Leopoldo, desejou-me: *Eine gute Reise*. O abraço e essas últimas três palavras soaram para mim como: “Uma boa viagem pela pesquisa”.⁶⁹⁵ Porém, só entendi assim três dias depois, quando veio a falecer. “Perdi” o meu sentimento de pertença. Com meu irmão morando na Alemanha,

⁶⁹⁵ Ao concluir essa tese, as três palavras ganham um significado maior e mais desafiador: devo continuar pesquisando para auxiliar órfãos e crianças em situação de vulnerabilidade e transferir os resultados das pesquisas às famílias que delas necessitam. Assim, *Eine gute Reise* agora significa “viajar” o resto da minha vida a favor das crianças.

entendi também a condição da viúva a partir das necessidades da minha mãe, que, como viúva, muitas vezes tinha seus direitos negados. Na convivência com os acolhidos pude sentir e entender melhor suas dificuldades e também a determinação de que Henrique e Frieda Liebich precisaram para prosseguir em sua obra. Para ajudar pessoas necessitadas, precisamos contar com a ajuda de Deus, o Pai dos Órfãos, e de todos os segmentos da sociedade, isto é, a intersetorialização.

REFERÊNCIAS

Atas

IGREJA Batista de Monte Alvão. Ajuricaba. *Ata n. 2.* Ata de assembleia. 1972. 16/07/72.

IGREJA Batista de Monte Alvão. Ajuricaba. *Ata n. 6.* Ata de assembleia. 1976. 31/12/76.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 10.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 21/12/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 11.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 20/02/1977.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 12.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 12/04/1977.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 13.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 24/05/1977.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 14.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 26/06/1977.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 15.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 31/07/1977.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 16.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 08/08/1977.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 2.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 25/04/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 20.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 15/01/1978.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 4.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 27/06/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 5.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 25/07/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 6.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 22/08/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 7.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 03/10/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 8.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 24/10/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 9.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 28/11/1976.

LAR da Criança Henrique Liebich. Ijuí. *Ata n. 46.* Ata de Reunião do Conselho Administrativo. 1976/1983. 05/10/80.

Congressos

III CONGRESSO MUNDIAL DE ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTES. Rio de Janeiro: UNICEF, 25 a 28 nov. 2008.

III CONGRESSO DE LAUSANNE. Criança. Disponível em: <<http://www.lausanne.org/pt/pt/1661-compromisso-da-cidade-do-cabo.html>>. Acesso em: 20 jun. de 2014.

Documentos

MAPEAMENTO dos Pontos Vulneráveis à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Federais Brasileiras. [s.l.:s.n.], 2011-2012.

ORIENTAÇÕES técnicas para os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/ Conselho Nacional de Assistência Social. Brasília: [s.n.], fev. 2008.

ORIENTAÇÕES técnicas sobre o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos. Brasília: [s.n.], 2010.

SITUAÇÃO mundial da infância em 2008. Caderno Brasil. Brasília: UNICEF, 2008.

Internet

1,36 nascimentos por mulher (2011). Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=taxa+de+natalidade+na+alemanha>> Acesso em: 20 nov. 2013.

1,81 nascimentos por mulher (2011). Disponível em: <<https://www.google.com.br/#q=taxa+de+natalidade+no+brasil>> Acesso em: 20 nov. 2013.

ALGUNS números preocupantes. Disponível em: <<http://www.redemulher.org.br/encarte56.html>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

ADOÇÃO Internacional no Brasil. Disponível em <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/adocao-internacional/adocao-internacional-no-brasil.aspx>>. Acesso em: 05 abr. 2014.

ALGODÃO doce, pipoca e Coluna Prestes. In: Catolicismo: revista de cultura e atualidades. Disponível em: <<http://www.catolicismo.com.br/materia/materia.cfm?IDmat=B5343852-CC49-1333-56D8939AE09E8DC4&mes=Agosto1999>> Acesso em: 24 jan. 2013.

APRESENTAÇÃO. Disponível em: <<http://www.ijui.rs.gov.br/noticia/index/16329>>. Acesso em: 25 dez. 2012.

BEBÊ é encontrado abandonado em banheiro público em Erechim - RS. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2014/05/bebe-e-abandonado-em-banheiro-publico-em-erechim-no-norte-do-rs.html>>. Acesso em: 09 mai. 2014.

BRASIL, o quarto que mais divulga pedofilia na Internet. 2012. Disponível em: <http://www.fundabrinq.org.br/noticia_mestre.php?id=573>. Acesso em: 03 jun. 2014.

CADASTRO Nacional de Adoção. <<http://www.cnj.jus.br/images/programas/cadastro-adocao/guia-usuario-adocao.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

CADASTRO Nacional de Adoção: Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-de-a-a-z/infancia-e-juventude/cadastro-nacional-de-adocao-cna>>. Acesso em: 25 mar. 2014.

CALMON, Guilherme. CNJ responde. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dyuUdo_PJtc&list=PLIJgviu9EmVLcrR9ZOcDaJRN1rbeMaema>. Acesso em: 04 abr. de 2014.

CASO Isabela Nardoni. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Isabella_Nardoni>. Acesso em: 13 nov. 2013.

CHILDHOOD pela proteção da infância. Programa na mão certa. Disponível em: <http://www.namaocerta.org.br/bol_13702.php>. Acesso em: 14 jun. 2014.

CNJ faz campanha nas redes sociais contra exploração infantil. 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/28163:cnj-faz-campanha-nas-redes-sociais-contr-a-exploracao-infantil>>. Acesso em: 31 mai. 2014.

CONSULTA pública de crianças para adoção cadastradas no Cadastro Nacional de Adoção. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cna/View/consultaPublicaBuscaView.php>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

CRESCER taxa de assassinatos de crianças e adolescentes no Brasil. O Globo. Disponível em <<http://br.noticias.yahoo.com/cresce-taxa-assassinatos-criancas-adolescentes-brasil-090000074.html>>. Acesso em: 18 jul. 2012.

DECLARAÇÃO de Estocolmo, 1996. Disponível em: <http://www.mpba.mp.br/atuacao/infancia/violencia/exploracao/declaracao_de_estocolmo.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2014.

ESTATÍSTICAS nacionais de acidentes de trânsito. Disponível em: <http://www.vias-seguras.com/layout/set/print/os_acidentes/estatisticas/estatisticas_nacionais>. Acesso em: 13 mai. 2014.

FEMICÍDIO: um tema para debate. Disponível em: <<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=262>>. Acesso em: 15 mai. 2014.

FENADI. Disponível em: <<http://www.expojuifenadi.com.br/publicacao-293-fenadi.fire>> Acesso em: 19 jan. 2013.

GALLINDO, Jusara. A roda dos expostos. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_roda_dos_expostos.htm>. Acesso em: 29 abr. 2014.

Homenagem Nelson Rolihlahla Mandela. Disponível em: <http://www.outorga.com.br/pdf/Artigo%20365_Invictus_homenagem_Mandela.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2014.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

IBGE. Registro Civil 2010: Número de divórcios é o maior desde 1984. Disponível em: <<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=2031>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

IBGE. São Paulo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

IJUÍ. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Iju%C3%AD>>. Acesso em 25 dez. 2012.

INDICADORES Criminais. Secretaria de Segurança Pública. Disponível em:

<<http://www.ssp.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=288&id=20317>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

INDICADORES da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. Disponível em:

<<http://indicadores.safernet.org.br/>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

LAR da Criança Henrique Liebich recebe certificação. Disponível em:

<<http://www.ijui.com/noticias/ijui/44065-lar-da-crianca-henrique-liebich-recebe-certificacao>> Acesso em: 19 jan. 2013.

MINISTÉRIO Público identifica novo caso de adulteração do leite no RS. Disponível em

<<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/campo-e-lavoura/noticia/2013/11/ministerio-publico-identifica-novo-caso-de-adulteracao-do-leite-no-rs.html>> Acesso em: 13 jan. 2014.

MINISTROS assinam portaria que impede entrada de pedófilos no Brasil. Disponível em: <

<http://www.justica.gov.br/noticias/ministros-assinam-portaria-que-impede-entrada-de-pedofilos-no-brasil>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. SPERANCETTA, Andressa. In: Psicologia e Sociedade. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. p. 521. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a12.pdf>> Acesso em: 06 de fev. 2013.

MORTALIDADE materna no Brasil. Disponível em:

<<http://www.redemulher.org.br/encarte56.html>>. Acesso em: 13 mai. 2014.

NOGUEIRA, Carolina de Matos. A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil. Disponível em: <

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&frm=1&source=web&cd=2&ved=0CDMQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.apaebrasil.org.br%2Farquivo.phtml%3Fa%3D12605&ei=ni_bUuPYLY63kAfs_oGQBg&usg=AFQjCNE5m_xIVneNbdLJlcGIV8k2eDyEMA&bvm=bv.59568121,d.eW0> Acesso em: 18 jan. 2014.

NOVA RAMADA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nova_Ramada> Acesso em 24 de jan. 2013.

NOVO site da campanha Parada – Um pacto pela vida já está no ar: Disponível em:

<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/11/novo-site-da-campanha-parada-2013-um-pacto-pela-vida-ja-esta-no-ar>>. Acesso em 13 mai. 2014.

O BRASIL adota manual da OIT para medir valor do trabalho voluntário.

Disponível em: <<http://idis.org.br/acontece/noticias/brasil-adota-manual-da-oit-para-medir-valor-do-trabalho-voluntario>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

OBJETIVOS do Desenvolvimento do Milênio. Disponível em: <

http://www.unicef.org/brazil/pt/overview_9540.htm>. Acesso em: 03 abr. 2014.

OLIVEIRA, Mariana. CNJ deve autorizar estrangeiros para facilitar adoção de mais velhos.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/cnj-deve-autorizar-estrangeiros-para-facilitar-adocao-de-mais-velhos.html>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

ONU alerta para auge da pornografia infantil graças a Internet. Viena, 2014. Disponível em:

<<http://www.efe.com/efe/noticias/brasil/sociedade/onu-alerta-para-auge-pornografia-infantil-gra-internet/3/2017/2325204>>. Acesso em: 29 mai. 2014.

Os jogos e os brinquedos. Disponível em:

<<http://www.fascinioegito.sh06.com/vidacoti.htm#parte9>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

POLÍCIA Federal barra entrada de americano acusado de pedofilia. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/06/policia-federal-barra-entrada-de-americano-acusado-de-pedofilia.html>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

PROGRAMA na mão certa. Disponível em: <<http://www.namaocerta.org.br/programa.php>>. Acesso em: 19 de jun. de 2014.

QUEDA de natalidade na Alemanha causa alerta. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,queda-de-natalidade-na-alemanha-causa-alerta,556741,0.htm>> Acesso em: 20 nov. 2013.

RESOLUÇÃO Nº 190, de 1º de abril de 2014. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/atos-da-presidencia/resolucoespresidencia/28155-resolucao-n-190-de-1-de-abril-de-2014>>. Acesso em: 19 mai. 2014.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *Guia de referência: construindo uma cultura escolar de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood, 2009, p. 78. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/childhood/guia_de_referencia.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2014.

SCHACH, Vanderlei Alberto. A importância do sagrado na política. In: *Religião, política, poder e cultura na América Latina* / Kathlen Luana de Oliveira; Iuri Andréas Reblin; Valério Guilherme Schaper; Eduardo Gross; Vítor Westhelle (Orgs.). – São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012. p. 153-166. Disponível em: <http://www.est.edu.br/downloads/pdfs/biblioteca/livros-digitais/LV-RPPC_na_ALC.pdf> Acesso em 09 fev. 2013.

SEGUNDO estatísticas do IBGE, em 1950 a expectativa de vida era de 52,82 anos. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP210&sv=36&t=esperanca-vidanascer>> Acesso em 08 fev. 2013.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_11.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2014.

SINOPSE dos resultados do censo de 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/default.php?cod1=43&cod2=430020&cod3=43&frm=urb_rur> Acesso em: 19 jan. 2013.

SISTEMA de consulta pública permite visualizar dados sobre crianças registradas no CNA. Disponível em: <http://www5.tjba.jus.br/infanciaejuventude/index.php?option=com_content&view=article&id=308:sistema-de-consulta-publica-permite-visualizar-dados-sobre-criancas-registradas-no-cadastro-nacional-de-adocao&catid=2:noticias&Itemid=13>. Acesso 23 abr. 2014.

TAXA de mortalidade específica por acidentes de trabalho em segurados da Previdência Social. 2011. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=C.11&lang=pt&version=ed6>>. Acesso em: 16 mai. 2014.

VIOLÊNCIA doméstica: veja crimes envolvendo padrastos e madrastas. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/violencia-domestica/>>. Acesso em: 08 jun. 2014.

Jornais

AÇÃO agressiva em busca de produto barato. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 19, 25 mai. 2013.

ACESSO à solidariedade vai beneficiar Lar da Criança. *Jornal Hora H*, Ijuí, p. 12, 06 ago. 2010.

ACONTECIMENTOS revolucionários. *Correio Serrano*, Villa Ijuhy, 14 jan. 1925.

ACONTECIMENTOS revolucionários. *Correio Serrano*, Villa Ijuhy, 7 jan. 1925.

ALMEIDA, Kamila. Para sempre longe da mãe. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 32-33, 2013.

ALMEIDA, Kamila. Poucas palavras e lágrimas escondidas. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 33, 2013.

AZAMBUJA, Jocelin. Não fiquem nuas, meninas. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 20, 2014.

BARIN, Érico Fernando. Número de casos é ínfimo perto da realidade. *Jornal da Manhã*. Ijuí, p. 4, 2014.

BOHRINGER, Juliane. Núcleo Social de Ijuí. *O Jornal Batista*, Rio de Janeiro, 15 dez. 2013, p. 12.

BRECHÓS da Casa da Amizade beneficiam Lar da Criança. *Jornal O Repórter*, Ijuí, p. 14, 07 jul. 2010.

CARPINEJAR, Fabrício. Telecolo. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, 04 mai. 2014, Caderno Donna, p. 6.

COIMBRA, David. Mulheres nuas. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 6, 2014.

CONSELHO Tutelar registra 270 casos de violência contra crianças e adolescentes todos os meses. *Jornal O Repórter*, Ijuí, p. 12, mai. 2012.

CONVÊNIO oficializa apoio ao Lar Henrique Liebich. *Jornal Manhã*, Ijuí, p. 3, jul. 2006.

CORAIS criam clima natalino. *Jornal Cidade*, Ijuí, p. 6, nov. 1992.

CORREA, Leandro. Diretor do Lar Henrique Liebich fala sobre o projeto Amigos do Lar. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 6, 2014.

DER MISSIONSBOTE, [S.l.:s.n.], Jahrgang 50, Nr. 4, p. 12, April 1976.

DIVERSÃO para crianças: espaço Criança do SESC e Cededica estiveram ontem no Henrique Liebich. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 16, mai. 2000.

EM CORAÇÃO de mãe sempre cabe mais um. *Jornal Classificação*, Ijuí, 01 mai. 2010, Caderno Especial, p. 15.

ENTIDADE depende de doações da comunidade todo mês. *Jornal Hora H*, Ijuí, 02 out. 2009, Caderno Especial, p. 7.

FEDRIZZI, Alfredo. Bebês abandonados. *Jornal Zero Hora*, Porto Alegre, p. 22, 2014.

HARTMANN, Liane. Capacitação profissional de adolescentes do Lar da Criança. *Jornal O Batista Pioneiro*. Curitiba, p. 12, 2014.

IJUÍ terá “Lar da Criança Henrique Liebich.” *Jornal da Manhã*, Ijuí, 18 out. 1975, Caderno especial.

INAUGURADO o Lar da Criança Henrique Liebich. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 15, 24 fev. 1976.

JORNAL Batista, Rio de Janeiro, p. 4, 13 abr. 1980.

JORNAL Correio Serrano, Ijuí, p. 1, 08 mar. 1977.

JORNAL Correio Serrano, Ijuí, p. 5, 14 fev. 1962.

JORNAL Noticioso, Carazinho, p. 8, 16 out. 1982.

JUNG, Marisa. Compensa manter o Lar da Criança? *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, p. 6-7, 1998.

KURZNACHRICHTEN aus der kinderheimat. *Der Missionsbote*, [S.l.:s.n.], Jahrgang 50, Nr. 2, p. 11, Februar 1976.

LAR da Criança faz apelo. *Jornal Cidade*, Ijuí, p. 8, 26 set. 1990.

LAR da Criança pede auxílio. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 11, 22 set. 1990.

LAR da Criança recebe assistência médica do município. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 24, 12 jun. 1976.

O BATISTA Pioneiro, Ijuí, p. 12, out. 1995.

PADARIAS expressas não desperdiçam as sobras de pães. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 16, 11 fev. 1995.

PORTUGUESAS visitam o Lar da Criança. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 18, 07 nov. 1981.

PROGRAMA de intercâmbio traz norueguesa a Ijuí. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 7, 28 out. 1992.

RECURSOS da Alemanha cada vez menores. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 12, 17 jun. 1992.

REINKE. A. *Der Missionsbote*, [S.l.:s.n.], Jahrgang 50, Nr.11, p. 10, November 1976.

RIBEIRO, Rúbia. In: JUNG, Marisa. Compensa manter o Lar da Criança? *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, n. 2, p. 6-7, 1998.

SCHACH, Daniel Coscioni. *O Batista Pioneiro*. Curitiba, p. 11, 2012.

SOUZA, Sergio. In: JUNG, Marisa. Compensa manter o Lar da Criança? *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, n. 2, p. 6-7, 1998.

STILNER, Bruno. *Jornal O Batista Pioneiro*, Ijuí, p. 6, 1995.

UNIMED garante saúde para 82 crianças. *Jornal Cidade*, Ijuí, p. 12, 27 jun. 1992.

VOLUNTÁRIA da Alemanha no Lar. *Jornal O Batista Pioneiro*. Curitiba, p. 12, abr. 2014.

VOLUNTARIADO feminino. *Jornal da Manhã*, Ijuí, p. 11, 09 mar. 2006.

Livros

ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

AKANI, Gbile. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.

- ALVARADO, Ruth. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012.
- ALVES, José Carlos Moreira. *Direito romano*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.
- ALVES, Rubem. (Org.) *Culto arte: celebrando a vida: advento, natal, epifania*. Campinas: CEBEP; Petrópolis: Vozes, 1999.
- ALVES, Rubem. *Coisas que dão alegria*. São Paulo: Paulus, 2001.
- AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. FERREIRA, Maria Helena Mariante et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BACON, Betty. In: FASSONI, Klenia; DIAS, Lissânder; PEREREIRA, Welinton. *Uma criança os guiará: por uma teologia da criança*. Viçosa: Ultimato, 2010.
- BALDWIN, Joyce G. *I e II Samuel: introdução e comentário*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, São Paulo: Vida Nova, 1996.
- BEGHIN, Nathalie; PELIANO, Anna Maria Tiburcio Medeiros. O voluntariado nos abrigos: uma profissão de fé. In: SILVA, Enid Rocha Andrade de. (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004. p. 243-286.
- BIDDULPH, Steve. *O segredo das crianças felizes*. Tradução de Ricardo Piva e Flávia Piva. São Paulo: Fundamento Educacional, 2003.
- BITRUS, Daniel. In: ADEYEMO, Tokunboh (Ed.). *Comentário bíblico africano*. São Paulo: Mundo Cristão, 2010.
- BOCK, Darrell L. *Jesus segundo as escrituras*. Tradução de Daniel de Oliveira. São Paulo: Shedd, 2006.
- BORKOWSKI, Horst. *Auch das ist Südamerika: Evangelist unter Kolonisten und Indianern*. Wuppertal: Oncken, 1971.
- BOSCH, David J. *Missão transformadora: mudanças de paradigma na teologia da missão*. Tradução de Geraldo Korndörfer e Luís M. Sander. São Leopoldo: EST, Sinodal, 1998.
- BREPOHL, Margareth. A missão da igreja e a unidade da família. In: STEUERNAGEL, Valdir Raul. (Org.). *A missão da igreja: uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio*. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994, p. 383-391.
- BRUM, Eliane Cristina. *Coluna Prestes: o avesso da lenda*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1994.
- BRUNES, Kurt; STROOPE, Steve. *A fé começa em casa: um guia prático para orientar seus filhos nos caminhos da fé*. Tradução de Barbara Cury. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2011.
- BUSH, Luis. Levantando uma nova geração na janela 4/14 para transformar o mundo. Tradução de Fabio Coutinho. [S.l.:s.n.]. 2010.
- BUSSEY, O. In: DAVIDSON, F. *O novo comentário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- CÁPUA, Valdeci Ataíde. *Adoção internacional: procedimentos legais*. Curitiba: Juruá, 2009.
- CARDOSO, Ruth. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- CARRIKER, Timóteo. *Missão integral: uma teologia bíblica*. São Paulo: Sepal, 1992.
- CARSON, D. A. *O comentário de João*. Tradução de Daniel de Oliveira e Vivian Nunes de Amaral. São Paulo: Shedd, 2007.
- CETINA, Edesio Sánchez. Pastoral da infância: a igreja, a família e a criança hoje: uma análise da situação. In: STEUERNAGEL, Valdir Raul. (Org.). *A missão da igreja: uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio*. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994, p. 392-411.
- CHALOUB, Suraya Benjamin. *Processo pedagógico gerador de consciência crítica uma história de vida*. São Paulo: Loyola, 1989.
- CHAMPLIN, Norman Russell. *O Novo Testamento interpretado versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2002. 6 volumes.
- CHAMPLIN, Russell Norman. *O Antigo Testamento interpretado versículo por versículo*. São Paulo: Hagnos, 2003. 7 volumes.
- COENEN, Lothar; BROWN, Colin. (Edit). *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000.
- COLLINS, Gary R. *Aconselhamento cristão: edição século 21*. Tradução Lucília Marques Pereira da Silva. São Paulo: Vida Nova, 2004.
- COLLIER, John. Proposta teológica do Movimento Teologia da Criança. In: FASSONI, Klênia; DIAS, Lissânder; PEREREIRA, WELINTON. (Org.). *Uma criança os guiará: por uma teologia da criança*. Viçosa: Ultimato. 2010.
- COPPE, Leonard J. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- CORSARO, William A. *Sociologia da infância*. Tradução de Lia Gabriele Regius Reis. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- COURT, H. John. *Pornografia: uma resposta cristã*. Tradução de José Clóvis Chagas. São Paulo: Vida Nova, 1992.
- CRUZ NETO, Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* 23º ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CURY, Augusto. *Superando o cárcere da emoção*. São Paulo: Academia de Inteligência, 2000.
- DALLARI, Dalmo de Abreu; KORCZAK, Janusz. *O direito da criança ao respeito*. Tradução de Yan Michalski. São Paulo: Summus, 1986. (Novas buscas em educação; v. 28).
- DANIEL-ROPS, Henri. *A vida diária nos tempos de Jesus*. Tradução de Neyd Siqueira. São Paulo: Vida Nova, 1983.
- DAVIDSON, F. *O novo comentário da Bíblia*. São Paulo: Vida Nova, 1994.
- DE VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo Testamento*. São Paulo: Teológica, 2003.
- DICIONÁRIO Hebraico-Português & Aramaico-Português*. 15. ed. Sinodal: São Leopoldo/Petrópolis:Vozes, 2002.
- DIMENSTEIN, Gilberto. In: IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

DOGLAS, J. D. *O novo dicionário da Bíblia*. Tradução de João Bentes. 2. ed. São Paulo: Vida Nova, 1995.

DREHER, Carlos A.; BIEHL, João Guilherme; SCHWANTES, Milton. *Deixem vir a mim as crianças porque delas é o reino de Deus*. São Leopoldo: CEBI, 2008. (A palavra na vida, 251)

Enciclopédia Mirador Internacional. São Paulo/Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1987, v. 19.

FASSONI, Klenia; DIAS, Lissânder; PEREREIRA, Welinton. *Uma criança os guiará: por uma teologia da criança*. Viçosa: Ultimato, 2010.

FEE D. Gordon; STUART Douglas. *Entendes o que lêes? Um guia para entender a Bíblia com o auxílio da exegese e da hermenêutica*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2. ed. 1997.

FOLHETO: Uma criança quer adotar você.

FOWLER, Larry. *Crianças firmadas na rocha: fornecendo às crianças uma base bíblica para a vida*. São Paulo: Batista Regular, 2007.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FULLER, Cheri. *Os horizontes espirituais da criança: ideias para despertar em seu filho o desejo de se relacionar com Deus*. Tradução de Denise Avalone. São Paulo: Vida, 2003.

GAEDE NETO, Rodolfo. *A diaconia de Jesus: contribuição para a fundamentação teológica da diaconia na América Latina*. São Leopoldo: Sinodal; São Paulo: Paulus, 2001. (Diaconia na América Latina, 1).

GAEDE NETO, Rodolfo. Suicídio: reflexões em torno de um caso-limite. In: WONDRACEK, Karin; HOCH, Lothar Carlos; HEIMANN, Thomas (Orgs.). *Sombras da alma: tramas e tempos da depressão*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013.

GASS, Ildo Bohn. *As comunidades cristãs a partir da segunda geração: uma introdução à Bíblia*. São Leopoldo/São Paulo: CEBI/Paulus, 2005. v. 8.

GILCHRIST, Paul R. In: HARRIS, R. Laird; ARCHER JR. Geason L.; WALTKE, Bruce K. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz A. T. Sayão, Carlos Osvaldo C. Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

GUIMARÃES, Claudia. *Pastoreando as crianças desta geração*. São Paulo: Vida, 2007.

GÜNTHER, Walter; LINK, Hans-Georg. ἀγαπάω. In: COENEN, Lothar; BROWN, Colin. (Edit). *Dicionário internacional de teologia do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown. São Paulo: Vida Nova, 2000. v. 1, p. 114.

HAMILTON, P. Victor. שָׁבַח In: HARRIS, R. L. et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão e Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1556-1557.

HARRIS, R. L. et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão e Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998. p. 1556-1557.

HARTLEY, J. In: HARRIS, R. L. et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

HISTÓRICO Institucional Lar da Criança Henrique Liebich.

IOSCHPE, Evelyn Berg. (Org.). *3º Setor: desenvolvimento social sustentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

JEREMIAS, Joachim. *Jerusalém nos tempos de Jesus*. São Paulo: Paulus, 2010.

KAISER, Walter C. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

KORCZAK, Janusz. *Como amar uma criança*. Tradução Sylvia Patricia Nascimento Araujo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

KRAMER, PEDRO. *Origem e legislação do Deuteronômio: programa de uma sociedade sem empobrecidos e excluídos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

KUNZ, Claiton, André. *As parábolas de Jesus e seu ensino sobre o Reino de Deus*. Curitiba: A.D. Santos, 2014.

LAMB, Regene. *Criança é presente: hermenêutica bíblica na perspectiva das crianças*. São Leopoldo: CEBI, 2007.

LEWIS, Paul. *40 Princípios na formação da criança: um manual prático para pais e educadores*. Tradução Denise Avalone. São Paulo: Vida, 1999.

LIVINGSTON, G.H. פְּשָׁרָה. In: HARRIS, R. L. et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional de teologia do Antigo Testamento*. Tradução de Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão e Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas*. Tradução de Ilson Kaiser. São Leopoldo: Sinodal – Concórdia, 2011. v. 5. LUTERO, Martinho. *Obras selecionadas*. Tradução de Ilson Kaiser. São Leopoldo: Sinodal – Concórdia, 2011. v. 5.

MANZATO, Malena. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012.

MARCÍLIO, Maria Luíza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec. 1998.

MARULANDA, Angela. *O desafio de crescer com os filhos: valores e atitudes que ajudam na formação das novas gerações*. Tradução de Roseli Schrader Giese. São Leopoldo: Sinodal, 2004.

MACARTHUR Jr., John. *Como educar os seus filhos segundo a Bíblia*. Tradução de Andrea Filatro. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.

MELO, Édino. *A atração perigosa em desenho animado*. Campinas: Transcultural, [s.d.].

MELLO, Simone Guerese; SILVA, Enid Rocha Andrade. Quem cuida? O quadro de recursos humanos nos abrigos. In: SILVA, Enid Rocha Andrade de. (Coord.). *O direito à convivência*

- familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.
- MILLER, Karen. *Educação infantil: como lidar com situações difíceis*. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. (Orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 23º ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MONTEIRO, Marcos. *Um jumentinho na avenida: a missão da igreja e as cidades*. Viçosa: Ultimato, 2007.
- MOTTA, Maria Antonieta Pisano. *Mães abandonadas: a entrega de um filho em adoção*. São Paulo: Cortez, 2001.
- NARLOCH, Leandro. *Guia politicamente incorreto da história do Brasil*. 2.ed. São Paulo: Leya, 2011.
- ORLANDO, Orlandi. *Teoria e prática do amor à criança: introdução à pediatria social no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- OS PIONEIROS 1910-2010: 100 anos de história da Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil*. Convenção Batista Pioneira do Sul do Brasil: Curitiba, 2010.
- PARANÁ, Denise. *A história de Lula: o filho do Brasil*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- POHL, Adolf. *Evangelho de Marcos: comentário esperança*. Tradução de Hans Udo Fuchs. Curitiba: Esperança, 1998.
- RELIGIÃO E SOCIEDADE: desafios contemporâneos, 2012, São Leopoldo. *Anais do I Congresso Internacional da Faculdades EST*. São Leopoldo: EST, 2012.
- RIENECKER, Fritz. *Evangelho de Lucas*. Tradução de Werner Fuchs. Curitiba: Evangélica Esperança, 2005. (Comentário Esperança).
- RIENECKER, Fritz; ROGERS, Cleon. *Chave lingüística do Novo Testamento*. Tradução de Gordon Chown e Júlio Paulo T. Zabatiero. São Paulo: Vida Nova, 1995.
- RIVA, Pinky. In: SEGURA, Harold. PEREIRA, Welinton. (Org.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012.
- ROUDINESCO, Elizabeth apud. SILVA, Enio Waldir da. *Sociologia da violência*. Ijuí: Unijuí, 2010. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).
- SALVAGNI, Edila Pizzato. LUESKA, Sônia Domingues. O pediatra diante da criança abusada. In: AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. FERREIRA, Maria Helena Mariante et al. *Violência sexual contra crianças e adolescentes*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *Guia de referência: construindo uma cultura escolar de prevenção à violência sexual*. São Paulo: Childhood, 2009.
- SANTOS, Hélio de Oliveira. *Crianças espancadas*. Campinas: Papirus, 1987.
- SATHLER-ROSA, Ronaldo. *O sagrado da política: a dimensão esquecida na prática cristã*. São Paulo: Fonte Editorial, 2010.
- SCHACH, Vanderlei Alberto. A importância do Sagrado na política. In: *Religião, política, poder e cultura na América Latina*. Kathlen Luana de Oliveira et al. (Orgs.). – São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2012. p. 153-166.

- SEGURA, Harold. A criança como tema transversal da teologia In: FASSONI, Klênia; DIAS, Lissânder; PEREIRA, Welinton (Org.). *Uma criança os guiará: por uma teologia da criança*. Viçosa: Ultimato, 2010.
- SILVA, Alessandra Rocha Santos; SOMA, Sheila Maria Prado; WATARAI, Cristina Fukumori. *O segredo da Tartarina: um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil*. Ilustrações de Saulo Nunes. São Paulo: Universidade da Família, 2011, [n.p.].
- SILVA, Enid Rocha Andrade de. (Coord.). *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.
- SILVA, Enio Waldir da. *Sociologia da violência*. Ijuí: Unijuí, 2010. (Coleção educação a distância. Série livro-texto).
- SILVA, Marilda Almeida da. *Medicina em Ijuí: fragmentos de uma história e seus personagens (1890-1965)*. Porto Alegre: Pacartes, 2012.
- SILVA, Roberto da. *Os filhos do governo*. São Paulo: Ática, 1997.
- SIMÕES, Carlos. *Curso de direito do serviço social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica de serviço social, v. 3).
- SMICK, Elmer B. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- SOCIEDADE Batista de Beneficência Tabea. In: *88ª Assembleia da Pioneira*. Livro do mensageiro. Nova Santa Rosa, 2012.
- SOUZA, Hália Pauliv de. *Adoção é doação*. Curitiba: Juruá, [s.d.].
- STIGERS, Harold G. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- STEUERNAGEL, Valdir Raul. (Org.). *A missão da igreja: uma visão panorâmica sobre os desafios e propostas de missão para a igreja na antevéspera do terceiro milênio*. Belo Horizonte: Missão Editora, 1994.
- STRINGER, Doug. *Quem é seu pai agora? O clamor de uma geração em busca de pais*. Tradução de Célia Regina Chazanas Clavello. São Paulo: Universidade da Família, 2010.
- TIBA, Içami. *Quem ama, educa!* São Paulo: Gente, 2002.
- TIEL, Gerhard. *Ecumenismo de base na América Latina: resultados preliminares de um projeto de pesquisa*. Estudos Teológicos, São Leopoldo, n. 1, p. 47-64, 1991.
- TILLICH, Paul. *Teologia sistemática*. São Leopoldo: 2005.
- TOTTA, Mário. In: SILVA, Marilda Almeida da. *Medicina em Ijuí: fragmentos de uma história e seus personagens (1890-1965)*. Porto Alegre: Pacartes, 2012. p. 89-90.
- Vade Mecum*. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- VILLA, Marco Antonio. *A história das constituições brasileiras: 200 anos de luta contra o arbítrio*. São Paulo: Leya, 2011.
- WACHS, Manfredo Carlos et al. (Orgs.). *Ensino religioso: religiosidades e práticas educativas: VII Simpósio de Ensino Religioso da Faculdade EST e I Seminário Estadual de Ensino Religioso do CONER/RS*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010.

WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse P.; DELL'AGLIO, Débora D.; FALCKE, Denise. *Família e Internet*. São Leopoldo: Sinodal, 2010. (Coleção e agora. com. A era da informação e a vida cotidiana).

WAGNER, Adriana; VERZA, Fabiana; Spizzirri, Rosane C. P.; SARAIVA, Caroline Eifler. *Adolescência & comunicação virtual*. São Leopoldo: Sindodal, 2009. (Coleção e agora.com. A era da informação e a vida cotidiana.)

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. *Laços de ternura: pesquisas e histórias de adoção*. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2000.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. *Adote com carinho: um manual sobre aspectos essenciais da adoção*. Curitiba: Juruá, 2011.

WEIAND Dietrich. *Hoffnung für Schattenkinder: 40 Jahre MASA in Lateinamerika*. Germany: Frank Fornaçon. [s.d.].

ZUCK, Roy B. *A interpretação bíblica: Meios de descobrir a verdade da Bíblia*. Tradução de Cesar de F. A. Bueno Viera. São Paulo: Vida Nova, 1994.

WHITE, William. In: HARRIS, R. L. et al. (Orgs.). *Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento*. Tradução Márcio Loureiro Redondo, Luiz Alberto Teixeira Sayão, Carlos Osvaldo Cardoso Pinto. São Paulo: Vida Nova, 1998.

WONDRACEK, Karin; HOCH, Lothar Carlos; HEIMANN, Thomas (Orgs.). *Sombras da alma: tramas e tempos da depressão*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2013.

WONDRACEK, H. Kepler Karin. In: SEGURA, Harold; PEREIRA, Welinton. (Orgs.). *Para falar de criança: teologia, Bíblia e pastoral para a infância*. Tradução de Flávio Conrado, Wagner Guimarães. Rio de Janeiro: Novos Diálogos, 2012.

WONHOFF, Heinz; HOFMANN, Hans-Joachim. *Samariter der Menschheit: Christliche Barmherzigkeit in Geschichte und Gegenwart*. Tradução de Rodolfo Gaede Neto. München: Claudius-Verlag, 1977.

ZAGURY, Tania. *O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ZIMERMAN, Luciane Marina. Infância – a fase do imaginar: a narração de histórias e sua importância. In: WACHS, Manfredo Carlos et al. (Orgs.). *Ensino religioso: religiosidades e práticas educativas: VII Simpósio de Ensino Religioso da Faculdade EST e I Seminário Estadual de Ensino Religioso do CONER/RS*. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010, p. 228-233.

Manuais

SUAS. Manual Centro de Referência Especializado de Assistência Social. Censo SUAS 2013.

Monografias

SEBASTIANY, Natália. *Adoção Internacional e Serviço Social*. Ijuí, UNIJUÍ, 2011. (Trabalho de conclusão de curso).

PEDERSEN, Jaina Raqueli. *O corpo como mercadoria: exploração sexual de adolescentes e vulnerabilidade social das famílias*. Porto Alegre, 2014. (Tese de doutorado).

SCHACH, Vanderlei Alberto. *A inflação da Palavra de Deus na Pós-Modernidade*. Ijuí, Seminário Teológico Batista de Ijuí, 2003. (Trabalho de conclusão de curso).

Revistas

- A TRAGÉDIA do menino Alex. *Revista Época*, São Paulo, p. 13, 2014.
- AS BRECHAS do Marco Civil. *Revista Época*, São Paulo, p. 10, 2014.
- BIASIOLI, Marcos. NAKO, Rodrigo. Temas polêmicos das regras do CEBAS e da isenção previdenciária. *Revista Filantropia*. Especial CEBAS, p. 42.
- CURY, Augusto. “Não devemos sofrer por antecipação”. *Revista Época*, Edição Dupla Especial, São Paulo, p. 102, 2013.
- DINIZ, Laura; CARVALHO, Julia. Condenados pela impunidade. *Revista Veja*. São Paulo, p. 86-93, 2013.
- ESTATUTO do doador. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 64, p. 17ss.
- GRAJGER, Bettina. Voluntariado em saúde: como engajar colaboradores? *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 62, p. 27-28.
- GUIMARÃES, Luciano. ONGs poderão adotar sufixos “.ong” “.ngo”. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 64, p. 24.
- IANNARELLI, Thaís. Doações em rede. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 64, p. 19.
- IANNARELLI, Thaís. Pelos direitos das crianças e adolescentes. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 63, p. 64.
- IANNERELLI, Maria. A ética de cuidar ou a arte de desatar nós. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 61, p. 27.
- JIMENEZ, Gabriele; BETTI, Renata. Memórias que não se apagam. *Revista Veja*, São Paulo, p. 91 ss., 2012.
- LEE, Ronald. Fazer mais com menos braços. *Revista Veja*, São Paulo, p. 19-23, 2012.
- LYRA, Fernanda. Captando recursos com o governo federal. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 62, p. 22.
- MAURO, Filipe. Tem um porco no meio da sala. *Revista Época*, São Paulo, p. 116-117, 2013.
- MEDINA, Alessandra; MARTHE, Marcelo. A casa caiu. *Revista Veja*, São Paulo, p. 85 ss., 2012.
- MOREIRA, Zidrone Liebich. *Liebich: uma lição de fé, amor e esperança*. [S.l.:s.n.], [2011?].
- NACCACHE, Sílvia Maria Louzã. O que é um centro de voluntariado? *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 59, p. 28.
- NACCACHE, Sílvia Maria Louzã. O que é um centro de voluntariado? *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 61, p. 22.
- O CHATO que funciona. *Revista Veja*, São Paulo, p. 86-87, 5 mar. 1997.
- PELA proteção da infância. *Revista na mão certa*. São Paulo, set. 2008.
- REVISTA DO PROFESSOR. São Paulo: SINPRO ABC, n. 6, p. 15, mai./jun. 2007.
- ROSSI, Jones. ROSA, Guilherme. A crítica da razão econômica. *Revista Veja*, São Paulo, p. 75, nov. 2012.

SCHACH, Vanderlei Alberto. A nova realidade feminina com o fim do androcentrismo a partir de Jesus. *Revista Batista Pioneira: Bíblia, teologia e prática*, Ijuí, v. 1. 1, n. 1, p. 55-73, 2012.

SCHIAVO, Marcio. Qual o retorno do investimento social? *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 61, p. 65.

SEXO, chantagem e Internet. *Revista Época*. São Paulo, p. 82-90, nov. 2013, p. 82-90.

TIEL, Gerhard. Ecumenismo de base na América Latina: resultados preliminares de um projeto de pesquisa. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, n. 1, p. 47-64, 1991.

TRABALHO infantil cai 23%, mas ainda atinge 700 mil crianças no Brasil. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 59, p. 10.

TRABALHO de menores. *Revista Filantropia*, São Paulo, n. 61, p. 40.

ZIEMKIEWICS, Nathalia. Ter filhos traz mesmo felicidade? *Revista Época*, São Paulo, p. 88-95, 2012.

ANEXO A – RESOLUÇÃO Nº 190, DE 1º DE ABRIL DE 2014

Art. 1º Alterar os arts. 1º, 2º, 4º, 5º e 6º da Resolução CNJ n. 54, de 29 de abril de 2008, que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º O Conselho Nacional de Justiça implantará o Cadastro Nacional de Adoção, que tem por finalidade consolidar dados de todas as comarcas das unidades da federação referentes a crianças e adolescentes disponíveis para adoção, após o trânsito em julgado dos respectivos processos, assim como dos pretendentes à adoção domiciliados no Brasil e no exterior, devidamente habilitados, havendo registro em subcadastro distinto para os interessados domiciliados no exterior, inserido no sistema do CNA.

§ 1º A consulta e convocação de interessados/prestadores inscritos no subcadastro, de que trata este artigo, somente poderá ocorrer após malogradas as tentativas de inserção em família substituta nacional para candidatos representados por entidades credenciadas no Brasil para tal fim, ou quando a solicitação for formulada diretamente pela autoridade consular do país de acolhida.

§ 2º A inserção dos interessados/prestadores domiciliados no exterior no Cadastro Nacional de Adoção compete às CEJAS/CEJAIS dos Tribunais de Justiça.

Art. 2º O Cadastro Nacional de Adoção e o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos ficarão sob os auspícios do Conselho Nacional de Justiça, assegurado o acesso aos dados neles contidos, exclusivamente aos órgãos autorizados, neles incluídos as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção (CEJAS/CEJAIS) e as Coordenadorias da Infância e Juventude dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e dos Territórios.

Parágrafo único. Fica assegurado à Autoridade Central Administrativa Federal (ACAF) o fornecimento dos dados integrais referentes ao cadastro dos pretendentes à adoção domiciliados no exterior, bem como aos relatórios estatísticos referentes aos demais dados constantes no cadastro.

.....

Art. 4º As Corregedorias-Gerais da Justiça e os juízes responsáveis pela alimentação diária do sistema encaminharão os dados por meio eletrônico ao Cadastro Nacional de Adoção e ao Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos.

Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça prestará o apoio técnico necessário aos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal para alimentar os dados no Cadastro Nacional de Adoção e no Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos.

Parágrafo único. O Cadastro Nacional de Adoção será adaptado para absorver, em um único banco de dados, os cadastros estaduais e das comarcas de que trata o Estatuto da Criança e do Adolescente, quando então serão vedados a existência e o preenchimento de quaisquer cadastros paralelos.

Art. 6º O Conselho Nacional de Justiça, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção (CEJAS/CEJAIS), as Coordenadorias da Infância e Juventude e as Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça devem promover e estimular campanhas incentivando a reintegração à família de origem, ou inclusão em família extensa, bem como adoção de crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional, sem perspectivas de reinserção na família natural.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Joaquim Barbosa

ANEXO B – TESTEMUNHO DOS FILHOS DE HENRIQUE E FRIEDA

Como me lembro de meu pai! Ele me ensinava com insistência sobre o que era certo e o que era errado. Ele era um homem justo, sincero, temente a Deus e, além de tudo, um homem de fé que amava realmente a Deus. Trago marcas profundas em minha vida do seu amor a Deus e da fé que ele tinha no Deus dos milagres.

Fico pensando sobre sua grande dificuldade de cantar, mas pareço ouvi-lo ainda hoje, assobiando com alegria os hinos do cantor cristão, enquanto trabalhava.

O hino preferido dele era o de número 386, denominado “Cristo, meu deleite”. A primeira estrofe diz: “Ah se eu tivesse mil vezes para o Brasil encher, com os louvores de Cristo, que singular prazer!”

No leito de dor, nos últimos dias de sua vida, pedia que cantássemos o hino de número 343, chamado “Sempre firmes”. A primeira estrofe diz: “Minha morada, Jesus assegura. Paz e conforto na luta feroz. Dá-me teu braço, transporta-me à altura, onde poderei escutar tua voz”.

Agradeço muito a Deus e aos meus pais, Henrique e Frieda Liebich, pelo seu exemplo de fé, obediência e submissão a Ele. Tenho certeza que um dia nos encontraremos na glória e louvaremos a este Deus, que foi fiel em suas promessas aos meus pais. Com saudades.⁶⁹⁶

Odeti Santos.

É com satisfação e orgulho que venho falar da pessoa de meu pai. Um homem sério, íntegro, decidido e de boa conduta.

Meio rude, com pouco estudo, mas com um enorme coração.

Com meu pai, aprendi a trabalhar duro desde muito cedo.

Ele era bem rígido na educação de seus filhos, principalmente com os mais velhos, como eu, que sofreram bastante. Mas, passados todos esses anos, e vendo a juventude atual, penso que foi melhor assim. A bondade de meu pai refletiu-se, principalmente, quando apareceram as primeiras crianças carentes e ele as acolheu, sem pensar duas vezes... o resto, vocês já sabem... hehehe. Com saudade.

Cristiano Liebich.

Meu pai era um homem de fé, justo nos negócios, trabalhador, fiel a Deus e dizimista. Batalhador, alguém que confiava fielmente nas promessas de Deus, que nunca desanimava em meio às dificuldades e que sempre tinha uma palavra de esperança e fé de que Deus sempre é fiel. Um homem amoroso.

Papai não media esforço para trabalhar para Deus, um homem verdadeiramente trabalhador. Levava com alegria as crianças para os cultos. Quando tinha evangelização, empenhava-se para convidar as pessoas para ouvirem sobre Cristo. Oferecia o caminhão para levá-las e buscá-las durante os dias de evangelização. Verdadeiramente, meu pai era um grande evangelista. Desprende-se de suas propriedades, visando o bem das crianças do Lar. Fez muita falta quando morreu, pois eu o considerava um líder de sucesso.

Um casal exemplar, nunca vi meus pais brigarem, pois sempre sabiam resolver os seus problemas de maneira digna, não criando embaraços para os filhos. Mesmo na hora da morte, meu pai nos chamou, um a um, e teve uma conversa de alguém que realmente sabia para onde iria. Ele nos disse que Jesus era seu Salvador, que estava preocupado com a nossa situação espiritual e gastou quase uma hora com cada um de nós. Meu pai, um homem exemplar. Com grande saudade.

Roberto Liebich

Admirava o caráter, a lealdade e a palavra de meu pai. Quando ele dizia, podia-se acreditar e confiar. Um homem que ajudava as pessoas. Um homem que tinha amor pelas pessoas, um exemplo de dedicação aos filhos, exemplo de fé, de coragem, de entusiasmo.

Meu pai e minha mãe formavam um casal exemplar, fiéis, dedicados e consagrados. Eles acreditavam que, operando Deus, quem os impediria? Acreditavam também na fidelidade do Deus, o qual prometeu que, mesmo quando fôssemos infiéis, Ele permaneceria fiel.

⁶⁹⁶ Todos os testemunhos são transcritos de MOREIRA, [2011?], p. 23-26.

Que entusiasmo eu via nesse casal! Minha mãe orou para que Deus salvasse Arnaldo e meu pai pregou Deus, honrou a palavra e Arnaldo se salvou. Que mulher extraordinária, minha mãe Frieda! Meus pais tinham o dom da hospitalidade. Eles recebiam com carinho os pastores e meu pai era amigo deles. O que mais dizer? Tudo que eu disser sera pequeno, diante da grandiosidade deste homem e desta mulher. Então, quero agradecer a Deus pela bênção de ter sido filho deste casal maravilhoso. Quantas saudades!

Benjamim Liebich

Na minha infância e adolescência, foi de um valor imenso ter pais que souberam colocar limites bem claros para nós, filhos, e, quando desobedecíamos, a correção não falhava. Porém, o que me marcou profundamente, não foi a repreensão, principalmente de papai, mas o fato de que, depois de um castigo, não mais se falava no assunto e isto me dava a certeza de que eu tinha sido perdoada. Papai e mamãe deixaram para mim um exemplo muito forte de amor e respeito entre o casal.

Não me lembro dos dois discutindo ou repreendendo um ao outro na presença dos filhos.

Papai não sabia ler nem escrever, mas foi usado no seu ministério como diácono. Com a sabedoria vinda do alto, ele tinha palavras de orientação para as pessoas necessitadas de ajuda.

Mamãe era aquela que dirigia as devocionais no lar. Fazia a Escola Bíblica Dominical em nossa casa aos domingos pela manhã com a participação de vizinhos; parentes e amigos. Grande era a alegria de todos quando, um domingo por mês, chegava o pastor Oscar Horn com seu carro Ford 29, vindo da Igreja de Ijuí, a 50 km!

Mais tarde, quando se construiu a capela em Monte Alvão, era triste quando chovia e não podíamos ir à Escola Bíblica Dominical e ao culto, por causa das estradas lamacentas.

No início, fomos de carroça e a cavalo e, mais tarde, de trator e carreta. Quando nossos pais puderam adquirir um caminhão, sentimos conforto na mudança, porém, mais importante que o meio de transporte, era o desejo e a alegria de poder levar a grande família Liebich, e todos os vizinhos que quisessem ir, à casa de Deus, para louvá-lo. Vi na prática com meus pais, o que é buscar em primeiro lugar a Deus e às suas coisas, pois, dificilmente ficava alguém em casa no dia de culto para preparar o almoço, o que se fazia no dia anterior ou ao regressar da programação.

É com gratidão que me lembro destas e de tantas outras lições preciosas que aprendi com meus pais, enquanto eles puderam estar em nosso meio. Restam saudades!

Sibila Geiger

Bom ter a oportunidade de testemunhar sobre o meu pai, Henrique, e minha saudosa mãe, Frieda Liebich. Meu pai era um homem bastante severo quanto aos negócios, gostava de tudo certo, ensinava a honestidade, a lealdade e a fidelidade, o que também se aplicava ao relacionamento familiar. Ele exigia que os filhos fossem obedientes e respeitassem um ao outro.

Meu relacionamento com mamãe era mais próximo, pois trabalhávamos juntas nas lidas diárias da casa e também na roça. Enfim, estávamos sempre próximas e sempre vi em mamãe uma mulher fiel a Deus e à família.

Ela era a mulher da Bíblia, a mãe que lia a Bíblia para os filhos e também para papai.

Hoje, ao testemunhar a respeito deles, fica minha gratidão e saudade, por tudo que representaram em minha vida.

Naomi Von der Fee

Quero registrar meu orgulho pelo pai e a mãe que tive. Meu pai realmente era um homem abençoado por Deus, ele tinha plena confiança de que Ele ouvia suas orações e nunca se intimidava diante dos problemas que surgiam. Deus era o seu Socorro, bem presente nas horas de tribulações.

Acredito também que o sucesso do meu pai pode se creditar à honrada esposa que ele tinha, pois minha mãe, Frieda, era uma mulher de oração, submissa a Deus e a meu pai, um exemplo de amor e abnegação.

Admirava ver minha mãe com a Bíblia aberta, lendo para papai e meus irmãos. Uma mulher de grande fé, além disso, uma mulher para toda obra e que trabalhava todo dia para o sucesso da família.

Meu pai foi um homem que venceu a morte, não se intimidando diante dela. Nos seus últimos dias, chamou os vizinhos para falar-lhes de Cristo e da esperança da vida eternal. Aos filhos, fez várias recomendações. Aconselhou que eu ouvisse os meus irmãos mais velhos, porque eles tinham interesse em minha vida. Se eu tivesse escutado este conselho de meu pai, os meus dias hoje seria de mais felicidade e vitória. Por que não o escutei?

Hoje, resta a saudade deste homem e desta mulher, que marcaram nossas vidas pelo amor que tinham a Deus e ao próximo. Com saudades.

Vilson Liebich

Henrique e Frieda é realmente uma história de amor, fé e esperança. A vida deste casal foi toda pautada na Palavra de Deus. Reconheço que eles eram verdadeiramente servos de Deus. Tive o privilégio de conhecer este casal através do meu esposo Arnaldo, com quem fui casada por sete anos somente. Acredito que DEUS amava tanto o Arnaldo, que o levou para junto de Si e me deixou como herança duas pérolas preciosas: Sandra com cinco e Fabiana com três anos de idade, nossas queridas e amadas filhas, que então passaram a chamá-los carinhosamente de opa Henrique e oma Frieda.

Lembro-me com muito carinho do opa Henrique, apesar de ter convivido tão pouco tempo com ele; jamais esquecerei de suas palavras, já debilitadas em razão da enfermidade, ao reunir todos os filhos: ele disse que iria partir para junto de Deus e pediu para que nenhum dos filhos brigasse pela herança, porque desse mundo nada vamos levar e que o mais importante é a salvação de nossas almas.

Dirigindo-se a mim e ao Arnaldo, falou do amor de Jesus e apelou para que nós aceitássemos Jesus em nossos corações, e que partiria feliz sabendo que nós iríamos receber o melhor presente, a certeza da salvação. Eu me converti primeiro e foi batizada. Arnaldo, já bastante enfermo, falou do seu desejo de ser batizado, pois ele já era convertido e assim foi feito.

Neste fato vi a grande preocupação do opa na salvação das pessoas e não em bens materiais.

Com a oma Frieda tive o privilégio de conviver mais tempo e até poderia escrever um livro sobre a sua inspirada vida. Quando fiquei viúva, ela me falou: Dircei, agora você é minha filha de verdade. Ela realmente foi uma mãe para mim. Arnaldo contava que a mãe Frieda esperava e quando nós íamos dormir, ela se ajoelhava ao lado da nossa cama e orava pela conversão dele. Isso tudo mexe comigo até hoje. Essa mulher virtuosa, mãe cheia de fé, fez sua parte e Deus fez a obra!

Frieda foi um exemplo de alguém que se preocupava com as pessoas, orava pela vida delas e aprendi a orar com ela pelas pessoas e hoje oro todos os dias pela conversão dos meus netos e parentes. Aprendi muitas coisas úteis com a mãe Frieda; ela me ensinou a ter alegria em ir à Igreja todos os domingos para louver e adorar a Deus, juntamente com os irmãos em Cristo Jesus.

Hoje sou casada com Elimar Steurer, um homem exemplar e de muita dignidade, que aceitou e amou minhas filhas como se suas fossem. Também tive a alegria de ver a mãe Frieda aceitar meu esposo como seu filho. Eu faço parte desta história de fé, esperança e amor, pois sou Liebich Steurer e esta família é minha família.

Finalizando, desejo comparar a mãe Frieda à mulher de Provérbios 31:30. Com profundas saudades

Dircei Liebich Steurer.

ANEXO C – MUNICÍPIOS QUE OFERTARAM SERVIÇO DE ALTA COMPLEXIDADE



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009.

APÊNDICE – FOTOGRAFIAS⁶⁹⁷

APÊNDICE A. Casa da Família Liebich em Monte Alvão, onde foram recebidas as primeiras crianças.

⁶⁹⁷ As referidas fotografias (exceto a do Apêndice D) foram retiradas de: MOREIRA, Zidrone Liebich. *Liebich: uma lição de fé, amor e esperança*. [S.l.:s.n.], [2011?].



APÊNDICE B. Henrique e Frieda com seus 9 filhos.



APÊNDICE C. Família Liebich com crianças acolhidas.



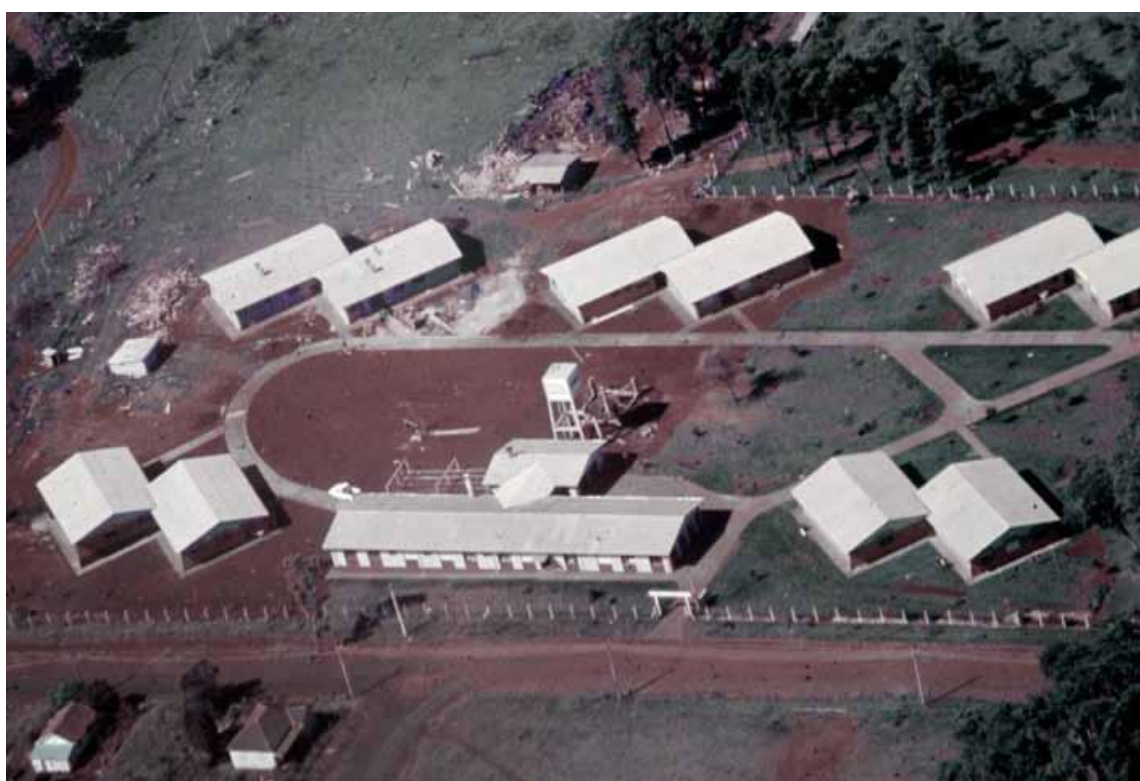
APÊNDICE D. Cemitério do Combate da Ramada (Foto: Vanderlei Schach).



APÊNDICE E. Caminhão para transportar as crianças para a igreja.



APÊNDICE F. Sepultamento de Henrique Liebich no dia 05/05/73.



APÊNDICE G. Início da construção do novo Lar.